

UFRRJ

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA
E SOCIEDADE – CPDA**

DISSERTAÇÃO

**MUDANÇAS DE BENEFICIÁRIOS E FORMAS DE REOCUPAÇÃO
DE LOTES NO ASSENTAMENTO CAPELINHA, CONCEIÇÃO DE
MACABU, RJ.**

DUVANIL NEY SANTANA ALEIXO

Rio de Janeiro

2007



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE – CPDA**

**MUDANÇAS DE BENEFICIÁRIOS E FORMAS DE REOCUPAÇÃO DE
LOTES NO ASSENTAMENTO CAPELINHA, CONCEIÇÃO DE MACABU, RJ.**

DUVANIL NEY SANTANA ALEIXO

Sob a Orientação da Professora

Regina Ângela Landim Bruno

Dissertação submetida como
requisito parcial para obtenção do
grau de **Mestre em Ciências no**
Curso de Pós-Graduação de
Ciências Sociais em
Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade.

Rio de Janeiro, Julho de 2007

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE– CPDA

DUVANIL NEY SANTANA ALEIXO

Dissertação submetida como requisito para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Curso de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 02 / 07 / 2007.

Regina Ângela Landim Bruno (Dra.) UFRRJ
(Orientadora)

Leonilde Sérvolo de Medeiros (Dra.) UFRRJ

Paulo Roberto Raposo Alentejano (Dr.) UERJ

RESUMO

ALEIXO, Duvanil Ney Santana. **Mudanças de beneficiários e formas de reocupação de lotes no Assentamento Capelinha, Conceição de Macabu, RJ.** 199 p. Dissertação (Mestrado em Ciências). Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Curso de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, RJ, 2007.

Essa dissertação busca refletir sobre as mudanças de beneficiários e as formas de reocupação dos lotes existentes no assentamento Capelinha, Conceição de Macabu, norte do Estado do Rio de Janeiro. Parte do suposto que o processo de mudanças de beneficiários está relacionado à conjuntura social, econômica e política em que se encontra inserido o assentamento, e oferece informações de processos sociais que ocorrem no interior dos assentamentos, nem sempre percebidos. Assim são descritas diferentes modalidades de mudanças de beneficiários, tais como: o abandono, a expulsão, a troca de lote, a invasão coletiva e individual, o despejo judicial, a venda de lotes, a substituição de titular, entre outros. Relata algumas características que acabam influenciando nas formas de reocupações dos lotes, como os mecanismos de decisão e a lógica dos assentados, definidos nas “Leis do Assentamento”, conjunto de regras estabelecido e questionado com o passar do tempo. A partir da convivência, da análise de documentos primários e das atas da Associação por oito anos foi possível constatar alterações nas modalidades de mudança de beneficiários durante as três fases sistematizadas, em decorrência da capacidade de organização e coesão social e da qualidade e frequência das ações do órgão gestor do assentamento.

Palavras-Chave:

Mudanças de beneficiários, Assentamentos rurais, Rio de Janeiro, Abandono de lotes, Incra-RJ.

ABSTRACT

Changes of beneficiaries and forms of occupation of lots in the Settlement Capelinha, Conceição de Macabu, Rio de Janeiro.

This dissertation aims to reflect the changes of beneficiaries and forms of occupation of the existing lots in the settlement Capelinha, located in Conceição de Macabu, north region of the State of Rio de Janeiro. It supposes that the beneficiaries changes process is related to the economic, social and political situation that is found insert the settlement, offering information of social process that occur in the interior of the settlements, not always noticed. In this way, different beneficiaries changes modalities are described, such as: the abandonment; the expulsion, the exchanges of lot, the individual and collective invasion, the judicial eviction, the sale of lots, the substitution of title, like others. Besides, it relates some characteristics that ought to determine the forms of occupation of the lots, such as the mechanisms of decision and the logics of people settled, defined in the “Laws of the Settlements”, that is the assembly of rules established and questioned during the past of time. From the company with the settlement people and the analysis of primary documents and the minutes of the Association for eight years, it was possible to establish alterations in the beneficiaries changes modalities, during the three phases systematized, in consequence of the capacity of organization and social cohesion and of the quality and frequency of the actions of the administrative organ of the settlement.

Key – word: Changes of beneficiaries, Rural Settlement and Rio de Janeiro.

Essa dissertação é dedicada as minhas mães Nilce e Palmyra que de algum lugar continuam a me dar força e luz; a minha esposa e companheira Ana Claudia pela solidariedade, carinho e apoio em todos os momentos; e a meus filhos Gabriel, Thiago e David que vieram iluminar as nossas vidas.

Agradecimentos

Dizem que o exercício de elaboração de uma dissertação é deveras solitário. Sem dúvida a afirmação procede, porém, se não fosse um conjunto de amigos e amigas a tarefa de realizá-la seria ainda mais cruel.

A estes, não poderia deixar de agradecer Henrique, Gil, Zaré, César e Indira, pelo estímulo e troca de conhecimentos durante o período do curso.

Ao pessoal da CEDRO que toleraram as minhas divagações e ausências, em especial, Denise, Joelma, Olavo, Marcio, André, Simone, Márcia, Alexandre e Roni.

Aos velhos amigos da Rural, entre eles, Rafael, Anna, Silvia, Andréa e Ângela e aos novos amigos de Macaé e Quissamã: Rogério, João, Zé Pedruzzi e Darlin.

Agradeço também e especialmente a Generosa, Vera, Lucia, Lenise, Henrique, Josi e Gustavo, pela contribuição nos períodos mais dramáticos.

Agradeço a minha orientadora Regina Bruno pelo empenho, competência e carinho com que me motivou a continuar, principalmente nos momentos onde a peteca quase caiu.

Agradeço a minha família, em especial a Ellen, Évelin, Duvanil, Íris e Adria pelo estímulo, motivação e aposta em mais esse esforço profissional.

Aos assentados de Capelinha que, através de uma relação dialética construída com risos e choros, me ensinaram muito sobre a vida e a reforma agrária fluminense.

Biografia

Nasci no interior de São Paulo onde morei por pouco tempo. Anos após, retornei a região para fazer o pré-vestibular. Durante esse interstício morei em diferentes cidades do Paraná e Mato Grosso acompanhando minha família, visto a profissão de meu pai: bancário.

Em 1984 fiz vestibular para Engenharia Agrônoma na Universidade Rural onde passei os anos fundamentais para minha formação profissional e cidadã, participando intensamente das inúmeras atividades políticas, culturais e turísticas. Era um tempo de florescimento da liberdade trancafiada por décadas até a queda da ditadura em 1985. Ajudei a fundar o GAE (Grupo de Agricultura Ecológica), participei da gestão Aroeira do CEA, me aproximei dos movimentos sociais do campo e estive presente na ocupação do MEC (1988) onde conheci minha companheira. Convivi com pessoas maravilhosas cuja relação intensa e fraterna se mantém viva até hoje.

Terminado os estudos, trabalhei inicialmente na Diocese de Duque de Caxias onde Dom Mauro Moreli e Chico Lara implantaram um Centro Experimental Agrícola.

Após, em 1994, com Gabriel, filho recém nascido, mudamos para Angra dos Reis onde trabalhei na Prefeitura Municipal, a primeira do PT (Partido dos Trabalhadores) no Estado. Conheci a Ilha Grande e os cultivos de mexilhão, novidade pioneira e sustentável daquele momento. Nasce Thiago no dia do trabalho de 1997.

Terminado meu ciclo por lá, mudamos no final daquele ano para Conceição de Macabu para trabalhar no Projeto Lumiar, atendendo 2 assentamentos da região. Tempo de novas descobertas e imersão social, vivenciamos a dura realidade de quem deseja sobreviver da terra.

Em 1999 fundamos a Cedro, Cooperativa de trabalho auto-gestionária formada por profissionais das ciências agrárias e sociais que se mostra como alternativa de trabalho sério nesses tempos de crise.

Depois do término do Projeto Lumiar mudamos, em 2002, para Quissamã onde nasce David e as dificuldades em trabalhar e fazer mestrado se expressam nessa dissertação de mestrado.

Tempo de frustração e desânimo com a política dos últimos anos, a esperança renasce na constatação de que outro mundo é possível onde existe cumplicidade, conhecimento, ousadia, disciplina e organização social.

Sumário

Agradecimentos	i
Resumo	ii
Abstract	iii
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1	
REFLEXÕES E ESTUDOS SOBRE MUDANÇA DE BENEFICIÁRIOS EM ASSENTAMENTOS RURAIS	15
1.1 – Evasão e mudanças: o que os estudos mostram	15
1.2 – As mudanças de beneficiários e suas razões	20
1.2.1 – Razões de natureza pessoal ou familiar	20
1.2.2 – Razões relacionadas aos processos sociais que deram origem aos assentamentos	21
1.2.3 – Razões relacionadas a ação do Estado e à forma como o processos de assentamentos tem sido conduzido	24
1.2.4 - Razões relacionadas as condições de infra-estrutura social e produtiva	24
1.2.5- Razões de natureza social e cultural dos assentados	25
1.2.6 – Razões relacionadas a irregularidades	26
1.3 – A visão dos assentados	28
1.4 – Momentos de maior saída	29
1.5 – Perfil dos beneficiários	30
1.6 – Situação dos beneficiários após a saída	32
1.7 – Medidas sugeridas para diminuir a desistência e ajudar na permanência	33
CAPÍTULO 2	
QUESTÃO AGRÁRIA, ASSENTAMENTOS RURAIS E LEGISLAÇÃO	35
2.1 – Assentamentos rurais: uma aproximação ao debate	39
2.2 – A cultura institucional do Incra	47
2.3 – Assentamentos rurais e a atual legislação	50

CAPÍTULO 3

ASSENTAMENTOS RURAIS E REFORMA AGRÁRIA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO **58**

3.1 – Perfil da agricultura fluminense	58
3.2 – A luta pela terra	68
3.3 – Os assentamentos rurais no Estado do Rio de Janeiro	71
3.4 – O perfil do Incra-RJ	80

CAPÍTULO 4

ASSENTAMENTO CAPELINHA: HISTÓRICO E CARACTERÍSTICAS **88**

4.1 – Características Gerais	88
4.2 – Organização social	115
4.3 – As Atas de uma Associação de trabalhadores rurais	122

CAPÍTULO 5

MUDANÇAS DE BENEFICIÁRIOS E FORMAS DE REOCUPAÇÃO DOS LOTES – ANÁLISE DAS ATAS - **129**

5.1 – Introdução	129
5.2 – Procedimentos decisórios adotados pela associação	131
5.3 - Permanecer na terra: preocupação recorrente	133
5.4. – Fase I - maio 1997 a maio de 1999, correspondendo a 2 gestões da Diretoria da Associação	135
5.4.1 – Contexto após a chegada na terra	138
5.5 – Modalidades de mudanças de beneficiários ocorridas na fase I	140
5.5.1 – Abandonos	140
5.5.2 – Expulsão	142
5.5.2.1 – Expulsão por suspeita de assassinato	143
5.5.3 – Despejos judiciais	144
5.5.4 – Substituição de titular	146
5.5.5 – Trocas de lotes	146
5.5.6 – Invasão coletiva	148
5.6– Resumo das mudanças da fase I	154

5.7 – Fase II - maio 1999 a maio de 2001, correspondendo a 2 gestões da Diretoria da Associação, incluindo o impeachment do Presidente e a escolha da Comissão Provisória	156
5.7.1 – Contexto da fase II	156
5.8 – Modalidades de mudanças de beneficiários ocorridas na fase II	159
5.8.1 – Lotes Abandonados: negociação, expulsão e retomada	160
5.8.2 – Expulsão por suspeita de venda de lotes	162
5.8.3 – Morte natural	163
5.8.4 – Remanejamento	164
5.9 – Resumo das mudanças ocorridas na fase II	164
5.10 – Fase III - maio 2001 a maio de 2005, correspondendo a 2 gestões da Diretoria da Associação, incluindo o impeachment do presidente e a escolha da Comissão Provisória	167
5.10.1 – Contexto da fase III	167
5.11 – Modalidades de mudanças de beneficiários ocorridas na fase III	170
5.11.1 – Venda de lotes	170
5.11.2 – Venda de lotes: Robel compra três	173
5.11.3 – Venda justificada	177
5.11.4 – Invasão Individual	177
5.11.5 – Morte por assassinato	178
5.11.6 – Desmembramento	179
5.12 – Vistoria do Inca 2003 em questão	179
5.13 – Resumo das mudanças ocorridas na fase III	187
6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	189
7 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	192
ANEXOS	
Mapa do relatório de Vistoria do Inca 2003	
Mapa das mudanças de beneficiários da Fase I	
Mapa das mudanças de beneficiários da Fase II	
Mapa das mudanças de beneficiários da Fase III	

Introdução

A presente dissertação de mestrado procura refletir sobre uma das características presentes no processo de constituição dos assentamentos rurais brasileiros que vem chamando a atenção dos estudiosos do tema, dos elaboradores de políticas públicas e da sociedade em geral, qual seja, as mudanças de beneficiários e as formas de reocupação dos lotes.

O objetivo é aprofundar essa discussão oferecendo e analisando informações de processos sociais que ocorrem no interior dos assentamentos, nem sempre percebidos. Neste sentido, essa dissertação é um estudo exploratório e procura fazer um resgate das diferentes modalidades de entradas e saídas de beneficiários e de algumas características observadas que acabam por influenciar na definição das formas como a reocupação de lotes ocorreram.

A bibliografia que tivemos acesso indica que as mudanças de beneficiários fazem parte da dinâmica dos assentamentos rurais, como pode ser observado em diferentes pesquisas (FAO/Incrá, 1992; Confederação Nacional da Agricultura, 1992; Bruno & Medeiros, 1998; Sparoveck, 2003; entre outros). De um modo geral esses estudos discutem as mudanças (ou saídas) de beneficiários de uma forma mais abrangente, procurando, sobretudo, buscar razões que expliquem o processo de evasão, quantificando o seu percentual. São estudos que procuram, na sua maioria, refletir sobre a viabilidade dos assentamentos e da política de reforma agrária implementada no país. Essas mudanças, comumente chamadas de evasão, são justificadas por um conjunto variado de razões, como veremos no capítulo 1.

O objeto empírico dessa dissertação é o assentamento Capelinha, localizado no município Conceição de Macabu, região Norte do Estado do Rio de Janeiro. Organizada pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), em junho de 1996, a ocupação de duas fazendas de uma decadente Usina de Açúcar - a antiga Usina Vitor Sence - ocorreu num momento em que o movimento buscava interiorizar sua atuação, obtendo significativo apoio de organizações sociais, como indica Gonçalves (2002).

O assentamento possui mais de 1.400 ha divididos em cinco glebas diferentes. O parcelamento provisório definido pelo Incra, ocorrido em 1997, admitiu 139 famílias de

assentados, ainda que a capacidade de assentamento publicada em Diário Oficial tenha sido de 110 lotes. Após um período inicial de acomodação e rearranjos de beneficiários, o parcelamento definitivo acabou, em outubro de 2001, determinando 130 lotes individuais e 4 coletivos, destinados a equipamento públicos.

As terras do assentamento são de baixa fertilidade natural, decorrente, em grande parte, do modo de produção historicamente utilizado no plantio da cana-de-açúcar na região, baseada na intensa mecanização do solo, na utilização de insumos externos industrializados, no uso do fogo, de herbicidas e na inexistência de práticas conservacionistas de manejo de solo e água. Esse aspecto veio a determinar impactos importantes na produção agropecuária esperada, apesar do lema dos assentados à época – cuja pintura continua mantida ainda um tanto quanto desbotado na sede da Associação – ser: “o melhor adubo da terra é o suor de quem nela trabalha”.

A participação e mobilização dos assentados forjaram inicialmente uma organização ativa e o apoio de uma agência de cooperação local proporcionou com rapidez condições para produção e sobrevivência no interior do assentamento. No entanto, apesar do acompanhamento de equipes técnicas (Projeto Lumiar¹, de 1998 a maio de 2000 e ATES² a partir do final de 2005), inclusive liberando todos os créditos de produção, o assentamento não obteve até o momento sua sustentabilidade produtiva.

Algumas lutas externas foram travadas com sucesso pela Associação do assentamento, entre elas, por exemplo, a ocupação do Palácio Guanabara em 1999, visando à implantação de energia elétrica. Essa altivez dos assentados e a pronunciada ausência do Incra produziram episódios e momentos em que a organização dos assentados tomava decisões à revelia do órgão gestor numa espécie de - na ausência de melhor palavra -, território autônomo.

A mobilização e a participação dos assentados vem, já há alguns anos, em declínio, por conta, entre outros fatores, da disputa partidária entre grupos internos, da ausência de incentivo e parceria do poder público municipal e da baixa produção encontrada, ainda que

¹ O Projeto Lumiar foi uma iniciativa do Governo Federal, ocorrida entre 1997 e 2000, em dotar os assentamentos de reforma agrária do país com equipes multidisciplinares de técnicos para assistência técnica e extensão rural. Para mais detalhes do confira em Pimentel (2007), Moreira (1998).

² A ATES é um programa de Assessoria Técnica, Social e Econômica para os assentamentos rurais, também com a presença de equipe multidisciplinares para assistência técnica. Para maiores detalhes, veja Bruno et al (2004) e Dias Miná (2004).

existam três agroindústrias (duas casas de farinha e uma de açúcar mascavo), uma creche e um galpão de comercialização instalado e sem funcionamento.

Além dessas características, o assentamento Capelinha foi escolhido como objeto de estudo por que nele integrei, junto com outros dois técnicos, uma das nove equipes do Projeto Lumiar implantadas no estado em 1998 e que funcionaram até maio de 2000, portanto, logo no início da existência do assentamento, tendo vivenciado importantes momentos - como as discussões para elaboração e implantação dos créditos – e testemunhado dramas e vicissitudes³.

Como engenheiro agrônomo militante da reforma agrária me chamava a atenção as saídas e entradas de beneficiários, a maneira pela qual essas mudanças ocorriam, a repercussão desses movimentos na organização representativa dos assentados e no interior do Incra. Importantes episódios, como a “Moralização dos assentamentos”⁴, ocorrida em 2003, e a “Refinaria de cocaína”⁵, ocorrida em abril de 2007, quando se elaborava a versão final dessa dissertação, reforçaram o interesse nessa temática.

Essa convivência me proporcionou a oportunidade de observar a complexidade do processo de mudança de beneficiários, sendo que a ausência de debates e estudos sobre o tema me incomodava significativamente. A impressão que ficava era que o tema se tornara tabu e desta forma a discussão era de alguma forma escamoteada.

Um outro aspecto que acabou se tornando importante ao longo da pesquisa foi o fato da Associação, no decorrer de sua existência, realizar Assembléias periódicas para discussão de seus problemas e soluções, e, mais que isso, registrarem esses debates nas respectivas atas, preservando assim, importantes fragmentos de sua história.

Pelo que pudemos observar, permanecer no lote do assentamento faz parte significativa do conjunto de discussões levadas a cabo por lideranças locais, movimentos sociais e mediadores que participaram da história do assentamento Capelinha, não somente

³ Vários importantes estudos e dissertações sobre Capelinha foram realizados no decorrer dos anos, entre eles podemos citar: a coordenada por Leite (2003), transformada em livro, e Gonçalves (2002 e 2005).

⁴ Moralização dos Assentamentos foi uma iniciativa do Incra nacional iniciada em 2003 visando a “vistoria sumária de ocupação para atualização e recuperação de áreas federais em projetos de assentamentos, atendendo a programa de governo”. No estado do Rio de Janeiro as ações começaram em julho de 2003 em vários assentamentos. Em Capelinha foram distribuídos aos assentados 88 notificações oficiais do Incra, sendo 26 Notificações Administrativas e 62 Mandados de Reintegração de Posse.

⁵ No dia 8 de abril de 2007 a Operação Morpheu conduzida pela Polícia Federal encontrou armas, drogas e uma “refinaria de cocaína” em um dos lotes – objeto de mudança de beneficiário – no assentamento Capelinha. Para maiores informações veja site de jornais locais e jornal o Globo do dia 09 de abril e seguintes.

durante as reuniões preparatórias à ocupação da terra e no período de acampamento, mas também posteriormente, após a criação do assentamento.

A preocupação com a permanência dos assentados nos lotes pode ser constatada nos diálogos a respeito da importância em se manter nos lotes conquistados, através das inúmeras discussões e orientações dos organizadores junto a sua base social, além da proibição da venda da terra conquistada, sistematicamente criticada pelos movimentos sociais do campo e pelas entidades de assessoria dos trabalhadores.

Partimos do suposto que o processo de mudanças de beneficiários está diretamente associado à conjuntura social, econômica e política em que se encontra inserido o assentamento. Em outras palavras, é relacionado ao “momento” do assentamento, seja do ponto de vista mais geral, como a legitimidade da política de assentamentos rurais e do seu reconhecimento pela sociedade; seja da qualidade da gestão do Incra e das carências e insuficiências das políticas públicas que vem sendo implantadas (crédito, infra-estrutura, assistência técnica, entre outros).

Do ponto mais específico, o “momento” do assentamento está relacionado ao perfil da gestão da Associação, a capacidade de geração de renda dos projetos produtivos, às disputas internas e no envolvimento e responsabilidade das prefeituras no apoio aos assentados. O perfil dos beneficiários, sua visão de mundo e seu projeto de vida também marcam o “momento” do assentamento.

Tornar visível as diferentes modalidades de mudança de beneficiários é muito mais complexo do que aparentemente possa parecer. Não devemos nos esquecer que a constituição dos assentamentos rurais traz no imaginário social uma certa dose de idealização, ou seja, a idéia de que após a conquista da terra os beneficiários seriam ali “fixados”, não devendo mais se deslocar. As mudanças que por acaso ocorressem seriam irrisórias e insignificantes; ou identificadas como uma deformação ou fragilidade do processo.

Contudo, na medida em que se percebe as dificuldades na implantação das políticas públicas (crédito, infra-estrutura, assistência técnica, produção, etc) a questão das mudanças de beneficiários se transforma numa temática que se sobrepõe as simplificações e dicotomias se consolidando num relevante aspecto a ser considerado.

Com relação às mudanças de beneficiários em Capelinha constatamos a existência de um conjunto de diferentes situações, como: abandono, venda de lotes, troca de lotes interna e externa, invasão coletiva e individual, despejo judicial, substituição de titular, expulsão, etc.

Percebemos que esse processo de mudança de beneficiário é indissociável das formas de reocupação dos lotes o que indica a existência uma demanda por terra. Observamos uma ligação estreita entre o tipo de modalidade de mudança e a lógica de reocupação.

Consideramos que os casos de abandono são situações onde o beneficiário da política de assentamentos deixa o lote por iniciativa própria, motivada por diferentes razões. Alguns autores, como Gouveia (2001), por exemplo, utilizam o termo ‘egresso’ para definir esses casos.

São alterações em que, de modo geral, a Associação passa a ter domínio sobre o lote até que um outro beneficiário seja escolhido ou se dê outro destino ao lote, como foi o caso do remanejamento, onde alguns lotes abandonados foram incorporados a outros para que seu tamanho dos lotes aumentasse.

Se observarmos o perfil dos assentados que abandonaram os lotes, veremos que são na sua maioria jovens, de origem de outro município e viviam sozinhos.

Outra modalidade de saída de beneficiários é a expulsão. Nela, a saída se dá mediante constrangimentos, coerção ou ameaça, seja dos próprios assentados e da Associação, seja por parte do Incra. Em Capelinha os motivos que levaram à expulsão de assentados pela Associação são a acusação de suposto assassinato; a constatação de lotes abandonados e mal explorados; o descumprimento sistemático de acordos firmados na Assembléia; além da suposta venda de lotes. Naquele assentamento o motivo que levou o Incra a expulsar um assentado foi o seu mau comportamento.

Sair do lote mediante expulsão movida por iniciativa da Associação simboliza um certo domínio e autonomia dos assentados sobre seu “território”; uma espécie de zelo pela “Lei do Assentamento”, ou seja, o conjunto de regras elaboradas e incorporadas pelos próprios assentados que regem alguns aspectos do destino do assentamento e da vida em comum. É, ao mesmo tempo, o tipo mais grave de sanção imposta pela organização.

Isso não se dá sem conseqüências, já que o responsável legal pelo processo de expulsão (ou retirada e remoção) é o Incra. A maioria das decisões tomadas pela Associação somente é informada ao Incra quando de suas (poucas) visitas ao assentamento. O tempo transcorrido entre a decisão e essa comunicação varia muito, podendo levar meses, sendo que nada garante que o Incra acatará a decisão tomada. Por outro lado, a ausência do Incra nos assentamentos é recorrente e grave. Um dos motivos do descompasso entre as decisões dos assentados e a legitimação do Incra reside nesse fato.

Nas substituições motivadas por expulsão, o princípio da prioridade da família do assentado expulso não existe, assim como parece não haver uma lógica padrão nesses casos.

A venda de lote, entendida como a comercialização mediante dinheiro, equipamentos, veículos, animais, ou outra vantagem pessoal, geralmente é realizada diretamente pelo assentado. Entretanto, pode também ser feita através de mediação por membros da Associação com ou sem participação e conluio de funcionários do Incra.

Pelo que percebemos as vendas de lotes aumentaram conforme o tempo foi passando; a mobilização dos assentados se fragmentando; e organização da Associação se correndo. A ausência e a omissão do Incra também foram preponderantes nesses casos.

Em Capelinha observamos que a venda de lotes parece estar associada, em muitos casos, à presença de famílias incompletas, sobretudo quando permanecem no assentamento apenas um ou dois membros da família, moradores solteiros, viúvos, divorciados ou separados. Apesar dessa complexidade, a venda de lotes parece estar diretamente associada à proletarização da família e à reduzida capacidade de produção agropecuária.

Pressionados pela falta de recursos financeiros e em meio à carência de produção agropecuária, de um modo geral, os assentados que vendem os lotes encontram-se num dilema: ou permanecem no assentamento sem conseguir produzir e dar o mínimo de garantias para a manutenção familiar, ou obtêm um montante de recursos, não maior que o valor de uma pequena casa na periferia da cidade, e tentam outra ocupação num ambiente marcado pela precarização das relações trabalhistas, pelos baixos salários e pelo aumento do desemprego.

Não é incomum relatos de que, em pouco tempo, a situação financeira dos que deixaram os lotes para tentar outra forma de vida na cidade tenha piorado ainda mais, como nos mostra Zinga (2004).

Por outro lado, como observa Abramovay (2005:362), existem casos onde o assentado “se apóia na certeza de que a terra não será paga e, portanto, induz a que seja vivida pelos beneficiários antes de tudo como patrimônio e não como base produtiva”.

Nas substituições ocasionadas pela venda de lotes também não identificamos uma lógica padrão porque tendem a ser casos mais complexos. Além da legitimação dos dois supostos compradores no assentamento Capelinha, três lotes localizados distantes um dos outros foram adquiridos por uma só pessoa, indicando o início de um processo de reconcentração fundiária. Num desses lotes a Polícia Federal descobriu a “refinaria de cocaína” já referida.

Já a troca de lote se mostrou bastante utilizada em Capelinha. Geralmente essa modalidade decorre de uma necessidade de rearranjo interno, uma melhor acomodação entre beneficiários após a chegada no respectivo lote. São motivadas por questões estritamente particulares (proximidade de parentes, melhores opções de transporte para os filhos estudarem, etc).

Denominado por alguns funcionários do Incra de “permuta”, a troca de lotes de um mesmo assentamento é uma medida tomada visando dar mais satisfação familiar, principalmente quando o método utilizado na distribuição dos lotes entre os assentados se dá via sorteio, o que impossibilita a escolha do lote, como foi o caso do nosso estudo.

Entretanto, em vários casos, as trocas de lotes ocorreram no decorrer de todo o período da pesquisa realizada, sugerindo que esse tipo de rearranjo faça parte da dinâmica dos assentamentos. As trocas de lote que ocorrem no mesmo assentamento acabam mudando a conformação interna do assentamento sem mexer nos dados gerais (número de famílias assentadas, por exemplo). Já nas trocas de lote entre assentamentos - fato menos comum - é necessário que haja dois interessados, um em cada assentamento objeto da mudança para haver a troca e uma boa dose de articulação. Em Capelinha observamos apenas um desses casos.

A modalidade substituição de titular de lote é a alteração solicitada por assentado titular que pretende sair, destinando o lote a uma terceira pessoa, através de permissão

concedida pelo conjunto dos assentados. Geralmente se dá entre indivíduos da mesma família, mas existem casos onde se deu entre não familiares. No único caso de substituição entre não familiares em Capelinha, houve suspeita de venda embutida, mas não foi considerada pelos assentados, que acabaram aprovando o caso.

A invasão coletiva que ocorreu em Capelinha, se concretizou após o Incra notificar 10 assentados que não exploravam e nem moravam nos lotes. Organizada por um grupo interno de oposição visando desmoralizar a então diretoria da Associação mobilizou um significativo contingente de pessoas das redondezas interessadas em lotes.

A reação foi sintomática do grau de organização e articulação que a Associação havia construído naquele início de constituição do assentamento, fazendo com que todos os invasores fossem “removidos”, seja pela Associação que retirou sete, seja pelo Incra que foi acionado e retirou os três que resistiram ao apelo do Presidente da Associação.

Invasões individuais também ocorreram em lotes igualmente abandonados e mal explorados onde nem o beneficiário titular nem sua família residem efetivamente. Nesses casos a justiça geralmente é acionada, sendo que dos dois casos observados em Capelinha, um ainda continua em julgamento.

Um despejo judicial acionado contra o Incra pelo fazendeiro vizinho as terras recém desapropriadas acabou por desalojar de seus lotes duas famílias de assentados, transtornando suas vidas e exigindo mudanças internas na configuração do assentamento. Nesse tipo de caso, o que infelizmente pode ser generaliza é a vagareza com que a justiça toma decisões. No caso em tela foram mais de sete (sete) anos do início do imbróglio jurídico até a resolução do problema.

Os falecimentos estão incluídos aqui como modalidade de saída, já que mudanças de beneficiários decorrem desse fenômeno. Ocorreram quatro falecimentos de titulares dos lotes, sendo dois decorridos naturalmente e dois motivados por assassinatos. Quando o assassino é um titular de lote, os assentados o expulsam, perdendo a titularidade do lote.

Quando o falecido é um titular de lote, geralmente é a esposa ou outro parente que costuma assumir a titularidade do lote, mesmo que estes não residam no assentamento, mantendo o lote na unidade familiar de origem.

Constatamos que o processo de mudança de beneficiário e as formas de reocupação dos lotes muitas vezes vão de encontro daquilo que é considerado legal pela política de

assentamentos rurais. O fato da Associação tomar algumas decisões sem comunicação, presença e concordância do órgão gestor (Incra) constitui, nessa visão, uma irregularidade grave, sugerindo uma autonomia relativa da Associação que não foi conferida pelo gestor, por mais legítima que tenha sido esta decisão..

Do ponto de vista metodológico essa dissertação se baseou na análise das atas. Para sua realização recorremos ao levantamento, digitação e sistematização de conteúdo das Atas das Assembléias da Associação desde sua Fundação, em maio de 1997, até maio de 2005, correspondendo há oito anos. Esse período também correspondeu a oito gestões e um ‘impeachment’ de diferentes Diretorias da Associação de Trabalhadores Rurais da Fazenda Capelinha I e II.

Partimos do pressuposto de que as Atas das Assembléias são documentos que registram importantes informações da sociabilidade e da organização dos assentados e expressam, de alguma forma, o modo pelo qual o conjunto dos assentados compreende o seu mundo e se relaciona com o mundo de fora.

Além disso, realizamos o resgate, sistematização e análise de conteúdo de documentos oficiais do Incra (relatórios e relação de assentados), do Projeto Lumiar (relatórios, diários de campo, projetos de financiamento) e da Associação (ofícios, relatórios). Também foram realizadas entrevistas com assessores e funcionários do Incra; presidentes de associação e lideranças do assentamento com o objetivo de esclarecer algumas dúvidas e questões.

Na sistematização dos dados levantados, identificamos três fases distintas na trajetória do assentamento, utilizando como critério as diferentes gestões da Diretoria da associação e a efetividade (ou legitimidade) das mudanças de beneficiários, ou seja, o percentual das decisões tomadas pelos assentados, através de sua organização representativa, que foram reconhecidas oficialmente pelo Incra, ou seja, legitimadas. Essa efetividade⁶ é evidenciada pela inclusão dos assentados na Relação de Beneficiários (RB),

⁶ A análise da efetividade das decisões se baseou na Relação de Beneficiários (RB) datada de 15/09/2005, portanto, três meses após o encerramento das pesquisas das Atas. Cabe ressaltar que ao longo do período estudado tivemos acesso a outras RBs com resultados diferentes mostrando que as avaliações dos técnicos do Incra são dinâmicas, dependendo das avaliações que os diferentes técnicos do Incra fizeram quando das vistorias realizadas no assentamento.

documento emitido pelo Incra diretamente conectado ao SIPRA (Sistema de Informações da Reforma Agrária).

Partimos do princípio de que as mudanças de beneficiários tiveram seu padrão alterado ao longo das diferentes fases, em função de um conjunto de questões relacionadas, entre outras, à organização social interna e às relações institucionais construídas pelo conjunto dos assentados.

Assim, na Fase I, correspondente ao período de maio de 1997 a maio de 1999, dos 42 casos de mudanças de beneficiários ocorridas, 18 foram reconhecidas pelo Incra, ou seja, 43% das decisões tomadas em Assembléia foram legitimadas. Essa fase corresponde ao final do período de acampamento e a implantação do assentamento, onde havia maior coesão social e onde os assentados, através da Associação, estabeleceram algumas regras de conduta que estamos chamando de “Lei do Assentamento”. Foi um período onde as expectativas da conquista da posse da terra se confirmaram; onde a convivência intensa entre os assentados se dava de forma mais solidária e as regras estabelecidas coletivamente estavam mais incorporadas.

As mudanças de beneficiários apontavam no sentido da construção de rearranjos internos visando a melhor acomodação dos assentados no novo território. Nenhum caso de venda de lote foi verificado. As principais modalidades de mudança de beneficiário que ocorrem nesta fase são: abandonos, trocas de lotes, invasão coletiva, expulsão e despejo judicial.

Na Fase II, que corresponde ao período transcorrido entre maio de 1999 a maio de 2001, ocorreram 32 casos de mudança de beneficiários, sendo que 27 (85%) foram legitimados pelo Incra. Esta fase corresponde ao período onde os assentados estão iniciando as atividades produtivas e as dificuldades na produção começam a ser percebidas. A Associação em conjunto com os assentados obtém significativas vitórias, entre elas a liberação dos projetos de crédito (Procera e Pronaf Investimento) e o início das obras de eletrificação rural, apesar das disputas e tensões internas se intensificam, inclusive ocorrendo o impeachment do seu presidente.

As modalidades de mudanças de beneficiários mais percebidas são: expulsão, trocas de lotes, inclusive entre assentamentos, abandonos, além de invasão individual. Começam

também a ocorrer as primeiras tentativas de venda de lotes que são rechaçados pelos assentados, com a expulsão dos supostos vendedores.

Na Fase III, período correspondente a maio de 2001 a junho de 2005, dos 36 casos de mudanças constatados apenas 7 (19%) foram legitimados pelo Incra. Essa fase se caracteriza pela corrosão da organização interna e pelo início do relaxamento com as regras de conduta estabelecidas por eles próprios através das “Leis do Assentamento”. A Associação se encontrava esvaziada. Algumas outras expectativas dos assentados não se realizam conforme o esperado, como é o caso das dificuldades na produção, no vigor das disputas internas, na morosidade e precariedade da implantação da infra-estrutura necessária. Essa situação estabelece uma nova configuração entre os beneficiários, onde alguns acordos estabelecidos anteriormente se tornam mais fluídos, inaugurando, por exemplo, não só uma certa tolerância na venda de lotes, mas também na sua posterior legitimação por parte dos assentados.

Finalmente, após a sistematização dessas três fases, procuramos analisar as mudanças de beneficiários e as formas de reocupação dos lotes a partir de quatro dimensões⁷ distintas e ao mesmo tempo inter-relacionadas, quais sejam: i) dimensão temporal, ii) de fluxo, iii) espacial, e iv) de processos e relações.

Na dimensão temporal resgataremos as entradas e saídas de beneficiários ao longo do tempo, oferecendo uma visão panorâmica que envolve o período pesquisado. A intenção aqui é estabelecer uma relação dialógica entre o “tempo” das mudanças e reocupações com a dimensão de processos e relações existentes nas relações sociais no interior assentamento. Quando os assentados estavam mais mobilizados e coesos, o discurso das lideranças, de técnicos do Incra e dos mediadores sobre a necessidade de viver da terra e na terra - e contra a comercialização dos lotes – também era a expectativa dos assentados, rebatendo na conduta de cada assentado, na quantidade e na prevalência de determinadas modalidades.

Com o passar do tempo, outros tipos de mudança de beneficiários foram aparecendo e determinadas atitudes não toleradas nas duas primeiras fases – como, por exemplo, a venda de lotes – passou não só a serem permitidas, como amplamente aceitas pela comunidade assentada. Por sua vez, os casos de expulsão de beneficiários por supostas

⁷ Vale ressaltar que a distinção dessas dimensões significa apenas um recurso metodológico que permite a melhor organização das idéias e análises de conteúdo.

vendas de lotes ou por mantê-los abandonados e mal explorados foram diminuindo, chegando a não mais ocorrer na terceira fase.

Na dimensão de fluxo, entendida como o movimento de entradas e saídas dos beneficiários, procuraremos analisar as diferentes modalidades de mudança de beneficiários observadas no período da pesquisa. Pelo que pudemos constatar, predominavam o abandono, a expulsão (por vários motivos) e as vendas, mas também foi possível observar casos de troca de lote, substituição de titular, despejo judicial, invasão individual e coletiva, desmembramentos, entre outros. Como veremos no decorrer da dissertação complementarmente as reocupação dos lotes, tudo indica haver determinadas lógicas dos assentados para cada modalidade de substituições de beneficiários.

Na dimensão espacial estabeleceremos relações entre a distribuição geográfica dos lotes que participaram de alguma das modalidades de mudanças e reocupações com as características sócio-econômicas e produtivas do assentamento. Parte-se do pressuposto de que as dificuldades em obter renda do trabalho dos lotes e a crescente descapitalização dos assentados, além dos problemas na implantação dos projetos produtivos, contribuíram para que a sobrevivência se tornasse mais difícil, estimulando que mais casos de saída, principalmente de vendas de lotes, ocorressem. Esses problemas devem-se a vários motivos, entre eles a localização dos lotes nas cinco glebas existentes, geograficamente determinadas pelo Incra através de estudos que determinaram diferenças de qualidade das terras, principalmente na fertilidade natural dos solos e na disponibilidade de água.

Para melhor visualização da distribuição das mudanças de beneficiários nas glebas e nos lotes será apresentado em anexo mapa colorido para cada uma das fases.

Na dimensão de processos e relações identificaremos elementos da organização interna que caracterizam aqueles assentados e sua entidade representativa - a Associação dos Trabalhadores Rurais da Fazenda Capelinha I e II - e a relação institucional estabelecida com o Incra. Assim, privilegiaremos o contexto organizativo vivenciado pela trajetória do assentamento.

No que diz respeito a reocupação dos lotes, procuraremos analisar os mecanismos de discussão e de decisão acionados nas assembléias; os critérios utilizados que justificaram as mudanças de beneficiários ocorridas, além de perceber as disputas, embates e tensões internas existentes.

Como último aspecto, gostaria de explicitar qual a terminologia e conceitos que recorreremos na reflexão sobre o processo de mudança de beneficiários.

O termo mudanças de beneficiário é utilizado nessa dissertação no sentido de abarcar as diferentes modalidades observadas, tanto de saída quanto de entrada de beneficiários. Alertamos que esse movimento não se restringe a casos de saída e entrada de novos assentados de fora do assentamento, mas também movimentos internos, como é o caso das trocas de lotes.

Já o termo evasão⁸ será utilizado nessa dissertação para definir situações de saída de beneficiários dos programas de assentamentos rurais, funcionando como uma espécie de guarda-chuva, onde diferentes modalidades de saída se abrigam. Significará, portanto, um movimento de saída que pode incluir diferentes situações muito distintas entre si. Esse cuidado pretende evitar comparações entre fenômenos com características díspares e, às vezes, diametralmente opostas entre si, como pode ser observado nas discussões sobre o tema.

O termo substituições será usado para definir o conjunto de modalidades de entrada de novos assentados nos lotes em que houve saída. Supomos que cada substituição tenha uma lógica, moldada pela relação sócio-organizativa própria daquele assentamento, compondo as formas de reocupação do lote.

A presente dissertação estrutura-se em cinco capítulos e pretende pautar o seu encadeamento partindo do ambiente mais abrangente para aspectos mais específicos.

No primeiro capítulo e partindo da constatação de que os estudos sobre o tema ainda são escassos, procuraremos apresentar uma revisão bibliográfica da literatura especializada, de modo a oferecer um panorama do estado da arte atual sobre a temática.

No segundo capítulo faremos uma breve discussão a respeito da questão agrária, da cultura institucional do Incra e sobre a legislação agrária pertinente a problemática de minha dissertação visando situar o contexto mais geral da temática.

No decorrer do terceiro capítulo apresentaremos algumas características da agricultura e dos assentamentos fluminenses, assim como o perfil do órgão gestor da reforma agrária do estado, o Incra-RJ.

⁸ Evadir, segundo o Dicionário Aurélio, tem o significado de escapar, fugir, desviar, desaparecer. Passa o sentido de uma saída deliberada diante de uma situação ameaçadora: *fugir da prisão*, por exemplo.

No quarto capítulo apresentaremos as características do Assentamento de Capelinha a partir dos estudos e análises já realizados desde a ocupação das terras da antiga Usina Victor Sence, ocorrida em Conceição de Macabu em junho de 1996.

Procuraremos discutir aspectos importantes como a ocupação das terras, a origem dos assentados, as atividades econômicas, a infra-estrutura instalada, os créditos elaborados, entre outros, comparando-os, na medida do possível, com outros assentamentos do estado.

No quinto e último capítulo analisaremos as informações sobre mudanças de beneficiários observadas nas atas das assembleias da Associação dos Trabalhadores Rurais da Fazenda Capelinha durante o período de oito anos (maio 1997 a junho de 2005), o que corresponde as três fases.

Os aspectos relacionados às formas de reocupação dos lotes serão privilegiados na análise da dimensão de processos e relações, quando levantaremos elementos das características do assentamento, tais como os mecanismos de decisão, os critérios utilizados, entre outros, que permitem-nos inferir a existência de determinadas lógicas dos assentados que moldam algumas modalidades de saídas e de entrada de beneficiários.

No que diz respeito às considerações finais, serão retomadas as principais questões levantadas ao longo da dissertação.

CAPÍTULO I

1 - Reflexões e estudos sobre mudanças de beneficiários em assentamentos rurais

Nesse capítulo procuraremos resgatar na literatura existente alguns estudos que tratam do tema das mudanças de beneficiários em projetos de assentamento. Foram encontrados basicamente dois tipos de estudos: as dissertações de mestrado cujo objeto de estudo se refere à temática referida; e diagnósticos e pesquisas demandados por setores públicos que oferecem um panorama mais geral da situação encontrada em diversos outros assentamentos do país.

Nesse último caso, de um modo geral, trata-se de estudos que objetivam obter uma avaliação da política de implantação de assentamentos, em sua maioria centrados na busca dos impactos sócio-econômicos dos assentamentos tendo sido elaborados por instituições diferentes, cada qual com uma metodologia própria.

Optamos por sistematizar as contribuições que, no meu entendimento, pudessem contribuir na reflexão e ajudar no diálogo com minha dissertação, privilegiando aqueles que considere mais próximo da realidade do Estado Rio de Janeiro e da minha problemática.

Assim, apresentamos num primeiro momento as principais contribuições desses estudos no que se referem aos índices de evasão e dos processos de mudança de beneficiários. Em seguida apresentaremos algumas das diferentes razões encontradas nesses estudos que buscam explicar a saída desses assentados, assim como os momentos em que estas saídas ocorrem em maior ou menor intensidade. Finalmente, mostramos a compreensão que os próprios assentados tem sobre o processo de evasão.

1.1 – Evasão e mudanças de beneficiários: o que os estudos mostram.

O primeiro estudo que traz dados sobre evasão foi realizado pela FAO/PNUD/MARA (1992)¹ com o objetivo obter uma avaliação econômica dos assentamentos, principalmente no que diz respeito a renda obtida pelos assentados².

¹ Denominado *Principais indicadores sócio-econômicos dos assentamentos de reforma agrária* a pesquisa levantou a situação sócio-econômica dos beneficiários da reforma agrária de 44 assentamentos (aproximadamente 10% dos 524 assentamentos considerados válidos pela pesquisa) e entre 821 famílias (1,1% do universo de 94.026 famílias) dos assentamentos criados pelo Incra entre os anos de 1985 e 1990.

Conforme resultados dessa pesquisa, o percentual médio de evasão (ou desistências) nos assentamentos de reforma agrária no Brasil foi de aproximadamente 22% ³. Importante ressaltar que o conceito de desistência utilizado pelos pesquisadores contempla também casos de venda de lotes.

O referido estudo destaca ainda que existe a tendência de uma tradição migratória mais acentuada na região Norte - a de maior índice de evasão - do que em outras regiões. As próprias características da vida na floresta, juntamente com a quantidade de problemas encontrados pelos colonos, segundo o estudo, impõem “um deslocamento constante à procura de melhores terras, com melhores condições de saúde e mais próximas às estradas, dentre outros”. (Op Cit., pg. 21).

Segundo o estudo, é interessante constatar que apesar da seca e da pouca fertilidade dos solos nordestinos, os assentados daquela região não abandonaram tão facilmente as suas terras. No Sul e no Sudeste, onde os percentuais de desistências foram menores, verificando-se até a existência de listas de espera nos assentamentos, algumas organizadas no próprio INCRA local (Op. Cit., pg 21).

Um segundo trabalho é de Bruno & Medeiros (1998). As autoras, a partir de demanda do Ministério Especial de Política Fundiária (MEPF), do Incra e da FAO, realizaram pesquisa⁴ cujo objetivo era “refletir sobre algumas razões que fazem com que os assentados saiam de seus lotes” (Op. Cit., pg 6).

Nesta pesquisa foi definida como evasão do lote a “saída de famílias, registradas no período posterior à formalização legal do assentamento”, não contabilizando os casos

“... onde o beneficiário morreu e a administração continuou com o núcleo familiar (esposa e filhos), nem em situações em que o titular do lote saiu do assentamento por razões diversas, mas a família permaneceu na terra, como assentada” (Op. Cit., pg. 13).

Tal procedimento se justifica, segundo as autoras, pelo fato de que consideram o lote como uma unidade familiar de produção e não a partir de um beneficiário legal (um indivíduo).

² Os pesquisadores concluíram que a Reforma Agrária, apesar de todos os problemas de concepção e instalação, apresentava resultados sócio-econômicos positivos: "A média das rendas de uma família de beneficiários da reforma agrária a nível nacional era de 3,70 salários mínimos (sm) por mês (US\$ 280.00)" (ibidem, pg 05).

³ Os resultados regionais foram: 27% na região Norte; 17% na Centro-Oeste; 16% na região Sudeste; 11% na Nordeste; e 4% na região Sul.

⁴ Denominada *Percentuais e causas de evasão nos assentamentos*, a pesquisa foi realizada em 59 assentamentos (5 % do total) criados entre 1985 e 1995, distribuídos em 22 Estados da Federação.

Bruno & Medeiros identificaram que o Índice de Evasão⁵ médio para o Brasil é de aproximadamente 30%⁶. Os assentamentos que tiveram os menores Índices (de até 12,5%) somam 30,5% da amostra, sendo que mais da metade (55%) destes se localizam na Região Nordeste, envolvendo principalmente os antigos moradores da área desapropriada.

Cerca de 30% do total dos assentamentos pesquisados encontram-se situados na faixa intermediária inferior, ou seja, com Índice de Evasão de 12,5% a 25%. Quase metade desses casos ocorreu na Região Nordeste e em 43,7% deles prevalece à presença de antigos posseiros e moradores.

Os assentamentos situados na faixa intermediária superior (com Índice de Evasão de 25% a 50%) equivalem a 27,1% da amostra e se distribuem em todas as Regiões do País.

A faixa de assentamentos com Índice de Evasão maior de 50% corresponde a 15,3% e se localizam majoritariamente nas Regiões Norte e Centro-Oeste do País (89%). A grande maioria dos casos se caracteriza como áreas de fronteira agrícola (77%) ou em situações em que o Incra desapropriou as terras e escolheu os beneficiários.

Um terceiro trabalho é o de Sparoveck et al (2003), cujo objetivo, segundo ele, era de suprir a carência existente na literatura de informações recentes, sistematizadas e abrangentes relativas aos aspectos qualitativos do processo de reforma agrária, percorreu 4.320 projetos de assentamentos do país onde foram aplicados 14.414 formulários⁷.

Os pesquisadores também sistematizaram uma série de informações relacionando duas diferentes situações de titularidades nos lotes existentes nos assentamentos, quais sejam: *reassentamento*, entendido como alteração legal e registrado pelo Incra; e *alterações irregulares*, entendido como venda ilegal ou mudança de beneficiário sem consentimento ou registro no Incra.

⁵ O Índice de Evasão foi obtido através do confronto dos dados (listagens do Incra e relatos de lideranças) com a listagem original de beneficiários.

⁶ O índice para o Brasil utilizando-se a média ponderada foi de 29,7%, sendo que a Região Norte obteve 41,8%, a Região Centro-Oeste 40,4%, a Região Sul 25,1%, a Região Nordeste 15,1% e, finalmente, a Região Sudeste com 12,1%. Nota-se que em cada região existem diferenças significativas nos índices de evasão.

⁷ Denominada *A qualidade dos assentamentos de reforma agrária brasileira*, a metodologia da pesquisa estabeleceu alguns índices numéricos para a análise da qualidade do processo de reforma agrária no País, que trazem informações em relação a: Eficácia da Reorganização Fundiária; Qualidade de Vida; Ação Operacional; Articulação de Organização Social e Qualidade do Meio.

No que diz respeito às alterações irregulares, o autor reconhece a existência de venda de lotes nas áreas reformadas, porém, lembra que existem outras formas de alterações como o escambo, falecimento ou migração de beneficiário que acaba repassando o lote para parente ou amigo, e abandono com reocupação do lote por outra pessoa da comunidade.

O percentual médio dessas alterações irregulares (venda ilegal ou em falta de registro no Incra), foi de 11%, o que corresponde à cerca de 56 mil lotes que podem, segundo o autor, ser em parte reocupados.

Os dados indicam que o percentual médio de reassentamento (alteração legal e registrada pelo Incra) apurado a nível nacional equivale a 14% do universo pesquisado equivalendo a algo em torno de 77 mil lotes.

Um outro estudo igualmente significativo é a dissertação de mestrado de Lopes (2000). O autor constatou que a evasão nos assentamento de Sergipe⁸ era de 20,7%, com variações que iam de zero, a mais de 50%. O maior número de evasões se deu entre os anos de 1990 e 1993, o que corresponde ao período de transição entre o Governo Fernando Collor e o primeiro ano do Governo Itamar Franco, período em que, segundo o autor, “as ações de reforma agrária ficaram praticamente paralisadas” (Op. Cit., pg. 249).

O autor relata ainda que no assentamento Ivan Ribeiro a evasão foi de 35,9%, enquanto no assentamento Vitória da União, 35 dos 77 lotes existentes permanecem com beneficiários que não estavam no início do projeto, correspondendo a 45,5% de evasão (Op. Cit., pg. 254).

Segundo o estudo, dos 171 assentados que deixaram um dos assentamentos em Sergipe, “70% venderam suas benfeitorias por não mais desejarem ficar nos lotes, sendo, portanto, desistentes”. No Assentamento Califórnia, o número de assentados selecionados no início do projeto e que ainda residem na área “não chega a 20%, ou seja, 80% já haviam saído entre 1985 e julho de 1997” (Op. Cit. pg. 249).

Em outro trabalho, Lopes et al (2004) afirma que 60% dos moradores dos assentamentos compraram lote e 40% participaram do processo de seleção do Incra. Segundo os pesquisadores:

“A inexperiência dos primeiros assentados” (sertanejos sergipanos que sempre trabalharam com culturas de sequeiro) em trabalhar com agricultura irrigada fez com que muitos deles acabassem cedendo

⁸ Denominada *Assentamentos Rurais e Desenvolvimento Local: dimensões econômicas, sócio-políticas e redes sociais no campo Sergipano*, a pesquisa trabalhou 15 assentamentos do Incra no Estado.

lugar aos alagoanos, como são conhecidos localmente os pequenos agricultores vindos de Alagoas, Bahia e Pernambuco, que chegaram à área com maiores recursos financeiros e experiência em irrigação" (Op. Cit. pg. 239).

Uma segunda dissertação de mestrado é apresentada por Gouveia (2001). A autora estudou o assentamento oriundo da primeira ocupação de terras organizada pelo MST no estado do Paraná na década de 80⁹ e mostra que, neste período, das 375 famílias do assentamento, 88 (23,46%) desistiram. Esses desistentes eram todas procedentes do próprio Estado, majoritariamente formado por descendentes europeus e que exerciam atividades agropecuárias. Por tradição exploravam sistemas de produção nos moldes da agricultura familiar (cultivo de feijão, milho, arroz, mandioca e criações de aves, bovinos e suínos).

Ainda sobre os estudos que trabalham a questão das mudanças de beneficiários e mais especificamente estudando um assentamento da mesma região onde se localiza nosso objeto empírico, o norte do Estado do Rio de Janeiro, Zinga (2004)¹⁰ afirma que ocorreram 106 casos de evasão de assentados até o ano de 2004, correspondendo a 20,9% do total do assentamento. Desse total, 67 assentados (13,2%) foram removidos pelo INCRA, e 39 (7,7%) desistiram.

Do conjunto dos estudos acionados, mais especificamente sobre evasão, podemos observar que:

a) Casos de saída de beneficiários de lotes de assentamentos de reforma agrária ocorrem nas mais diferentes Regiões e Estados do País, sugerindo que fazem parte da dinâmica dos assentamentos, independentemente dos processos sociais que se originaram;

b) Os índices de evasão gerados nas diferentes pesquisas variam significativamente não só entre regiões distintas, com a tendência de ocorrerem maiores índices no Norte e Centro-Oeste, mas também dentro de um mesmo estado, como nos mostrou o estudo sobre o Estado de Sergipe.

c) Os índices de evasão gerados pelas pesquisas, mesmo quando não tenham sido construídos para qualificar o processo de assentamentos rurais implantado no país,

⁹ Denominada *Outra vez, sem terra: uma análise dos egressos da organização do Assentamento vitória da União – Mangueirinha – Pr*, a autora havia trabalhado diretamente com aqueles assentados como técnica do sistema de assistência técnica e extensão rural público.

¹⁰ Denominado *Um estudo de caso sobre as causas da permanência e da desistência no assentamento Zumbi dos Palmares, Campos dos Goytacazes, RJ*, composto por 506 famílias, o autor conseguiu entrevista alguns assentados que haviam sido removidos pelo Incra.

são, muitas vezes, pelo contexto do embate políticos presentes nas discussões sobre o tema, apropriados para demonstrar a viabilidade ou não dos assentamentos.

c) Autores diferentes utilizaram-se do termo evasão para denominar fenômenos sociais distintos, tais como abandono, troca de lote, venda de lotes e expulsão. O termo vem sendo utilizado, portanto, para ordenar num mesmo conceito modalidades de saídas de beneficiários de natureza os mais variados entre si.

1.2 – As mudanças de beneficiários e suas razões

Pelo que pudemos observar nos estudos pesquisados existem pelo menos 6 (seis) causas de naturezas distintas que justificam a saída de beneficiários dos lotes de reforma agrária, conforme segue: 1) causas de natureza pessoal ou familiar; 2) processos sociais que deram origem aos assentamentos; 3) causas relacionadas à ação do Estado e à forma como o processo tem sido conduzido; 4) ao passivo de infra-estrutura social, ambiental e produtivo existente; 5) de natureza social e cultural dos assentados e 6) irregularidades observadas.

No entanto, na maioria dos casos essas causas estão inter-relacionadas, sendo muito difícil apontar uma razão que a justifique plenamente. Como observam Bruno & Medeiros (1998), nenhuma razão para as evasões é, isoladamente, capaz de explicá-la totalmente: “a dificuldade de relacionar baixos Índices de Evasão com um único fator, mostra a impossibilidade de trabalharmos as causas de evasão de forma linear, buscando um fator determinante para as saídas” (Op. Cit. Pg 39).

1.2.1 – Razões de natureza pessoal ou familiar.

Essas causas comumente se referem à saúde dos beneficiários e de suas famílias, como por exemplo, problemas de doença do chefe do domicílio ou de um membro familiar, ocorrido no assentamento Zumbi dos Palmares, Norte Fluminense, citado por Zinga (2004).

Em decorrência desse problema alguns beneficiários acabaram deixando o assentamento onde moravam para se tratar em locais onde o atendimento de saúde é mais estruturado, permanecendo fora do lote por períodos às vezes longos, fazendo com que fossem removidos (ou excluídos ou ainda expulsos) do assentamento pelo Inra.

Na verdade, a razão da evasão relatada acima que acabou determinando a decisão de sair do lote foi à precariedade da assistência médica. Talvez, se houvesse atendimento médico estruturado mais próximo à remoção promovida pelo Inra não

haveria ocorrido. Percebemos então que nesse caso as causas de natureza pessoal ou familiar estão estreitamente ligadas a falta de infra-estrutura no assentamento.

Lopes (2000), por sua vez, afirma que num dos assentamentos do Estado de Sergipe, 58,3% dos assentados que saíram dos lotes relataram como causas “questões ou problemas pessoais” (Op. Cit. Pg 251). No entanto, não esclareceu quais problemas são esses.

Gouveia (2001), analisando um assentamento paranaense, informa que 20% dos egressos saíram porque o assentamento não correspondia ao que planejara, ou seja, foram motivados por uma frustração da expectativa construída durante o processo de ocupação e acampamento.

1.2.2 - Razões relacionadas aos processos sociais que deram origem aos assentamentos.

Esta categoria analítica foi proposta por Bruno & Medeiros (1998) que sistematizaram os dados da pesquisa acima referida em quatro tipos diferentes de processos sociais que originaram os assentamentos visitados.

O primeiro tipo refere-se aos assentamentos onde o público predominante é o de posseiros e antigos moradores da área desapropriada. Nesses casos, são trabalhadores que, num determinado momento, passaram a ser pressionado pelo proprietário para que saíssem ou pagassem alguma forma de renda. Dos casos que se enquadram nessa categoria, 42,8% tem índices de evasão menores que 12,5% e em 76,5% dos casos, possuem índices de evasão inferiores a 25%. É a categoria cuja tendência é a presença de baixos índices de evasão, embora se observasse no Estado de Mato Grosso índices significativamente mais altos.

O segundo tipo de processo social identificado se refere às situações típicas de uma dinâmica de fronteiras, região em que as terras foram lentamente ocupadas, desde a década de 1960, por agricultores expulsos de outras áreas do País, através de projetos de colonização do Governo Federal. Segundo as autoras, faz parte da tradição desses agricultores a fixação do grupo numa determinada área, onde fazem o desmatamento e plantio em ciclos sucessivos até que a terra comece a dar sinais de esgotamento. Nesse momento, esses agricultores migram para outros espaços, em busca de terras livres e férteis.

Esse processo se complexifica com a disputa por terras na região, que deu origem a alguns dos assentamentos estudados, principalmente nas Regiões Norte (AM,

RO, TO e PA) e Centro-Oeste (MT). Nesses casos, os índices de evasão são significativamente mais altos, chegando, no assentamento de São Pedro, Estado do Pará, a 87,4%.

Nesse sentido, a pesquisa da FAO/PNUD/MARA (1992), traz uma interessante sistematização da trajetória do ciclo tradicional da pequena agricultura observada na região Norte que pode ser útil na melhor compreensão do que Bruno & Medeiros (1998) denominam de dinâmica de fronteira.

Segundo a referida pesquisa o ciclo tradicional da agricultura familiar se divide em três fases. Na primeira, após o recebimento da terra, o agricultor desmata parte da área cumprindo a dupla função de viabilizar um futuro plantio e de gerar alguma receita com a venda da madeira que garanta a sobrevivência da família durante este período.

Na segunda fase, o agricultor efetua o plantio de cereais, geralmente arroz, na área desmatada. Por causa da distância e da falta de meio de transportes, o agricultor não realiza ganho significativo. Esta situação é agravada com o declínio da fertilidade da terra nos seus lotes ao longo do tempo;

No decorrer da terceira fase, decepcionado com a lavoura, o agricultor forma pastagens na terra do arroz e muda de atividade. Abrem-se três leques de possibilidades que podem acontecer de forma combinada: a) vende ou arrenda o lote para fazendeiros pecuaristas; b) ele próprio se dedica à pecuária; c) dedica-se à venda de madeira, de forma crescente.

Cumprindo esse círculo vicioso, muitos assentados visitados no Pará, por causa do seu extremo isolamento e da marginalização econômica, empobreceram e decidiram abandonar a terra.

O percentual de 40% de desistências nessas situações, segundo a pesquisa da FAO, não significa, entretanto, que a terra tenha sido abandonada. Este percentual inclui três tipos de transações: 1ª - venda dos lotes para outros colonos, com abandono subsequente da terra; 2ª - troca de áreas com outros colonos para se localizar mais perto da estrada; 3ª - venda da terra para fazendeiros ou outros (comerciantes, profissionais liberais, etc.).

A reconcentração da terra, quando se verifica, ainda segundo a pesquisa da FAO, não implica na volta automática à situação prévia à desapropriação. As informações recolhidas no campo demonstram que:

“...uma parte das vendas acontece entre colonos, ou seja, beneficiários originais vendendo para agricultores sem terra das

redondezas, que não deixam de ser clientes potenciais e, às vezes, até melhores que os originalmente selecionados” (Op. Cit. pg 21).

O terceiro processo social diz respeito a situações onde as terras foram desapropriadas por pressão dos movimentos sociais do campo (Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Federações de Agricultores, MST, etc.). Não foi detectado um comportamento uniforme quanto à evasão: 36,4% dos casos ultrapassaram o índice de evasão de 25%; 27,3% dos assentamentos se encontram até 12,5% e 36,4% se situam entre 12,5 e 25%. Segundo as autoras, ao contrário das duas situações anteriormente citadas, é difícil estabelecer uma relação entre o processo social que deu origem ao assentamento e os índices de evasão. Certamente, nesse caso, a diversidade do público envolvido, as condições de infra-estrutura e de apoio do Estado, entre outros, adquire um maior peso explicativo.

O quarto e último processo social levantado diz respeito aos casos onde coube ao Incra a iniciativa de constituir assentamentos, ou seja, onde o órgão desapropriou a terra, independentemente da existência de demanda e escolheu o público beneficiário. Os índices de evasão nesses casos são bastante elevados, chegando a 89,3% no assentamento Sertão Bonito (BA), ou seja, de cada dez pessoas que entraram, cerca de 9 saíram. As Regiões Norte (TO, PA e RO) e Nordeste (CE e BA) concentram tais situações.

1.2.3 - Razões relacionadas à ação do Estado e à forma como o processo de assentamento tem sido conduzido.

Segundo Bruno e Medeiro (1998), são situações diretamente relacionadas ao abandono dos assentamentos, como a falta de investimentos do governo, a precariedade da assistência técnica e, em alguns casos, a permanência de situações conflituosas derivadas das disputas com fazendeiros. Em resumo, os assentados saem porque se sentem abandonados em meio a um ambiente estranho e inóspito, onde inexistem políticas públicas que apoiem o desenvolvimento dos assentados.

Gouveia (2001) informa que 8 % dos assentados de um assentamento do Paraná saíram do mesmo por inadaptação com o espaço (local, clima, etc.) e que 34% saíram por insuficiência de lucros, evidenciando que a inadequação dos solos existentes e o ritmo inadequado dos financiamentos destinados aos assentamentos geraram seguidas

frustrações de safra. Tal fato se refletiu diretamente nos aspectos financeiros dos assentados, dificultando a sobrevivência e, conseqüentemente, a permanência nos lotes.

Lopes (2000) estudando o assentamento Vitória da União, localizado no Estado de Sergipe, afirma dos assentados que saíram, 11% alegaram como causa situações estritamente econômicas, como a “inadimplência, a incapacidade de tocar os lotes por insuficiência de mão-de-obra e inadaptação ao assentamento” (Op. Cit. Pg 254).

1.2.4 – Razões relacionadas às condições de infra-estrutura social e produtiva.

Bruno e Medeiros (1998), apontam que, de um modo geral, as condições de infra-estrutura social e produtiva nos assentamentos pesquisados são de enorme precariedade.

Cerca de 40% dos assentamentos não dispõem de nenhum tipo de apoio na área de saúde, nem mesmo algum tipo de ação de primeiros socorros ou orientação de agentes de saúde, seja no assentamento ou nas redondezas.

Em relação às estradas, somente 17% dos assentamentos as consideram boas, sendo que quase 60% não apresentam condições de trafegabilidade durante todo o ano. No que diz respeito ao transporte, apesar das inúmeras dificuldades e do atendimento irregular, cerca de 70% dos assentamentos são servidos por transporte coletivo.

Já com relação ao esgoto, somente um assentamento pesquisado possui rede, ainda que parcial. A grande maioria dispõe de fossas, sumidouros ou então ‘no mató’. Com relação à energia elétrica, somente 27,8% dos assentamentos possuem esse serviço, limitando não só as condições de conforto, mas de capacidade de produção.

Essas afirmações são amplamente corroboradas por diversos outros pesquisadores que estudaram diferentes situações em vários estados. Entre eles podemos citar: Bittencourt et al (1998), Oliveira (2003).

Como veremos no capítulo 3, o assentamento Capelinha não foge a situação geral relatado mais acima, ou seja, de importantes carências de infra-estrutura.

No Estado do Rio de Janeiro, segundo pesquisa elaborada por Oliveira Jacques (2004), entre os cinco mais graves problemas apontados pelos assentados, portanto, que mais influem na decisão de permanecer ou abandonar os lotes, três deles se referem a questões de infra-estrutura: 1) a falta de água, tanto potável como para irrigação (43,5%); 2) a escassez de transportes para facilitar o acesso ao centro urbano de Campos

(31,1%); 3) a inexistência de escolas para os filhos dos assentados freqüentarem (20,5%); 4) a pouca oferta de recursos para viabilizar a produção (20,5%); e 5) a precariedade ou inexistência de assistência médica no assentamento (19,4%).

Assim, o quadro geral aponta para um passivo significativo em termos de infraestrutura social e produtiva e vem sendo apontado recorrentemente como uma das principais causas das saídas de beneficiários de reforma agrária no País. Apesar dessas condições, Bruno & Medeiros (1998) afirmam que “não podemos atribuir exclusivamente a esse fato os índices de evasão, uma vez que eles se diferenciam sensivelmente nos assentamentos” (Op. Cit, pg 53).

1.2.5 - Razões de natureza social e cultural dos assentados.

São as causas que dizem respeito à diferenciação social que existe entre os assentados no momento da chegada ao lote. Alguns assentados detêm mais capital que outros, tanto no sentido material (recursos obtidos via apoio familiar, por exemplo), como no sentido cultural (nível de escolaridade, relação com o mercado, experiência com produção, etc). Essa diferenciação, segundo Bruno & Medeiros (1998), acaba por colocar num mesmo ambiente, as vezes inóspito, pessoas em situação absolutamente desiguais, o que acaba por precipitar determinadas decisões pessoais no sentido de desistir, principalmente os que são desprovidos de tudo.

As novas dificuldades inerentes à gestão do recém conquistado lote, como o aprendizado administrativo e financeiro também foi levantado como causas que motivaram saídas. Os conflitos e tensões surgidas por problemas de convivência, como a necessidade de gerir bens em comum e a participação em práticas associativas, além de acusações de desvios de recursos, também foram mencionadas nas entrevistas organizadas pelas pesquisadoras.

A imposição de regras próprias por parte de lideranças, seja de modelos organizativos ou de formas específicas de produção, também foram percebidas como causa de saídas e mesmo da desagregação de alguns assentamentos.

Gouveia (2001), por sua vez, afirma que a saída de 8 % dos egressos estudados no assentamento paranaense se deve à decepção com as lideranças e que 28% não se adaptaram à forma de organização (28%). A autora acima citada conclui observando que:

“Existe uma insatisfação dos assentados com a forma de organização implementada, evidenciando um descompasso entre os objetivos que

movem os agricultores que participam das ocupações em busca de terra para produzir e as metas que orientam o Movimento dos Sem-terra, voltadas para a Reforma Agrária” (Op.cit, pg. 23).

Já Lopes (2000), no assentamento Ivan Ribeiro, mostra que 16,7% dos assentados que saíram apontaram como causa “inadaptação à exploração coletiva” (Op. Cit. Pg 251). Já no assentamento de Vitória da União 13,6% dos assentados saíram por “brigas entre assentados” (Op. Cit. Pg 254).

Convém lembrar, entretanto, que nem sempre as tensões e brigas presentes nos assentamentos são valores desagregadores. Muitas vezes, esses atributos constitutivos da vida social se apresentam como elementos de rearranjo, de reestruturação da vida comunitária.

1.2.6 – Razões relacionadas a irregularidades

Muitas das mudanças de beneficiários que ocorrem nos assentamentos são consideradas irregulares pelo órgão gestor dos assentamentos, como nos mostram algumas pesquisas, entre elas a de Lopes (2000) que nos informa que num dos assentamentos do Estado do Sergipe, “25% dos assentados saíram por exclusão do Incra” (Op. Cit. Pg 251).

Através de consultas a documentos oficiais e entrevistas com funcionários da Superintendência do Incra no Rio de Janeiro, observamos que os principais instrumentos da Legislação que trata do assunto se referem ao Decreto-Lei nº 59.429 de 27 de outubro de 1966; à Norma de Execução nº 45, de 25 de agosto de 2005; e mais recentemente à Instrução Normativa nº 22, publicada em 11 de outubro de 2005.

O Decreto-Lei nº 59.429, publicado em 1966, regulamenta alguns capítulos e artigos do Estatuto da Terra¹¹. No que diz respeito especificamente às mudanças de beneficiários, encontramos referências específicas ao caso no Capítulo V do Estatuto da Terra (Da Colonização Oficial), principalmente no seu artigo 64 que trata dos critérios de acesso aos lotes¹² dos beneficiários e no artigo 77 que estabelece os motivos para rescisão contratual¹³.

¹¹ Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964, além do Decreto-Lei nº 22.239, de 19 de dezembro de 1932 e da Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966.

¹² **CAPÍTULO V - DA COLONIZAÇÃO OFICIAL - Art 64.** As parcelas em projetos e colonização federal serão atribuídas a pessoas que, sendo maiores de 21 e menores de 60 anos, preencham as seguintes condições: I - Não sejam: a) proprietários de terreno rural; b) proprietários de estabelecimento de indústria ou comércio; c) funcionários públicos e autárquicos, civis e militares da administração federal, estadual ou municipal. II - Exerçam, ou queiram efetivamente exercer, atividades agrárias e tenham comprovada vocação para seu exercício. III - Comprometam-se a residir com sua família na parcela,

O artigo 77 do Capítulo estabelece, em linhas gerais, sob pena de rescisão contratual, que o assentado deve: 1) cultivar direta e pessoalmente a área; 2) residir na área ou em núcleo residencial próximo; 3) respeitar a legislação ambiental e 4) não se tornar elemento de perturbação da comunidade.

Vale ressaltar que o referido Decreto-Lei e os respectivos artigos acima destacados são citados no preâmbulo das Notificações Administrativas e dos Mandados de Reintegração de posse da terra que o Incra distribuiu em 2003 aos assentados considerados infratores da lei. Tal distribuição ocorreu no Assentamento Capelinha e em outros assentamentos objeto de vistoria ocupacional efetuada pelo Incra no Estado do Rio de Janeiro em 2003.

Os estudos de Zinga (2004) junto aos assentados que desistiram do assentamento Zumbi dos Palmares, levantou que as principais causas que ocasionaram sua saída dos lotes foram: 1) problemas de doença do chefe do domicílio ou de um membro familiar; 2) não morar dentro do lote, pela falta de energia elétrica e também pela falta de escolas; 3) o não cumprimento do projeto vinculado ao empréstimo PRONAF que estaria relacionado à questão da seca e à falta de assistência técnica que pudesse sustentar a viabilidade da execução dos projetos por parte dos assentados; e 4) não trabalhar no lote e fazer biscates fora do assentamento.

Observa-se que dois dos quatro motivos elencados acima (item 2 e 4) se relacionam a quebra de contrato estabelecido entre os assentados e o Incra quando da entrada do beneficiário no lote.

Chama a atenção também, tanto no caso dos assentados excluídos do assentamento de Zumbi dos Palmares quanto aos notificados administrativamente em Capelinha, o fato do não cumprimento do financiamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf - (item 3) ter sido incluído como um dos motivos que levaram o Incra à remoção (ou expulsão) de assentados, já que, pela

explorando-a direta e pessoalmente; IV - Possuam boa sanidade física e mental e bons antecedentes; V - Demonstrem capacidade empresarial para gerência do lote na forma projetada.

¹³ **Art 77.** Será motivo de rescisão contratual: a) deixar de cultivar direta e pessoalmente sua parcela por espaço de três meses, salvo motivo de força maior, a juízo da Administração do núcleo; b) deixar de residir no local do trabalho ou em área pertencente ao núcleo, salvo justa causa reconhecida pela Administração; c) desmatar indiscriminadamente, sem imediato aproveitamento agrícola do solo e respectivo reflorestamento, de acordo com diretrizes do projeto elaborado para a área; d) não observar as diretrizes técnicas, econômicas e sociais definidas no respectivo projeto de colonização, desde que esteja o parceiro convenientemente assistido e orientado. e) não dar cumprimento às condições do termo de compromisso e dos contratos de promessa de compra e venda e de colonização; f) tornar-se elemento de perturbação para o desenvolvimento dos trabalhos de colonização do núcleo, por má conduta ou inadaptação à vida comunitária;

legislação vigente, o procedimento recomendado seria a informação da situação para o Banco do Brasil e a conseqüente inclusão do nome do beneficiário na relação de inadimplentes (não podendo receber mais financiamentos) e no Serasa e SPC (Serviço de Proteção ao Crédito). Evidencia-se assim um procedimento indevido por parte do Incra que custou em alguns casos a exclusão indevida de beneficiários.

Para finalizar esse tópico sobre razões das evasões em assentamentos, citamos a pesquisa de Bruno e Medeiros (1998) onde afirmam que:

“...dada a precariedade dos assentamentos, que se traduz tanto nas condições de infra-estrutura como na descontinuidade das políticas em relação a eles, muitas vezes lidas pelos assentados como ‘abandono’, talvez devêssemos nos perguntar por que tantos assentados permanecem na terra e ainda por que tantos trabalhadores ainda continuam investindo suas energias na busca de um lote” (Op.Cit., pg 53).

1.3 – A Visão dos assentados.

Discutiremos a seguir duas pesquisas que relatam, sob a ótica dos assentados, os principais elementos ou razões que levariam à evasão de beneficiários dos lotes de assentamentos de reforma agrária.

Na primeira pesquisa, Zinga (2004) relata que na perspectiva dos assentados de Zumbi dos Palmares, 36,5% dos assentados abandonariam definitivamente o lote diante da: a) “falta de renda para suprir as necessidades familiares e do lote”; seguido pela “falta de segurança e conflitos no assentamento” e “infertilidade do solo para a agricultura”, ambos com 12%; b) “problemas de saúde na família” vem logo em seguida com 10,8%; “falta de escola do maternal ao 2º grau” com 9,6%; c) “falta de mão-de-obra para trabalhar no lote” e d) “obtenção de emprego fora do lote ou assentamento”, ambos com 5,3%.(Op. Cit pg.76).

Na segunda pesquisa, Lopes (2000) relata que na visão dos assentados os principais motivos que levaram a evasão em três assentamentos Sergipanos foram: 46,9% dos assentados atribuem as evasões ao fato dos assentados evadidos serem “manhosos, preguiçosos, não quererem ou não gostarem de trabalhar”. Para 16,3% dos assentados entrevistados o problema é a “falta de incentivo do Governo, inexistência ou insuficiência de dinheiro, levando-os à dificuldade de sobrevivência na área”.

Ainda segundo a pesquisa de Lopes (2000), aproximadamente 16,7% consideram que a evasão ocorre por outros motivos, como por exemplo, “o endividamento”, “não deu sorte”, “só pegou para vender”, “trabalham muito e não viam

resultado”, “não tiveram sorte”, “doenças da família”, “não tinham experiência nem orientação técnica”, “porque não pensam e aí não ficam com nada”, “estão acostumados a mexer com gado e não sabem mexer com irrigação”. Apenas 4,1% dos assentados afirmaram que “o desvio do dinheiro do crédito para gastar com bebidas e outras coisas que não tem nada haver com a produção” foi outro motivo que levou à evasão (Op. Cit pg. 255).

Chama a atenção na análise dos dados acima a desqualificação do outro, principalmente no assentamento Ivan Ribeiro onde 90% dos assentados entrevistados atribuíram o motivo de saída a “falta de vontade trabalhar”, posição compartilhada por cerca de 40% dos assentados do assentamento Califórnia.

1.4 – Momentos de maior saída

Com relação aos “momentos” em que ocorrem maiores ou menores casos de mudanças de beneficiários, Bruno e Medeiros (1998), declaram não ser possível afirmar categoricamente, devido à precariedade dos dados levantados, “momentos de maior intensidade de evasão e situações ativadoras de saídas ao longo da trajetória de um assentamento” (Op. Cit, pg.51), Entretanto, perceberam que quando os assentados saem num primeiro momento – que pode durar anos, dependendo da intensidade da ação do Incra – são motivados por uma série de razões que se combinam entre si, com peso variável: falta de recursos financeiros; assentados solteiros ou com famílias jovens e pequenas, com filhos de pouca idade que ainda não podem ser mobilizados para o trabalho agrícola; trajetória de trabalho subordinado a um “patrão”, implicando em dificuldades administrativas e de gestão do lote; busca de outras atividades com retorno financeiro mais rápido, já que o período inicial requer maior investimento no lote com retorno financeiro a médio prazo; demora na chegada de crédito de instalação.

As autoras afirmam ainda que, após a chegada dos primeiros créditos ao assentamento tende a estabilizar e quando ocorre evasão, estas são motivadas por idade avançada (muitas vezes conjugada com problemas de saúde); desentendimentos pessoais ou discordância com lideranças.

Por outro lado, em assentamentos onde é maior a tendência da evasão se reduzir ou mesmo não ocorrer, as autoras acima referidas constataram tratar de situações onde se constituíram fortes laços de sociabilidade quer pela antiguidade da vida em comum, quer pela forte presença organizativa de instituições que buscam se constituir como referência para os assentados.

O estudo de Oliveira Jacques (2004) vai nesse sentido e mostra que o percentual de mudança de lotes foi diminuindo após a implantação do assentamento de Zumbi dos Palmares em Campos dos Goytacazes - RJ. Assim, 12% dos assentados foram substituídos no 1º ano de assentamento (1998); 11% no 2º ano (1999); 5 % no terceiro ano (2000); 3% no 4º ano (2001); 5,4% no 5º ano (2002); e 4,1% no 6º ano (2003), revelando índices maiores nos dois primeiros anos do assentamento, seguido de uma queda nos anos posteriores (Op cit, pg 2).

A discussão dos momentos próprios do assentamento que motivam maior ou menor saída parece ser importante para a compreensão desse fenômeno. No caso específico de Capelinha, entretanto, observamos que as modalidades de saída se intensificaram com o passar do tempo, mesmo após o recebimento de todos os créditos.

1.5 – Perfil dos beneficiários

O estudo sobre o perfil dos beneficiários que saíram dos assentamentos pode ajudar a entender melhor a complexidade que permeia esses casos e corrobora a dificuldade, já apresentada por alguns pesquisadores, de indicar apenas um determinante como responsável pelas saídas.

Assim, Zinga (2004), no estudo de assentados que saíram do assentamento Zumbi dos Palmares, localizado na Região Norte do Estado do Rio de Janeiro, indica uma semelhança nos perfis da população entre os que saíram e os que permaneceram, indicando que a composição familiar não é uma boa explicação para o processo de desistência.

O estudo mostra que entre os assentados que saíram, mais de 50% afirmaram ter participado de grupos organizados (Associações e Cooperativa) no assentamento; 88 % do total foram beneficiados pelos créditos do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e declararam ter realizado investimentos previstos no projeto, apesar da falta de assistência técnica declarada por 55,6 % da amostra. Cerca da metade dos desistentes (55,6%) manifestaram não ter trabalhado na atividade agrícola ou pecuária antes de ser assentado; e 44,5 % deles trabalharam de forma informal na prestação de serviços, que incluíam: ajudante de pedreiro, cozinheiro, guarda noturno, e lenhador.

Com relação à participação no processo produtivo, segundo o autor, todos os desistentes contrataram mão-de-obra extrafamiliar para auxiliar no trabalho dentro do

lote, prevalecendo tanto o pagamento em valores monetários, como também a troca de trabalho. Os resultados da produção eram considerados satisfatórios para 55,6% dos desistentes, e a maioria vendia seus produtos, fato que tornava satisfatório para todos, mesmo àqueles que vendiam para os atravessadores.

A renda dos ex-assentados dependia, em grande medida de diferentes fontes de renda divididas em fontes agrícolas e não-agrícolas. De acordo com os resultados, a média mensal da renda da família dos desistentes era de R\$ 404,44 reais (equivalente a 1,95 salário mínimo, que em 2004 valia R\$ 260,00), incluída a média de origem agrícola (R\$ 156,67 reais) e da renda não-agrícola (R\$ 206,67 reais). O fato de a renda mensal de fonte agrícola ser relativamente menor do que a renda de fonte não agrícola é um indicativo de que a produção no lotes, para a maioria dos assentados desistentes não era satisfatória. Cerca da metade (55,6%) dos desistentes considerou que a renda mensal familiar obtida enquanto assentados era suficiente para sua sobrevivência.

Já os estudos de Gouveia (2001), mostraram que cerca de 57% das famílias de egressos do assentamento estudado trabalharam em pequenas propriedades nas suas comunidades de origem utilizando na propriedade mão-de-obra totalmente familiar. Apenas 15%, em média, dos produtos obtidos na propriedade, eram vendidos como excedente no mercado local. De um modo geral, pode-se dizer que o trabalho da família na agricultura era exclusivamente voltado para o consumo interno. As poucas vendas que eram feitas tinham o único propósito de suprir o que não se pudesse confeccionar ou produzir artesanalmente.

Segundo a autora, entre os egressos analisados, raríssimos tinham conhecimento de administração rural e apenas 1 % tinha algum controle financeiro da unidade de produção antes do assentamento. Pouquíssimos assentados analisados (1,5%) tinham noção dos custos da produção.

Também se utilizavam de práticas de cultivos pouco diversificadas, já que apenas 12% tinham na propriedade mais do que três culturas. Usavam tecnologia rudimentar, sendo que a prática predominantemente utilizada era a tração animal (66%) e a colheita manual. Apenas uma pequena parte usava arado mecânico (22%), fertilizantes (36%), sementes fiscalizadas (35%) ou agrotóxicos (17%). Doze por cento ainda praticava a denominada “roça de toco”, que significa plantar sem fazer a destoca, sendo todos os tratamentos culturais feitos manualmente.

Todos os assentados tiveram alguma participação comunitária em seus municípios, mas apenas parte dos assentados (38%), participava de alguma experiência

de trabalho coletivo em suas respectivas comunidades, sobretudo nos mutirões ou organização de festas religiosas. Outros 44% nunca participaram de nenhuma experiência de grupo.

A pesquisa de Gouveia (2001) nos mostra que o conhecimento prévio do trabalho na terra, – a chamada aptidão agrícola – como comumente lembrado pelos que criticam a incorporação de pessoas que vivem na periferia das cidades como beneficiários dos assentamentos, não é garantia de permanência dos assentados.

Finalmente, observamos pelos perfis dos assentados que saíram dos assentamentos nas duas pesquisas acima citadas, que a experiência prévia em trabalhos agrícolas não se mostrou significativa chave explicativa para justificar as mudanças de beneficiários.

– Situação dos beneficiários após a saída.

Após a saída, todos os assentados que Zinga (2004) conseguiu entrevistar se encontram morando em bairros periféricos da cidade de Campos e nas localidades próximas ao assentamento, optando assim por retomar ao seu local de origem onde teriam sido recrutados pelo MST. A maioria dos desistentes declarou ter se deparado com situações de extrema dificuldade, visto que se encontravam desprovidos daquilo que consideravam “emprego garantido”, já que estavam sem terra para plantar.

Além disso, desprovidos de trabalho, a maioria dos evadidos foi obrigada a retornar ao mercado informal do trabalho. Deste ponto de vista, 77,8% dos ex-assentados entrevistados declararam estar desempenhando alguma ocupação nesse tipo de mercado.

Foi apurado para essas famílias a média salarial de R\$ 216,67, configurando-se numa renda total mais baixa do que a renda obtida de fontes agrícolas e não-agrícolas quando se encontravam no assentamento.

Estes resultados demonstram que a saída do assentamento causou piora nos padrões de vida dos desistentes, pois além da queda da renda monetária, estes ficaram desprovidos da renda intangível proporcionada pelo consumo de produtos gerados dentro do lote (autoconsumo).

1.7 – Medidas sugeridas para diminuir a desistência e ajudar na permanência

Para os ex-assentados de Zumbi dos Palmares, segundo Zinga (2004), a diminuição da desistência seria alcançável a partir de três ações básicas: a) a garantia de infra-estrutura dentro do assentamento, com a construção de escolas, postos de saúde, sistemas de irrigação e fornecimento de energia elétrica; b) a garantia de assistência técnica para todos os assentados; c) o acompanhamento da situação das famílias assentadas por parte do INCRA.

Ressalta-se que dos 9 (nove) desistentes entrevistados, 8 (oito) afirmaram que voltariam a ser assentados caso pudessem voltar para seus lotes, evidenciando a predisposição de investir e participar no processo de reforma agrária, mesmo quando confrontados com as condições mais extremas, inclusive a remoção forçada do assentamento.

Com relação às medidas que poderiam ajudar na permanência dos beneficiários no lote, Zinga (2004), afirma que a pluriatividade, que se caracteriza “pelo fato de, além de praticar uma agricultura diversificada como fonte de renda, a maioria dos assentados exercem atividades extras, seja dentro ou fora do assentamento” (Op. Cit. Pg. 43), se mostra como um desses elementos.

A dissertação de mestrado elaborada por Alentejano (2001), constatou a importância que a pluriatividade vem adquirindo no Estado do Rio de Janeiro, tanto no que diz respeito à formação dos assentamentos, como à própria origem dos assentados, à dinâmica associativa e à relação com o mercado. Segundo o autor, a pluriatividade é estimulada pelas dificuldades crescentes que impedem os assentados de se manterem apenas às custas da produção agrícola e à crescente urbanização do meio rural.

A combinação de diferentes fontes de renda é uma estratégia comum entre as famílias que vivem no campo e, segundo Tarsiano et al (2000), tem a função de complementar e não de substituir as rendas agrícolas. Fialho e Miguel (2000) consideram também que a pluriatividade e as rendas não agrícolas têm a capacidade de absorver a totalidade da mão-de-obra familiar, mostrando-se eficazes em promover a permanência da população mais jovem no meio rural, assegurando ainda a reprodução sócio-econômica das unidades de produção agrícola.

De forma similar, Medeiros (2002) afirma que os assentamentos vêm criando também oportunidades de trabalho agrícola e não-agrícola. A implementação dos projetos agrícolas aos assentados possibilitaria a centralização de suas estratégias de

reprodução familiar no próprio lote, embora, na maior parte dos casos, as famílias recorram a outras fontes externas de renda e trabalho. Desta forma, a renda das famílias passaria a ser fruto, não só da produção do lote, mas se constituiria numa complexa combinação de diferentes contribuições laborais.

CAPITULO II

2 - Questão Agrária, Assentamentos Rurais e Legislação.

A questão agrária persiste no Brasil há séculos, como problema social, histórico e político, assumindo diferentes significados ao longo do tempo, se reatualizando continuamente através da luta pela terra e por direitos e na existência dos assentamentos rurais.

A existência de uma questão agrária, compreendida como questão fundiária, relações de poder econômico e político em torno da propriedade da terra e seus múltiplos usos é um campo de disputa política e nunca foi um consenso entre os que estudam a agricultura no país.

O tema da reforma agrária, segundo Medeiros (2003), concebida, como medida necessária para promover o desenvolvimento econômico-industrial; como política de combate ao desemprego, à fome e à miséria; como política social para impedir a continuidade do êxodo rural e suas seqüelas; sinônimo de resgate da cidadania para os trabalhadores do campo e condição para a democratização do país está presente no debate político nacional, de maneira mais ou menos intensa, pelo menos desde a década de 20 do presente século, assumindo, no entanto, ao longo do tempo, formas e significados diferenciados.

Em outro texto, Medeiros (2001), nos mostra que existe uma forte descontinuidade nas formas como a questão agrária foi tratada ao longo do tempo no país, configurada não só pela centralidade política, como também, das instituições criadas para geri-las, refletindo a forma como o Estado absorve, seleciona e redefine as forma de tratamento.

A intensificação da demanda por reforma agrária no início dos anos 60, segundo Medeiros (2001), acabou dando conformação a determinadas concepções que permaneceram até hoje sobre a natureza da reforma agrária e seu lugar no conjunto das políticas públicas: por um lado, as desapropriações pontuais, tendo como lógica a eliminação dos focos de conflitos mais intensos. De outro, uma tensão entre instituições públicas voltadas ao tratamento das questões relativas ao apoio às atividades agrícolas e aquelas voltadas à reestruturação fundiária, configurando uma separação entre política agrícola e política agrária.

A reivindicação da reforma agrária, expressão das lutas no campo, passou, então, a traduzir os conflitos fundiários na linguagem da política pública e a exigir alguma forma de intervenção sobre eles, que não fosse meramente a repressão, forma tradicional de tratamento dos atos de rebeldia no campo.

Até esse momento, embora recorrentes, os conflitos fundiários eram extremamente atomizados e localizados. "Posseiros", "arrendatários", "foreiros" resistiam isoladamente à ação dos proprietários de terras ou de seus prepostos, visando alterar regras de contratos costumeiros e/ou expulsá-los da terra. Era muito comum ainda a resistência às tentativas de expulsão por parte de pessoas que não eram reconhecidas como proprietários legítimos e que passavam a ser socialmente identificados como "grileiros" (Grynszpan, 1987).

Foi nesse período que se fixaram politicamente alguns significados que marcaram o debate sobre a reforma agrária, definindo palavras-chaves carregadas de conteúdo que lhe dão, até os dias de hoje, importantes referências. A mais significativa delas talvez seja "latifúndio", que se constituiu não só como equivalente de grande propriedade, de atraso tecnológico e improdutividade mas também, e talvez principalmente, como sinônimo de relações de poder, de opressão, de ausência de direitos (Palmeira, 1968). Como aponta Regina Novaes, referindo-se às lutas camponesas dos anos 60 na Paraíba, "o latifúndio a que se opõem (os camponeses) não é uma propriedade com tais ou quais características, é antes de tudo um conjunto de normas, atitudes e comportamentos atualizados pelo conjunto dos proprietários rurais, respaldados nas instâncias do poder local" (Novaes, 1987:98)¹.

O golpe político dos militares abafou as demandas e formas emergentes de organização dos trabalhadores do campo, entretanto os conflitos por terra no Brasil não só não se extinguiram, como se estenderam por todo o país, de forma nem sempre visível e tendo como marca a resistência a diferentes formas de expropriação dos trabalhadores.

Logo após o golpe, o mesmo Congresso Nacional que havia bloqueado dezenas de projetos de reforma agrária, acabou por aprovar uma emenda constitucional que permitia o pagamento das terras desapropriadas com títulos da dívida pública e a suspensão da exigência de que essa indenização fosse prévia. Foi também aprovado o Estatuto da Terra,

¹ Novaes também mostra como o termo "camponês" tornou-se uma identidade política, em oposição à "latifundiário" (Novaes, 1987).

constituindo-se, assim, o espaço legal para a viabilização de transformações na estrutura fundiária. (Medeiros, 2003).

Nesse momento foi aprovado o Estatuto da Terra, Lei nº 4204 de 11 de novembro de 1964, regulando as condições de desapropriações e constituindo instrumentos de modernização da agricultura. De acordo com a Lei, o objetivo da reforma agrária seria a extinção de minifúndios e de latifúndios, considerados como fontes de tensão social no campo. A empresa agrícola tornava-se o modelo ideal da propriedade fundiária, reiterando a ligação entre direito de propriedade e uma determinada forma de uso dela, pautada por critérios de racionalidade econômica.

Ao analisar a concepção de reforma agrária presente no Estatuto da Terra, Martins (1995), observou que este estava subordinado ao projeto de desenvolvimento econômico do regime militar, privilegiando a constituição de grandes empresas rurais e favorecendo, de um lado, a concentração de terras e de capital, e de outro, a expropriação e a expulsão dos trabalhadores do campo.

O Estatuto da Terra, entretanto, reconheceu a existência de uma questão agrária, de interesses e conflitos dentro daquilo que, até então, era tratado como um todo indivisível: a agricultura ou classe rural. Ao fazê-lo, acabou alargando o âmbito da questão agrária, criando referência legal e a atuação do Estado, de um lado, e os interesses conflitantes de grandes proprietários e trabalhadores, de outro.

Palmeira e Leite (1997:23), afirmam que a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural reconheceu a existência do trabalhador rural como categoria profissional e a possibilidade aberta pelo Estatuto da Terra, de uma intervenção direta do Estado sobre os grupos reconhecidos como compondo o setor agrícola ou a agricultura, permitiram a elaboração e aplicação de políticas próprias para cada um desses grupos.

O trabalhador rural então, segundo Palmeira e Leite (1997), tornou-se objeto de políticas, o que era impensável, criando condições para o esvaziamento das funções de mediação entre camponeses e o Estado, até então exercida pelos grandes proprietários ou por suas organizações (35).

Na década de 70, com a consolidação do regime militar, deu-se a implementação da modernização conservadora e excludente no campo. Como resultado dessa modernização da agricultura brasileira houve, segundo Leite (1995), de um lado, um incremento na capacidade produtiva da terra e do trabalho, o que resultou num aumento substancial da produção e da produtividade agrícolas; e de outro, a propriedade da terra

continuou tão ou mais concentrada; a taxa de exploração da força de trabalho agrícola aumentou; aumentou a utilização do trabalho sazonal na agricultura; a degradação ambiental e o êxodo rural. Ou seja, a adoção do padrão tecnológico "moderno", calcado basicamente no binômio química mineral-mecanizado ganhou substantivos de "conservador" e "perverso" justamente pelas conseqüências deflagradas a partir de sua utilização massiva.

Para Alves (1984), vários indícios já atestavam, desde o final dos anos 70, a crise política da ditadura militar, constituindo expressões aparentes desse processo à política de distensão do governo Geisel (1974-78) e a política de abertura do governo Figueiredo (1979-1984). Um outro indício do desgaste político do regime militar foi restabelecimento do pluripartidarismo, do voto vinculado, entre outros, cujo objetivo fundamental era deter o crescimento eleitoral do MDB, fragmentando a oposição e permitindo a continuidade do controle do governo militar sobre o Congresso Nacional.

Os anos 80 foram um momento de intensa mobilização popular em torno de demandas específicas, quer de questões políticas gerais (movimento das "diretas já"), sendo que a luta por terra apresentou facetas próprias, entre elas a explicitação de diferentes movimentos, de caráter mais ou menos localizado e que indicavam formas específicas através das quais a luta diferenciada se desenvolvia.

Numa acirrada disputa política, se constituía a identidade de cada um desses movimentos através da afirmação de projetos distintos e da defesa de formas de ação diferenciadas, não excluindo, no entanto, alianças e a busca de unidade de ação em momentos politicamente decisivos, como foi o caso da Campanha Nacional pela Reforma Agrária que, desde sua criação, em 1983, exerceu o papel de articulador, de divulgador e de espaço de discussão e problematização dos rumos da reforma agrária.

Durante o início do Governo Sarney, na Nova República, a necessidade de reforma agrária foi recolocada na ordem do dia através da pressão exercida pela presença de diferentes categorias de trabalhadores rurais, pela ação da Igreja Católica, pelo efervescer de demandas e pela crescente visibilidade dos conflitos agrários, cuja marca era a violência.

Poucos anos antes passaram a se suceder acampamentos e ocupações de terra no sul do país, trazendo a cena novas formas de ação política, desafiando a postura dos militares e, ao mesmo tempo, colocando em questão as práticas sindicais tradicionais.

A discussão da "Proposta" do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) da Nova República provocou um alinhamento das forças políticas pró e contra a reforma.

Houve uma grande reação dos setores patronais e proprietários de terras. Nesse documento, a *desapropriação por interesse social* foi eleita como *principal instrumento para a obtenção de terras* e, portanto, para a realização de uma reforma agrária no país.

Esse tipo de desapropriação, previsto em norma constitucional, possibilitava ao Estado indenizar os proprietários, cujas terras não estivessem cumprindo sua função social, com Títulos da Dívida Agrária (TDA's), e somente as benfeitorias seriam indenizadas em dinheiro. E mais: a indenização deveria ser feita com base no valor declarado pelo próprio proprietário para fins de cobrança do Imposto Territorial Rural (ITR), valor este, na maioria esmagadora dos casos, bem abaixo daquele do mercado.

A Constituição de 1988, no que concerne à questão agrária, retrocedeu se comparada à legislação dos governos militares, significando uma expressiva derrota para os setores progressistas defensores da reforma agrária e, mais ainda, para os trabalhadores rurais e para os movimentos sociais populares do campo.

Nessa derrota, levou-se cerca de quatro anos e meio sem que houvesse no Brasil normas jurídicas capazes de disciplinar o processo desapropriatório, já que o tempo decorrido entre a promulgação da Constituição Federal (outubro/1988) e a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária (fevereiro/1993) e do rito sumário (julho/1993), sem os quais o governo federal não poderia desapropriar terra alguma.

A re-emergência do debate sobre a reforma agrária nos anos 90 passou pelo fortalecimento dos movimentos sociais no campo, notadamente o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) com sua estratégia de “ocupações” de terras na quase totalidade dos estados brasileiros; mas também da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura), sua Federações e Sindicatos filiados, que organizam anualmente em Brasília os “Gritos da Terra”; e também pelo recrudescimento da violência no campo, principalmente após o Massacre de Corumbiara, ocorrido em agosto de 1995 e o Massacre de Eldorado de Carajás, em abril de 1996.

2.1 - Assentamentos rurais: uma aproximação ao debate

O cenário agrário nacional, sobretudo a partir da década da Nova Republica, marcado pela continuidade dos conflitos fundiários, fez ressurgir o debate sobre a pertinência da redistribuição de terras como elemento central na resolução de alguns dos problemas econômicos, sociais e políticos que há muito afligem nosso país.

Apontou também a existência de um conjunto importante de experiências em curso voltadas para o assentamento de trabalhadores rurais, de significativa importância social que dialoga com o Estado e com a sociedade conseguindo consolidar acúmulos e conquistas.

Associada ao processo social e político de acesso a terra e de constituição de novas formas sociais de organização produtiva e de integração social, os assentamentos, segundo Leite (1994), acabaram transformando-se num laboratório de observação privilegiada de múltiplas experiências.

Em outra obra, Leite (2000), afirma que é grande a diversidade de situações que aparecem no discurso governamental, classificado como assentamentos de reforma agrária, pois, compreendem: as regularizações de terras ocupadas por posseiros; áreas onde os trabalhadores viviam como “rendeiros” e “agregados”; áreas ocupadas pelas organizações dos trabalhadores (majoritariamente o MST, mas incluindo também ações de sindicatos e outros movimentos); áreas de reserva extrativista onde predominam a luta dos seringueiros; usinas de cana de açúcar onde foram assentados os próprios assalariados das mesmas, entre outros.

Variada também, segundo o mesmo autor, é a diversidade de atores sociais envolvidos diretamente no processo de criação e consolidação dos assentamentos, destacando-se, além dos demandantes que se apresentam de múltiplas formas, o governo federal, o Incra, o Poder Judiciário, os governos estaduais, prefeituras municipais, as organizações não governamentais, entidades vinculadas a igrejas, entidades de representação, movimentos sociais, cooperativas, associações, descortinando a existência de diferentes forças e interesses que passam a concorrer não só na implementação, mas na consolidação dos assentamentos.

Do ponto de vista legal o Executivo Federal sempre teve prerrogativa para as intervenções fundiárias, através da possibilidade de desapropriação por interesse social. Os governos estaduais, a partir dos anos 80, também passaram a intervir na questão fundiária, encontrando brechas na legislação, desapropriando por utilidade pública ou para fazendas experimentais. Na esfera local, os assentamentos têm colocado desafios, na medida em que a ela se dirige uma série de novas demandas por serviços públicos e de infra-estrutura básica.

Assim, se, num primeiro momento, ainda segundo Leite (2000), os assentamentos apareciam como verdadeiros enclaves locais, sob estrita responsabilidade e controle do executivo federal, a sua simples presença implica em uma ampliação do

campo de forças com quem podem dialogar, disputar atenção ou mesmo se opor, passando a compor um espaço disputado politicamente. Isso se torna particularmente visível no momento em que, colocada como bandeira organizada de diferentes movimentos sociais, a reforma agrária saiu dos limites estritos do seu público e tornou-se componente dos debates políticos em torno dos rumos e possibilidades de desenvolvimento do país.

O termo assentamento, para Andrade (1989), parece ter surgido no âmbito da burocracia estatal, referindo-se a diversas etapas de ação do Estado visando à ordenação / reordenação de recursos fundiários. Dessa forma, portanto, as categorias assentado e assentamento têm origem datada e são formuladas pelo Estado.

As políticas públicas formuladas tendem, segundo Esterici (1992), a tratar os assentados como beneficiários e objetos de intervenção, onde as ações desencadeadas sejam vistas como de ordem técnica e não política e a preocupação por parte do Estado seja, primordialmente, com a produtividade, a viabilidade econômica e a seleção dos beneficiários feita por “vocação agrícola”. Nesta forma de encarar a questão, toda a iniciativa seria do Estado e as popula es beneficiadas são percebidas como destituídas do seu caráter ativo, jamais lembradas como ocupantes, na verdade grupos de famílias que lutaram por acesso a terra e que podem ser entendidas como agentes de transforma o das condi es de vida.

No entanto, os trabalhadores, através de sua a o política, vêm modificando e acrescentando novos conteúdos associados aos processos de luta em que estão envolvidos. Assim, critérios tidos como técnicos pelo Estado são questionados e retrabalhados, conferindo papel ativo aos trabalhadores na sua rela o com o Estado e com a sociedade, contrapondo-se a ordem vigente. Os trabalhadores e suas organiza es reinterpretam aquelas no es e o que aparece inicialmente como um coroamento das a es de conquista, logo se desdobram em novas frentes de luta, demandas e confrontos, seja por crédito, assistência técnica, infra-estrutura, etc. Sugere a autora citada que assentamento não   uma a o resolutiva, mas um tipo de dispositivo legal que acaba gerando novos conflitos.

Os assentamentos, portanto, são ao mesmo tempo produto de lutas e resultados de políticas públicas onde os assentados passam a dialogar com as diversas instâncias do Estado brasileiro, buscando apresentar novas demandas que exigem a elabora o e a execu o de políticas públicas específicas, levando em conta a diversidade das situa es existentes.

Alguns autores, como Esterci (1992), já alertavam para o quadro extremamente adverso no qual muitos projetos de assentamento são implantados. De um lado, depara-se com inúmeros obstáculos políticos com reflexos na área econômica. Assim, alguns órgãos públicos criados especificamente para gerir as atividades administrativas e financeiras da política de assentamentos nascem comprometidos. Por outro lado, as regras da política agrícola do governo federal e o padrão de acumulação adotado pelo modelo de desenvolvimento vigente têm dificultado a integração dos assentamentos ao mercado e às economias regionais.

A constituição de um assentamento acarreta, em muitos casos, a introdução de novos elementos que podem ocasionar alterações nas relações de poder local. A entrada de novos agentes, a realocação de trabalhadores, muitas vezes de outros municípios, por si só cria uma disputa em torno de quem deve ser assentado, que prioridades estabelecer, etc. Existem diversas ocasiões onde o próprio prefeito reivindica espaço para os ‘seus’ trabalhadores sem-terra. Na verdade, segundo Leite (2000), os laços tradicionais de patronagem são, em muitos casos, colocados em questão, tornando-se um espaço importante no sentido de questionar sua resistência, promover sua ruptura, criar novos laços ou em algumas circunstâncias fortalecê-los.

Segundo Ferrante (1994), tem sido possível perceber em alguns trabalhos a tentativa de demarcar os diferentes momentos vivenciados pelos agricultores sem-terra durante a sua trajetória na luta e conquista da terra. A autora acima citada enfatiza em seu trabalho a existência de três fases: o lutar, o viver e o buscar permanecer na terra.

Segundo a mesma, num primeiro momento, a condição de demandante da terra estrutura um espaço de iguais. Trajetórias distintas não são determinantes no momento da formação do grupo e da decisão de lutar pelo acesso a terra. O viver na terra compreende o momento em que podem ser confrontadas as expectativas individuais com o projeto dos “outros” manifestados pelas posições e orientações expressas pelos diversos mediadores que buscam intervir no processo de luta pela terra. E por último, o buscar permanecer na terra, compreende o momento em que são materializadas as diversas estratégias de viabilização econômica e social dos assentamentos. Entram em cena, nesta fase, as diferentes modalidades ou formas sociais de organizar a produção.

Entender os assentamentos a partir da distinção destes diferentes momentos, ainda segundo Ferrante (1994), nos permite levantar a hipótese de estes contribuem de forma significativa no acionamento de novas identidades que podem se materializar nas diferentes formas sociais de produção nos assentamentos.

Esta possibilidade, segundo Romano (1994) nos conduz a refletir sobre a contribuição das chamadas lealdades primordiais, compreendidas pelas relações étnicas, de compadrio, de parentesco, de vizinhança e religiosas para o entendimento da dinâmica e trajetória dos assentamentos. Tais lealdades orientam condutas, agregam interesses dos mais variados tipos, demarcando e delimitando os grupos sociais no interior dos assentamentos.

Castro (1988), enfatiza a forte heterogeneidade interna dos assentamentos como raiz de sua futura desestruturação e aponta que o conjunto das experiências solucionou a problemática imediata do acesso a terra, mas não solucionaram a questão da produção.

As análises de Zimmermann (1994) mostram que o processo de luta pela terra homogeneiza as características heterogêneas e individuais que ressurgem no assentamento sob novas bases. No cotidiano do assentamento, diferentes formas organizativas voltadas para a produção são criadas e recriadas, numa dinâmica rica de situações, impasses e enfrentamentos.

Disputas internas parecem estar presentes nos assentamentos desde a sua instalação, motivadas por uma gama variada de conflitos. Souza, analisando um assentamento em Mato Grosso mostrou que conflitos de vizinhança recorrentes motivaram os assentados a refazerem o processo de divisão e medição dos lotes através de empresas privadas de engenharia e topografia.

Andrade (1989) afirma que diferentes concepções administrativas e gestionárias promovem rupturas a partir das quais “os companheiros de ontem” podem “vir a ser encarado até como inimigos” (op. Cit, pg, 11). Essas experiências organizativas podem gerar conflitos que envolvem não apenas famílias e lideranças de assentados, mas um conjunto de pessoas e instâncias de fora do assentamento, como dirigentes e lideranças de movimentos sociais, agentes do estado e da CPT, assim como técnicos e organismos do estado.

Estudos indicam que em muitos acampamentos e assentamentos esses conflitos e tensões são resolvidos pela criação, adoção e implementação de normas, costumes, leis e regras que passam a vigorar naquela configuração social, seja em convergência ou em conflito com o direito oficial brasileiro.

Pessoa (1999), citado por Padrão (2000), estudando a fase de acampamento da ocupação da Fazenda Pedregulho, mostra a consagração de uma série de regras, normas de conduta e disciplina implantadas pelo Estatuto do Acampamento, elaborados pelos próprios trabalhadores.

Um outro exemplo de um certo direito paralelo nos assentamentos rurais, mais próximos de nosso interesse, citado por Padrão (2000), diz respeito as questões em torno da propriedade e posse da terra, mais especificamente as

“Complexas transações de compra e venda de lotes de terras que, a despeito de restrições impostas por normas oficiais, e mesmo por resoluções próprias das entidades representativas dos trabalhadores, como o MST, são práticas comuns entre as famílias de assentados. Assim, se o princípio da propriedade privada é, em geral, acatado nos assentamentos do mesmo modo que o é o direito estatal brasileiro, a prática de transferência de lotes fere códigos também oficiais que regulam esta matéria” (Op. Cit, pg, 51).

Os estudos que comportam questões relacionadas à compra e venda de lotes, segundo o autor acima citado, também constata a existência de uma pluralidade de instâncias que atuam como fóruns jurídicos especialmente voltados para regular assuntos relativos a essa matéria, tais como “comissões de terra”, “comissões de líderes” e “coordenações”. Esses fóruns ratificam relações jurídicas de transferências de lote, seja através de esclarecimentos às partes sobre a natureza dos compromissos assumidos na transferência, seja por dotar a própria relação com uma fonte autônoma e legítima. Estes fóruns atuam na resolução de eventuais disputas que emergem destas relações de transferência, aplicando normas do direito de um dado assentamento.

A partir dos anos 90, com a intensificação das ações dos movimentos sociais no campo, principalmente através da crescente pressão do MST, segundo Moreira (1998), o Estado se vê a “reboque dos movimentos sociais”, agora chamado para legitimar e reconhecer as ocupações de terra, abdicando de sua atribuição de planejador do desenvolvimento.

Como consequência deste fato, como nos mostra Medeiros (2000), surge a tentativa de um re-ordenamento nas políticas públicas para o setor, com significado político de retomar o controle e a iniciativa na elaboração das propostas de reforma agrária. Entre o conjunto das políticas colocadas em prática, destaca-se a descentralização das políticas de reforma agrária, visando à transferência de algumas responsabilidades e decisões para as esferas compreendidas pelos governos estaduais e municipais; a intervenção na questão agrária pela via do mercado; a proibição da realização de vistorias em terras ocupadas; a suspensão das negociações por ocasião da ocupação de prédios públicos; a penalização judicial de funcionários do INCRA que negociem com os ocupantes de prédios públicos; e o acompanhamento das vistorias por entidades patronais, excluindo o MST deste processo.

Prevista na Constituição de 1988, a descentralização vem sendo implementada como uma transferência da autoridade e do poder decisório de instâncias mais elevadas para instâncias de unidades espacialmente menores, entre as quais o município e as comunidades.

A proposta da utilização dos mecanismos de mercado na reforma agrária materializou-se no programa Cédula da Terra e posteriormente na criação do Banco da Terra para ser o responsável na administração dos recursos obtidos através do Banco Mundial e de recursos da união. A intervenção pela via do mercado, segundo Guanziroli (2001), tem sido justificada também, pela queda nos preços das terras observada nos últimos anos, em razão da suspensão dos subsídios e da redução dos recursos destinados ao crédito dos grandes produtores. Entretanto, análises recentes mostram fragilidades na condução do programa, como a falta de informação dos beneficiários, alguns comprando áreas que eles mesmos desconhecem: o surgimento da figura do corretor do Banco da Terra, verdadeiro representante dos fazendeiros; o expressivo aumento dos preços praticados, além de denúncias de má gestão e mesmo corrupção dos responsáveis pela implementação.

A inserção e o tratamento da questão ambiental nos assentamentos é hoje um dos maiores desafios enfrentados pelo processo de Reforma Agrária em curso no país. Embora os mesmos não se constituam, a princípio, empreendimentos com alto potencial de impacto ambiental, dependendo da extensão de área e da forma que forem explorados os seus recursos naturais, estes podem provocar impactos ambientais significativos.

O pano de fundo que se apresenta por detrás dessa questão diz respeito a um debate maior, referente aos padrões tecnológicos e de produção sobre os quais vem se embasando a agricultura brasileira. A dificuldade de incorporar o componente ambiental passa por todos os atores sociais envolvidos, desde o órgão federal público responsável pela implementação da Reforma Agrária, pelos órgãos oficiais ambientais, pelos movimentos sociais no campo - apesar de notáveis avanços recentes - e pelo próprio movimento ambientalista que tem dificuldades de articular ambiental com a social.

O processo de reordenação fundiária deveria contemplar, por ocasião da definição do número de beneficiários, aspectos fundamentais como a capacidade de suporte dos ecossistemas - caracterizada pela capacidade de resistência de um ecossistema a um processo de intensificação da exploração agrícola - bastante diferenciada de um ecossistema para outro.

O que se vê, no entanto, é o adensamento excessivo de famílias por unidade de área, algumas menores até do que o módulo mínimo estabelecido por Lei, motivado pela pressão popular; por fatores de ordem política que tendem a prevalecer na distribuição dos lotes e pelo despreparo e o desprezo institucional pelos parâmetros técnicos relacionados ao zoneamento ambiental, a aptidão agrícola de solos à capacidade de suporte do meio ambiente, o que termina por provocar verdadeiras aberrações na locação de glebas e por comprometer a capacidade de produção futura de muitas unidades familiares.

Dessa forma, estão na capacidade de assentamento e na forma de parcelamento grandes problemas a serem enfrentados e que dificultam a sustentabilidade dos assentamentos levando a fragmentação do espaço, gerando lotes inviáveis, pressionando ecossistemas, dificultando estratégias de articulação agrícola com a conservação ambiental e uma gestão inteira da terra que propicie a sustentabilidade dos agroecossistemas ali implementados.

Medeiros e Leite (1999), discutindo as dimensões ambientais e territoriais dos assentamentos corroboram as afirmações acima, mostrando como é recorrente a existência de assentamentos instalados em terras com baixa capacidade produtiva ou mesmo impróprias para o desenvolvimento da agricultura em razão do estágio avançado de degradação e por estarem sujeitas aos mais variados tipos de estress ambiental.

Já Bianchini et all (1999), estudando os fatores que potencializaram ou restringiram o desenvolvimento dos assentamentos, destacaram o quadro natural como sendo um dos fatores relevantes para determinar as diferenças quanto ao desenvolvimento. Relatam que os assentamentos com maior desenvolvimento o quadro natural não se mostrou limitante, pelo contrário contribuiu para potencializá-lo, embora em alguns casos restrições ambientais menos severas foram minimizados pela organização existente no assentamento, através da escolha do processo produtivo até a divisão dos lotes, procurando otimizar a utilização racional dos recursos naturais.

Por outro lado, segundo o autor citado, todos os projetos de assentamento pesquisados com menor desempenho apresentaram sérias restrições no quadro natural, tornando sua exploração limitada. Tais restrições são constituídas comumente por relevo acidentado, falta de água (inclusive para consumo humano) e baixa qualidade físico-química dos solos, e em alguns casos, combinações dessas restrições.

O atraso na liberação dos recursos para os assentados seja dos créditos de instalação (alimentação e fomento), seja os de produção (custeio e investimento), ou

mesmo a desapropriação de terras ocupadas, condiciona os ‘novos’ agricultores a uma demorada sobrevivência precária, obrigando-os, muitas vezes, a adotarem métodos de exploração danosos ao meio ambiente para garantir da subsistência.

A elaboração dos projetos de financiamento também guarda uma estreita relação com a insustentabilidade dos assentamentos, se considerarmos a formação dos técnicos; as opções tecnológicas aceitas pelo agente financeiro - comprometidas com a ‘revolução verde’ -; as condições operacionais e os prazos exíguos. Esta questão vem sendo pouco analisada devido a uma certa falta de importância dada pelos estudiosos do assunto e pelos movimentos sociais.

No que diz respeito à Legislação Ambiental, Mazzeto (2000), questiona a inflexibilidade com que os órgãos ambientais vêem a possibilidade de se trabalhar usos sustentáveis às chamadas APP (Áreas de Preservação Permanente) e a maneira pouco interativa com que procuram se relacionar com o novo grupo de agricultores locais que, em conjunto com o Incra, se pautam apenas na fiscalização.

Aspectos ligados à experiência anterior dos assentados no trato e relacionamento com a terra e a própria origem dos mesmos parecem ser importantes nos encaminhamentos futuros quanto à viabilidade econômica e da sustentabilidade ambiental dos assentamentos.

2.2 - A cultura institucional do Incra

Diversos analistas vêm chamando a atenção para as dificuldades apostas à possibilidade de realização de uma reforma agrária pela cultura institucional do INCRA. Durante anos, Segundo Medeiros (1999), a ação do órgão voltou-se para a colonização, atuando principalmente nas áreas de fronteira. Além disso, fortemente marcado pelo tratamento dado aos movimentos sociais no período militar, pouco desenvolveu internamente canais que viabilizassem a absorção e tratamento de demandas vindas dos trabalhadores organizados.

Como aponta Fachin (1993), essa instituição passou por uma pedagogia da anti-reforma agrária por muitos anos, no sentido de que a maioria dos seus funcionários não se mobilizassem e não mobilizassem seus recursos e conhecimentos nessa perspectiva.

Para além dessa dificuldade, Palmeira (1994) chama a atenção para o fato de que o período conhecido como “modernização conservadora” foi também um período em que prosperaram os negócios com terras, centrados na especulação. Segundo o autor, esse processo:

“... se fez a partir e através do Estado. ... Os grandes negócios de terra passaram a ser feitos por dentro do Incra, da Sudam, da Sudene, etc., isto é, por dentro de uma série de órgãos que tratavam da questão agrária.... As pressões perpassam a máquina; os grandes negócios a atravessam” (Palmeira, 1994:50/51).

Essa burocracia era, segundo Palmeira (1994), por um lado, recortada pelos interesses ligados aos “negócios de terra” e, por outro, sofria dificuldades em se relacionar com os movimentos sociais. Ou seja, somente recentemente o Incra começou a se relacionar com os movimentos sociais e assentados.

O mesmo autor chama a atenção para o fato de que, nesse contexto, “funcionários públicos competentes especializaram-se em transmutar os interesses privados em interesses públicos – ou, pelo menos, em torná-los interesses de órgãos públicos” (Palmeira, 1994:53), criando uma complexa rede de relações entre os interesses ligados à propriedade da terra e à burocracia. De alguma forma expressando essa complexidade de relações, o Incra constituiu departamentos estanques entre si (Assentamentos, Cadastro, Fundiário, etc).

Corroborando esse perfil da burocracia, há de se lembrar ainda o fato de que as superintendências regionais, cujo poder de ação vem crescendo, como veremos adiante, em função de um recente processo de desconcentração administrativa, são por tradição cargos de confiança e localmente disputados. Ou seja, fazem parte dos acordos políticos regionais, abrindo a possibilidade para que ocupem o cargo pessoas sem conhecimento ou comprometimento com a questão agrária.

Lado a lado com as dificuldades internas do Incra, relacionadas a uma burocracia pouco afeita a procedimentos que guardassem alguma relação com o modelo racional weberiano, há um outro elemento a ser lembrado na trajetória do órgão. Cuidando de uma questão candente que envolvia, de um lado, conflitos sociais generalizados e, de outro, fortes interesses, seu próprio poder de decisão mostrou-se limitado em toda sua história.

A Casa Civil da Presidência da República, o Conselho de Segurança Nacional, enquanto existiu, a Casa Militar, foram poderes que, em diferentes momentos, interferiram nas práticas do Incra, em razão da pressão que sofriam por parte de diversos *lobbies*. Também os diferentes interesses e concepções envolvidos na questão agrária no interior do aparelho de Estado podem explicar o movimento pendular do Incra, ora sendo subordinado a um Ministério voltado para a questão agrária, ora ao

Ministério da Agricultura, tradicional espaço de barganha dos grandes empresários rurais. Lembramos que o tema agrário só é tratado através de um ministério próprio nos momentos em que as tensões sociais assumem um ponto crítico, exigindo agilidade nas mediações institucionais.

Do ponto de vista da organização interna do Incra, Medeiros (1999) aponta também para uma tensão referente a procedimentos administrativos. Segundo um de seus entrevistados,

“Funcionário público pensa de acordo com a norma. Tudo tem que se enquadrar na norma. Manuais, normas, instruções são feitos para garantir a tecnicidade do processo, que está baseada em várias leis e várias informações e significados da estrutura fundiária. A administração funciona tendo em vista o último prazo. Não há pressa, mas legalmente está coberto”. (Op.Cit, pg,)

Ou seja, muitas vezes a norma administrativa torna-se uma porta para selecionar demandas, permitindo o retardamento dos processos desapropriatórios. O rigor administrativo se constitui em barreira para viabilização de demandas. Desse ponto de vista, em momentos de maior pressão, coloca-se o problema da conciliação entre o ritmo da administração pública e as exigências derivadas das tensões sociais.

Como componente da cultura institucional do Incra e decorrência do que foi dito mais acima, há também a falta de planejamento das ações, recorrentemente apontada nas entrevistas feitas pela autora. Se durante o regime militar havia um planejamento que não levava em conta nem a visão dos outros atores, nem uma análise da realidade, havia uma programação operacional. Na ausência desta, o órgão passou a ficar “a reboque” das pressões para obtenção de terras, quer vinda das ocupações, quer de proprietários de terra que, dependendo da conjuntura, tendem a procurar bloquear judicialmente as desapropriações ou, em outras situações, a ver no Incra um bom comprador para um ativo de preço em queda.

A marca autoritária que compõe o perfil do Incra impede também que esse órgão possa incorporar à sua prática as experiências em curso nos assentamentos, por exemplo. Encarando-os como “unidades administrativas”, ignora as diferenças internas neles existentes e as formas de organização que não tenham suporte jurídico.

A essa situação, acrescenta-se o fato de que seu quadro funcional (engenheiros agrônomos, técnicos de campo para fazer vistorias) é insuficientes para atender as crescentes demandas que partem não só dos assentamentos existentes cujos problemas

são postergados, mas também dos acampados que esperam uma oportunidade para terem acesso a terra.

Sob essa perspectiva, são vários os bloqueios que se constituíram à tese dos movimentos sociais, defendendo uma reforma agrária ampla, massiva, com participação ou controle dos trabalhadores e baseada em procedimentos desapropriatórios para obtenção de terras.

2.3 - Assentamentos rurais e a atual Legislação Agrária

O objetivo deste item é fazer um breve resgate da atual Legislação Agrária que rege as ações do Incra nas várias fases da vida de um assentamento, discutindo de forma um pouco mais aprofundada as Normas que regem tanto a seleção de beneficiários (Norma de Execução nº 45 de 25 de agosto de 2005) quanto à retomada de lotes irregulares (Instrução Normativa nº 22 de 11 de outubro de 2005). Além disso, discutiremos algumas características das formas de titulação dos lotes em vigor (Norma de Execução nº 29, publicada em 11 de setembro de 2002).

É possível observar que a política de assentamentos rurais atualmente em curso sofreu reformulações em consonância com as concepções do Programa “Novo Mundo Rural” proposto pelo então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso (PSDB), expressas pelo conjunto de Normas de Execução criadas pelo Incra, ainda em vigor.

Essas Normas de Execução descrevem os procedimentos técnicos e administrativos a serem adotados pelo aparato estatal e pelos beneficiários da política de assentamentos e estabelecem 3 (três) diferentes fases de um assentamento: implantação, consolidação e emancipação.

Na fase de implantação estão contidos os processos de inscrição, de seleção dos beneficiários, de demarcação das terras, de divisão e distribuição dos lotes.

A Norma de Execução nº 45, publicada em 25 de agosto de 2005, substituiu a Norma de Execução nº 38 (que vigorou por 17 meses) dispõe sobre os procedimentos para a seleção de candidatos a beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária.

Diz a Norma nº 45 que a seleção de beneficiários é um processo seletivo que se estende por todo o processo de desenvolvimento do projeto e selecionará famílias tendo em vista características sociais. Senão, vejamos:

“... poderá priorizar famílias identificadas, por coleta de informações, nas condições precárias de habitação ou moradia, saúde, insuficiência de renda,

falta de acesso à educação, ou através de outro indicador social como, tais como aspectos demográficos, trabalho e rendimento, educação e condição de vida” (Artigo 2º parágrafo único, DOU, 2005).

O processo seletivo tem caráter nacional e será realizada no âmbito de cada Superintendência Regional com o objetivo:

“do assentamento de famílias em áreas desapropriadas ou obtidas por meio de compra e venda, nas vagas em projetos de reforma agrária já existentes, em áreas decorrentes de processos de discriminação e arrecadação, doação ou outra forma de obtenção” (Artigo 4º, DOU, 2005).

Os beneficiários contemplarão as seguintes categorias de trabalhadores e trabalhadoras: agricultor (a) sem terra; posseiro, assalariado parceiro ou arrendatário; e agricultor (a) cuja propriedade não ultrapasse a um módulo rural do município.

A referida Norma de Execução estabelece critérios eliminatórios de candidatos a assentados². A aplicação dos critérios eliminatórios é de responsabilidade da Superintendência Regional do Incra, além de informações declaradas pelos candidatos, bem como de pesquisa a diferentes órgãos Federais, Estaduais e Municipais³.

Se compararmos a Norma de Execução nº 38 (março de 2004) com a Norma de Execução nº 45 (agosto de 2005), veremos uma grande similaridade entre ambas, diferindo basicamente na aplicação dos critérios eliminatórios: enquanto a primeira Norma (nº 38) condicionava a seleção dos beneficiários ao cruzamento dos dados, a Norma atual (nº 45) flexibilizou essa regra, admitindo a declaração de “nada consta” por escrito do candidato. Relatos informam sobre a resistência em fazer o cruzamento de dados, especialmente por parte de alguns órgãos não envolvidos com a questão agrária

² Não poderão ser beneficiários candidatos inclusos na seguinte categoria: os funcionários públicos civis ou militares da esfera federal, estadual ou municipal, enquadrando o cônjuge ou companheiro; o agricultor (a) ou agricultora quando o conjunto familiar auferir renda proveniente de atividade não agrícola superior a três salários mínimos; proprietário ou quotista de atividade comercial ou industrial, enquadrando o cônjuge ou companheiro; ex-beneficiário ou beneficiário de regularização fundiária executada diretamente ou indiretamente pelo Incra, proprietário ou quotista de atividade comercial ou industrial, enquadrando o cônjuge ou companheiro, salvo por separação judicial; proprietário(a) de imóvel rural com área superior a um módulo rural; portador de deficiência física ou mental, cuja incapacidade o impossibilite totalmente para o trabalho agrícola; estrangeiro não naturalizado; aposentado por invalidez, não enquadrando o cônjuge ou companheiro; condenado por sentença final definitiva transitado em julgado.

³ Federais (SNCR – Sistema Nacional de Cadastro Rural; SIPRA – Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária; Polinter; Polícia federal; Receita Federal; INSS; SIAPE – Sistema Integrado de Recursos Humanos e outros); órgãos estaduais (Junta Comercial; Secretaria de Segurança Pública; Secretaria de Administração; Instituto de Terras); Prefeitura Municipal e outros.

que acabavam aumentando ainda mais o prazo para definição dos beneficiários dos Projetos de Assentamento.

Uma equipe de seleção será constituída pela Superintendência Regional e seus integrantes devem acompanhar a definição das famílias, obedecendo a capacidade de assentamento e permitindo a participação dos candidatos, de suas entidades representativas, podendo contar também com a participação de entidades municipais e estaduais envolvidas no processo de implantação do projeto.

Em caso de equacionamento de impasses de difícil solução para os membros das reuniões, o Incra emitirá relação de classificação baseado em outros parâmetros⁴. A homologação é o ato formal de aprovação dos candidatos selecionados como beneficiários e a emissão da relação de beneficiários (RB). Após os ajustes que eventualmente se façam necessários, um Termo de Compromisso será assinado pelo beneficiário (a) e seu cônjuge com validade até a assinatura do instrumento definitivo.

Finalmente, a Norma em questão diz que quando o beneficiário homologado, por qualquer motivo, desistir do lote e não tenha assinado o instrumento definitivo nem recebido o crédito habitação, deve assinar Termo de Desistência, evitando assim, tornar-se um ex-beneficiário da reforma agrária, condição impeditiva à sua participação em outros processos seletivos para o mesmo fim.

A fase de implantação dos projetos de assentamento propriamente dita é normatizada pelo Incra através da Norma de Execução nº 02 de 28/03/2001 que prevê, entre outras ações, a elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento - PDA; a execução de serviços de medição e demarcação topográfica; a elaboração do projeto simplificado; a aplicação do crédito de instalação (apoio e material de construção); a definição e caracterização da infra-estrutura básica; a definição e caracterização das atividades a serem apoiadas com os créditos de produção do Pronaf-A (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-Assentamento); e a supervisão e acompanhamento do projeto de assentamento pelo período de 03 (três) anos.

Cabe a uma Equipe Gestora Regional composta por três servidores do Incra a função de coordenar e fiscalizar as ações previstas, assegurando os recursos orçamentários necessários através de entidades ou empresas prestadoras de serviços devidamente cadastradas e credenciadas e a integração com outros programas dos

⁴ Tais como: tamanho da família, força de trabalho, idade, tempo de atividade agrícola, moradia no imóvel, moradia no município, renda anual, etc.

governos Estadual e Municipal.

A Norma de Execução nº 09, de 06 de abril de 2001, trata do processo de consolidação de projetos de assentamentos que deverá ocorrer com o atendimento das seguintes ações: execução dos serviços de medição topográfica, disponibilização de recursos de apoio à instalação (créditos destinados à aquisição de alimentação, ferramentas e outros implementos básicos); de habitação; da infra-estrutura básica de interesse coletivo (vias de acesso e internamente às parcelas, meios de acesso ao abastecimento de água para consumo humano e a rede tronco de energia elétrica), entre outras consideradas indispensáveis à viabilização sócio-econômica e sustentável do projeto; e outorga de título de domínio a pelo menos cinquenta por cento dos beneficiários, exceto para projeto agroextrativista – PAE e Projeto de Desenvolvimento Sustentável – PDS, que será mantido o Contrato de Concessão de Uso - CCU, concedido inicialmente aos beneficiários.

Os recursos para os investimentos farão parte da programação operacional da Superintendência Regional e a sua execução será fiscalizada em parceria com o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável - CMDRS, de acordo com o modelo descentralizado de reforma agrária preconizado pelo Programa Novo Mundo Rural.

A gestão do processo de consolidação será executada mediante a utilização de instrumento de avaliação quantitativa e qualitativa do estágio das realizações referentes às ações de competência do INCRA.

A Instrução Normativa nº 22 de 11 de outubro de 2005 estabelece diretrizes para a supervisão da situação ocupacional nos Assentamentos, retomada de parcelas ocupadas irregularmente e aproveitamento das mesmas no assentamento de trabalhadores rurais sem terra. Os objetivos dessa Instrução Normativa são: promover a atualização de dados dos assentamentos e dos beneficiários; identificar e caracterizar as situações irregulares especificamente aquelas ocupadas à revelia do Incra; promover a retomada e aproveitamento das parcelas ocupadas irregularmente.

O documento conceitua parcelas irregulares como aquelas que se enquadrem numa das situações abaixo: 1) estar abandonada; 2) cujo beneficiário evadiu-se; 3) ter sido objeto de compra e venda; 4) cujo ocupante atual tenha ocupado a parcela sem autorização do Incra; 5) esteja ocupada por preposto do assentado pelo Incra; 6) quando houver comprovação de arrendamento da parcela; 7) quando houver reconcentração fundiária e as parcelas em que for comprovado o descumprimento de quaisquer

cláusulas estabelecidas no contrato de concessão de uso ou contrato de assentamento, neste caso para situações anteriores a 30/03/2004.

Para cumprir os objetivos propostos determina-se que o Incra deverá promover diferentes ações de difusão de informações junto à sociedade civil, além de priorizar, através das Superintendências Regionais, ações nos assentamentos com base nos seguintes critérios: existência de denúncias de irregularidades; comprovação ou indícios de reconcentração fundiária; demanda de assentamento de trabalhadores rurais e indicações feitas pelas associações de assentados, sindicatos e demais movimentos representativos dos mesmos.

A partir de então serão formadas as equipes de vistoria que deverão realizar vistorias individuais nas parcelas, nas áreas de reserva legal e de preservação permanente. Após essa etapa se elaborarão relatórios circunstanciados discriminando as seguintes situações: a) parcelas regularmente ocupadas; b) parcelas vagas, sem destinação anteriormente dada e sem impedimento de assentamento imediato de beneficiário selecionado; c) parcelas vagas oriundas de evasão; d) parcelas irregularmente ocupadas via transmissão sem anuência do Incra; e) parcelas irregularmente ocupadas por beneficiário que tenha descumprido a legislação agrária e ambiental; e f) áreas de reserva legal e /ou preservação permanente.

Depois desta etapa cada Superintendência Regional deverá criar uma Comissão de Supervisão da situação ocupacional nos assentamentos, formada por funcionários do Incra, que deverá elaborar um parecer conclusivo a ser analisado pelo Superintendente Regional.

Se constatado um mínimo de 50 situações irregulares de ocupação nos assentamentos em um mesmo período, será realizada uma audiência pública para discussão das referidas situações ou celebração de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) observando-se as seguintes recomendações: a audiência pública deverá buscar a apresentação, discussão e o equacionamento das situações irregulares⁵.

Após o resultado das Audiências Públicas caberá à Comissão de Supervisão do Incra providenciar o encaminhamento das decisões tomadas. Nos casos onde for comprovada a presença do Incra no assentamento vistoriado em período inferior a um

⁵ Na Audiência Pública devem ser convidadas a participar: o Ministério Público Federal, Tribunal de Justiça do Estado, instituições públicas federais, estaduais e municipais envolvidas com a reforma agrária, as associações representativas de trabalhadores rurais assentados, os sindicatos de trabalhadores rurais e as prestadoras de serviço de assistência técnica que atuam na região.

ano e um dia, procede-se a retomada da respectiva parcela, administrativamente, em caso de acordo, ou judicialmente, caso não haja concordância.

Se, entretanto, for comprovada a ausência do Incra no assentamento vistoriado por um período mínimo de um ano e um dia o parecer deverá se orientar nos procedimentos abaixo relatados.

Nos casos de parcelas abandonadas deverá ser publicado em edital coletivo padrão com os nomes dos assentados evadidos, o número de parcelas e dívidas pendentes que será fixado na sede da Prefeitura Municipal, na Associação dos assentados e no STR do município. Decorridos os prazos legais previstos no edital, sem que os assentados evadidos apresentem suas justificativas, o Incra providenciará a rescisão do contrato de assentamento ou concessão de uso.

Nos casos de compra e venda de parcelas, caso o ocupante atenda os requisitos da legislação, com respaldo da Associação dos assentados poderá ser formalizado processo, com inclusão na Relação de Beneficiários (RB) e no SIPRA (Sistema de Informações de projetos de Reforma Agrária). Caso o ocupante não atenda à legislação, deverá ser comunicado oficialmente da irregularidade de sua situação e das providências para a retomada da respectiva parcela, administrativamente, caso haja acordo, ou judicialmente, caso não haja concordância entre as partes, conforme estabelecido na Audiência Pública.

Nos casos de parcelas irregularmente ocupadas, quando houver inadimplência relativa a valores de alienação da parcela (terra nua e benfeitoria) ou crédito de instalação (alimentação e fomento) será proposta uma renegociação da dívida. Em caso de descumprimento da legislação ambiental será comunicado aos órgãos de meio ambiente as irregularidades constatadas e o ocupante será advertido a tomar providências para saneamento da situação. Em casos de exploração indevida em área de reserva legal ou preservação permanente, o Incra providenciará imediatamente a retirada do ocupante e encaminhará ao Ministério Público Federal e aos órgãos de meio ambiente um relatório da situação.

Os assentados evadidos que não apresentem motivos considerados justificáveis pelo Incra, ou que tiveram as parcelas retomadas em função de irregularidades, serão inscritos como desistentes no SIPRA, não podendo mais ser beneficiário de programa de reforma agrária e serão inscritos como inadimplentes no Cadastro de Devedores da Dívida Ativa caso tenham recebido recursos financeiros oriundos de qualquer modalidade de crédito e não tenham pago em tempo hábil.

Já com relação à emancipação dos assentamentos e titulação dos assentados, são os critérios e procedimentos estabelecidos na Norma de Execução nº 29, publicada em 11 de setembro de 2002 que rege tal processo.

Segundo a concepção do “Novo Mundo Rural”, essa fase prevê a titulação dos lotes e que a partir desse momento os assentados passariam a se constituir, em agricultores familiares, deixando de estar sob a tutela do Estado. Esse processo tem gerado intensas discussões, conflitos e resistências por parte dos assentados e suas organizações, expondo diferentes interesses em jogo, principalmente entre os assentados e suas lideranças ligadas ao MST. Por um lado, a busca de um ideal de transformação estrutural da sociedade a partir da conquista do poder por parte dos movimentos sociais e, por outro, a visão mais pragmática voltada à organização dos assentamentos.

Essas discussões marcam a disputa pela forma legal com que os assentamentos serão titulados na fase de emancipação. Segundo a Norma de Execução nº 29, anteriormente citada, existem duas formas básicas de titulação dos lotes: Título de Domínio e Concessão de Direito Real de Uso.

Com o objetivo de situar minimamente a questão e sem me atrever a entrar nos meandros da discussão jurídica específica, apresento a seguir as principais diferenças entre as duas formas previstas de titulação, conforme documento da Concrab (2000). Segundo tal documento, a distribuição dos lotes está prevista na Constituição Federal (Art. 189), não podendo ser negociados por 10 (dez) anos, mas podem ser inscritos no Registro Geral de Imóveis com a garantia de que o assentado irá permanecer no lote.

O Título de Domínio é o contrato feito entre o Incra e o beneficiário, para uso da terra, onde o assentado assume a obrigação de cultivar direta e pessoalmente a área; morar no lote e preservar os recursos naturais; pagar ao Incra pela terra e demais despesas do assentamento no prazo de 20 (vinte) anos. Após a entrega do Título de Domínio, o Incra emancipa o assentamento, “significando que o governo não tem mais compromisso com as condições de vida e de produção do assentado” (Concrab, 2000: 4).

Já a Concessão do Direito Real de Uso prevê o contrato pelo qual o Incra transfere o uso da terra para o assentado de forma gratuita, porém a terra continua de propriedade do Incra que não pode retomá-la enquanto o assentado estiver cumprindo com a obrigação de cultivar direta e pessoalmente a área, morar no lote e preservar os recursos naturais. Em caso de morte do titular do lote a concessão garante o usufruto das demais gerações (filhos, netos, bisnetos) que queiram ficar na terra vivendo e

produzindo. Em caso de desistência, o assentado receberá o valor das benfeitorias que construiu com seu trabalho, mas a terra não poderá ser vendida e a posse retorna ao Incra. Além disso, com a Concessão de Direito Real de Uso, segundo o texto citado, “o Incra fica obrigado a fornecer as condições de vida e de produção para o assentado, permanentemente”.

CAPÍTULO III

3. Assentamentos rurais e reforma agrária no estado do Rio de Janeiro.

Neste capítulo serão discutidos alguns aspectos relacionados aos assentamentos de reforma agrária no Estado do Rio de Janeiro que, de alguma forma, ajudam a explicar os processos de mudanças de beneficiários estudados nesta dissertação. Para tanto, mostraremos algumas das especificidades marcantes da questão agrária fluminense, entre elas a urbanização intensa e concentrada, o esvaziamento demográfico e econômico das cidades situadas no interior do Estado. Tentaremos situar o “lugar” da agricultura no contexto estadual que continua secundarizado e identificado como decadente; resgataremos a rica história de luta pela terra; apresentaremos o perfil dos assentados e dos assentamentos; além de algumas das características da atuação do Incra.

3.1 – Perfil da agricultura fluminense

A precariedade histórica do acesso à terra pelos agricultores familiares do Estado é bastante significativa. Segundo dados do Censo Agropecuário de 1995-96, como pode ser observado na tabela 1, os estabelecimentos com menos de 10 ha correspondem a 53% do total (28,5 mil), porém ocupam apenas 4 % da área total (98 mil ha), enquanto os estabelecimentos superiores a 1000 há, que significam 4% do total de estabelecimentos (200), ocupam 15 % da área total (374 mil ha).

No período de 1970 a 1996 observa-se uma reduzida alteração na estrutura agrária fluminense, insuficiente para alterar significativamente a concentração fundiária. No entanto, é possível observar a diminuição da proporção total dos estabelecimentos do grupo de área com menos de 10 ha que passou de 5,2 % em 1970 para 4,1% em 1995; o aumento na proporção de área do grupo que detém de 100 a menos de 1000 ha (passando de 47,1% em 1970 para 52,2% em 1995); e a diminuição da proporção da área dos estabelecimentos no grupo de mais de 1000 ha (passou de 19,4% em 1970 para 15,5% em 1995).

As bases dessa concentração fundiária que persiste até hoje foram lançadas, segundo Alentejano (1997), ainda no século XVI, quando o Rio de Janeiro viu nascer grandes latifúndios escravistas monocultores. Entretanto, aspectos que se desenvolveram basicamente no século XX, contribuíram decididamente para a

permanência dessa concentração fundiária até os dias de hoje, como por exemplo: a) a decadência da cafeicultura e do setor canavieiro; b) a atuação do Estado e d) a especulação promovida pelo setor imobiliário, entre outros.

Tabela 1 - Proporção do número e da área dos estabelecimentos, por grupos de área total - Rio de Janeiro - 1970/1995.

Grupo de área total (ha)	Proporção do n.º de estabelecimentos (%)		Proporção da área dos estabelecimentos (%)	
	1970	1995	1970	1995
Menos de 10	53,7	53,0	5,2	4,1
10 a menos de 100	37,8	37,3	28,1	28,2
100 a menos de 1000	8,1	9,3	47,3	52,2
1000 e mais	0,4	0,4	19,4	15,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Censo Agropecuário 1995-1996, IBGE.

A cafeicultura fluminense foi de longe a atividade agrícola mais importante do Estado, tanto em relação ao volume de produção, ao desenvolvimento da infra-estrutura, quanto na organização do espaço regional e impulso à multiplicação de outras atividades. Todo esse vigor entrou em colapso quando:

“...a cafeicultura se deslocou para o Estado de São Paulo, deixando para trás solos desgastados, infra-estrutura em abandono, principalmente a ferroviária e o esvaziamento econômico e populacional do interior do Estado, especialmente na região Noroeste e no Vale da Ribeira” (Alentejano, 1997:74-75).

A produção de cana-de-açúcar no Estado do Rio de Janeiro é mais antiga que o café, tendo como áreas principais de produção a baixada de Paraty, a baixada da Guanabara e a baixada Campista. Enquanto nas duas primeiras regiões a cana-de-açúcar foi sendo substituída por outras culturas e atividades no decorrer dos anos, na região de Campos dos Goytacazes se manteve como principal atividade econômica até os anos de 1980, quando teve início o crescente aumento da produção de petróleo na bacia de Campos.

Ao longo do século XX verificou-se na região Norte do Estado um intenso processo de concentração fundiária que se desenvolveu à medida em que a modernização da produção e a integração com a indústria do açúcar e do álcool iam se ampliando, impulsionadas pelos programas patrocinados pelos governos militares, nos anos 1970, principalmente o Programa de Racionalização da Agroindústria Açucareira

de 1971 e o Programa Nacional do Álcool (Proálcool) de 1975. (Alentejano 1997, p. 77-78).

Observa-se nesse processo uma alteração nas tradicionais relações de trabalho, através da eliminação dos direitos dos trabalhadores plantarem gêneros de subsistência e da crescente expulsão destes do interior das fazendas, transformando-se em bóias-frias, moradores da periferia das cidades da região.

A modernização pretendida se dá mais no setor industrial do que no setor agrícola que manteve a produtividade quase que inalterada, gerando ociosidade da indústria e o crescente endividamento dos usineiros. Com o encerramento dos programas governamentais, além da incompetência dos administradores em sobreviver sem as benesses do Estado muitas usinas faliram na região durante a década de 1990, causando aumento do desemprego e maior ociosidade das terras.

Ainda segundo Alentejano (1997), a ação estatal, seja através de suas políticas para o setor agrícola, seja por meio de suas políticas industriais, articulou-se de forma clara com os interesses especulativos na ocupação do espaço no Estado do Rio de Janeiro, transformando antigas áreas agrícolas em áreas destinadas basicamente à especulação urbana. Como exemplo disso pode ser citada a decisão de Getúlio Vargas de instalar, na região do Vale do Paraíba, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) que recuperou a economia da região, mas produziu uma reordenação no uso do solo, acelerando a urbanização e destinando antigas áreas agrícolas em áreas destinadas a indústrias, comércio, serviços e habitação.¹

De forma geral, a estrutura agrícola e agrária fluminense resulta em grande parte do tipo de atuação do setor público no Estado, que acentuou um quadro de desarticulação da agricultura, favorecendo o esvaziamento demográfico do interior e o inchamento das grandes metrópoles. A atividade agrícola teve pouca expressão nos programas e políticas públicas de âmbito federal ou estadual, desde a decadência da economia cafeeira, com algumas exceções, conforme afirmam Wilkinson e Maluf (1997).

¹ Da mesma forma, a ação estatal definiu novos rumos à região abandonada da Baixada Fluminense, construindo estradas de rodagem, dotando de transporte ferroviário, drenando suas baixadas e construindo a Fábrica Nacional de Motores e a Refinaria Duque de Caxias. Na região da Baía da Ilha Grande a ação do Estado foi no sentido de construir a BR-101 e instalar a Usina Nuclear em Angra dos Reis, região até então preservada do ponto de vista ambiental e praticamente isolada de outras regiões. A construção da rodovia BR-101 e da Amaral Peixoto viabilizam o acesso à Região dos Lagos e a de Campos dos Goytacazes, fazendo surgir mais áreas com interesse especulativos.

Com relação à agricultura fluminense é possível perceber que o processo de urbanização foi intenso e profundo, já que num período de aproximadamente 50 anos (de 1950 a 1996), levou à urbanização de 95,6% da população residente no Estado. Esse processo de deslocamento de contingentes populacionais do campo para a cidade foi tão intenso no Estado que no período entre 1950 e 1996 a população rural decresceu, segundo os levantamentos dos censos demográficos realizados pelo IBGE, de 1.280.000 pessoas (27,4% do total em 1950) para 600.000 pessoas (4,5% do total em 1996).

Na verdade, este fato pode ser mais propriamente definido, segundo Alentejano (2003), como um processo de metropolização, visto a intensa concentração espacial e setorial da economia fluminense na região metropolitana, onde residem quase 76% da população urbana (IBGE, 2001) e de onde foram arrecadados cerca de 85% do ICMS gerado no Estado (CIDE, 1996).

Embora perdendo posições significativas com relação ao *ranking* da participação industrial brasileira, a cidade do Rio de Janeiro aprofundou nos últimos decênios sua importância no Estado, concentrando cada vez mais suas atividades econômicas e de geração de riquezas. Dados do TCE (Tribunal de Contas do Estado) (2002), por exemplo, indicam que 68% do PIB estadual, de cerca de R\$ 147 bilhões, em 2000, ficaram concentrados na Região Metropolitana.

Assim, percebe-se que a Região Metropolitana é de tamanha importância demográfica e econômica que torna as demais Regiões do Estado subordinadas a ela. O efeito disso foi o esvaziamento demográfico e econômico do interior do Estado na medida em que as atividades agrícolas voltadas para a exportação entravam em decadência.

A produção agropecuária e pesqueira do Estado, segundo Wilkinson e Maluf (1997), apresenta um quadro de desarticulação, e durante o período de 1996 até 2003, continua demonstrando um potencial contributivo reduzido na formação do PIB estadual; com média no período de 0,42% (TCE, 2004). Os índices de produção e produtividade, obtidos no período 1999-2003, encontram-se estagnados.

Pode-se afirmar que a principal região agropecuária do Estado, segundo Gonçalves (2005), é a região Noroeste; não tanto pelo valor absoluto de seu PIB agropecuário (R\$ 139,7 milhões), que é suplantado pelas regiões Norte (R\$ 204,3 milhões), Serrana (R\$ 242,1 milhões) e do Médio Paraíba (R\$ 156,7 milhões), mas pela importância econômica que o mesmo representa para a região (9,35% do seu PIB total). As demais Regiões também possuem sua importância econômica na formação do PIB

agropecuário estadual, mas nenhuma outra apresenta a produção agropecuária com significativa representatividade econômica na totalidade de seus Municípios.

Os três Municípios cuja produção agrícola é mais representativa na geração do PIB municipal, segundo Gonçalves (2005), encontram-se na região Serrana: Trajano de Moraes, com cerca de 56,8% de sua produção econômica advinda da agropecuária, Santa Maria Madalena com 50,4% e Sumidouro com 44,4%.

Os Municípios que apresentam os maiores valores absolutos na sua produção agropecuária, ainda segundo Gonçalves (2005), são: Campos dos Goytacazes (R\$ 135,1 milhões em 2003), Barra do Piraí (R\$ 63,8 milhões), Teresópolis (R\$ 48,8 milhões), Nova Friburgo (R\$ 28,8 milhões) e Santa Maria Madalena (R\$ 26,6 milhões).

Os empregos formais no Estado, relativos a Agropecuária, Extrativismo, Caça e Pesca apresentam números absolutos um pouco inferiores que 28.000, menores que 1% do emprego formal total.

Se levarmos em consideração a somatória de empregos formais e informais, apesar da defasagem dos dados coletados pelo IBGE (1995-96), verificaremos que houve expressiva queda na taxa de crescimento (42,23%), passando de 321.912 postos em 1985 para 174.274 em 1995. Já entre os anos de 1970 e 1980, principalmente por conta dos investimentos promovidos pelo Governo Federal no Programa Proálcool observamos uma taxa de crescimento positiva da ordem de aproximadamente 23%.

Segundo Brito e Innocêncio (1988), enquanto principalmente os Estados do Sul do País passavam por profundas transformações na organização do espaço agrário, na medida em que ganhavam espaço monoculturas intensivas que progrediam associadas ao processo de mecanização e quimificação da produção agrícola, o Rio de Janeiro não apresentava modificações significativas do setor agropecuário, uma vez que a expansão muito localizada de algumas atividades agrícolas não alterou o quadro mais geral de estagnação em que se manteve a agricultura estadual a partir dos anos 1950.

São bastante eloquentes os dados comparativos dos Censos Agropecuários no que diz respeito à decadência da produção agrícola do Rio de Janeiro. Observa-se, por exemplo, que, com exceção da cana-de-açúcar e do tomate, outras culturas (arroz, feijão, mandioca, milho, café, banana e laranja) mostraram um decréscimo de produção, com índices menores que os da década de 1950.

Os dados comparativos dos Censos Agropecuários de 1985 e 1995-1996 corroboram a avaliação de que houve uma retração significativa da área em lavouras, de quase 288 mil hectares (46%). As principais lavouras, como arroz, cana-de-açúcar,

feijão, mandioca, milho, tomate, banana, café e laranja, apresentaram quedas significativas nas áreas plantadas, na produção e na produtividade.

Com relação ao uso de suas terras, verifica-se que seu grau de utilização é uma das mais baixas do País. No Rio de Janeiro, 44,5% dos 43.910 km² de seu território, segundo o IQM-Verde (CIDE, 2001), são utilizados como pastagem. A área destinada à agricultura é estimada em 9,5% da área, ou seja, 413.000 ha, conforme tabela abaixo.

Tabela 2 – Distribuição do Uso do solo e cobertura vegetal no Estado do Rio de Janeiro.

Uso do Solo	Área em Km ²	Percentual
Pastagem	19.556	44,5
Florestas ombrófilas densas	7.291	16,6
Capoeiras (vegetação secundária)	6.814	15,5
Área Agrícola	4.135	9,5
Restingas, manguezais, praias e várzeas (formações pioneiras).	1.900	4,3
Área urbana	1.846	4,2
Corpos d'água	995	2,3
Não sensoriado	586	1,3
Área degradada	506	1,2
Afloramento rochoso e campos de altitude	241	0,5
Outros	39	0,1
Total	43.910	100

Fonte: CIDE (Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro), 2001.

Nas áreas de pastagem, predominam amplamente o baixo nível tecnológico, expressos na baixa densidade de animal por área (variam de 0,7 a cerca de dois animais por hectare de pastagem); na baixa produtividade de leite por animal, reflexo dos baixos investimentos efetuados em plantio de pastagem, melhoramento genético e manejo animal. Além disso, a atividade emprega poucos trabalhadores. Esse caráter extensivo na condução do rebanho bovino faz com que o Rio de Janeiro também seja importador de leite e derivados a partir de fluxos de leite e laticínios que se originam de outros Estados. Talvez a melhor notícia recente do setor seja o reconhecimento por parte do Governo Federal, em 2000, do Rio de Janeiro como área livre de Febre Aftosa.

Em maio de 2003, a Fundação Centro de Estudos e Dados do Rio de Janeiro – CIDE publicou o IQM-Verde II, seqüência do primeiro estudo, lançado em 2001. Ambos comparam as áreas cobertas pelos remanescentes da cobertura vegetal com as

ocupadas pelos diversos tipos de uso do solo, criando, desta forma, o Índice de Qualidade de Uso do Solo e da Cobertura Vegetal (IQUS).

Analisando os dados divulgados, Gonçalves (2005) destaca que 48 (quarenta e oito) municípios fluminenses tinham mais de 50% de sua área ocupada por campo/pastagem, destacando-se os Municípios de Italva, São José de Ubá, Santo Antonio de Pádua, São Fidélis, Itaocara, Itaperuna e Aperibé, com média de 90%.

Dos 93 municípios fluminenses, 53 (cinquenta e três) tinham menos de 1% de sua área coberta por florestas. Em todo o Estado, só restam 19% de áreas com florestas primárias ou secundárias antigas em estágio avançado, restingas arbóreas e savana estépica. Cabe ressaltar que 64% das florestas do Rio de Janeiro estão localizadas em unidades de conservação da União e do Estado.

Segundo o autor citado, a agricultura não é desenvolvida em 30 (trinta) municípios e outros 27 (vinte e sete) têm menos de 1% de área plantada. Nessa atividade, destacam-se nas proporções de área plantada pela área total os municípios de São Francisco do Itabapoana, Campos dos Goytacazes, Carapebus, Cabo Frio e Quissamã.

Cardoso Moreira e São Fidélis, na Região Norte e todos os municípios da região Noroeste têm um ciclo de seca maior que oito meses por ano e apresentam expressivos níveis de desmatamento, o que contribui para a extinção de nascentes de pequenos rios e riachos, observando-se um aumento de frequência de vales com leitos secos.

Assim, além de deter apenas 0,5% do território nacional, as características topográficas e climáticas fluminenses são bastante diversas, variando de regiões de relevo extremamente acidentado e clima temperado e subtropical, como a região Serrana, o médio Paraíba e o Centro-Sul; até regiões de planície e de clima tropical, como são os casos do Norte, Noroeste e da Baixada Litorânea. Essa diversidade climática e topográfica implica numa exigüidade de grandes áreas contínuas, limitando um dos vetores principais do modelo hegemônico de desenvolvimento agrícola vigente no país: a mecanização da produção. (Lavinias, 1990).

Dessa forma, segundo Lavinias (1990), a implantação de culturas que exigem grandes extensões de área para se tornarem viáveis economicamente, encontra, no Estado, um considerável obstáculo. Por outro lado possibilita uma produção agrícola altamente diversificada, com convivência de cultivos tradicionais com baixo dinamismo e com uma produção dinâmica em expansão, como a olericultura, a fruticultura e algumas criações de pequenos animais.

Nesse sentido, segundo Alentejano (1997), a imagem de decadência da agricultura fluminense, estrutura-se quando comparada com o ideal da agricultura brasileira fundamentada na grande produção modernizada, encontrada nos Estados de São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul.

Na verdade, segundo Alentejano (1997), a idéia de decadência tem que ser relativizada, já que reflete uma determinada concepção de agricultura e de ocupação de terras. Na medida em que estas áreas deixaram de interessar aos grandes proprietários, permitindo-se com isso a sua ocupação por posseiros e a fragmentação dos estabelecimentos da região, com recuo das culturas comerciais de grande porte e a expansão da produção de subsistência e da pequena lavoura comercial, forma-se a imagem da decadência.

No setor agroindustrial, há concentrações de cultivo de cana-de-açúcar em Campos dos Goytacazes; cultivo de hortaliças, legumes e especiarias hortícolas em Teresópolis e Petrópolis; cultivo de flores e plantas ornamentais em Nova Friburgo, Teresópolis e Petrópolis; e cultivo de frutas cítricas em Rio Bonito. Nas regiões Norte e Noroeste Fluminense, abrangendo também, os Municípios de Carapebus, Cardoso Moreira, São Francisco de Itabapoana, São João da Barra e Quissamã, foram identificados investimentos na agroindústria de frutas em Campos dos Goytacazes, que consolida o pólo de fruticultura irrigada de maracujá, abacaxi, coco e goiaba.

No setor de pecuária há concentração de criação de bovinos em Cachoeiras de Macacu, Paraíba do Sul e Silva Jardim; criação de bovinos de leite em Campos dos Goytacazes, Itaperuna e Valença; fabricação de laticínios em Itaperuna; preparação de carne, banha e produtos de salsicharia não associada ao abate em Três Rios; e criação de aves e produção de ovos em São José do Vale do Rio Preto. A produção de ovos ocorre em escala bem inferior em Petrópolis, Santa Maria Madalena, Volta Redonda, Três Rios, Rio Bonito e Teresópolis.

Apesar da Região Metropolitana ser considerada o segundo mercado consumidor do País, o Estado não é auto-suficiente na produção dos alimentos necessários para o abastecimento de sua população, não conseguindo suprir sequer 50% do mercado fluminense, sendo necessário recorrer a outros Estados para abastecê-lo (Wilkinson & Maluf, 1997).

Com respeito à relação do setor agropecuário e seus vínculos com a agroindústria, segundo Maluf & Wilkinson (1997), as empresas da indústria agroalimentar fluminense, principalmente a vinculada à produção em massa (bebidas,

indústria da panificação, etc.), guardam pouca correspondência com a produção agrícola e pesqueira estadual, se abastecendo, sobretudo, via importação de outras unidades da federação e até mesmo de outros países.

Esse fato acabou, segundo os autores, inviabilizando no Estado o vetor de modernização tecnológica e aglutinador de produtores rurais por parte dos segmentos mais dinâmicos da agroindústria. O principal gargalo competitivo desse setor encontra-se na desorganização dos setores produtivos, com baixo processo de integração ao setor agroindustrial e ao setor de distribuição varejista.

Através da análise de microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) no período de 1981-1997, no âmbito do Projeto Rururbano, Teixeira (2000) investigou a configuração do recente desenvolvimento rural fluminense e revelou, por exemplo, que a dinâmica do emprego rural está sendo dada pelas atividades não agrícolas. Esta conclusão segue na mesma direção de recentes pesquisas realizadas em outros estados brasileiros².

Constatou-se no Estado do Rio de Janeiro a existência de um crescimento maior da população economicamente ativa (PEA) rural em relação ao PEA agrícola, a ponto da população residente nas áreas rurais engajada em atividades não agrícolas superarem a população empregada nas atividades agrícolas.

Para compreensão do fenômeno da ampliação do PEA não agrícola e redução do PEA agrícola a autora indica pelo menos dois caminhos: o primeiro relacionado ao contexto econômico e, como um segundo caminho, a incorporação da análise da potencialidade de novas atividades empregadoras no espaço rural.

No que diz respeito às novas potencialidades empregadoras no campo, a pesquisa revelou que a prestação de serviços, entendida como serviços de alimentação, reparação e conservação, pessoais e domiciliares, entre outros, se sobressaiu como o principal ramo de atividade das ocupações não agrícolas no campo fluminense, ocupando cerca de 59 mil pessoas em 1997. O ramo da prestação de serviços foi seguido de perto pela indústria da construção civil, do comércio de mercadorias, indústria de transformação e atividades sociais (serviços comunitários, pessoais, etc),

² De modo resumido, segundo Teixeira (2000) a pesquisa do PNAD mostrou que o PEA agrícola teve uma retração de 3,8% ao ano entre 1992 e 1997, com diminuição de 30.000 pessoas economicamente ativas no setor agrícola fluminense, passando de 140.000 para 110.000 no período. Em termos relativos, as atividades não agrícolas, em 1997, já eram responsáveis por 54% do PEA rural enquanto as atividades agrícolas representavam 38%. Os não ocupados, ou seja, as pessoas consideradas economicamente ativas, mas que estavam procurando emprego, representaram cerca de 8% do PEA total.

totalizando 85% das pessoas residentes no meio rural ocupadas com atividades não agrícolas.

Ainda segundo Teixeira (2000), se analisarmos as pessoas ocupadas em atividades não agrícolas no meio rural a partir de setores que acabam agrupando diversas ocupações de um determinado ramo de atividade, verificaremos que o emprego doméstico (copeiro, cozinheiro, lavadeira, diarista, etc.) destaca-se como líder com 22% do PEA rural não agrícola ou 34 mil pessoas em 1997. O setor da construção civil, vindo logo em seguida, representando 17% do PEA rural não agrícola ou 26 mil pessoas em 1997. Esses dois setores foram os que mais absorveram mão de obra no meio rural no período de 1981 a 1997 e têm como características baixos níveis de qualificação profissional e escolaridade.

Dentre as estratégias possíveis que explicam as ocupações não agrícolas no Estado, aparece a migração com inserção em outros mercados de trabalho, com os homens na construção civil, principalmente nas regiões onde o cultivo de cana-de-açúcar predomina e as mulheres no emprego doméstico, sobretudo nas regiões em torno do Grande Rio e na Região dos Lagos.

Essa inserção se dava até os anos 80 com o deslocamento de toda a família do interior para a periferia da cidade. Atualmente, segundo Teixeira (2000), o processo de migração é menos intenso e mais caracterizado pelo deslocamento sazonal de apenas um membro da família, conciliando o período de safra com as atividades de veraneio nas cidades da Região dos Lagos, onde se empregam na construção civil, no comércio ambulante e na prestação de serviços informais.

O turismo abriu novas possibilidades de trabalho e, segundo Teixeira (1998), na região Serrana parece ter aberto vagas em atividades a ele relacionado, como a construção civil (pedreiro, ajudante de pedreiro), prestação de serviços (pensão, bar, restaurante, pousada) para o conjunto da mão-de-obra familiar. A renda obtida com as atividades não agrícolas é geralmente superior às auferidas com a agricultura e tem sido investida fora da agricultura, como casa para alugar para turista, que acaba rendendo algo em torno de dois ou três salários mínimos.

A análise das ocupações agrícolas e não agrícolas no Estado do Rio de Janeiro nos remete ao recente debate sobre a pluriatividade, conceito este utilizado, segundo Teixeira (2000),

“para designar o processo de ampliação do mercado de trabalho e de diversificação da produção ancorado num ambiente socioeconômico

marcado pelas contradições do modelo de modernização produtivista adotado, pela crescente integração dos mercados rurais e urbanos e pela ampliação do setor de serviços e infra-estrutura no meio rural (turismo, lazer e outros serviços associados)” (Op cit.)

Em resumo, procuramos evidenciar neste tópico, algumas características específicas da agricultura fluminense, entre eles o debate sobre o seu “lugar”, comumente considerado secundarizado e decadente. Mostramos o quão urbanizado e economicamente concentrado na região metropolitana, e a pequena contribuição no PIB e na geração de empregos em que se encontra. Ressaltamos as transformações que seu espaço rural, cada vez menos agrícola, vem enfrentando, assim como o crescimento das atividades não agrícolas.

3.2 – Luta pela terra

Procuraremos resgatar brevemente a rica história da luta pela terra, impregnada de contestação à ordem estabelecida desde sua origem. Evidenciamos que muito dos conflitos atuais são conseqüências de casos mal resolvidos no passado. Essa marca de luta e contestação dos trabalhadores rurais fluminenses se mantém até hoje, onde se evidenciam diversos acampamentos e ocupações de terra espalhados cada vez mais para o interior do estado. Mostramos também a imbricação do aparelho estatal com essas lutas, principalmente nos anos do Governo Leonel Brizola que acabou forjando determinadas concepções e posturas nas organizações e movimentos que fazem a luta pela terra.

O Estado do Rio de Janeiro possui uma rica história de luta pela terra. Segundo Alentejano (1997), essa história está diretamente ligada ao avanço da especulação fundiária, durante o século XX, adquirindo intensidade crescente na segunda metade do século. Para o autor,

“ ...a maior parte dos conflitos acontece em antigas áreas agrícolas que estão sendo transformadas em áreas de especulação fundiária, isto é, a luta pela reforma agrária defronta-se com o processo de crescente urbanização do estado”(Alentejano, 1997:86).

Novicki (1994), estudando os conflitos fundiários fluminenses durante o período de 1950 a 1987, aponta a existência de três fases: 1) politização da questão agrária com resistência camponesa e multiplicação das ocupações no pré 64; 2) despolitização autoritária com resistência atomizada entre 1964 e 1978; e 3) re-politização com

multiplicação de atores e mediadores, retomada das ocupações e mudança do perfil dos demandantes no pós-1979. A essa sistematização sugerida, Alentejano (1997:85) acrescenta: 4) refluxo do movimento (entre 1988 e 1994) com desestruturação total das entidades que organizavam a luta pela terra; e 5) retomada das lutas (1994 em diante).

A primeira fase, de politização da questão agrária, se refere aos conflitos envolvendo posseiros e grileiros por terras para execução de loteamentos urbanos na Baixada Fluminense, área que se valorizou e passou a ser objeto de cobiça a partir dos anos 1950, devido à realização de obras de drenagem, à erradicação dos laranjais e ao crescimento da então capital federal em direção àquela região.

Os conflitos encontraram eco no ambiente político da época, propício à organização e reação dos posseiros, principalmente pela participação de partidos políticos, principalmente o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e líderes carismáticos, como o grupo do Deputado Tenório Cavalcante.

Segundo o autor, a crescente politização da luta pela terra levou a resistência dos posseiros, inclusive com organização de ocupações. A proximidade da Capital Federal deu visibilidade à luta, fato que levou a violenta repressão após o golpe de 1964.

A segunda fase, da despolitização autoritária, é caracterizada pela violência e repressão política, os conflitos foram abafados, sendo que a resistência dos posseiros foi marcada pela ação atomizada, desarticulada e sem visibilidade política.

Com o abrandamento da repressão no final da década de 1970 e no bojo da anistia dos presos políticos, os conflitos fundiários retornaram ao cenário político do Estado, agora unificado pela fusão entre a Guanabara e o Rio de Janeiro. Esses novos conflitos, segundo Novicki (1994), se diferenciavam dos que ocorreram no período pré-1964 porque com o avanço da grilagem de terras ocorrido no período militar e a incorporação das terras em disputa, o número de posseiros diminuiu significativamente.

A retomada da luta pela terra no Estado do Rio de Janeiro se dá em condições diferenciadas em relação ao restante do País, pois a imbricação com o urbano é absoluta. Segundo Novicki “é difícil diferenciar a luta pela terra para moradia com a luta pela terra para trabalho, isto é, reforma urbana e reforma agrária se confundem de forma absoluta” (op. Cit, pg 14).

O contexto da crise social dos anos 1980, segundo Alentejano (1997:88), os trabalhadores desempregados, subempregados, mal empregados ou mal aposentados da periferia da região metropolitana do Rio de Janeiro estão em busca de alternativas que lhes permitam melhorar minimamente seu padrão de vida. Assim, a opção em ocupar

terra “rural” ou terra “urbana” dependia menos de vontade previamente estabelecida e mais da oportunidade.

O resultado desse processo é a realização de muitas ocupações e ocorrência de conflitos fundiários, principalmente durante o primeiro Governo de Leonel Brizola (1983-1987), que originaria a maior parte dos assentamentos do Estado, momento em que a luta pela terra teve seu apogeu.

Com a derrota da reforma agrária na Assembléia Constituinte de 1988, e o retrocesso da legislação agrária, entre eles a consagração do direito incondicional à propriedade e a necessidade de indenização prévia para a realização das desapropriações, entre outros, trouxe um refluxo generalizado na luta pela terra no País.

Vimos que no estado do Rio de Janeiro, segundo, esse refluxo foi mais acentuado devido, sobretudo, à desarticulação do MST, sem que surgisse outra instância de organização capaz de desempenhar seu papel e pelas mudanças da postura do Governo Estadual.

Além disso, o Governo de Moreira Franco (PMDB) entregou as questões agrária e agrícola estaduais a setores conservadores, e, além disso, retirou a orientação para que a polícia militar se mantivesse imobilizada no caso da luta pela terra. (Alentejano, 1997: 90-91)

Somente em meados dos anos 90 a luta pela terra e pela reforma agrária recupera forças. Esse renascimento não se deu apenas pela retomada das ocupações, mas na busca dos assentados por melhores condições de vida, na luta pela produção e comercialização.

É nessa última fase que se observa uma interiorização das ocupações de terras no estado, se deslocando principalmente para a Região Norte onde se concentra o setor agroindustrial do açúcar e do álcool e as maiores áreas passíveis de desapropriação para fins de reforma agrária. Nesse período também se consolida a postura de alguns Sindicatos de Trabalhadores Rurais filiados à Fetag (Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro) em organizar ocupações de terras. Esse fato marca uma reorientação política da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura), sempre voltada para as pressões institucionais como principal forma de luta pela terra, ao contrário do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) que sempre privilegiou esse tipo de ação política.

3.3 – Os assentamentos rurais no estado do Rio de Janeiro

Com relação aos assentamentos rurais, podemos afirmar que a atuação do Governo do Estado foi decisiva na definição do atual panorama do meio rural fluminense onde até os anos 1950, os conflitos fundiários eram escassos. Entretanto, após esta década, os conflitos se multiplicam consideravelmente. Durante o governo de Roberto da Silveira, entre os anos de 1959 - 1962, algumas intervenções efetivas em áreas de conflitos rurais ocorreram, e este foi o único governo a tomar partido desta questão até o governo de Leonel Brizola. (Novicki, 1994).

O primeiro governo de Leonel Brizola, eleito em 1982, teve uma atuação bastante significativa na implantação de assentamentos rurais no estado, assumindo a questão agrária com empenho e criando um vínculo muito forte com a população que demandava terra, já que não havia um órgão estadual específico para tratar da questão fundiária. Sem um plano de propostas para a questão agrária, o governo foi criando alternativas independentes das ações dos órgãos federais à medida que o movimento de luta pela terra foi crescendo.

O governo encontrava-se despreparado do ponto de vista institucional, atuando através de três secretarias: Justiça e Interior, Trabalho e Habitação e Agricultura e Abastecimento, que disputavam entre si o direcionamento da questão. Através destas secretarias foram implantados programas emergenciais e inovações institucionais que se revelaram bastante inconsistentes no desenrolar dos conflitos, dados os interesses antagônicos envolvidos na questão agrária. Para acabar, pelo menos formalmente, com essa disputa, o governo criou a Comissão de Assuntos Fundiários (CAF), vinculada à Secretaria de Justiça e Interior, em 1983, e mais tarde em 1986, a Secretaria de Assuntos Fundiários, tentando trazer para a tutela do Estado os conflitos agrários. Desse modo, a questão fundiária ganhou mais destaque e o então governo estadual passou a reconhecê-la como questão politicamente estratégica. (Novicki, 1994).

A política agrária ganhou importância com a criação de uma secretaria responsável exclusivamente pelos problemas fundiários e ao mesmo tempo o governo tratou de separar este tema das questões agrícolas, que ficaram vinculadas à Secretaria de Agricultura. Essa situação causou uma divisão do poder de pressão dos movimentos sociais rurais, devido à existência das duas secretarias.

A atuação do governo estadual perante a população que lutava por terra, bem como o enfraquecimento enfrentado por organizações de trabalhadores como o MST/RJ, a FETAG e a CPT, que não conseguiram fazer suas demandas desses

trabalhadores, fizeram com que estes reconhecessem no Governo estadual seu principal interlocutor. Nos assentamentos, o governo forneceu alimentos, material de construção, assistência técnica, recursos financeiros para a compra e aluguel de materiais necessários na agricultura (tratores, insumos etc), além de infra-estrutura social e produtiva. (Alentejano, 1997)

O governo estadual atuou “desapropriando por utilidade pública para fins de reforma agrária”, alguns estabelecimentos, com a justificativa de que criaria “centros urbanos” e “fazendas experimentais”. Torna-se válido ressaltar que a política de assentamentos do governo Brizola não excluía trabalhadores urbanos, fato que caracterizou de maneira singular a relação entre o Estado e os assentamentos e entre os próprios assentados e o modo como concebiam seus lotes, possibilitando a formação de uma cultura específica na qual a comercialização de terras, a presença de terrenos de veraneio, a posse da mais de um lote por família, a corrupção, a direção autoritária e a consolidação de “chefias” foram aceitas (Leite et al, 1997).

Com a eleição de Moreira Franco, em 1986, a questão agrária perdeu sua importância e o governo passou a utilizar a repressão perante os conflitos. Além disso, o então governador eleito esvaziou politicamente a secretaria responsável pela questão fundiária, fundindo-a com a vinculada à habitação.

A volta do Governo Brizola em 1990, não gerou alterações no cenário estabelecido, uma vez que este se encontrava mais atrelado aos setores mais conservadores, além do enfraquecimento do movimento organizado que lutava por terra.

Eleito em 1994, Marcelo Alencar criou o Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ), que passou a administrar os assentamentos da esfera do governo estadual.

Os governos Anthony Garotinho, eleito em 1998, e Rosinha Garotinho (2003/2006), promoveram a manutenção do ITERJ e algumas mudanças ocorreram no interior do instituto, bem como alguns de seus objetivos e programas.

Existiam até o ano de 2005, 54 assentamentos de reforma agrária no estado sob responsabilidade do ITERJ (Instituto de Terras do Estado do Rio de Janeiro) envolvendo 5.856 famílias, segundo informações de seu site, em 2005.

Segundo Alentejano (2003), muitos desses assentamentos correspondem a intervenções públicas em áreas de conflitos fundiários antigos, algumas anteriores ao período militar e outros de conflitos ocorridos durante o primeiro governo Brizola, sobretudo no período entre 1984 e 1987.

Nos anos 1970, já havia alguns projetos de colonização, de iniciativa do Governo Federal, concentrados no município de Cachoeiras de Macacu, com população oriunda de uma ocupação de terras ocorrida em Campos dos Goytacazes (Imbé) nos anos 1960 e também do local.

Tanto os assentamentos gerados através das desapropriações de terras ocorridas no período de implementação do Plano regional de Reforma Agrária (PRRA/RJ), quanto os realizados entre os anos de 1990/93 e 1995/97, são oriundos em grande parte, de conflitos sociais de 10 a 20 anos anteriores a essa data.

Observa-se a concentração geográfica da maioria dos assentamentos do ITERJ na Região Metropolitana e na Baixada Fluminense, sendo poucos situados fora dessa macrorregião. Essa proximidade dos centros urbanos faz com que a grande maioria seja atendida por energia elétrica, além de equipamentos públicos de saúde e educação. Boa parte dos assentados recebeu financiamentos do PROCERA (Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária), sendo que muitos ainda não receberam, principalmente por não estarem reconhecidos pela Superintendência Regional do Incra, medida fundamental para os procedimentos de financiamento, instituído em 2001 pelo Governo Federal. Com o passar dos anos, apesar do baixo número de áreas desapropriadas, observamos um processo paulatino de interiorização dos assentamentos, principalmente se dirigindo para a Região Norte Fluminense.

Sob jurisdição do Incra RJ existem até o final de 2006, 47 assentamentos, com capacidade de assentamento, segundo o Incra (2006) de 4.581 famílias num total de 60.515,01 hectares (ha) desapropriados. O número de famílias assentadas até dezembro de 2006, entretanto, é de 4.099, evidenciando uma possibilidade de serem assentadas mais 482 famílias nos assentamentos já existentes (Incra, 2006).

Tomadas em conjunto, as diversas intervenções fundiárias realizadas no Rio de Janeiro ao longo da história não são desprezíveis, somando 97 áreas que sofreram desapropriação, regularização fundiária ou projetos de colonização. O total de famílias beneficiadas é de 15.127 com uma área equivalente à pelo menos 166.639 hectares. Considerando-se uma média de 4 pessoas por família, o número de pessoas beneficiadas corresponde a 60.508 pessoas.

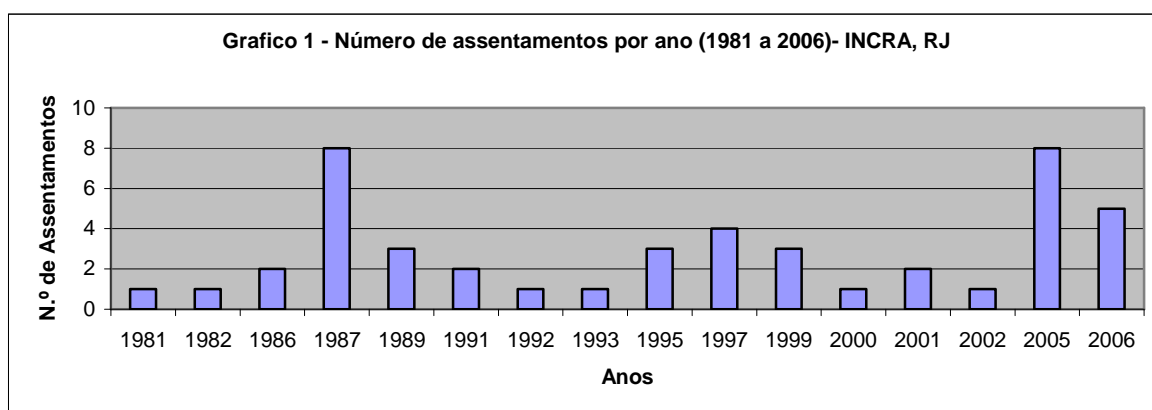
Tabela 3 – Intervenções fundiárias realizadas no estado do Rio de Janeiro.

Órgão Responsável	Tipo de Intervenção	Nº de Intervenções	Nº de Famílias	Área (ha)
Governo Federal	Colonização	9	4.129	55.642
Incra	Regularização Fundiária	5	561	2.832
Incra	Assentamento	47	4.581	60.877
Iterj	Assentamento / Regularização fundiária	53	5.856	47.288
Total		97	15.127	166.639

Fonte: Incra (2006) e Iterj (2005) e Alentejano, (2003), atualizado pelo autor em dezembro de 2006.

Os Projetos de Assentamentos começaram a ser implementados pelo Incra-RJ no Estado do Rio de Janeiro a partir dos anos 1980, sendo que a primeira intervenção se deu em 1981 no município de Silva Jardim onde foi criado o PA Aldeia Velha. A criação de projetos de assentamentos e sua distribuição ao longo do tempo podem ser observadas no gráfico abaixo.

Se observarmos a evolução dos números de assentamentos ao longo dos 25 anos, notaremos que em alguns deles nenhum novo assentamento foi criado, como é o caso dos anos de 1983 a 1985; 1988; 1990; 1994; 1996; 1998; 2003 e 2004.



Fonte: Incra (dez/2006)

Esse período sem criação de novos assentamentos (11 anos intercalado) no estado do Rio de Janeiro faz parte da dinâmica própria dos processos de distribuição fundiária e são comuns a todos os estados brasileiros. A descontinuidade político administrativa, a complexidade jurídica que envolve a questão e, sobretudo, a vontade política dos órgãos responsáveis pela gestão da política agrária, são apontadas por alguns entrevistados, entre eles um assessor da Superintendência do Incra-RJ em 2004, como as principais causas desses hiatos sem criação de novos assentamentos.

Os assentamentos, de forma geral, e os assentamentos fluminenses de modo particular vêm se consolidando enquanto espaços de produção, sociabilidade e intervenção política, apesar de suas condições precárias.

Segundo Alentejano (1997), uma das principais particularidades do processo de reforma agrária no Estado do Rio de Janeiro, a partir dos anos 1980, foi o caráter praticamente indissociável da luta pela terra urbana e rural o que significou, na prática, que os indivíduos que se transformaram em agentes da reforma agrária buscavam indistintamente terra para morar ou para trabalhar.

Dessa forma, boa parte dos assentados era oriunda de áreas urbanas e sequer tiveram qualquer experiência como trabalhador rural. Era comum também a manutenção de fortes laços com as áreas urbanas, desde a preservação de empregos, até o acesso constante aos serviços, ocorrendo casos de recusa explícita ao assentamento em áreas mais distantes da região metropolitana.

Essa situação, tratada com preocupação e descrédito por vários atores sociais importantes, como entidades de apoio, mediadores, técnicos governamentais, pesquisadores e o próprio MST/RJ, motivava análises que previam o fracasso absoluto da iniciativa. Decorridos alguns anos, percebe-se que as previsões catastróficas, segundo o autor, não se realizaram havendo mudanças significativas por parte dos atores sociais na forma de tratar a questão. O caso do MST/RJ é simbólico visto que, de inicialmente descrente e receoso, passou a incorporar na sua proposta de mobilização e arregimentação de ocupantes de terras, o público das favelas e periferias das grandes e médias cidades.

Importante ressaltar a afirmação de que não se pode mais confundir ou interpretar como sinônimos o espaço rural e as atividades produtivas ali desempenhadas. Não se pode, por outro lado, imaginar que a agricultura não tenha se modificado no decorrer do tempo. Segundo Schneider (2001), em vários contextos internacionais a dinâmica da própria agricultura no espaço rural vem sendo condicionada e determinada por outras atividades ali praticadas, passando a ser cada vez mais percebida como uma das dimensões que se estabelece entre a sociedade e o espaço entre o homem e a natureza.

Talvez a mudança mais emblemática dessa mudança estrutural seja a emergência e a expansão de unidades familiares no meio rural cuja dedicação, não raramente, passa a ser em atividades não-agrícolas, praticadas dentro ou fora da propriedade. Esta forma de organização, segundo o autor acima citado, vem sendo denominada de pluriatividade,

e refere-se a situações sociais em que os indivíduos que compõem uma família com domicílio rural, passam a se dedicar ao exercício de um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas, não necessariamente ligadas à agricultura e ao cultivo da terra, e cada vez menos executadas dentro da unidade de produção.

Outra característica dos assentamentos rurais do Estado é configuração do rururbano, fruto da intensa relação rural-urbano, tanto no que diz respeito à sua dimensão espacial, quanto no que se relaciona com a origem dos beneficiários e seus reflexos na dinâmica dos assentamentos.

.Giuliani, Castro & Dias (1995) e Castro (1995), tomando o assentamento de São José da Boa Morte (Cachoeiras de Macacu) e Sol da Manhã (Seropédica) problematizam a tese que a origem rural ou urbana dos assentados seja um elemento decisivo na determinação do desempenho destes, embora considerando que as diferenças marcantes dão origem a formas diversas de sociabilidade e requerem políticas públicas diferenciadas.

Na comparação entre os assentamentos, destacaram a maior tendência à pluriatividade e a melhor visão das oscilações de mercado dos assentados do Sol da Manhã, que têm origem urbana. Destacam ainda que os assentados do Sol da Manhã reclamam mais do isolamento e da falta de infra-estrutura e serviços do que os assentados de São José da Boa Morte, de origem rural, além de ressaltarem a forte influência do processo de formação dos assentamentos no desenvolvimento das formas de sociabilidade.

Segundo Castro (1998),

“...os assentamentos do Rio de Janeiro tendem a contribuir para se romper com uma visão dicotômica onde o urbano se opõe ao rural, percebendo essa relação em múltiplas dimensões”. (Op. Cit, pg 241).

Ainda segundo a autora no contato com a vida urbana ou na relação entre a trajetória urbana e o mundo rural, diversas formas de troca são estabelecidas:

O tema também foi abordado por Menezes (1991), através de pesquisa no assentamento de Boa Esperança, município de Japeri, Baixada Fluminense. A autora procura identificar a conformação de uma nova identidade social entre os assentados da Baixada, uma vez que estes seriam trabalhadores de origem urbana que se transformaram em trabalhadores rurais, porém, recusando-se a se afastar das cidades e de romper os laços culturais, sociais e muitas vezes econômicos com estas.

Articulando reflexões em torno do debate da viabilidade da reforma agrária, da dicotomia rural-urbano e da polêmica em torno da noção de pluriatividade, Alentejano (1997), pesquisou dois assentamentos diferentes no que concerne à origem dos assentados e à localização geográfica mostrando como a pluriatividade vem se proliferando nos assentamentos, independente da existência anterior de experiência urbana ou rural por parte das famílias e da maior ou menor proximidade das cidades.

Mostrou que tanto no assentamento de Vitória da União, em Paracambi (Região Metropolitana) como em Fazenda da Conquista, em Valença, no Vale do Paraíba, o recurso à pluriatividade aparece como parte de uma estratégia reprodutiva das famílias frente às inúmeras adversidades estruturais e conjunturais enfrentadas pelos assentados, sendo fundamental para garantir a viabilidade destes assentamentos.

As principais conclusões tiradas no estudo foram: a) o fenômeno da pluriatividade está em expansão no Brasil, mesmo em áreas onde há o predomínio do latifúndio; b) há fortes indícios de que os assentamentos de público ‘urbano’ sejam mais dinâmicos e ativos que os ‘rurais’; c) não se pode colocar a origem rural ou urbana dos assentados como decisiva para o desempenho destes, nível de renda e o sucesso ou fracasso dos assentamentos; d) a incorporação de trabalhadores de passado ou origem urbana não deve ser a tônica da política de reforma agrária, mas em regiões onde o êxodo rural foi intenso, a população do campo é reduzida e onde os problemas sociais são intensos – como é o caso do Estado do Rio de Janeiro – a adoção de uma política de reforma agrária que tenha como alvo os trabalhadores desempregados e subempregados das cidades deve ser não apenas uma opção, mas uma prioridade.

Os assentamentos localizados no Estado do Rio de Janeiro dispõem de significativas vantagens se compararmos com intervenções públicas de outros Estados, principalmente os do Norte e Centro-Oeste do país. A proximidade de expressivos mercados consumidores (a região metropolitana do estado é a 2º maior consumidora de alimentos); e as distâncias relativamente menores entre cidades médias, são apenas dois exemplos desse fato.

Schmith (1998), organizador do I Censo da Reforma Agrária do Brasil e a Pesquisa Amostral Sócio Econômico, revelou outros elementos que ajudam a definir o perfil dos assentamentos sob jurisdição do Incra/RJ. As 2.614 famílias assentadas àquela altura correspondiam a 1,64 % do total de famílias do País; apresentam o mais elevado percentual de cônjuges com mais de 65 anos, 10,63 %; o mais alto índice de atividades não agrícolas, 16,55 %; o maior índice de moradia de alvenaria do país, com

76,40 %; o maior percentual de água encanada, com 57,83 % e fossa séptica, com 64,46 %; o maior percentual de cisternas, 72,89 %, banheiros, com 57,83 % e de percentual de energia elétrica, terceira maior do país, com 62 %.

Esse estudo causou uma certa perplexidade na medida em que mostrou um conjunto de assentamentos até certo ponto estruturados, se comparados ao restante do País, ao contrário do que se pensava.

Estudando os impactos de 4 assentamentos do Estado do Rio de Janeiro, Medeiros et al (2004) acabaram descortinando importantes resultados. Na pesquisa, finalizada em 2002, foram incluídos um assentamento localizado na Baixada Fluminense (Campo Alegre, em Nova Iguaçu e Queimados); dois localizados na Região Norte (São Domingos em Conceição de Macabu e Novo Horizonte em Campos dos Goytacazes) e o assentamento de São José da Boa Morte localizado em Cachoeiras de Macacu.

Do ponto de vista do impacto demográfico, a participação dos assentamentos estudados não passou de 5% da população total, entretanto, quando se compara com a população rural tomando-se os dados do IBGE (1996), a participação das pessoas residentes nos assentamentos chegam a atingir mais que 76% em Campo Alegre (Nova Iguaçu) e 45% em São Domingos (Conceição de Macabu), ainda que em São José da Boa Morte (Cachoeiras de Macacu) essa participação seja de mais de 28% e em Novo Horizonte (Campos dos Goytacazes) seja de quase 3,5%.

Com relação à origem dos assentados a pesquisa revelou perfis diferentes: enquanto em Campo Alegre quase metade dos assentados era oriunda de outros Estados, principalmente os do Nordeste, além do Espírito Santo e Minas Gerais; em Novo Horizonte sua quase totalidade era oriunda do mesmo município. Em São Domingos cerca de metade era de origem de outros municípios e mesmo de outros estados e a outra metade natural do próprio município. Em São José quase 90% habitavam aquela área antes do assentamento.

A maioria dos assentados exercia alguma atividade antes de chegar ao assentamento com exceção de Campo Alegre, o que possivelmente relaciona-se com o grande percentual de aposentados urbanos que foram assentados, fruto de uma estratégia de sobrevivência que buscava associar a renda proveniente da aposentadoria a uma produção de alimentos, com pequenas vendas nos mercados locais.

Com relação à experiência anterior em “tocar a terra” os dados são bastante diversos. Em Novo Horizonte são os mais baixos, relacionados com o fato dos

assentados terem sido cortadores de cana ou operário de usinas de açúcar. Em São Domingos, bem equilibrados, refletindo a composição do assentamento cuja trajetória de vida dos assentados era parte urbana (o assentamento teve origem na ocupação de terras da UFRRJ em Itaguaí e transferida para uma área do estado pelo Governador Brizola) e parte rural. Em São José da Boa Morte a ocupação predominante era de parceiros e arrendatários. Em Campo Alegre, cujo índice foi elevado, os dados revelaram duas realidades distintas: por um lado o passado migrante onde muitos integraram o processo de êxodo rural; por outro lado, a compra de lotes por posseiros, parceiros e arrendatários de outras áreas da Baixada fluminense que viram em campo Alegre a possibilidade de obter terra própria.

Focando o impacto produtivo, destaca-se a diversificação da produção nos assentamentos estudados, em contraste com o predomínio histórico da monocultura de cana-de-açúcar, especialmente nos casos de São Domingos e Novo Horizonte. Essa diversificação permite aos assentados uma alimentação mais rica e saudável, se comparada à situação anterior ao assentamento, além do quê, muitos destes produtos têm importância estratégica, pois são ao mesmo tempo comercializáveis no mercado local e importantes para a alimentação familiar, como é o caso do aipim.

Comparando-se os principais produtos existentes nos assentamentos com o conjunto da produção agropecuária dos municípios verificou-se bastante significativa. Mesmo em Novo Horizonte situada num município onde a agropecuária é relevante, a produção de banana, laranja, feijão e milho pelos assentados era de cerca de 20% da produção total. Em Campo Alegre a produção de quiabo e laranja era muito expressiva. Já em São José, a produção agrícola de quiabo e inhame respondia pela metade da produção municipal e 63% da produção de aipim. Em São Domingos a produção de aipim, quiabo e laranja respondiam pela metade da produção municipal.

Com referência a geração de postos de trabalho, Campo Alegre destaca-se pela expressiva participação gerados no assentamento em relação ao total dos estabelecimentos agropecuários municipais, correspondendo a 42,4%. São Domingos vem a seguir com mais do que 33%, seguido por São José (32,63%) e, finalmente, Novo Horizonte com cerca de 5% dos postos de trabalho gerados.

No que se refere à distribuição das atividades entre os membros das famílias e a combinação de atividades internas e externas ao assentamento, os dados revelam informações importantes. Tomando somente os titulares dos lotes nos assentamentos pesquisados, os autores observaram que em Campo Alegre obteve-se o menor índice

dos que trabalham somente no lote (59,5%), seguido por São José (79,4%), Novo Horizonte (80%) e São Domingos (90%). Com relação ao tipo de trabalho do titular do lote, 13% realizam trabalhos agrícolas e não agrícolas, seguido por Campo Alegre (11,4%), Novo Horizonte (11,2%) e São José (3,1%).

Tomando a família dos assentados, a situação se modifica. O percentual das famílias que apenas trabalham nos lotes é maior no assentamento de São José (61,6%), seguido por São Domingos (50%), Campo Alegre (48,7%) e Novo Horizonte (36%). Já as famílias que desenvolvem trabalhos agrícolas e não-agrícolas são em maior número em Campo Alegre (65%), Novo Horizonte e São Domingos (ambos com 60%) e São José (35,3%).

3.4 - Perfil do Incra-RJ

A Superintendência Regional do Incra-RJ (SR-07), segundo Relatório de Atividades do ano de 2005 (Incra, 2006), possui 102 funcionários ativos, sendo que 35 deles (ou 34,54% do quadro funcional) já possuem tempo de trabalho suficiente para requerer aposentadoria. Há carência de funcionários de nível superior cujas profissões são estratégicas para o funcionamento eficiente do órgão, como os Engenheiros Civis e Agrônomos. Essa carência de pessoal é geral no país, tanto que a Direção Nacional do INCRA promoveu concurso público onde a Superintendência do Rio de Janeiro foi contemplada com 24 novos servidores.

Até o final de 2005, o total de acampamentos ativos no estado do Rio de Janeiro era igual a 38 unidades com, aproximadamente 2.573 famílias, todas assistidas com cestas básicas do Programa Fome Zero.

A Superintendência Regional do INCRA no Rio de Janeiro, segundo Incra (2006) criou 7 (sete) novos Projetos de Assentamentos em 2005 com 657 famílias assentadas, atingindo 82,12% da meta de 800 famílias para o ano de 2005.

Desse total, foram assentadas efetivamente 435 famílias em áreas desapropriadas, já que 70 (setenta) das famílias contabilizadas como novos assentados são, na verdade, de 3 (três) antigos assentamentos do Estado (São Pedro localizado em Japeri com 47 famílias; São Lourenço em Duque de Caxias com 5 famílias; e Serra do Matoso localizado entre Pirai e Rio Claro com 18 famílias) reconhecidos pelo Incra em 2005. A inclusão das 70 famílias na contabilidade da reforma agrária, na nossa opinião, não faz nenhum sentido, visto que o Incra apenas reconheceu os assentados do Governo

do Estado, não realizando nenhuma ação nestas áreas. Esse fato trazido oficialmente à tona através de informações do próprio Incra traz, no mínimo, fortes desconfianças e questionamentos sobre os reais números da reforma agrária no Brasil.

Também foram contabilizadas 152 famílias reassentadas nos lotes recuperadas de projetos já criados e/ou reconhecidos pelo INCRA. O maior número de reassentamentos ocorreu em Cantagalo (Rio das Ostras) com 49 famílias; seguido por Zumbi dos Palmares (Campos dos Goytacazes) com 39; Visconde (Casimiro de Abreu) com 18; Tipity (São Francisco do Itabapoana) com 14; São Domingos (Conceição de Macabu) com 11, Capelinha (Conceição de Macabu) e Ilha Grande (Campos dos Goytacazes) com 6 famílias cada, entre outros.

Com relação à questão ambiental os assentamentos de reforma agrária do estado compartilham com a situação instalada na maioria dos estados, ou seja, a maioria deles não possui licenciamento prévio conforme exige a legislação. A legislação em tela (Resolução nº 289 do CONAMA) orienta os procedimentos necessários para o licenciamento ambiental, entre elas as licenças de instalação e operação. De 29 assentamentos selecionados pelo Incra em 2005, segundo Incra (2006), 14 têm PDA (Plano de Desenvolvimento dos Assentamentos); 10 deles têm o relatório ambiental elaborado e foram solicitados licenciamentos prévios que se encontram em análise nos órgãos ambientais competentes; e apenas 2 deles possuem licença prévia (Antônio de Faria - ITERJ e Dandara dos Palmares).

Além disso, foi assinado TAC (Termo de Ajustamento de Conduta), referente aos projetos do entorno da Reserva Biológica Poço das Antas e requerido Licenciamento Ambiental dos projetos de assentamentos e acampamento no entorno da Rebio (Reserva Biológica) de Poço das Antas, localizado em Casimiro de Abreu.

Nas 22 áreas no Estado que se encontram em processo de desapropriação em 2005, apesar de não existir o relatório ambiental, foram solicitados licenciamentos prévios.

Com relação aos créditos do PRONAF concedidos para os assentamentos, apesar de atingirem um baixo número total de assentados no estado, principalmente os créditos de custeio, verifica-se um aumento significativo de 59,3% para o Pronaf "A" e 788% na modalidade Pronaf custeio A/C se compararmos a ano safra 2003-2004 para o ano safra subsequente.

O número total de contratos subiu de 192 para 547, em 2005, uma evolução de 284,9%, com valor total de R\$ 3.254.171,00, significando um aumento de 191,77 %

com relação ao valor liberado no ano safra anterior, como pode ser observado na tabela abaixo.

Tabela 4 – Número de financiamentos do Pronaf autorizadas e encaminhadas ao Banco do Brasil aos assentamentos do estado do Rio de Janeiro nos anos safra 2003-2004 e 2004-2005.

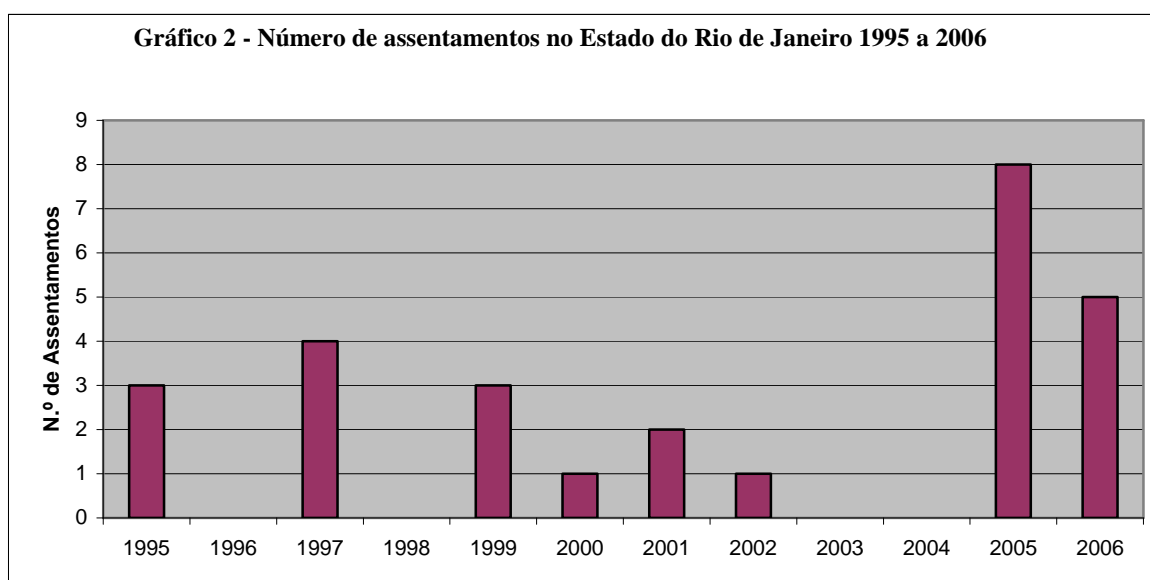
Ano Agrícola	Pronaf – A (investimento)		Pronaf – A/C (custeio)		Total	
	Nº fam.	Valor (R\$)	Nº fam.	Valor (R\$)	Nº fam.	Valor (R\$)
2003 -2004	156	1.607.804,00	36	89.039,00	192	1.696.843,00
2004-2005	263	2.408.596,00	284	845.575,00	547	3.254.171,00

Fonte: Incra (2006)

O Relatório do Incra (Incra, 2006) aponta ainda 16 novas áreas cuja desapropriação se encontra em andamento (aguardando imissão de posse, ou leilão de terras ou já decretada, etc), totalizando a perspectiva de que sejam assentadas 815 novas famílias em 2006.

Segundo o SIPRA (Sistema de Informações dos Projetos de Reforma Agrária), acessado em 15 de dezembro de 2006, foram criados 6 (seis) assentamentos em 2006, sendo desapropriados mais 4.783,32 hectares com a possibilidade de serem assentados mais 270 famílias.

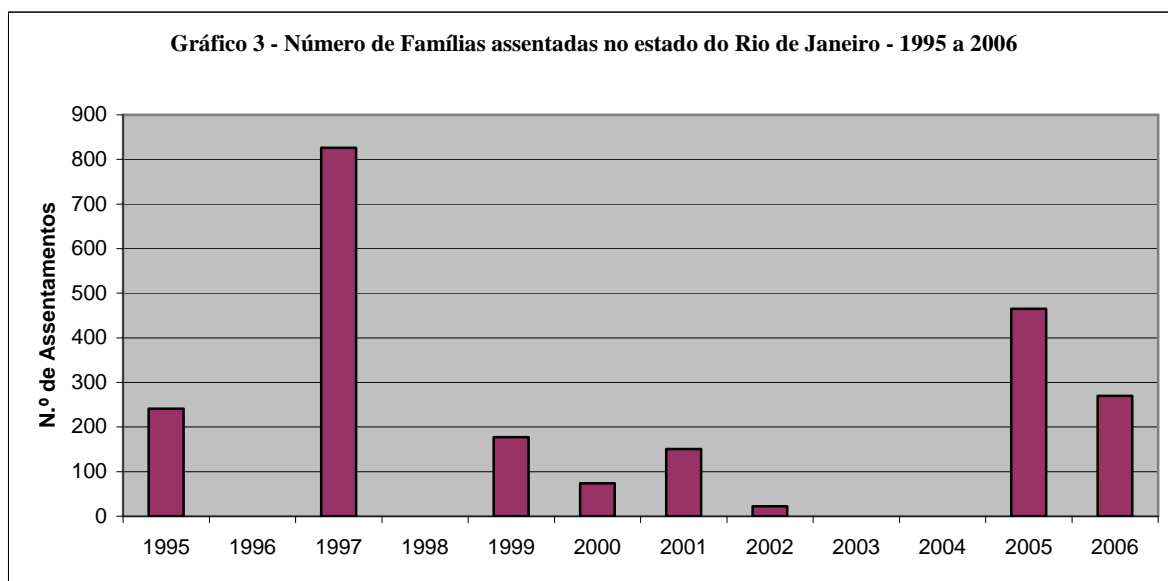
Se levarmos em consideração os últimos 12 anos de ação do Incra-RJ (1995-2006), veremos que foram criados 27 assentamentos no período, representando a média de 2,25 assentamentos/ano, sendo que nos anos de 1996, 1998, 2000, 2003 e 2004 nenhum assentamento novo foi criado. Para visualizar o número de assentamentos criados preparamos o gráfico 2 abaixo.



Fonte: Incra (dez/2006) adaptada pelo autor

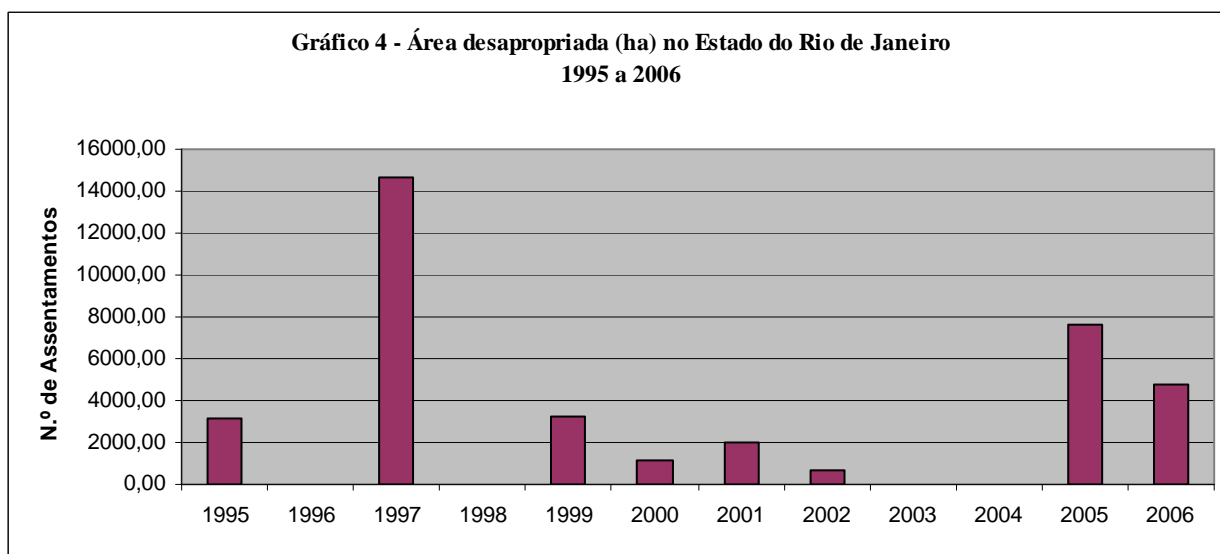
No ano de 2005 foi criado o maior número de assentamentos (8), seguido de 2006 com 5 e de 1997 com 4 assentamentos.

A capacidade total de famílias assentadas no período de 1995 a 2006 foi de 2.226, representando a média de 185,5 famílias ano. A maior capacidade de famílias assentadas se deu em 1997 com 826 famílias, seguido de 2005 com 465 como pode ser observado no gráfico 3.



Fonte: Incra (dez/2006) adaptada pelo autor

Foram desapropriados, segundo Incra (2006), 37.325,23 ha nesses 12 anos, correspondendo à média de 3110,43 ha por ano. Em 1997 foram desapropriados 14.697,19 ha significando, somente naquele ano, cerca de 40 % do total da área desapropriada no período, como pode ser observado no gráfico 4.



Fonte: Incra (dez/2006) adaptada pelo autor

Se compararmos o desempenho do Incra RJ no Governo Lula (2003 a 2005) com os dois mandatos do Governo FHC (1995 a 2002), conforme a tabela 5 e o gráfico 5, observaremos uma similaridade no baixo ritmo de criação de novos assentamentos (27), de famílias assentadas (2.226) e na incorporação de novas áreas (37.325,23 ha).

Tabela 5 - Número de assentamento, quantidade de famílias e Áreas (ha) incorporadas à Reforma Agrária no estado do Rio de Janeiro no período de 1995 a 2005.

<i>Ano</i>	<i>Assentamento</i>	<i>Município</i>	<i>Capacidade</i>	<i>Nº famílias</i>	<i>ha</i>
1995	Cambucaes	Silva Jardim	106	99	1588,42
	Taquari	Paraty	70	70	958,74
	Barra Grande	Paraty	65	59	595,36
1996	-	-	--	-	-
1997	Capelinha	Conceição de Macabu	139	125	1416,47
	Fazenda do Salto	Barra Mansa	60	60	886,43
	Zumbi dos Palmares	Campos dos Goytacazes	507	507	8005,29
	Santa Fé	Cachoeiras de Macacu	120	0	4389,0
1998	-	-	-	-	-
1999	Bem Dizia	Macaé	54	54	1465,48
	Sebastião Lan	Casimiro de Abreu	33	32	520,60
	Visconde	Casimiro de Abreu	90	84	1284,73
2000	Che Guevara	Campos dos Goytacazes	74	74	1119,66
2001	Antonio de Farias	Campos dos Goytacazes	93	93	1221,02
	Ilha Grande	Goytacazes	58	58	822,72
2002	São Fidelis	São Fidelis	22	22	623,0
Total FHC	14	-	1.491	1.337	24.896,93
2003e 2004	-	-	-	-	-
2005	Terra Conquistada	Campos dos Goytacazes	15	11	211,45
	Santo Amaro	Campos dos Goytacazes	40	39	584,37
	Dandara dos Palmares	Campos dos Goytacazes	25	21	419,10
	Paz na Terra	Cardoso Moreira	85	84	1.052,65
	Serra do Matoso	Rio Claro	22	21	232,39
	Prefeito Celso Daniel	Macaé	188	188	2.849,47
	Ademar Moreira	São Pedro d'Aldeia	40	40	1351,34
	25 de Março	Carapebus	50	50	943,93
2006	Nova Esperança do Aré	Itaperuna	90	90	1697,75
	Floresta de Belém	Itaperuna	35	32	681,72
	Vida Nova	Barra do Piraí	25	25	558,68
	Terra da Paz	Piraí	38	35	827,56
	Francisco Julião	Cardoso Moreira	47	39	410,73
Total Lula	13	-	735	675	12.428,23
Total geral	27	-	2226	2.012	37.325,23

Fonte: Incra – RJ (dez/2006) adaptado pelo autor

Durante os anos de 2001 e 2002 foi implantado no estado do Rio de Janeiro o Banco da Terra. Permeada de polêmicas, a iniciativa foi objeto de muitas denúncias de irregularidades, principalmente no que diz respeito à quantidade de famílias por área, às condições topográficas e da qualidade das terras e à localização das mesmas, sendo que foi observada em Cachoeiras de Macacu a implantação de um assentamento em área de preservação ambiental. Supostos superfaturamentos no preço das terras também foram denunciados, assim como a criação da figura do “corretor do Banco da Terra”, muitas vezes um agente público, representante do estado que fazia a intermediação entre a Agência Estadual do Banco da Terra, o fazendeiro e os interessados.

O Programa terminou em 2002 e teve como saldo o atendimento a 420 famílias, sendo 263 em 2001 e 157 em 2002. No total foram 46 projetos, sendo 27 individuais e 19 coletivos, referente a 11 áreas. Segundo Alentejano (2003) dois aspectos chamam a atenção: o predomínio de financiamentos individuais e a implantação dos projetos em municípios ainda não contemplados com intervenções fundiárias, principalmente no Noroeste fluminense.

Chama a atenção também o fato de não terem sido criados nenhum assentamento nos dois primeiros anos do Governo Lula (2003 e 2004). Em entrevista com um dos assessores que compunha a equipe da Superintendência Regional do Incra foi possível perceber uma série de razões que podem explicar tal fato. Além do pouco conhecimento por parte dos novos dirigentes da Superintendência sobre a tramitação burocrática para a obtenção de novas áreas para desapropriação, foram observadas contestações jurídicas melhor formuladas, além de uma postura conservadora do judiciário que levou, ao menos, à elevação do prazo necessário entre a vistoria das terras até a efetiva desapropriação. O fato do Governo Federal não ter implementado a retomada de terras cujos proprietários eram pessoas jurídicas com dívidas com o Fisco, ao contrário do que se esperava, também contribuiu para o aumento da frustração dos que haviam imaginado que a reforma agrária finalmente seria implementada no estado do Rio de Janeiro.

Somente em 2005 durante o terceiro ano do primeiro mandato do Governo Lula é que foram desapropriadas as primeiras áreas e criados novos assentamentos no estado do Rio de Janeiro. Na ausência de novos assentamentos os trabalhos do Incra se voltaram para o levantamento da situação em que se encontravam os assentamentos já implantados e na obtenção de novas terras. Em 2003 foram reassentadas 208 famílias e

em 2004 mais 155 famílias. Cabe ressaltar que, se não houve novos assentamentos, parte significativa das medidas necessárias à criação e implementação de novos assentamentos foi tomada nos anos de 2003 e 2004.

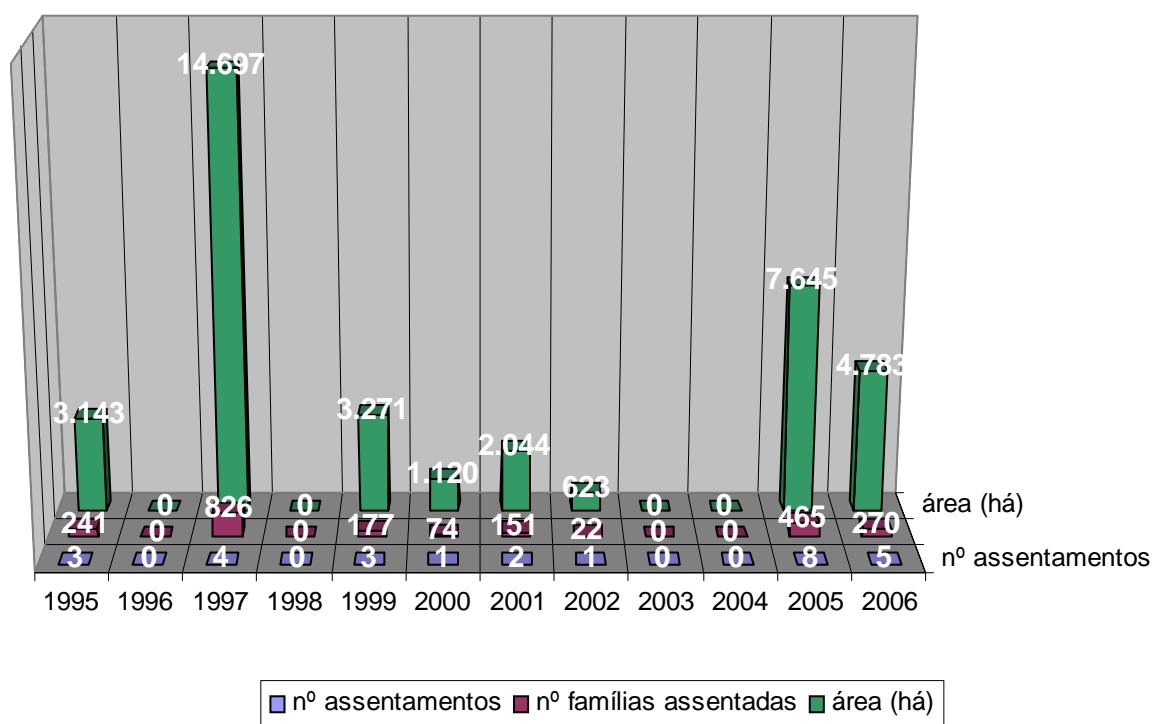
Observa-se em 2005 o predomínio de áreas desapropriadas cuja dimensão gira em torno de 1000 ha de capacidade de assentamento de até 50 famílias, cuja exceção é o Projeto de Assentamento Prefeito Celso Daniel, localizado em Macaé com 2.846 ha e com capacidade de assentamento de 188 famílias.

Cabe relatar também que alguns desses assentamentos relacionados pelo Incra 2005 sofreram reveses jurídicos, entre eles o P.A. Ademar Moreira (ou Negreiros), cujas 40 famílias assentadas, no final de 2005, tiveram que sair da área de 484 ha para voltarem ao status de acampados. Outros assentamentos, mesmos criados há muitos anos continuam pendentes, como é o caso do P.A. Santa Fé, localizado em Cachoeiras de Macacu, onde o Incra relaciona 120 famílias como capacidade de assentamento, sendo que nenhuma delas se encontra assentada (Incra, dez/2006).

Outros assentamentos, mesmo criados em 2005, tiveram seus lotes parcelados recentemente, como é o caso do P.A. Prefeito Celso Daniel (em abril de 2007) ou ainda não foram parcelados, como é o caso do P.A. 25 de Março, localizado em Carapebus. Outros assentamentos ainda vivenciam situações de fragmentação, como é o caso do PA de Sebastião Lan, localizado em Silva Jardim, onde a elaboração de projetos de financiamentos equivocada levou a uma significativa inadimplência, fazendo com que mais da metade dos assentados abandonasse a área.

Vale salientar que procuramos sistematizar os dados considerando apenas a capacidade de assentamento e as famílias efetivamente assentadas em áreas desapropriadas, ao contrário dos documentos oficiais, onde estão incluídos os assentados via Banco da Terra dos anos de 2001 (263) e 2002 (157) durante o Governo FHC; e as famílias reassentadas de 2003 (208), de 2004 (155), além dos assentamentos do Estado, geridos pelo ITERJ, reconhecidos no decorrer do período.

Gráfico 5 - Comparativo entre número de assentamentos, famílias assentadas e área desapropriada no Estado do Rio de Janeiro 1995 a 2006



Fonte: Incra (dez/2006) adaptada pelo autor.

Prática conhecida e denunciada pelos movimentos sociais, a maquiagem dos números rendeu uma verdadeira guerra de números no Governo anterior e foi mantida no atual. Para facilitar a comparação entre os dois mandatos do Governo de FHC e o primeiro mandato do Governo Lula e visualizar a diferença, preparamos o gráfico 5.

CAPÍTULO IV

4 - Assentamento Capelinha: histórico e características.

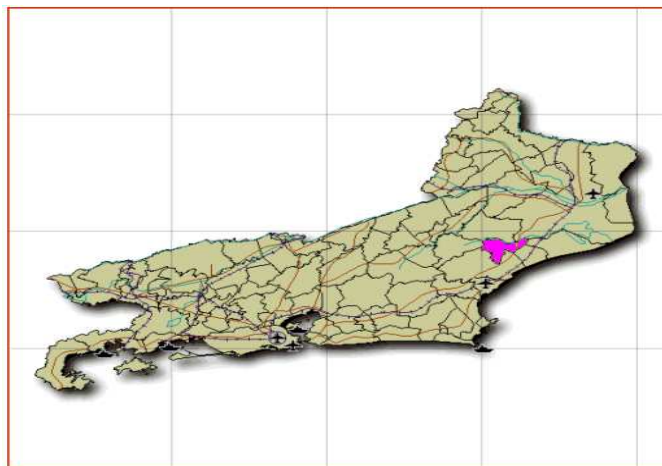
Neste capítulo serão apresentadas as principais características históricas, sociais, econômicas, ambientais e de infra-estrutura do Assentamento Capelinha. O principal objetivo é de alguma forma, estabelecer nexos entre as características desse assentamento com a questão das mudanças de beneficiários que ocorreram ao longo do período estudado nesta dissertação.

Para isso dialogaremos com alguns estudos que já foram realizados, mas não somente as realizadas por Universidades, através de estudos comparativos e dissertações de mestrado, mas também a documentos, projetos e análises elaborados pelos técnicos do Projeto Lumiar e da Fetag (Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Rio de Janeiro) que trabalharam naquele assentamento.

4.1 – Características gerais

O município de Conceição de Macabu está inserido geograficamente numa área de transição entre a escarpa do planalto, a serra do mar e a baixada litorânea, correspondendo a 0,72% da área do Estado do Rio de Janeiro, numa altitude de 39 metros (sede), cujas coordenadas geográficas são: Latitude Sul 22°05'00'' e Longitude W. Gr 42°10'00''.

Mapa 1 - Localização do município de Conceição de Macabu no Estado do Rio de Janeiro



Fonte: IBGE, 2005.

O assentamento Capelinha localiza-se, na sua maior porção, no município de Conceição de Macabu, com o qual desenvolve maior ligação. Cerca de 90% do imóvel Capelinha I e a totalidade de Capelinha II está localizada no Distrito sede de Conceição de Macabu, sendo que 10% do imóvel Capelinha I no município de Carapebus.

O acesso ao Assentamento se dá pela margem esquerda da BR 101 (sentido Rio - Campos), cerca de 4 km após o trevo para Conceição de Macabu. Pela RJ 182 (Carapebus – Conceição de Macabu), a cerca de 2 km temos a Gleba A na margem esquerda e quatro glebas na margem direita (Glebas B a E). O assentamento dista 226 km da cidade do Rio de Janeiro, 83 km de Campos dos Goytacazes, 51 km de Macaé e 15 km até a sede do município de Conceição de Macabu.

Mapa 2 - Principais vias de acesso ao município de Conceição de Macabu



Fonte: Governo do Estado do Rio de Janeiro

O resgate histórico da ocupação da Fazenda Capelinha deve ser compreendido a partir de um conjunto de razões que desencadearam a sua realização. Gonçalves (2002) e Garcia Jr. et al. (2003) concordam que os principais aspectos presentes no contexto sócio-econômico regional no momento da ocupação foram: 1) A crise do setor sucro-alcooleiro e da agricultura canieira que culminou com a falência da Usina Vitor Sence em Conceição de Macabu e 2) Retomada das lutas pela terra no Estado do Rio de Janeiro, particularmente no Norte Fluminense, também denominada por Gonçalves (2002) como a territorialização do Movimento Sem-Terra no Rio de Janeiro. O mesmo

autor acrescenta outro elemento importante nesse contexto: o apoio estratégico conferido pelos assentados de São Domingos, localizado no mesmo município.

Com relação à crise do setor sucro-alcooleiro, sabemos que a implantação desse segmento na Região Norte Fluminense para a produção de açúcar e álcool passou a se constituir na principal atividade econômica dos municípios que compõem a região que até o início dos anos 1990 quando possuía cerca de 25 usinas em funcionamento, alcançando parcela significativa da produção nacional.

Como nos mostra Garcia Jr. et all (2003), foi na década de 1970 que teve início um ciclo de expansão sem precedentes na agricultura canavieira no país, a partir de significativas mudanças de orientação na intervenção do Estado no setor. Trata-se de um conjunto de programas e decretos governamentais, condensados em torno do Programa de Racionalização da Agroindústria Canavieira, visando o aumento da produtividade do setor, especialmente a partir do incentivo à modernização agrícola.

A década de 1980 foi marcada por um novo movimento de expansão da agricultura canavieira no Brasil, em consequência de uma nova fase do Proálcool (1979). As usinas do Norte Fluminense, apesar dos volumosos subsídios concedidos pelo governo federal ao setor canavieiro, não conseguiram acompanhar o padrão de expansão registrado nas demais regiões do País, pouco se modernizando tecnologicamente e não obtendo aumentos significativos na área plantada e na produtividade. Com relação a essa situação, Paes avalia que:

“o setor agrícola não recebeu investimentos na mesma proporção que o setor industrial, o que determinou um grande desequilíbrio entre a oferta e demanda de cana-de-açúcar em torno de 50%” (Paes, 1999, pg 33).

Surgiram também nesse período diversas denúncias sobre a não-aplicação efetiva dos recursos governamentais por parte de empresários do setor.

Para Garcia Jr. et all (2003), a crise da agricultura canavieira ampliou-se, sendo que, na década de 90, diversas usinas do Norte Fluminense abriram processos de falência, estratégia amplamente utilizada por usineiros e proprietários de destilaria para driblar o elevado endividamento em relação aos setores público e privado. Assim, também driblavam o grande número de processos judiciais movidos por trabalhadores por dívidas e uma série de irregularidades trabalhistas.

É nesse contexto mais geral que ocorre o fechamento da Usina Victor Sense, localizada em Conceição de Macabu. Segundo Gonçalves (2002), a referida Usina também foi alvo:

“Da irracionalidade produtiva decorrente da excessiva ação estatal, onde a unidade produtora não conseguiu de forma independente inserir-se na nova dinâmica do mercado competitivo da produção sucro-alcooleira capitaneada pelo estado de São Paulo” (Op. Cit, pg 32).

A Usina Vitor Sense exercia no seu ápice existência, importante papel econômico e político no município, chegando a absorver 8% da população ocupada, contribuindo com aproximadamente 59% da renda interna gerada no município. Estimase ainda que estavam sob seu domínio cerca de 90% da terra das várzeas do município (tidas como as mais férteis) utilizadas para a monocultura da cana-de-açúcar. (Garcia Jr., 2003). Além disso, a usina possuía nove fazendas, entre elas as fazendas Capelinha I e II, posteriormente ocupadas.

O fechamento da Usina, em dezembro de 1993, pode ser considerado um marco na história recente do município, já que produziu graves conseqüências no plano socioeconômico. O jornal *O Globo*¹ relatou que Conceição de Macabu contava com “cerca de três mil desempregados”, sendo que “a maioria trabalhava na agricultura”. Ainda segundo a reportagem, o município “vem ainda enfrentando sérios problemas financeiros” e os salários dos professores e funcionários públicos estavam atrasados há três meses.

Nos anos que se sucederam ao fechamento da Usina, oito de suas nove fazendas foram vendidas. As fazendas Capelinha I e II foram vendidas em outubro de 1995 para um empresário oriundo de Minas Gerais. A forma de utilização das fazendas, contudo, não se alterou a partir da venda das propriedades: parte considerável das terras permaneceu arrendada e as lavouras de cana que subsistiam foram vendidas para usinas de açúcar e álcool de municípios vizinhos (Carapebus e Quissamã), que se responsabilizavam pela colheita e transporte (Gonçalves, 2002).

O período que se estende do fechamento da usina à ocupação de Capelinha foi caracterizado, segundo Gonçalves (2002) por uma intensa movimentação política na região Norte Fluminense. Para o autor:

¹ Jornal “O Globo” de 30 de junho de 1993.

“esta movimentação constituiu-se na tessitura de uma rede de solidariedade de luta pela terra, costurando apoios em municípios como Macaé, Silva Jardim, Conceição de Macabu, Quissamã, Campos e até o Rio de Janeiro”. (Op. Cit, pg 33).

Durante as greves dos trabalhadores da usina, ocorridas no final dos anos 1980 e início dos anos 90, sob a coordenação da CPT (Comissão Pastoral da Terra), vários sindicatos da região ajudavam nas atividades doando alimentos e roupas e assessoravam politicamente na orientação dos grevistas na luta pelos direitos trabalhistas.

Nesse período, segundo Gonçalves (2002), o apoio na busca por direitos trabalhista que culminou em luta pela terra, manifestava-se nas celebrações religiosas e rodas de viola em que os assentados de São Domingos - que já haviam conquistado a sua terra -, animavam com cantos, modas, rimas e palavras de ordem de resistência. Como resultado deste trabalho de socialização política entre os trabalhadores da usina acrescidos de outros trabalhadores da região, temos a ocupação nas terras da fazenda Severina, ocorrida em julho de 1993, organizado por um grupo com cerca de 120 famílias, no vizinho município de Macaé.

Devido ao insucesso do acampamento na fazenda Severina, com o despejo violento dos ocupantes, o grupo de acampados se dividiu e se recriou. Fortalecidos e mais experientes com o episódio vivido, um dos grupos despejado fez a ocupação de Cambucais em Silva Jardim, sendo que o grupo remanescente se organizaria dando origem, anos mais tarde, à ocupação de Capelinha.(Gonçalves, 2002).

Com relação ao segundo aspecto mencionado, os autores consultados consideram que a ocupação das fazendas Capelinha I e II guardaram íntima relação com a retomada de movimentos sociais de luta pela terra no Estado do Rio de Janeiro, ocorridas a partir de meados da década de 1980 e organizadas pelo MST², particularmente as dos assentamentos São Domingos, no próprio município de Conceição de Macabu.

Com relação ao terceiro aspecto, que se refere ao apoio do assentamento São Domingos, segundo Gonçalves:

² O MST implantou-se no estado do Rio de Janeiro em 1985, concentrando sua ação nos municípios da região metropolitana, principalmente Nova Iguaçu e Paracambi. Segundo Alentejano (1997), uma série de problemas internos levou a direção nacional do movimento a dissolvê-lo em 1987, só voltando a organizar-se no estado em 1992, com a chegada de jovens lideranças de estados do sul do País que definiram como prioridade a organização de ocupações nas regiões Norte Fluminense e das Baixadas Litorâneas.

“é impossível falar do acampamento Capelinha sem antes passar pelas ações desenvolvidas por S. Domingos, pois a luta de referência do primeiro foi o segundo, tomado já pela efígie de assentamento” (Gonçalves, 2002, pg 34).

O assentamento São Domingos ocorreu num contexto de redemocratização do país. Ele é resultado da ocupação, em 1986, de uma área da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) por trabalhadores de Itaguaí e de outros municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Após seis meses de conflitos e negociações vivenciados pelos acampados, o impasse foi resolvido com a proposta do governo estadual de transferência dos trabalhadores para fazenda pertencente ao Estado (Fundação Estadual do Bem Estar do Menor) no município de Conceição de Macabu.

Inicialmente recebidos de forma discriminatória, os assentados de São Domingos enfrentaram resistências por parte da população local e das autoridades constituídas de Macabu (os de dentro) que os tacharam de "favelados ou grupo de Itaguaí" (os de fora). Essas resistências foram sendo superadas paulatinamente com o passar do tempo³.

A inversão da conjuntura política municipal se deu com a eleição de um médico ligado ao PDT, que acenou favoravelmente na nova correlação de forças para São Domingos. Se no âmbito estadual os assentados passaram a ter dificuldades de interlocução com o estado, isto não aconteceu na relação com o poder local.

Vale ressaltar que no processo de constituição do assentamento São Domingos, teve papel preponderante a figura de José Brum, líder do "grupo de Itaguaí" ⁴. Destacase por ser o portador de um forte carisma, atraindo a simpatia e o reconhecimento político para além dos limites do assentamento.

O apoio prestado pelos assentados de São Domingos⁵ inicia-se nos trabalhos de base, com as reuniões de preparação para a ocupação que, naquele momento, abarcava

³ Um relato dessa tensão encontra-se no texto de Medeiros, Alentejano e Cabanilha: “Os efeitos políticos dos assentamentos rurais: reflexões a partir do Estado do Rio de Janeiro” in Mundo Rural e Cultura. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

⁴ Candidatou-se em 1992 a vereador pelo PDT, tendo um número significativo de votos, mas não o suficiente para ser eleito. Em 1996, numa segunda tentativa foi eleito pelo PT exercendo o mandato e teve como bandeira de luta a Reforma Agrária. Em 2000, pelo PSB e em 2004 pelo PMDB, em novas tentativas no campo eleitoral, não conseguiu se reeleger.

⁵ Para Gonçalves (2002), é emblemática a projeção regional e estadual que o assentamento de São Domingos assume num quadro em que o município afundava economicamente pelo desemprego de cerca de 3.000 pessoas causado em parte, pelo fechamento da usina Victor Sense. O resultado desta projeção vai ser a participação do Presidente da Associação daquele Assentamento na direção estadual do Movimento Sem Terra e a multiplicação da luta pela terra na região.

as esperanças do grupo sem terra que se formava a partir dos desempregados da usina e dos moradores da cidade de Conceição de Macabu.

As orientações passadas para os futuros acampados encorajaram a todos na organização da luta e resistência na terra, pois foram dedicados cerca de oito meses de preparativos para a ocupação da fazenda, nas sedes das associações de São Domingos e Cambucaes (Silva Jardim). Enfim, esta aproximação com a comunidade de São Domingos traduziu-se em apoio material e político na consolidação do projeto da conquista da terra.

A ocupação de Capelinha ocorreu na madrugada chuvosa do dia 28 de junho de 1996 com cerca de cento e sessenta pessoas, alguns assentados de São Domingos, representantes da CPT, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e do Movimento Sem Terra.

A articulação política promovida entre os assentamentos (Cambucaes e São Domingos), a Comissão Pastoral da Terra e agências de apoio e solidariedade, entre eles diversos sindicatos e Ongs (organizações não governamentais), além de mobilização e pressão dos acampados, explicam de um lado a forma organizativa da ocupação. São Domingos cedeu o trator com maquinários para o plantio mais imediato da horticultura, milho e aipim, demonstrando a solidariedade existente entre aqueles que conseguiram a propriedade da terra e aqueles que lutam para tê-la. (Gonçalves, 2002).

Importante ressaltar o apoio emprestado por setores significativos dos fazendeiros e lideranças políticas locais e a não reação à ocupação, até certo ponto aguardada. A iniciativa em colaborar com as famílias talvez se explique pelos interesses eleitoreiros, já que as eleições municipais se aproximavam (1996); ou pela repercussão do discurso construído pelas lideranças e apoiadores da reforma agrária, colocando a ocupação de Capelinha, e conseqüentemente a implantação da reforma agrária, como alternativa ao desemprego e como forma mais rápida para o ressarcimento das dívidas trabalhistas existentes após o fechamento da usina.

O fato, é que não parava de chegar pessoas dos mais variados recantos de Conceição de Macabu, Silva Jardim, Santa Maria Madalena e Macaé dentre outros municípios, para fazer parte da ocupação da fazenda Capelinha. O boato já havia se espalhado pela região e muitos empregados chegaram a largar seus respectivos empregos em fazendas de gado, no corte da cana ou em biscates nas cidades para fazer parte do acampamento de sem terra. Após os três primeiros dias calculava-se que havia 190 famílias, ao final de uma semana já eram 250 famílias e duas semanas após, segundo Relatório Social do STR (1996), havia 1.005 pessoas.

A organização do acampamento foi conduzida pela Comissão da Terra⁶, que direcionou todas as suas ações políticas para concretizar a desapropriação da fazenda e a garantia de sobrevivência para os acampados.

As tarefas organizativas internas tiveram suas ações descentralizadas através da criação de grupos de trabalho e a Comissão da Terra instituiu um sistema disciplinar de pontuação nas famílias ocupantes, estimulando a participação no trabalho coletivo. Foram criados os grupos de trabalho que foram subdivididos em onze equipes e cada um sob a responsabilidade de um coordenador. Os principais grupos coletivos eram: segurança, cozinha coletiva, saúde, farmácia e trabalho na terra. Todos deveriam participar de algum grupo de trabalho caso quisessem ter direito a seu pedaço de terra. Essa participação era conferida e classificada pelos coordenadores dos grupos de trabalho através de pontuação. Assim, a rotina do acampamento era tomada pelo trabalho e assembléias diárias.

As tarefas externas baseavam-se nas negociações com diferentes órgãos do Estado e ficavam a cargo da comissão de negociação, composta por assentados de São Domingos e Cambucaes, representantes da CPT, MST e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição de Macabu.

Alguns fatores contribuíram favoravelmente para que os acampados não fossem despejados, entre eles, podemos citar: as mudanças no Incra, a decretação da falência da usina, a falta de estrutura do batalhão de policiais de Campos e a construção de eficiente rede de articulação e solidariedade construída pelos mediadores que atuavam na ocupação, entre eles o MST.

Com relação às mudanças ocorridas na direção do Incra, registra-se que, cerca de 10 dias antes da ocupação, o ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann, havia destituído o então Superintendente estadual do órgão, Altamir Petersen, em meio a denúncias de irregularidades na gestão, que motivaram, inclusive, diversos atos de protestos organizados pelo MST. O superintendente nomeado, Fernando Scott, assumiu o cargo comprometendo-se a agilizar as ações de reforma agrária no estado.

Três dias após a ocupação, o juiz de Conceição de Macabu decretou a falência da Usina, tornando as duas fazendas passíveis de desapropriação. No mesmo dia lideranças do MST estiveram na sede do Incra e conseguiram do novo superintendente regional o compromisso de enviar uma equipe técnica ao município para vistoriar a

⁶ Organização interna composta por 6 acampados, sendo eles: Paulinho, Celso, João Mendonça (substituído depois por Plínio), João Carlos, Alvinho e Jorge Porfírio.

área. Naquela mesma semana, um representante do Incra entregou ofício ao Juiz do município demonstrando a intenção do governo de estudar a desapropriação das fazendas e, 13 dias após a ocupação, técnicos do Incra deram início aos trabalhos de vistoria e de cadastramento das famílias.

O proprietário da fazenda entrou com recurso contra a desapropriação. Buscando legitimar sua reação, segundo Garcia Jr. (2003), o proprietário declarou à imprensa que estava preparando as instalações da fábrica de acetona para reabri-la brevemente.

O recurso movido pelo proprietário acabou sendo negado pela justiça, num contexto que mostra, segundo Gonçalves (2002), a importância da rede de solidariedade e articulação construída pelos mediadores. A insuficiência de policiais no batalhão de Campos que contava com um efetivo disponível inferior ao número de acampados, fez com que o Juiz da Comarca de Conceição, prorrogasse por mais 92 (noventa e duas horas) a ação de despejo, tempo considerado suficiente para que o comandante da PM solicitasse reforço à capital.

Frente a isso, a rede de solidariedade de luta pela terra foi acionada e desempenhou importante papel desapropriação das terras da fazenda, agindo nos bastidores, através da mediação de uma Deputada Estadual do PDT (Partido Democrático Trabalhista), um representante do MST nacional e uma Senadora da República vinculada ao PT (Partido dos Trabalhadores) que agilizaram o andamento do processo. A deputada estadual abriu contato com Desembargador de Justiça do Estado que orientou uma das lideranças da ocupação no acompanhamento jurídico do processo. O representante do MST em Brasília acompanhou o andamento do processo no INCRA e no Gabinete do Presidente da República. Por seu turno, a Senadora possibilitou o deslocamento aéreo de um representante da ocupação de Capelinha, em decorrência do escasso tempo.

Este episódio revela a importância do canal de comunicação aberto com o poder executivo federal para se antecipar aos recursos investidos pelo fazendeiro, por meio do Juiz de Direito da Comarca de Conceição de Macabu. É relevante notarmos também que neste momento foi imprescindível o vínculo dos trabalhadores fluminenses com a rede de relações construída a nível estadual e federal, seja com partidos políticos e movimentos sociais, seja com autoridades públicas.

Se na escala local os acampados encontraram entraves de âmbito jurídico ao processo desapropriatório, o mesmo não se deu nas demais escalas, estadual e nacional. Segundo Gonçalves, eram tão evidentes os indícios de abandono da fazenda que não

ocorreu nenhum tipo de hesitação na assinatura do decreto de desapropriação. O abandono da fazenda pelo seu proprietário contou favoravelmente para agilizar o reconhecimento da ocupação.

A desapropriação das fazendas foi decretada pelo Incra três meses após, no dia 23 de setembro de 1996, ocasião em que o organismo iniciou um processo de cadastramento das famílias então acampadas. A agilidade na desapropriação das fazendas foi significativa, tendo sido, inclusive, ressaltada pela imprensa do MST, segundo a qual este teria sido "o decreto de desapropriação de tramitação mais rápida que se tem notícia, não só no Rio como em todo o País" (MST-RJ, n° 6, set. 1996).

Em abril de 1997 foi criado o Projeto de Assentamento de Capelinha e se deu a assinatura dos contratos de assentamento entre os assentados e o Incra, ocasião onde autoridades estaduais, entre elas a primeira dama do Estado, o Secretário Estadual de Justiça, o Superintendente do Incra e lideranças do MST se confraternizaram (e se enfrentaram) numa concorrida cerimônia no assentamento.

Em maio iniciou-se o parcelamento provisório da área, feito em conjunto com a comissão de acampados, transformada, naquele período, em Associação dos Trabalhadores Rurais da Fazenda Capelinha I e II. Somente nos meses de julho e agosto, após o primeiro ano de ocupação, é que os assentados foram para seus lotes. A divisão foi por sorteio.

O assentamento é formado pela desapropriação da Fazenda Capelinha I (1.466,54 ha) e da Fazenda Capelinha II (358,26 ha), num total de 1.824,8 ha, tendo área líquida total equivalente a 1.673,2974 ha.

Os imóveis foram desapropriados por Decreto Presidencial, em 23/09/1996; publicado no D.O.U. em 24/09/96. O Projeto de Assentamento foi instituído pela Portaria INCRA SR-07 n° 03, de 23/04/1997; publicada no D.O.U. em 24/04/97, constando inscrição no SIPRA sob o n° RJ 00320000.

A listagem oficial dos assentados originais (Incra, 1997) constava 139 lotes distribuídos em 5 (cinco) Glebas, conforme abaixo. Em outubro de 2000 foi realizado o parcelamento definitivo que deu nova configuração ao assentamento. A execução do parcelamento definitivo contou com a participação dos assentados, contratados para esse fim. Porém, até essa data não houve, por parte do Incra, uma devolução oficial dos resultados do parcelamento, tanto que nem os assentados individualmente nem

tampouco a Associação representativa dos assentados detém informações das modificações efetuadas⁷.

Tabela 5 - Numero de Glebas e de lotes no Assentamento de Capelinha

Gleba	1997*	2000**	
	lotes	lotes	Área média (ha)
A	11	11	11,8452
B	07	08	16,5925
C	80	75	09,3584
D	22	22	17,9468
E	19	19	15,7388
Total	139	135	

* Dados do Incra, 1997.

** Dados do Parcelamento Definitivo, outubro de 2000.

A atual Gleba A é oriunda da desapropriação da Fazenda Capelinha II, contígua à Fazenda Capelinha I, onde se encontram as Glebas B, C, D e E. Na ocasião da elaboração do Relatório Técnico de Vistoria e Avaliação (Incra, 1996), realizada pelo Incra em outubro de 1996, os técnicos confirmaram a situação encontrada na Vistoria Preliminar, reiterando a classificação dos imóveis como “improdutivo, bem como o total descumprimento da função social, uma vez que não foram cumpridas as relações trabalhistas” (Incra, 1996:2).

Afirmam também que, desde que a Usina Vitor Sence paralisou suas atividades na safra 1992/93 não houve plantio de cana-de-açúcar na área, nem tão pouco foi efetivado qualquer trato cultural na soca restante. Do mesmo modo, o proprietário também não desenvolvia qualquer atividade pecuária no imóvel, nem possuía contrato de arrendamento de qualquer tipo, estando a área transformada numa imensa pastagem, onde áreas de gramíneas, ervas invasoras e pequenos arbustos se alternam aleatoriamente.

No que diz respeito à viabilidade do assentamento, os técnicos afirmam que os imóveis apresentam um conjunto de características razoáveis, pois o seu aproveitamento conjunto formará um conjunto de terras de boas dimensões para a implantação de um projeto de assentamento (Incra, 1996). Enfatizam os problemas sociais para justificar a recomendação pela desapropriação:

⁷ Durante o decorrer desta dissertação foram solicitadas oficialmente junto ao Incra informações sobre os mapas e a área de cada lote do Assentamento, conforme o parcelamento definitivo, sem resultados concretos. Somente durante a elaboração do PDA (Projeto de Desenvolvimento do Assentamento), realizado pela equipe técnica da Fetag, em 2003, é que tivemos indiretamente acesso aos dados.

“... passados quatro anos da paralisação da Usina, nota-se claramente que o problema social gerado com o fim da principal atividade do município ainda se faz presente pela falta de absorção da mão-de-obra desempregada àquela época, e que hoje encontra-se em boa parte sub-empregada em Macaé, em outras atividades, diferente da Agricultura, que tradicionalmente era praticada por essa gente” (Incra,1996:4).

Apesar da maioria dos assentados achar que existe boa disponibilidade de água no assentamento, a realidade parece dizer o contrário. No DRP⁸ (1997) do Projeto Lumiar os assentados disseram que existem 3 rios, quase todas as baixadas são servidas de nascentes perenes ou pequenos córregos, com pouco volume de água em função da má utilização (poluição orgânica, assoreamento e destinação inadequada de resíduos sólidos).

O problema principal relacionado aos recursos hídricos apontados no DRP pelos assentados foi a poluição tanto orgânica como química, pois limita a utilização do uso da água tanto para o consumo próprio quanto para a irrigação.

O principal rio é o do Meio que na verdade não passa de um pequeno córrego com volume d'água irregular. Encontra-se assoreado quase fechado pela vegetação típica de brejo. As nascentes existentes até agora não foram devidamente protegidas.

A maioria dos assentados consome água retirada de poços cavados em seus lotes, próximos às casas. Outros captam água de nascentes perenes, principalmente nos lotes localizados nas baixadas. Só existe um lote sem acesso a água no assentamento.

A maior parte da água de consumo é obtida através de poços, sendo que algumas famílias captam água das nascentes. Existem problemas referentes à qualidade da água, principalmente no que diz respeito à ferrugem contida na água e à presença de alumínio. Existem casos já diagnosticados de doenças de pele decorrente de elementos químicos encontrados na água, possivelmente de resíduos decorrentes dos agrotóxicos utilizados na lavoura de cana-de-açúcar ou outros elementos químicos até então não analisados e identificados. A construção das casas, via crédito habitação, não foi acompanhada por orientação técnica, o que fez com que a questão da água de consumo (poço), em alguns casos, se tornasse um problema, visto que a localização dos mesmos se deu em lugares de baixada distante da casa, ou perto da casa em relevo mais íngreme.

⁸ O DRP (Diagnóstico Rural Participativo) é uma metodologia participativa que foi utilizada pela equipe técnica do Projeto Lumiar com o objetivo de promover o envolvimento da comunidade e o conhecimento da realidade nos trabalhos de Assistência técnica e extensão rural.

Em 2003 e 2004 o Incra liberou dinheiro para que a Prefeitura fizesse licitação para construção de 05 poços artesianos com o objetivo inicial de fornecer água potável aos assentados, condição considerada essencial para a chamada emancipação dos assentamentos. A obra se deu de forma arrastada e um exame detalhado do projeto revelará aspectos que se transformaram em gargalos sérios para a utilização dos serviços. Falamos da distribuição dessa água para as casas dos assentados, cuja aquisição do encanamento não está prevista no projeto, pela exigência exclusiva para que sirva apenas para água de beber e pelo pagamento da energia elétrica necessária para o trabalho das bombas de sucção, até hoje pagas pelo assentado onde o poço foi perfurado. É possível que esse benefício acabe sendo apropriado por uma pequena parcela dos assentados, os vizinhos dos poços.

A percepção dos assentados no que diz respeito à qualidade dos solos de Capelinha vem mudando com o passar do tempo. Durante a luta pela terra, esse tema não foi considerado com a importância que deveria e, às vezes, era tratado como tabu, tanto que lema trazido pelo MST dizia “O melhor adubo da terra e o suor de quem nela trabalha”. Naquele momento o importante era a terra, qualquer que fosse a qualidade dela.

Somente após os fracos resultados dos projetos elaborados é que o assunto volta à tona. Percebe-se então que é difícil trabalhar num solo depauperado por décadas de monocultura de cana-de-açúcar, compactado por barreiras físicas na sub-superfície (pé de grade) e pobre do ponto de vista da fertilidade. Era comum no início do assentamento ouvir relatos entristecidos sobre a aspereza e pobreza do solo. A maioria deles fazia referência ao raquitismo das plantas e uma certa decepção com a colheita que muitas vezes não chegava.

A visão da maioria dos assentados é bastante diferente. Hoje reconhecem as limitações do solo e têm uma postura mais cautelosa no momento de investir na produção vegetal. Por outro lado, existem famílias que conseguiram superar essas dificuldades usando estratégias bastante simples e baratas que acabam servindo para respaldar o lema que ainda se mantém pintado na sede da Associação.

Segundo o DRP (1997), os assentados relacionaram os solos de baixa fertilidade com a presença de morros, terras baixas arenosas e solos de “recife” (solos ensaibrados, pedregosos, não limitantes à mecanização). Os solos mais férteis foram relacionados às áreas mais baixas que por sua vez são mais próximos ou cortados por nascentes e córregos d’água. Apontaram como principal problema a baixa fertilidade dos solos, que

são consequência do uso intensivo, por décadas, da monocultura da cana-de-açúcar, sem práticas conservacionistas.

Segundo o DRP (1997), a vegetação que predomina no assentamento é o capim Pernambuco, com a ocorrência de poucas capoeiras (em 4 ou 5 lotes) e boa disponibilidade de moitas de bambu. Com relação à capoeira, definida por eles como sendo pequenos aglomerados de arbustos e árvores, com pouca diversidade de espécies e predominância da “papagaieira”. Geralmente os galhos secos são utilizados como lenha no preparo de alimentos, visto que poucos possuem fogão a gás. Em função da importância das capoeiras (aproveitamento como lenha; conservação de nascentes, flora e fauna; e quebra ventos), se mostram preocupados com a sua preservação. As moitas de bambu foram e continuam sendo de importância, tanto para confecção de barracas, como para lenha, cercas e instalações (pinguelas, galinheiros, currais, chiqueiros, etc). Em função da ampla utilização na fase de acampamento, as moitas se encontram em fase de recuperação.

Os assentados, em estudo recente (PDA/Fetag, 2004) fizeram referência ao retorno da vida animal, principalmente naqueles lotes que abriram mão do manejo com fogo e vêm adotando práticas mais equilibradas no trato com a vegetação nativa. Citaram o reaparecimento de minhocas, de tatus, de lagartos, de cobras e gaviões; de pássaros silvestres e de roedores.

Não existe Área de Reserva formalmente estabelecida no assentamento, porém percebe-se uma considerável preocupação quanto à preservação / ampliação das pouquíssimas matas e capoeiras que resistiram a 30 - 40 anos de cultivo de cana-de-açúcar.

Podem-se constatar indiscutíveis avanços no aumento da biodiversidade animal e vegetal no assentamento, se compararmos com o quadro herdado na ocupação dos lotes. Percebe-se que estão aumentando as composições de vários sistemas arborizados, com plantio de frutíferas no entorno das casas. Plantios esses, que possuem múltiplas finalidades como quebra-ventos, obtenção de frutas, de madeira e sombra.

A Associação dos Trabalhadores Rurais da Fazenda Capelinha I e II possui uma considerável infra-estrutura: sede com salas, banheiros, etc, onde funciona o escritório e já residiram 2 famílias despejadas pelo fazendeiro; trator com implementos agrícolas, cata-vento, conquistada através da Associação Comunitária Osório Bersot que captou recursos do Canadá..

Existe também um galpão de reuniões, construído em forma de mutirão, na época da ocupação, com recursos próprios e doações de madeiras. Esse galpão foi reformado e está em bom estado de conservação. O galpão de maquinário já se encontrava em outro local na fazenda desapropriada, sendo transferido para próximo da sede. Existe ainda um galpão próximo a BR-101 para a comercialização dos produtos agropecuários do assentamento, construído pelo Incra, mas que nunca foi utilizado para esse fim. Na gleba A, próximo à rodovia RJ-182, outro galpão para maquinário, em estado precário de conservação está sob responsabilidade da Associação.

A Associação possui ainda duas casas de farinha, sendo uma construída com recursos do Incra que nunca foi utilizada e que possui sérios problemas operacionais. A segunda casa de farinha, muito bem montada e em bom estado de conservação foi construída pela Associação Osório Bersot com recursos externos e é utilizada apenas esporadicamente pelos associados. Os principais problemas da última casa de farinha são a diminuição da oferta de matéria-prima – aipim – principalmente após a seca e ao ataque do mandorová em 2000 que acabou desestimulando novos plantios; problemas de gestão do empreendimento, ocasionados pela falta de experiência no trato desse tipo de agroindústria; e problemas de comercialização e acesso ao mercado.

Na verdade a construção de agroindústrias geridas por associações de assentamentos é uma importante estratégia para o beneficiamento e agregação de valor à produção, porém, seu funcionamento e gestão são enormes desafios para todos os que se interessam pela reforma agrária, visto que a maioria delas encontra-se abandonada ou no máximo funcionando de forma obsoleta, parecendo mais “elefantes brancos”.

Encontra-se em fase de construção das instalações físicas uma fábrica de açúcar mascavo, rapadura e melado obtida através de recursos do Pronaf Infra-estrutura em 2002 que até agora seguiu o mesmo destino das outras agroindústrias. Os equipamentos já foram adquiridos e aguardam sua instalação no pátio coberto da sede da Associação.

Por conta da distribuição espacial dos antigos canaviais da Fazenda Capelinha I e II, que permitiam o acesso de caminhões e moto-canas para as práticas culturais exigidas pela monocultura canavieira, o assentamento possui uma rede de estradas vicinais abertas. Porém, principalmente nas glebas mais distantes das principais vias de acesso ao assentamento, as estradas não sofrem manutenção há muitos anos, sendo que em algumas, o tráfego é praticamente impossível. Além disso, percebe-se a ausência de algumas pontes e outras necessitam de reforma.

A falta de energia elétrica foi encarada como principal problema a ser enfrentado até o ano 2000 quando a “luz” foi conquistada pelos assentados. Nesse processo de conquista da energia elétrica os assentados se mostraram unidos e utilizaram uma série de recursos políticos para a sua efetivação, investindo primeiramente no diálogo e no cumprimento dos acordos estabelecidos com os órgãos envolvidos, principalmente o Incra e a Cerj, nem sempre capazes de trazer o objetivo almejado; até outros mecanismos menos usuais, porém mais eficientes na busca por melhorias de infraestrutura, como a ocupação do Palácio Guanabara no Rio de Janeiro, em abril de 2000.

Segundo os assentados quando da realização do DRP (1997), com a eletrificação no assentamento, poderiam levar uma vida mais saudável: moradia com maior conforto, tendo acesso às informações através de rádio e televisão; poderiam obter maior produtividade através da irrigação aumentando assim a renda familiar, incluindo a compra de equipamentos para a agroindustrialização da produção; e teriam mais segurança principalmente no horário noturno, devido a ter ocorrido precedentes. Enfim, enfatizaram a eletrificação como a solução para as diversas demandas por eles apresentadas.

A realização da obra, como mostra o relato mais aprofundado em outra seção, trouxe desgastes e desconfianças entre os assentados e a Associação. Muitos problemas foram constatados no decorrer da obra, entre eles, erros de projetos e privilegiamento de determinados assentados em detrimento de outros. O fato é que, da expectativa inicial de se realizar uma festa de 3 dias para inauguração da luz, temos hoje alguns lotes ainda sem luz, apesar dos esforços da nova Diretoria da Associação em resolver esses problemas pontuais, que acabaram frustrando a festa e trazendo mais desesperança e descrédito para essas famílias.

Para a maioria das famílias que obtiveram energia em seus lotes, outro problema aparece após toda a luta pela luz: o pagamento mensal das faturas da empresa fornecedora de energia. Não é incomum a falta de pagamento da conta e o retorno à lamparina para iluminar as noites e o uso da lenha para cozinhar, ressaltando a contradição de ter um direito elementar e não poder usufruir dele.

Não existe coleta de lixo no assentamento. A destinação deste é feita, em parte, através da queima (inorgânico) e, em parte, oferecendo aos animais (orgânico). É comum vermos nos quintais de algumas casas plásticos jogados e outros materiais que não se decompõem. Por enquanto os pequenos córregos não passam por esse processo

de poluição, talvez pelo intenso trabalho educativo que foi feito ao longo da fase de acampamento e da Diretoria de alguma gestão.

A maioria das casas não possui qualquer tipo de fossa. Com o recebimento do crédito habitação a preocupação com a destinação dos dejetos aumentou. Porém, nem todos tiveram acesso à informações ou seguem as recomendações técnicas, para construção de fossa. Existem também, alguns casos de contaminação da água, via fezes de animais, diretamente nos córregos.

O transporte através de linhas de ônibus que passam no assentamento é inexistente. Na época da ocupação, por um período de alguns meses, houve transporte regular através de ônibus 3 vezes por dia, possibilitando uma maior comunicação entre o assentamento e a cidade. Atualmente, muitos têm seus próprios meios de transporte como bicicletas, motos e carros, além das linhas tradicionais de ônibus que passam na RJ-182, cerca de 5 km da sede da Associação.

Existe atualmente 01 escola municipal de 1º segmento (1º a 4º séries) mantida pela Prefeitura Municipal de Conceição de Macabu localizada próxima à BR-101 onde cerca de 100 crianças do assentamento e das localidades próximas estão matriculadas.

Os jovens que estudam no 2º grau freqüentam aulas na sede do município para onde se deslocam através de ônibus escolar de um assentado que foi contratado pela Prefeitura. Alguns programas sociais de âmbito federal e estadual (Peti – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e Bolsa Escola) fazem parte do cotidiano das famílias e parece ter estimulado o aumento do número de crianças em idade escolar a freqüentarem a escola. Entretanto, ao que tudo indica, nem todas as crianças do assentamento estão participando das atividades escolares por falta de interesse ou informação dos pais.

Nos primeiros anos do assentamento foram disponibilizadas turmas de alfabetização aos jovens e adultos, tanto no âmbito do Pronera (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária), quanto financiadas pelo Sindicato Rural (patronal) do município ou mesmo através do Programa Alfabetiza Brasil, mantido pela Petrobrás. A participação média era de 15 pessoas, sendo visível o avanço na escrita e leitura do público, principalmente dos mais idosos que agora, nas oportunidades que surgem, não sujam mais o dedo de tinta para assinar o nome. Os professores são os próprios assentados, geralmente mulheres. Por outro lado, existe uma considerável desistência dos alunos ao longo do ano, motivada pelo cansaço do dia de trabalho e pelas longas

distâncias do lote até a sede da Associação onde as aulas ocorrem. A falta de um lanche durante as aulas também acaba ajudando a manter o desinteresse no aprendizado.

Não há posto de saúde ou qualquer tipo de atendimento médico no local. Os atendimentos de rotina e emergenciais são feitos na cidade de Conceição de Macabu, no distrito de Macabuzinho e, atualmente, na localidade de Capelinha do Amparo, próxima ao assentamento e que inclusive deu nome à Fazenda desapropriada. Nesse local a Prefeitura de Carapebus construiu um Posto de Saúde da Família que vem prestando um bom trabalho a ponto de muitos assentados transferirem seus títulos eleitorais de Conceição de Macabu para aquele município. A construção de um posto de saúde no assentamento é demanda antiga muitas vezes prometida e nunca realizada. No entanto, mais do que uma construção, o mais importante seria a implantação de atendimentos freqüentes de equipes de enfermagem e de clínico geral, dando respostas aos atendimentos de baixa complexidade mais comuns a este tipo de realidade.

As questões relativas à saúde sempre foram motivo de preocupação e de iniciativas interessantes por parte dos assentados, desde a época da ocupação. Naquela ocasião, com a colaboração de uma médica, que se propôs a promover cursos sobre medicina alternativa, utilizando ervas medicinais, formou-se um grupo de mulheres que ficaram responsáveis pelo tema. Estimulavam o plantio de ervas medicinais e distribuía remédios doados. Com a contratação da Equipe do Projeto Lumiar que dispunha de uma técnica cuja função também era de estimular iniciativas de educação, geração de renda e saúde, o trabalho ganhou dinamismo. Cursos de capacitação foram oferecidos, inclusive por especialista e um horto medicinal foi construído por iniciativa dos assentados.

Naquela época foi contratada também uma agente comunitária de saúde. No entanto, como se tratava de indicação política, nem sempre as agentes comunitárias correspondiam à expectativa que se fazia sobre aquele trabalho, havendo reclamações sobre a falta de capacitação e mesmo de interesse pelo trabalho.

. A presença de religiões diferentes remonta à época da ocupação, onde foi indicada a existência de uma igreja protestante 'Brasil para Cristo' que funciona na barraca de um assentado, onde se realizam os cultos. Ressaltaram que a maioria dos assentados é católica e contam com o apoio do padre Geraldo da CPT de Nova Iguaçu, que realiza cultos ecumênicos uma vez por mês, no Galpão da Associação, em caráter provisório (DRP, 1998). Apesar do fervor religioso de muitas famílias assentadas, não existem casas de oração ou templos destinadas especificamente para esse fim, mesmo

porque o próprio Incra proíbe esse tipo de construção sem sua anuência expressa. O que existe são terrenos previamente destinados à construção de templos, até hoje não erguidos.

Atualmente com a construção de uma ampla creche na sede do assentamento, houve uma renovação nas esperanças de que o atendimento médico nas suas dependências seja enfim efetivado.

Os assentados estimam que a população residente no assentamento Capelinha seja de cerca de 400 pessoas. Esse contingente populacional vem se alterando ao longo do tempo devido à dinâmica própria do assentamento. É provável, segundo os assentados, que tenham ocorrido momentos com mais residentes, como na época posterior à liberação dos créditos em 2000 e 2001, sendo que nos dias atuais a percepção é que essa população vem diminuindo pelo esvaziamento observado.

As famílias residentes no assentamento seguem, de modo geral, o padrão da família nuclear, formada por pai, mãe e filhos, não sendo incomum, entretanto, a existência pessoas sozinhas vivendo nos lotes. As pessoas que vivem sozinhas podem ser agrupadas através de características comuns: são jovens do sexo masculino que vieram de outro município ou homens mais velhos que possuem casa na periferia de Conceição de Macabu cuja família não quis se mudar para o assentamento, fazendo com que diariamente ou esporadicamente o percurso cidade-assentamento-cidade seja realizado.

A maior parte dos assentados, porém, se deslocou para o assentamento com a família e possui em seus lotes apenas uma casa. Segundo Garcia (2003) o assentamento de Capelinha, tem o mais baixo número de outras casas no lote (em torno de 6%), se comparado com os assentamentos pesquisados, talvez pelos poucos anos de existência.

Com relação à escolaridade dos responsáveis pelos lotes, a pesquisa citada informa que 38,5 % nunca frequentou escola, índice considerado alto se levarmos em conta que muitos deles viviam em áreas urbanas antes da ocupação. Chama a atenção também que apenas 8,4 % completou a 8ª série do 1º grau e ninguém completou o 2º grau.

Com relação à origem dos assentados, segundo dados do Projeto Lumiar (1999), a maioria dos assentados (68%) declarou como sendo o município de Conceição de Macabu sua última procedência antes de participar da ocupação das terras.

Os assentados oriundos dos municípios da região de entorno como Carapebus, Macaé, Quissamã, Silva Jardim, Itaboraí e Santa Maria Madalena colaboraram com

cerca de 23 % das famílias assentadas. Cerca de 8 % das famílias vieram de municípios mais distantes como Itaguaí, Campo Grande (bairro do Rio de Janeiro), São Gonçalo e Saquarema. Registra-se a presença de apenas uma família oriunda imediatamente de outro estado, no caso em pauta, do estado do Espírito Santo (cerca de 1%).

Tabela 6 - Municípios de última procedência dos assentados de Capelinha, 1999.

Gleba	Conceição de Macabu	Municípios da Região	Outros municípios do Estado	Outros estados	Total
A	07	04	-	-	11
B	05	-	-	01	06
C	46	12	06	-	64
D	13	05	04	-	22
E	12	07	-	-	19
Total	83	28	10	01	122

Fonte: Projeto Lumiar, Pesquisa Cadastral para elaboração do PDA. Conceição de Macabu, 1998-99.

Essas informações indicam que, com o passar do tempo, as pessoas oriundas do município de Conceição de Macabu se mantiveram no acampamento, inclusive aumentando seu número, se compararmos com o levantamento realizado em julho de 1996, portanto um mês após a ocupação, onde verificava-se que um pouco menos da metade dos acampados se originava daquele município, conforme tabela abaixo.

Tabela 7 - Origem das famílias acampadas em Capelinha, 1996

Município de origem	Total de pessoas	%
Conceição de Macabu	498	49,55
Silva Jardim	397	39,5
Santa Maria Madalena	34	3,38
Campos	22	2,17
Macaé	18	1,8
Itaboraí	14	1,4
Trajano de Morais	11	1,1
Rio de Janeiro	11	1,1
Total	1005	

Fonte: Relatório Social, STR/Conceição de Macabu, julho de 1996.

Quando analisamos a origem das famílias que vieram de outros municípios da região mais próxima a Conceição de Macabu, verifica-se que 39,5% delas são oriundas de Silva Jardim, como pode ser observado na Tabela abaixo. Essa prevalência do município de Silva Jardim está relacionada ao trabalho de base realizado pelo MST que originou não só a ocupação de Severina (Macaé), que acabou se transformando no Assentamento de Cambucaes (Silva Jardim), e de um excedente de famílias que aguardavam por novos assentamentos no estado.

Tabela 8 – Municípios da região cuja última procedência foram citados pelos assentados de Capelinha, 1999.

Município	Glebas					Total
	A	B	C	D	E	
Silva Jardim	02	-	04	03	05	14
Macaé	-	-	03	01	01	05
Santa Maria Madalena	01	-	02	01	-	04
Itaboraí	-	-	01	-	01	02
Carapebus	01	-	-	-	-	01
Quissamã	-	-	01	-	-	01
São João da Barra	-	-	-	01	-	01
Total	04	-	11	06	07	28

Fonte: Projeto Lumiar, Pesquisa Cadastral para elaboração do PDA. Conceição de Macabu, 1998-99.

Ao contrário dos assentados oriundos de Conceição de Macabu, o número de assentados de Silva Jardim diminuiu de 39,5% para 11,5% se compararmos com a proporção encontrada na fase de acampamento.

Quando analisamos o tipo de trabalho exercido pelos assentados no momento imediatamente anterior ao assentamento, constatamos que 52% deles estavam exercendo uma gama diferenciada de atividades urbanas.

Nota-se que mesmo somando-se os dados de ‘trabalhador da Usina’ com o de ‘outras atividades rurais’ obtém-se um índice menor que o de ‘atividades urbanas’, como pode ser observado na tabela abaixo.

Tabela 9 - Última atividade declarada pelos assentados de Capelinha, 1999.

Gleba	Trabalhador da Usina	Atividades Urbanas	Outras atividades rurais	Total
A	04	04	03	11
B	02	01	03	06
C	06	37	21	64
D	0	13	09	22
E	01	08	10	19
Total	13	63	46	122

Fonte: Projeto Lumiar, Pesquisa Cadastral para elaboração do PDA. Conceição de Macabu, 1998-99.

Um aspecto interessante de se observar é o pequeno número de assentados que trabalharam (11%) na antiga Usina Victor Sence, apesar desse público fazer parte recorrente do discurso dos mediadores, imprensa e lideranças durante a ocupação⁹. O fato de existirem trabalhadores da Usina que foram demitidos sem quaisquer direitos

⁹ Segundo Garcia (2003), logo após a ocupação, um artigo de jornal anunciava que 80% das famílias acampadas eram ex-funcionários da usina que alegavam ainda não ter recebido os direitos do tempo em que trabalhavam na Usina.

trabalhistas de certo modo justificar a ocupação, não guardou correspondência quando se verifica o número de assentados.

Com relação às atividades urbanas, observamos um leque bastante variado de trabalhos formais e informais declarado pelos assentados, como pode ser visto na Tabela . Chama a atenção o fato de a maioria das atividades declaradas pelos assentados serem informais e não especializadas, com exceção da atividade ‘embarcado’¹⁰ e ‘técnico em eletrônica’. A atividade denominada pelos assentados de ‘biscate’ revela, por um lado, que as famílias se reproduziram essencialmente a partir de sub-ocupações e sub-empregos quase sempre mal remunerados (pequenos serviços domésticos, comércio ambulante, construção civil, mecânico, etc). Por outro lado, esse conjunto de habilidades pode ser extremamente útil no cotidiano de um assentamento e de uma comunidade, devendo, portanto, não ser tratado com desprezo e de forma negativa.

Dessa forma, parece ficar claro que as famílias assentadas em Capelinha são constituídas por pessoas que no momento da ocupação encontravam-se no mercado informal, especialmente urbano. Segundo Garcia (2003),

“expropriadas de suas condições anteriores de trabalho na terra, muitas dessas famílias assentadas passaram a viver em bairros periféricos das cidades da região e a se reproduzir de forma extremamente diversa, muitas vezes conciliando ocupações temporárias na cidade e no campo” (Op. Cit., pg. 129).

¹⁰ Embarcado é o termo usado para designar o trabalhador que presta serviço às empresas terceirizadas da Petrobrás na exploração de petróleo nas plataformas localizadas em águas continentais. Geralmente essa categoria passa por algum nível de qualificação para operar nessas condições.

Tabela 10 – Ramos de atividades urbanas formais e informais declaradas pelos assentados de Capelinha, 1999.

Atividades urbanas	Glebas					Total
	A	B	C	D	E	
Biscate	-	-	07	03	04	14
Dona de casa	02	-	06	04	-	12
Construção civil	01	-	06	01	02	10
Comerciante	-	-	03	02	-	05
Embarcado	-	-	03	-	-	03
Empregada doméstica	-	-	03	-	-	03
Funcionário público	01	-	01	-	-	02
Vigia	-	-	01	01	-	02
Padeiro	-	-	02	-	-	02
Encanador	-	-	02	-	-	02
Escritório	-	01	-	-	-	01
Costureira	-	-	-	01	-	01
Técnico em eletrônica	-	-	-	01	-	01
Alfaiate	-	-	-	-	01	01
Serraria	-	-	-	-	01	01
Oficina bicicleta	-	-	01	-	-	01
Sapateiro	-	-	01	-	-	01
Motorista	-	-	01	-	-	01
Total	04	01	37	13	08	63

Fonte: Projeto Lumiar, Pesquisa Cadastral para elaboração do PDA. Conceição de Macabu, 1998-99,

Com relação às outras atividades rurais, chama a atenção o maior número de empregados de fazendeiro e de trabalhadores rurais. Esse último grupo, também chamado de assalariados rurais e junto com os trabalhadores de campo da usina forma o maior segmento dos assentados envolvidos anteriormente em atividade rurais.

Esse segmento é proveniente do corte da cana-de-açúcar que tem como característica principal o fato do trabalhador não participar de todo o ciclo da produção, estando presente em maior dimensão no período do plantio e do corte. Outro aspecto importante é que as usinas não assumem os direitos trabalhistas, deixando ainda mais inseguros os pouco qualificados trabalhadores da agricultura canavieira.

Tabela 11 – Outras atividades rurais exercidas pelos assentados de Capelinha como última atividade.

Outras atividades rurais	Glebas					Total
	A	B	C	D	E	
Trabalhador rural	-	-	11	03	07	21
Empregado de fazendeiro	01	03	08	05	02	19
Tratorista	01	-	01	-	-	01
Diarista	01	-	01	01	01	04
Total	04	03	21	09	10	45

Fonte: Projeto Lumiar, Pesquisa Cadastral para elaboração do PDA. Conceição de Macabu, 1998-99.

Os assentados de Capelinha receberam cinco créditos ao longo de sua trajetória, sendo o primeiro chamado de crédito de instalação (alimentação e fomento), o segundo para habitação e os demais, denominados créditos de produção, para custeio e investimentos agropecuários.

Os dois primeiros créditos foram liberados pelo Incra a fundo perdido para todos os assentados logo após a criação do assentamento. O crédito habitação demorou um pouco mais para ser liberado tendo em vista o impasse ocorrido entre o número de 110 assentados previstos de serem assentados pelo Incra - a chamada Capacidade do Assentamento - e a quantidade de 138 assentados que a Associação e o conjunto dos assentados exigiam que fosse reconhecido, como veremos mais à frente.

Naquela época os créditos de produção se encontravam no âmbito do Procerá (Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária) e dividiam em três modalidades: o Custeio¹¹, o Procerá investimento¹² e o Teto II.

O Pronaf modalidade “A” surgiu em 1999 no âmbito do “Novo Mundo Rural” que, entre muitas outras questões, acabou com o Procerá e equiparou os assentados aos agricultores familiares.

Era necessária também a elaboração de projetos técnicos por equipes credenciadas para tal fim, sendo os mesmos avaliados pelo CEPRO (Comissão Estadual do Procerá/Lumiar). A assistência técnica também foi definida como obrigatória e sem ônus para os mutuários do crédito, com praticamente as mesmas atribuições definidas na origem do programa. Esses projetos foram elaborados pela Equipe Técnica do Projeto Lumiar¹³.

De 1997 a 2005 os assentados de Capelinha obtiveram somados a quantia de R\$1.659.040,00 em financiamentos individuais nas diferentes modalidades existentes a época, como pode ser observado na tabela abaixo.

¹¹ O Procerá custeio se destinava à produção de alimentos básicos desde que economicamente viáveis, e com ciclos produtivos de até 2 anos no máximo. As operações de crédito poderiam ser individuais ou grupais e o limite de crédito era de R\$ 2.000,00 a cada produtor por ano. Para assentamentos de 1º ano – o caso de Capelinha - o prazo de pagamento era de dois anos sendo que os demais de até um ano ou em função do ciclo da cultura.

¹² Já o Procerá Investimento se destinava à implantação da infra-estrutura produtiva e sua operacionalização sendo admitida inúmeras opções de gastos. Da mesma forma que o custeio, as operações de crédito poderiam ser individuais ou grupais, sendo que o limite de crédito por produtor era de R\$ 7.500,00. O prazo de pagamento variava de 8 a 10 anos, incluída carência de até três anos.

¹³ Para uma avaliação do Projeto Lumiar e o relato mais aprofundado da trajetória da elaboração dos créditos de produção no Assentamento Capelinha ver: Aleixo, D.N.S. Projeto Lumiar: novo ator para uma nova ATER nos assentamentos? Rio de Janeiro, 2003 (mimeo).

Tabela 12 – Modalidades de créditos, número de assentados, valor individual e total e destinação de atividades dos créditos destinados ao assentados de Capelinha – 1997 – 2005.

Mês/Ano	Créditos	Nº de contratos	Valor Individual (R\$ 0,00)	Valor total (R\$0,00)	Atividades
09/1997	Alimentação e fomento	138	1.080	149.040	Manutenção familiar (340,00) e aquisição de sementes, ferramentas, (740,00)
12/1997	Habitação	138	2.000	276.000	Construção de casa
06/1998	Procera custeio	134	2.000	268.000	Custeio agrícola e pecuário
05/1999	Procera custeio	121	1.300	154.700	1 ha de aipim
12/1999	Pronaf A investimento	115	6.200 a 9.500	724.800	Implantação de culturas agrícolas e pecuária.
03/2000	Pronaf A investimento	12	6.200 a 9.500	86.900	Implantação de culturas agrícolas e pecuária.
total		658		1.659.040	

Os assentados enfrentam inúmeros problemas na produção e na comercialização e, na maioria das situações, participam de uma marginalização sócio-econômica. Na maior parte do País se depararam com orientação/assistência técnica que além de carente é inadequada; com crédito deficiente; com dificuldade em produzir e vender; sem os itens básicos da cidadania (como saúde e educação) e imerso em um contexto onde as instituições estatais que oferecem ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) estão enfraquecidas.

Como se sabe, é atribuída às equipes de ATER grande responsabilidade pelo sucesso dos assentamentos, ou seja, acredita-se que quando recuperada, ampliada e fortalecida tem grande capacidade para, junto com outros fatores, melhorar as condições produtivas desse setor. Tanto que na pesquisa do IPEA (2002) sobre o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), constatou-se que a capacitação e a assistência técnica são exigências cruciais para o fortalecimento da agricultura familiar. E isto é tanto mais verdade quanto mais se desce na estrutura sócio-econômica-educacional do público-alvo do Pronaf. Segundo a pesquisa, os integrantes dos grupos A (assentados de reforma agrária), B e mesmo a maioria do C, são desprovidos dos conhecimentos e informações que possibilitem uma gestão eficiente da unidade produtiva familiar.

O Projeto Lumiar foi criado nesse contexto em abril de 1997 com a finalidade de implantar um serviço descentralizado de assistência técnica às famílias assentadas pelo Incra, com características de um programa emergencial que pudesse suprir a deficiência da extensão rural, garantindo as condições básicas de apoio ao desenvolvimento dos assentamentos¹⁴.

Surgido num quadro de intensificação nas mobilizações por terra e de crescente visibilidade política do MST, após os massacres de Corumbiara e de Eldorado dos Carajás, o Projeto Lumiar foi uma das políticas públicas precursoras da ofensiva do Governo Federal no sentido de retomar a iniciativa política e deixar de “estar a reboque dos movimentos” (Medeiros, 2002, pg 60) no que diz respeito à política fundiária, ocorridas principalmente no segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Ainda segundo a autora, fazia parte dessa iniciativa uma série de mudanças legais e institucionais, referentes ao processo de desapropriação; à instituição de um novo mecanismo de obtenção de terras, através do mercado e da descentralização das ações federais, em contraposição ao modelo altamente centralizado herdado do regime militar.

As equipes locais (EL) eram formadas por técnicos multidisciplinares e responsáveis pelo planejamento e execução dos programas de assistência técnica e capacitação das famílias assentadas. No Rio de Janeiro, o primeiro grupo de técnico, depois de submetidos pela capacitação em metodologia pela AS-PTA, foi contratado em janeiro de 1998. Um segundo grupo de técnicos foi contratado em outubro do mesmo ano. Ao todo somavam 32 técnicos, divididos em 10 equipes locais, situados em 16 municípios, atendendo cerca de 2200 famílias assentadas.

Os técnicos das ELs eram, na sua maioria, oriundos das ciências agrárias, porém, técnicos da área social também foram contratados. O perfil desses profissionais, grosso modo, era formado por jovens recém-formados, sem experiência de trabalho anterior e de atuar em equipe. O sistema de trabalho implantado era, na verdade, uma forma precária de relacionamento trabalhista na medida em que os técnicos foram obrigados a

¹⁴ O objetivo geral do Projeto Lumiar era “viabilizar os assentamentos, tornando-os “ unidades de produção estruturadas, inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltadas para o mercado, integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional”. Para atingir este objetivo, “desenvolverá estratégias de ação visando assessorar tecnicamente a gestão da organização, da produção, e da comercialização nos assentamentos de reforma agrária, tendo em vista a implementação de um processo de aprendizagem coletiva das comunidades assentadas, na busca do desenvolvimento sustentado e da melhoria da qualidade de vida” (MEPF/INCRA,1997a: 4).

se cooperarem junto à entidade contratada. Dessa forma, os técnicos contratados não gozavam dos direitos trabalhistas garantidos na legislação e nem se sentiam ‘donos’ da cooperativa contratada¹⁵.

O modelo institucional concebido para abarcar o Projeto Lumiar previa que a prestação de serviços de assistência técnica seria contratada pela organização dos assentados, tendo o Incra como principal provedor de recursos e supervisor dos trabalhos e tendo os bancos oficiais como operadores dos recursos. Assim, os contratos das equipes locais e especialistas seriam celebrados através de pessoas jurídicas, chamadas de prestadoras de serviço (cooperativas de trabalho, empresas públicas, ong’s) e as organizações locais dos beneficiários (associação/cooperativa dos assentados), tendo como interveniente e provedor de recursos, o Incra.

A contratada no estado foi uma cooperativa de serviços (Multicoop) sem conhecimento do tema e nem inserção nos assentamentos. A justificativa para sua contratação foi a inexistência de outras entidades com perfil no estado. Sua ação resumiu-se meramente ao repasse dos recursos financeiros às equipes locais, sem nenhum tipo de apoio complementar aos seus ‘cooperados’.

A concepção do Projeto Lumiar trazia embutidas algumas inovações que poderiam significar algumas críticas ao modelo de assistência técnica e extensão rural e às empresas públicas que executam esse serviço, principalmente nos assentamentos. Algumas características elaboradas poderiam ter se constituído num avanço importante na construção de outro modelo de assistência técnica no país, entre as quais podemos citar: a participação dos movimentos sociais de luta pela terra na concepção do projeto, na indicação de técnicos, na supervisão e execução dos trabalhos, de certo modo reconhecendo e legitimando as organizações dos trabalhadores como co-partícipes da formulação de políticas públicas; o “controle social” do trabalho, na medida em que as faturas seriam assinadas mensalmente pela organização dos assentados que, no limite, poderia significar um referendo “in loco” e dos próprios contratantes na execução dos trabalhos; equipes técnicas, teoricamente capacitadas e acompanhadas, diariamente no assentamento, a disposição da organização e dos assentados; e, finalmente, a gestão

¹⁵ Cada Equipe Local se responsabilizava por um número pré-estabelecido de famílias assentadas e contava com veículo de um dos técnicos que recebia uma cota mensal de recursos financeiros, teoricamente capaz de restituir os gastos com combustível e manutenção. Não havia previsão de recursos específicos para outras atividades previstas nas atividades das equipes locais, como material didático para capacitações, material de consumo e equipamentos para elaboração de projetos de financiamentos, nem para articulação institucional, ficando, portanto, a cargo dos técnicos gastos como telefonemas, viagens a trabalho que ultrapassassem a cota de combustível, dentre outros.

de um embrião ou experiência piloto do que alguns movimentos sociais consideraram como modelo de extensão rural para o Brasil: pública, porém não estatal.

Em maio de 2000, portanto, na fase em que a demanda por assistência técnica aos projetos recém liberados era maior, o Projeto Lumiar acabou, sob rumores de cobrança de “pedágio” por equipes técnicas do Paraná.

A partir de então, o assentamento foi atendido por equipes de assistência técnica diferentes onde a marca da descontinuidade preponderou. Entre 2000 e 2003 a EMATER-RIO se responsabilizou pelos trabalhos. Em períodos de 2004 e 2005 uma equipe técnica contratada pela Fetag-RJ elaborou o PDA (Projeto de Desenvolvimento dos Assentamentos). A partir de dezembro de 2005 uma equipe técnica da CEDRO (Cooperativa de Consultoria, Projetos e Serviços em desenvolvimento sustentável Ltda), composta por três profissionais ligados às ciências agrária e sociais vem oferecendo serviços de assessoria técnica, social e ambiental aos assentados, onde elaboraram o PRA (Plano de Recuperação do Assentamento), dividindo seu tempo entre outros 2 assentamentos (Celso Daniel em Macaé e Boa Sorte em Carapebus).

4.2 - Organização social

Uma vez ocupadas as terras da antiga Usina, restava aos novos acampados se organizarem para tomar conta de seu novo espaço e levar à frente a sua, até ali, vitoriosa empreitada. O caminho que optaram para a organização interna foi a constituição de uma Associação de Trabalhadores Rurais, já em junho de 1996, imediatamente após a ocupação da terra.

A recusa de se organizarem em Cooperativas dos moldes sulinos – tão em voga pelas lideranças do MST estadual, recém- chegadas do sul do País – revela uma disputa em torno do modelo organizativo a ser seguido, onde prevaleceu o modo pelo qual a Associação de São Domingos se organizava, refletindo a influência dos representantes dos movimentos sociais locais e dos mediadores que os apoiavam.

Não é sem efeito que ainda em junho de 1996, dias após a ocupação, foi fundada a Associação dos Trabalhadores Rurais da Fazenda Capelinha I e II, onde foi tirada uma Comissão para a elaboração do Estatuto e do Regimento Interno, aprovado em Assembléia quase um ano depois (20/05/1997).

Os sócios da Associação dos Trabalhadores Rurais da Fazenda Capelinha I e II elegeram sua 1º Diretoria com mandato de um ano em 20/05/1997, em chapa única e voto aberto. Sua concepção inicial e seu modo de agir espelhavam-se em muito, como

dito acima, no funcionamento da Associação de São Domingos e tentava incorporar também outros elementos constitutivos das ações concretas destes, considerados importantes para o sucesso neste desafio, quais sejam: busca por melhorias fundamentais de infra-estrutura, articulação com órgãos do Estado, luta pelos direitos e apoio às atividades produtivas e de comercialização de produtos agropecuários.

Outra característica do funcionamento da Associação de São Domingos e também ‘importado’ pela Associação de Capelinha foi o modo com se discutia e se tomavam decisões, baseada em Assembléias Gerais - reuniões cujas deliberações são oficializadas em Atas - a partir da participação dos assentados associados.

As Assembléias Gerais têm como principais objetivos a discussão e a definição dos rumos do assentamento, priorizando os principais problemas e definindo estratégias para superá-los, instituindo direitos e deveres dos associados e julgando casos e problemas internos pendentes. No entanto, essas reuniões também desempenham outras dimensões e significados na medida em que, conforme descrito por Comerford (1996),

“podem ser vistas como um elemento importante na construção desse universo social já que criam um espaço de sociabilidade que contribui para a consolidação de redes de relações que atravessam a estrutura formal das organizações, estabelecem alguns parâmetros e mecanismos para as disputas pelo poder no seio dessas organizações, possuem uma dimensão de construção ritualizada de símbolos coletivos e colocam em ação múltiplas concepções ou representações relativas à natureza das organizações de trabalhadores e ao papel de seus dirigentes e membros, bem como sobre a natureza da própria categoria que suas organizações se propõe a representar”. (Comerford, 1996, pg. 47).

Nesse sentido, observa-se que as Assembléias de Capelinha são momentos em que os assentados encontram os amigos, relembram momentos de cumplicidade mútua que servem para dar um pouco de unidade ao grupo, sair da rotina, conhecer novas pessoas e estabelecer novas relações.

O momento pré-Assembléia apresenta-se essencialmente como um espaço de troca, de brincadeiras e reencontro, de relembrar histórias ainda frescas na memória desse grupo que inaugurou uma nova convivência e cumplicidade, onde os assuntos tratados e as articulações construídas não são restritos aos assuntos da Assembléia, mais que permeiam a realidade e o modo de viver e de relacionar daquela comunidade.

Assim, a dinâmica e o funcionamento da vida comunitária e da própria Associação de Capelinha tinham nos primeiros anos do assentamento relação direta com

a realização de reunião ordinária semanal, chamada de Assembléia Geral, realizada às sextas-feiras por volta das 16h, agrupando um contingente bastante significativo de assentados com o objetivo de discutir e decidir assuntos de interesse coletivo.

As Assembléias são realizadas sempre em local público, mais especificamente no Galpão da Associação localizada no lote da mesma, no centro da Gleba C. Esse espaço passou por significativa transformação desde que foi construído pelos assentados quando conquistaram as terras. A aparência humilde da construção - feita com finas toras de eucalipto, telhas de amianto e sem paredes - foi parcialmente encoberta pelo reforço estrutural e o levantamento de paredes, financiada pela Ong Associação Osório Bersot em meados de 1999.

A paisagem das imediações também foi bastante alterada desde a chegada dos assentados, transformando aquele pedaço abandonado onde se encontrava apenas uma casa em ruínas, num local dotado de considerável infra-estrutura, como foi mostrado acima.

O número de pessoas presentes nas Assembléias variou bastante ao longo destes 7 (sete) anos de existência da Associação (algo entre 20 a 120 pessoas), mas de um modo geral, temas geradores importantes e de interesse comum, como a questão da terra, infra-estrutura e crédito, entre outros, determinava a intensa presença de famílias, denotando um importante evento social.

O espaço entre o Galpão de reuniões e a sede da Associação, em alguns momentos, ficava repleto dos mais variados tipos de transporte: bicicletas, cavalos, carroças e uma pequena frota de carros velhos e esfumaçantes. Crianças batiam bola no campinho com grama aparada. Muitas famílias inteiras participavam, incluindo eventuais filhos menores, alguns de colo. Era inevitável a presença de animais domésticos no recinto da reunião, onde, por mais de uma vez, desentendimentos caninos interromperam o bom andamento da mesma, seguidos de gritos aos animais e sonoras risadas dos participantes.

O cenário onde se realizavam as assembléias, consubstanciado pelo formato da organização espacial dos participantes, também passou por mudanças ao longo do tempo. Nos primeiros anos era realizada num galpão aberto, sem paredes, com estrutura de eucalipto e telhado de amianto, construído na época da ocupação. Os assentados participantes se sentavam nos banco inteiriço de concreto construído ao longo das laterais, disposto numa espécie de “U” onde a mesa da reunião, constituída, geralmente,

pelo Presidente, Vice-Presidente e Secretária Geral, dispostos de forma que permitiam a fossem observação de todos.

Em Assembléias mais concorridas, onde se discutiam assuntos de interesse de todos, era corriqueiro muitos assentados ficarem na porta ou numa elevação lateral do lado de fora do galpão, próximo a um pé de maracujá e participarem da mesma forma. Após a realização das reformas, construção das paredes, quadro de giz, armação para colocação de televisão, da chegada de cadeiras doadas e o aumento da altura do palco, a composição se deu de forma de sala de aula tradicional, onde a hierarquia se manifestava de forma mais assumida.

As Assembléias geralmente têm um modo de operar (momentos e atores sociais) característico. No caso podemos observar que os momentos podem ser divididos em abertura, informes, pauta, discussão, encerramento e posteriormente o registro em Ata.

A Abertura da Assembléia é realizada pelo presidente da Associação e na sua falta – o que geralmente é incomum – pelo Vice-Presidente. A Assembléia irremediavelmente começa após um chamamento geral para o início das atividades e, após, pela oração do Pai-Nosso “puxado” pelo Presidente da Associação num momento que o mesmo avalie como oportuno e é acompanhado pelos participantes geralmente com a devoção dos olhos fechados, fervor das palavras uníssonas e onde os que portavam chapéus ou bonés na cabeça se apressavam em retirá-los. A entonação de voz e a ênfase nas palavras do Presidente variam conforme a sua avaliação determinasse que a Assembléia fosse mais ou menos importante ou decisiva. Quanto mais determinante mais carga emotiva tinha a oração. Logo após, a Secretária da Associação faz a leitura da Ata da Reunião anterior para que os presentes façam eventuais correções e ajustes.

Abria-se então, um momento de informes, estimulando a participação de todos. Na maioria das ocasiões era o Presidente que informava os principais fatos ocorridos durante a semana, os desdobramentos e encaminhamentos decididos nas Assembléias. Muitas vezes, principalmente nas duas primeiras Gestões, o início da reunião atrasava até que o Presidente voltasse de um telefonema para o Incra, realizado num posto de gasolina próximo, buscando informações atualizadas.

Discutiam-se, após o momento de informes, assuntos previamente e cuidadosamente escolhidos, geralmente pelo Presidente - a chamada pauta - mas, também, assuntos escolhidos na reunião a portas fechadas com os Diretores da Associação que acontecia momentos antes da Assembléia. Porém, nem sempre é submetida à aprovação pelo conjunto do público participante. Dessa forma o Presidente

não deixa de exercer o poder de colocar temas que julgue desejáveis ou convenientes, conforme seu interesse. Isso não significa, entretanto, que esse procedimento seja imune a reclamações e inclusões de temas por parte dos assentados.

As reuniões, no caso a Assembléia Geral, são pensadas pelas assessorias e pessoas dos movimentos sociais como um momento fundamental de participação, democracia e organização, sendo uma oportunidade para que todos falem abertamente o que pensam. É também um espaço para se tomar decisões coletivamente - pelo consenso ou voto -, para tornar público os problemas e dilemas da organização e de seus membros, e ainda um espaço para o aprendizado e para a conscientização.

Para esse tipo de concepção de reunião e processo de decisão democrática, o aspecto principal da participação é a discussão, onde as polêmicas são consideradas positivas e necessárias, já que são vistas como uma maneira de esclarecer pontos de vistas diferentes ou até opostos, ajudam a decidir com mais representatividade e segurança as questões de aspecto pragmático e simbólico, se tornando espaços, às vezes únicos, de formação política ideológica, na medida em que se dispõem a aumentar a capacidade de compreensão da realidade social que os assentados se inserem.

A cada assunto tratado a palavra estava aberta para que os participantes, bastando para quem quisesse fazer uso dela, o levantar do braço. Quando vários se interessavam em falar, havia uma ordem de inscrição. Os assuntos eram debatidos e aprofundados pelo tempo considerado suficiente pelo Presidente para se chegar a uma decisão, de preferência consensual. Se não fosse possível, partia-se para o voto, definindo-se a proposta vencedora por contraste visual simples, poucas vezes através da contagem dos votos. Nessas Assembléias, todos os presentes tinham direito a voto, situação bem diferente dos momentos de eleição para a Diretoria da Associação, onde vale a regra de “uma família um voto”, não necessariamente, mas preferencialmente, do titular do lote.

A palavra franqueada pelo Presidente era utilizada pelos participantes geralmente do local onde se encontravam, a não ser em momentos especiais como em situações polêmicas ou solenes. Nestes casos o participante se encaminhava para a lateral da mesa e dirigia a palavra de frente para os assentados. Era comum os participantes da Assembléia reagirem à *colocação do companheiro*, demonstrando que os mesmos estavam ligados no que estava acontecendo. Aplausos ou vaias acabavam sendo o desfecho de muitas *falações*.

A expectativa dos participantes era que decisões fossem tomadas, principalmente se os casos avaliados fossem de questões imediatas. Às vezes, percebia-se durante o transcorrer das Assembléias uma certa impaciência da assistência quanto ao tempo de duração das discussões mais alongadas que ocorria quando existiam temas polêmicos, cuja ênfase verbal, em alguns casos, quase transcendia a rispidez do verbo para a agressividade física. Nestes casos, as Assembléias *não decidiam nada* ou eram somente marcadas por *bate-bocas*, o que gerava reclamações sobre a utilidade e eficácia das mesmas, tanto por parte de quem participava delas, quanto de quem as organiza.

As decisões e, às vezes, os argumentos utilizados pelos que usaram a palavra são rascunhados pela secretária da Associação que, posteriormente, passa para o Livro de Atas da Associação, como veremos mais adiante.

Já o momento pós-Assembléia era marcado por uma frenética articulação por carona de parte dos que não vieram com algum tipo de transporte. Como era sexta feira e muitos moravam ou tinham que ir para a cidade existia uma dispersão maior, o que não significa que também fosse um momento de troca e satisfação, principalmente para os que moravam mais perto da sede da Associação. Era também um momento de avaliações, não só por parte dos Diretores, que pesavam o desempenho e encaminhamentos tirados na Assembléia, como também por parte do público que muitas vezes reclamava das soluções decididas, dos *bate-bocas* ocorridos e mesmo da eficiência e validade daquele tempo despendido.

Os participantes da Assembléia dividem-se em Direção, o público e os convidados. Nem tanto na Direção da Associação, mas é na figura do Presidente que o foco das atenções de todos se desloca e é o que mais fala. O exercício do presidencialismo é encarnado de uma forma integral, levando às últimas conseqüências as atribuições de conduzir os rumos da Associação, exercer a liderança e representação dos assentados que o pleito eleitoral lhe conferiu. Não é incomum que interrompa a falação de outros companheiros, ou que negue a palavra a eventuais opositoristas.

Existem diferenças significativas de estilo e liderança entre os três Presidentes da Associação que exerceram mandato durante o período dessa dissertação, sendo possível delimitar períodos característicos ao longo desses anos. As eleições, em alguns casos, decididas por pequenas diferenças de votos e com participação de várias chapas mostram o interesse de parte das lideranças do assentamento nesse cargo de responsabilidade, sendo registrado a existência de um caso de impeachment e de muitas ações na justiça.

Os participantes da Assembléia que não fazem parte da Direção da Associação e nem são convidados especiais são aqui chamados de público. Apesar das intenções de proporcionar um debate participativo, democrático e igualitário, o grau de participação dos assentados nas discussões assumia uma configuração menos igualitária. Geralmente, apenas uma parcela minoritária do público falava por mais tempo que outra, majoritária, que se limitava a assistir e ouvir atenta e com respeito àqueles que falavam mais.

Essa característica parece não ser própria das reuniões de Capelinha, mas um padrão de “*participação diferencial*” (Comerford, 1999) percebido em muitas outras organizações. O estudo citado afirma que o estilo de fazer reunião de cada organização acaba proporcionando que existam momentos ou etapas diferentes de participação, o que pode ser confirmado nas Assembléias da Associação.

Em outros momentos, pessoas previamente designadas falam, geralmente autoridades convidadas, bem como assessores e lideranças dos Movimentos Sociais. Na maioria das ocasiões o fazem num tom mais solene, em pé diante de todos, tratando de assuntos variados. Geralmente articulam bem os argumentos, mas nem sempre têm prestígio e credibilidade dos assentados.

Existem ainda momentos outros que pessoas voluntariamente fazem sua fala individual sem que necessariamente se trate de pessoas que ‘falem bem’ ou que exerçam prestígio. Isso pode acontecer nos informes, mas ocorre principalmente nas discussões. Podem ser falas de contestação ao presidente da Associação, de denúncia, de desabafo ou mesmo para chamar a atenção do público para uma determinada situação. A capacidade de falar ‘bem’ e ‘bonito’, nesta etapa de discussão, redundava numa maior atenção do público, mas não é condição para fazer uso da palavra. Verdadeiros duelos verbais podem ocorrer e a falação, geralmente, se dava em meio a um público atento que produz um barulho que varia do ruído, caracterizado por comentários baixos, observações pontuais, até êxtase, com palmas, assovios e gritos.

No entanto, quando participavam da Assembléia pessoas convidadas ou autoridades importantes, um certo cuidado nas palavras e atitudes da *mesa* e dos *participantes* era percebida, principalmente na discordância de propostas e embates internos. Nesses casos, o visitante sempre tinha algo a dizer, sendo que na maioria dos casos aguardava a palavra ser oferecida pelo Presidente.

De qualquer forma, participar da Assembléia era sinônimo de interesse para com a comunidade e conferia uma obrigatoriedade para o conjunto dos sócios, dando mais

ou menos legitimidade para quem quisesse usar a palavra, principalmente quando fosse para reclamar de alguma atitude por parte da Diretoria ou do Presidente. Além da participação na Assembléia e nas atividades por ela convocadas (mutirões, cursos de capacitação, viagens), quem pagasse as mensalidades em dia obtinha o mesmo *status* conferido aos anteriores, podendo ser considerado com um passaporte para uma postura mais ativa nas reuniões, mesmo que fosse para criticar e reclamar de algo.

4.3 - As Atas de uma Associação de Trabalhadores Rurais.

A utilidade das ‘atas’ é reconhecida costumeiramente e faz parte dos procedimentos administrativos de uma vasta gama de entidades, tanto de empresas públicas e privadas e da sociedade civil, como as organizações partidárias, de trabalhadores e de assessoria.

Na elaboração dessa dissertação tivemos acesso aos livros de Atas procurando preencher alguma lacuna no resgate da trajetória das mudanças de beneficiários do assentamento. No entanto, durante a pesquisa desses documentos (Livros de Atas), percebemos a dimensão de sua utilidade para a melhor compreensão também da trajetória organizativa, dos modos de sociabilidade e da visão de mundo forjada no novo cotidiano da vida daquelas famílias, tornando-se de imenso valor como objeto de resgate e memória da história e estudo da realidade.

Parte-se aqui do princípio que as Atas são muito mais que um ato burocrático necessário ao bom andamento da organização em que participam. Acredita-se que sejam também uma forma de expressão da maneira pela qual os assentados e suas organizações convivem internamente e se relacionam com o mundo de fora. Podem refletir também o modo pelo qual os assentados e suas organizações se enxergam e se encaram a si próprios e o contexto no qual se inserem; indicam como priorizam seus principais problemas e a forma com que tentam buscar soluções.

No âmbito das Associações de Agricultores familiares, as atas são, segundo Santos (2002, pg 06), “a memória da Associação, onde são registrados as discussões e decisões tomadas pelos sócios, os compromissos e deliberações da associação. Sem ata, uma Associação não tem passado nem futuro”.

De um modo geral, as atas são reconhecidas enquanto documentos que sintetizam as deliberações de uma determinada comunidade, referente a algum tema específico, conferindo validade legal e legitimidade perante a sociedade, os órgãos públicos e a Justiça, sem a qual a Associação não existe formalmente.

No caso da Associação dos Trabalhadores Rurais da Fazenda Capelinha I e II¹⁶ esses documentos oficiais registram ainda, em alguns momentos, boa parte das discussões e argumentos utilizados nas Assembléias Gerais. Além disso, têm outra utilidade específica importante, na medida em que essas decisões, uma vez encaminhadas ao Incra, podem se reconhecer e validadas.

Esse reconhecimento pelo Incra se reveste de significativa importância para a coletividade que enxerga na Associação um instrumento de resolução de problemas com mais agilidade e representatividade, diminuindo, de certa forma, a dependência do assentamento com o Incra. Assim, decisões importantes que dizem respeito ao cotidiano do assentamento são tomadas num processo de reuniões relatadas no item anterior. No entanto, uma vez encaminhadas ao órgão, nem todas as decisões são reconhecidas e validadas pelo Incra, seja por uma suposta ou provável ilegalidade, já que entra em choque com a extensa legislação do órgão; seja porque vem de encontro à opinião e aos interesses de seu corpo técnico e administrativo.

Esse processo de reconhecimento de decisões por parte do Incra acontece no seio de uma intensa batalha política e geralmente não se dá sem conflitos. Ao longo desses oito anos de Associação o reconhecimento das decisões por parte do Incra foi se alterando.

Nos 1º e 2º mandatos as decisões não eram exatamente aceitas, porém, a presença freqüente do Incra a partir de funcionários que detinham respeito e credibilidade junto aos assentados garantia um mínimo de acesso à legislação e a informações importantes, minimizando maiores embates e delimitando as decisões da Assembléia dentro da sua respectiva alçada, de sua margem de manobra, conferindo validade à maior parte das decisões tomadas.

A partir do 3º mandato e principalmente na gestão do Superintendente Josemar (2001 a 2004), incumbido de operacionalizar as ações previstas no âmbito do Programa “Novo Mundo Rural”, já iniciada por outros Superintendentes desde 2000, cujo período coincidiu com as Gestões de Maria da Glória, as relações se azedaram em definitivo.

Nesse período uma série de significativas alterações na relação entre o Incra, os assentados e sua organização aconteceram, de modo que muitas decisões tomadas foram invalidadas - inclusive várias que foram definidas com o próprio órgão - a Associação

¹⁶ Para maiores detalhes ver: Aleixo, D.N.S. Descortinando um assentamento através das Atas. Rio de Janeiro, 2004 (mimeo).

foi esvaziada no sentido de que não era mais através dela que discussões, planejamentos e ações se davam.

A chamada descentralização das ações do Incra trouxe novos atores políticos, principalmente a Prefeitura Municipal de Conceição de Macabu, e alterou a ‘arena’ da disputa política de lugar: não são mais nas Assembléias que se dá a relação com o Incra, mas no gabinete do Prefeito; não é mais o conjunto dos assentados que debate com o Incra, mas, sim, quem o Prefeito e a Empreendedora Social do Incra convida. Muitas decisões são tomadas sem a presença de nenhum representante da comunidade. O Assentamento de Capelinha foi e continua sendo um palco pródigo dessa disputa, como veremos no tópico que faz um relato das fases estudadas nessa dissertação.

As atas da Associação estão registradas ininterruptamente desde junho de 1996 (Fundação da Associação) até o final da presente pesquisa (junho de 2005), fato que pode ser considerado de extrema valia para o estudo que está sendo proposto e incomum se comparada a muitas outras Associações existentes. Elas estão em muito bom estado de conservação e guardadas pelo Presidente, tamanha importância dada. Tivemos acesso ao conjunto delas contida em 2 livros de 200 páginas duplas cada.

De uma maneira geral, a 1ª Secretária da Associação é incumbida de registrar no livro de Atas os resultados das discussões ocorridas, de zelar pela sua manutenção e pela responsabilidade de sua guarda. O procedimento comumente adotado para o registro em ata, consta fundamentalmente, de um processo de observação e anotação, em rascunho, do conjunto dos debates ocorridos e deliberações decididas e, num momento oportuno, durante o período que antecede a próxima reunião, a ‘passagem a limpo’ para o respectivo Livro de Atas.

Esse procedimento se dá, de um modo geral, posteriormente à Assembléia num encontro com o Presidente da Associação que acaba ajudando a selecionar o que entra na ata, com que “grau” de profundidade da informação, enfim, funcionando como uma espécie de “filtro” que define o que interessa ou não, dando a forma final do texto que será registrado. Na opinião de Padrão (2000) parece haver um processo de classificação, nomeação e filtragem de questões.

Na Assembléia posterior é feita a “leitura da Ata” anterior sendo o público participante convidado a fazer as correções que por ventura se fizerem necessárias, acrescentando ou retirando expressões da mesma. Quando correções ocorrem, o público é consultado para se posicionar concordando ou não com as alterações sugeridas.

No final de cada Assembléia a Ata anterior é assinada pelos presentes dessa Assembléia, o que significa dizer que são assentados que participaram da Assembléia posterior é que assina a Ata da Assembléia anterior. A exceção a essa regra ocorre em momentos especiais, onde existe a necessidade de se produzir algum documento imediatamente ou na Assembléia onde são realizadas as eleições da Associação, tradicionalmente no dia 20 de maio de cada ano.

Na maior parte do período de existência da Associação as atas foram elaboradas por Primeiras-Secretárias mulheres que, obviamente, sabiam ler, mas que não necessariamente tinha completado algum grau de educação formal. Essa característica influencia na qualidade e clareza das informações registradas, na medida em que a função de sintetizar uma discussão não é a das mais fáceis, assim com a agilidade em rascunhá-las, além do universo de vocábulos que uma pessoa com pouca instrução tem tende a ser mais reduzido do que numa pessoa mais instruída. De qualquer forma, registrar o debate e as decisões tiradas exige atenção e disciplina consideráveis e o melhor ou pior registro das atas, mesmo com as correções que por ventura ocorram, estão diretamente relacionados a essa habilidade individual da responsável.

O “grau” de profundidade das informações registradas varia muito nas Atas. Existem Atas descritivas, detalhadas, onde não só os argumentos utilizados, mas a própria trajetória da Assembléia, suas idas e vindas, são registrados de forma esmiuçada. Outras atas, entretanto, são concisas e bem objetivas, registrando basicamente as deliberações. Existem também atas confusas e pouco claras que citam apenas fragmentos dos fatos ocorridos. Em muitos casos, apenas um grupo de assentados sabe do episódio.

O número de participantes e a frequência das Assembléias realizadas ao longo do tempo pela Associação de Capelinha são bastante expressivos. Durante a 1ª e a 3ª Gestões da Diretoria da Associação e no Impeachment a média foi de 1 (uma) reunião a cada 7 (oito) dias. Na 2ª gestão a média passou para 1 reunião a cada 10 dias. Vale dizer que algumas reuniões não foram registradas apesar da presença de muitos associados. Nesses casos geralmente a promoção da reunião se deu através de outras entidades, como o MST ou o Projeto Lumiar. Se somarmos essas reuniões com as registradas em ata, a frequência sobe ainda mais, reforçando um sentimento de que diz que estar no movimento social é participar de reuniões.

Mesmo levando em considerações as advertências relatadas quanto ao significado das assinaturas no Livro de atas, já que os assentados assinam o livro de atas

na semana posterior, conforme relatado acima, podemos adotá-las como um indicativo de presença nas reuniões, na medida em que, as assinaturas se dão no recinto onde ocorrem as reuniões. Verifica-se então que o número de assinaturas gira em torno de 25% dos associados, em média, garantindo o quorum mínimo exigido pelo estatuto da Associação que é de cerca de 1/5.

Verificando-se as atas observamos que as assinaturas registradas variam muito ao longo do período de cada gestão, chegando ao máximo de 85 até o mínimo de 15 assinaturas. O ato de assinar o Livro de atas deixou de ser praticado, entretanto, a partir do impeachment do presidente da 4ª Gestão e foi seguido pelas Gestões seguintes. Nesses casos, apenas quem assina é a secretária que lavrou as atas e o Presidente da Associação.

O conjunto de temas discutidos nas Assembléias é bastante amplo abarcando assuntos mais diversos possível, desde aspectos relacionados a questões mais gerais, como infra-estrutura, articulações, crédito, etc, até questões relativas a aspectos das sociabilidades, de relacionamento pessoal.

O tema mais recorrente ao longo de todo o período pesquisado diz respeito às questões e assuntos administrados pela Associação. Trata-se das discussões do Estatuto da Associação; da prestação de contas e divisão dos lucros da venda de produtos e comercialização da horta coletiva; das cobranças junto às obrigações dos sócios (mensalidade, participação, etc); da administração de problemas de animais soltos que comem a produção de outros; da oferta de produtos e serviços; das iniciativas para vender a produção, entre outros. É um momento de construção da maneira de se organizar que permeará toda a vida do assentamento.

Na 2ª Gestão a busca por financiamentos e as ações em torno da liberação destes toma espaço considerável. Assim, a documentação necessária, as discussões a respeito dos critérios para obter financiamentos, assinatura de contratos e compra conjunta, reuniões e articulações com outras entidades aparecem muitas vezes nas atas. Além disso, o corte de verbas federais para a energia elétrica e a administração de conflitos, entre eles para “não deixarem invadir” e de que ‘responsabilidade do assentamento é da Associação’ são assuntos de significativa importância.

Na 4ª gestão aparecem nas atas reclamações de fofoca e desunião; desentendimentos e disputa política; cobrança de mensalidades atrasadas e por participação; bate-bocas, críticas quanto à condução da assembléia. É um momento marcado pela consolidação de distintos grupos que se engalfinham pelo poder de

representar os assentados. Nesse clima são acolhidos os acampados que sofreram reintegração de posse no assentamento Zé Pureza em Campos.

Durante o Impeachment do Presidente e a formação da Comissão provisória são descritas as irregularidades, a Diretoria é destituída, ocorre a indicação e posse da Comissão provisória, auditoria nas contas, descoberta de novos débitos, denúncia na justiça. Nesse momento a ruptura entre os grupos fica evidente, já que outra Associação foi montada. Retaliações de parte a parte são visíveis.

Na 6ª Gestão voltam as articulações com órgãos públicos, a administração de interesses, discute-se o funcionamento da casa de farinha, o recebimento de dívidas atrasadas, a busca de infra-estrutura, a melhoria da educação, realizam-se novos cursos de capacitação, as ações do crédito são acompanhados, e são solicitados novos projetos de financiamento.

Nos próximos períodos observa-se a pouca participação dos sócios, os questionamentos à Diretoria e um processo de esgarçamento da organização social de Capelinha. O Presidente coloca o seu cargo à disposição para quem estiver insatisfeito, ocorrem reuniões com órgãos públicos, inquérito sobre o ex-Presidente é encaminhado, os assentados não aceitam a decisão do Incra em ceder espaço para outra Associação, processo contra a Prefeitura, e ocorrem cobranças ao Incra.

Também são discutidos assuntos como o transporte escolar, a falta de participação, a licença para cobrar assistência do MST, requerimentos de obras, incêndio criminoso, e novas articulações e projetos são tentados, como fome zero e a aquisição de produtos pela Conab (Companhia nacional de Abastecimento)/MAPA (Ministério da Agricultura e Abastecimento).

Outro tema que se tornou recorrente principalmente durante as primeiras gestões foi relacionado ao projeto Lumiar e aos créditos de direito dos assentados. Dizem respeito às ações implementadas pela equipe na área de assistência técnica, inclusive as discussões para elaboração e na utilização dos recursos dos financiamentos do Proceca e do Pronaf A, na área de educação, saúde e geração de renda, a participação na vida política da Associação. Também abordam assuntos como as informações, discussões e elaboração de crédito, as articulações com órgãos públicos, participação na Unidade Estadual de Articulação que analisa os projetos, a liberação de recursos e implantação de projetos, entre outros.

Após o término do Projeto Lumiar é aprovada a proposta de anistia das dívidas e enviado abaixo assinado para o Banco do Brasil e alguns projetos do frutificar são

aprovados. Tem início a fiscalização dos projetos pelo Banco do Brasil. Um processo de renegociação das dívidas dos financiamentos do Procera junto ao Banco do Brasil foi aberto, enquanto a implantação do Pronaf A foi realizada sem assistência técnica.

A luta pela energia elétrica também é bastante significativa ficando em pauta nas discussões da Associação por muito tempo. Após a entrega na Cerj do projeto básico, numa Exposição Agropecuária do município, o então Governador do Estado, Anthony Garotinho, se comprometeu publicamente com o pleito. Entretanto, somente após a ocupação do Palácio Guanabara, sede do governo do Estado, realizada através da articulação regional do MST, é que a energia elétrica começou a sair do papel.

Muitos conflitos internos se deram em torno dela, desde a definição de sua potência (mono ou bifásico), até a definição do melhor percurso a ser construído. Quase no final da obra, descobre-se que não tinha recurso para a instalação em todos os lotes, gerando mais impasses e rupturas. Uma vez conseguidos mais recursos financeiros a obra terminou com problemas não solucionados que ainda perduram até os dias de hoje.

CAPÍTULO V

5 - Mudanças de beneficiários e formas de reocupação dos lotes – análise das atas

5.1 - Introdução

Neste capítulo analisaremos as mudanças de beneficiários e as formas de reocupação dos lotes a partir das informações contidas nas Atas das Assembléias da Associação dos Trabalhadores Rurais da Fazenda Capelinha.

Para cumprir esse objetivo, sistematizamos o período estudado (1997 a 2005) em três fases distintas, em função das diferentes gestões da diretoria da Associação e a efetividade (ou legitimidade) das mudanças de beneficiários, entendido como o percentual das decisões dos assentados que foram reconhecidas pelo Incra.

Assim, na Fase I, correspondente ao período de maio de 1997 a maio de 1999, 40,9% das decisões tomadas em Assembléia foram legitimadas. Na Fase II, que corresponde ao período transcorrido entre maio de 1999 e maio de 2001, cerca de 87% dos casos. Na Fase III, período correspondente a período de maio de 2001 a junho de 2005, entretanto, a situação se inverte: apenas 20% dos casos constatados foram legitimados pelo Incra.

Para cada uma dessas fases elaboramos um relato sobre o contexto no qual o assentamento estava inserido, buscando resgatar os principais assuntos debatidos e identificar elementos da organização interna, além da relação institucional estabelecida com o Incra.

A intenção aqui é estabelecer uma relação dialógica entre o “tempo” das mudanças e reocupações com a dimensão de processos existentes nas relações sociais no interior assentamento. Partimos do pressuposto de que as mudanças de beneficiários tiveram seu padrão alterado ao longo das diferentes fases, em função de um conjunto de questões relacionadas, entre outras, à organização social interna e às relações institucionais construídas pelo conjunto dos assentados.

No início da trajetória do assentamento, quando os assentados estavam mais mobilizados e coesos, o discurso das lideranças, de técnicos do Incra e dos mediadores pela necessidade de viver da terra e na terra - e contra a comercialização dos lotes – acabava por rebater na conduta de cada assentado, influenciando no número de mudanças ocorridas e na prevalência de determinadas modalidades de mudanças de

beneficiário. Com o enfraquecimento da organização interna e o relaxamento da conduta e das regras pré-estabelecidas, outras modalidades foram aparecendo e determinadas atitudes não toleradas nas duas primeiras fases – como a venda de lotes – foram, não só permitidas, como amplamente aceitas pela comunidade assentada.

Em seguida, analisaremos o movimento de entradas e saídas dos assentados, o que chamamos de dimensão de fluxo. Nela descreveremos as diferentes modalidades observadas no período da pesquisa, cujo perfil foi se alterando ao longo das fases.

No decorrer da análise da dimensão de fluxo apresentaremos alguns extratos observados nas atas para as modalidades mais significativas buscando ilustrar como as discussões dessas modalidades aparecem nos debates internos.

Após, confrontaremos as mudanças de beneficiários e reocupações ocorridas com dados oficiais com o objetivo de obter informações sobre quanto delas foram assumidas pelo Incra. Para isso tomaremos como marco zero a listagem oficial fornecida pelo Incra (1997). No decorrer dos anos utilizaremos outras listagens de referência para efeito de comparação, como as relações individuais dos financiamentos elaborados (Procera 1998 e 1999 e Pronaf “A” 1999 e 2000), a demarcação definitiva dos lotes, iniciada em outubro de 2000 e terminada em 2001, e das Relações de Beneficiários (RB) gerados pelo Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária - Sipra (2003, 2004 e 2005).

Resgataremos também, na medida do possível, as mudanças de beneficiários que não aparecem nas atas, através de informações obtidas nas entrevistas e na observação de campo. Assim, teremos uma visão de em que medida as atas refletem ou não as situações variadas que ocorrem no interior do assentamento.

Na dimensão espacial estabeleceremos relações entre a distribuição geográfica dos lotes que participaram de alguma das modalidades de mudanças e reocupações com as características sócio-econômicas e produtivas do assentamento. Para melhor visualização dos lotes que foram objeto de mudanças será apresentado um mapa colorido para cada fase.

Com relação as formas de reocupação dos lotes, procuraremos entender melhor como essas questões são tratadas pelos assentados e sua entidade representativa. Pretendemos perceber os procedimentos mais usualmente adotados e os respectivos mecanismos decisórios utilizados.

Vale ressaltar inicialmente que a forma como os assentados tratam desse tipo de questão não difere de tratamento dado para outras questões importantes, sejam as

mudanças de beneficiários ou outro conflito ou disputa postos em discussão. Os assentados criam determinadas regras que, mesmo não tendo respaldo jurídico, acabam funcionando como lei, geralmente sendo seguidas, mas também vem sendo reformuladas ao longo do tempo e pelas circunstâncias internas e externas.

Alguns estudos relacionados à compra e venda de lotes, como os citados por Padrão (2000), mostram a existência de uma pluralidade de instâncias que atuam como fóruns jurídicos especialmente voltados para regular assuntos relativos a essa matéria, tais como as comissões de terra, as comissões de líderes e as coordenações. Esses fóruns, segundo o autor, ratificam relações jurídicas de transferências de lote, seja através de esclarecimentos às partes sobre a natureza dos compromissos assumidos na transferência, seja por dotar a própria relação com uma fonte autônoma e legítima. Estes fóruns atuam na resolução de eventuais disputas que emergem destas relações de transferência, aplicando normas do direito de um dado assentamento.

No nosso caso, a Associação dos Trabalhadores Rurais da Fazenda Capelinha I e II assume o papel de principal instância de interlocução dos assentados com o mundo exterior. Criada inicialmente como um canal de relação com o Estado, como condição necessária para, por exemplo, abrir possibilidades de acesso a linhas de créditos rural, a Associação passou desde cedo a se constituir em um espaço de sociabilidade e de desenvolvimento de novas formas de inter-relacionamento social dos assentados, assumindo então, uma infinidade de funções, nem sempre previstas em seus estatutos.

Como afirma Comerford (1998), as Associações funcionam como um tribunal da opinião pública e uma arena importante para dar curso a disputas entre trabalhadores assentados, sendo neste caso específico, responsável pela resolução da maioria dos casos de mudanças de beneficiários na reocupação dos lotes.

As atas das Assembléias da Associação Capelinha se constituem um material empírico bastante rico, capazes de subsidiar uma análise sobre o modo pelo qual cada Diretoria tratou desses casos. Mecanismos de resolução diferenciados podem ser observados, cristalizando significativas maneiras de lidar com as variadas modalidades de mudança.

5.2 - Procedimentos decisórios adotados pela Associação.

No caso de reocupação dos lotes, a forma mais comumente utilizada pela Associação dos Trabalhadores Rurais da Fazenda Capelinha I e II é a discussão e decisão em Assembléias. Aliás, a observação mais detalhada das Atas mostra que a

grande maioria dos casos de reocupação dos lotes se deu dessa forma. O processo de discussão pode ser curto com votação imediata, ou mais longo, envolvendo negociação como será visto ao longo do capítulo.

Após a fase de discussão onde cada assentado interessado pode fazer uso da palavra, observamos que a Associação utiliza-se de pelo menos três mecanismos de decisão diferentes: a decisão por aclamação, por votação secreta e o sorteio.

A decisão por votação aberta ou aclamação é a mais usual. Nela os diretamente interessados pelo assunto podem estar presentes e tem direito a utilizar-se da palavra para esclarecer algo e mesmo para se posicionar com relação ao assunto em pauta. Essa forma de decisão informa e estimula o debate dos participantes, no entanto, é um mecanismo de decisão que expõe os votantes e, dependendo do caso, pode acabar intimidando e, assim, influenciando nas decisões.

A decisão por votação secreta foi instituída a partir da Fase III, justamente para evitar a exposição dos assentados, de certa forma protegendo-os, principalmente nos assuntos mais polêmicos. Nesta modalidade de decisão a Diretoria da Associação prepara a cédula específica para cada caso em pauta e também improvisa uma urna, geralmente uma caixa de papelão pequena que é carregada por um representante da Associação que aguarda a decisão do assentado, a respectiva marcação na cédula e a introdução da mesma na urna, durante o transcorrer das Assembléias.

Esse mecanismo foi utilizado nos dois casos de legitimação de compradores de lote e, ao contrário da votação aberta, resguardou os votantes em situações supostamente ilegais perante o Incra.

Um terceiro mecanismo de decisão - o sorteio dos lotes - foi utilizado para definir entre os jovens filhos de assentados, quem poderia assumir e se tornar titular de alguns dos lotes que se encontravam vagos. Esse mecanismo foi utilizado apenas na fase III, mas precisamente, no início de 2003. Como é um mecanismo de decisão mais incomum, apresentamos abaixo um extrato de ata que se refere ao sorteio.

Essa decisão foi tomada no início de 2003 como podemos observar no extrato de Ata de reunião abaixo. *“Foi decidido pelos sócios presentes que os lotes que estão vagos serão sorteados pelos filhos dos assentados”* (AG 24/01/2003)

Cerca de duas semanas após, o primeiro jovem foi sorteado entre outros possíveis, sendo que na ata consta que *“Como foi decidido na assembléia passada, será sorteado o lote do G. (E-04) ficando para C., filho de Dona Luiza”*.(AG 07/02/2003)

Esse mecanismo de decisão guarda semelhança com a maneira como foram escolhidos os lotes dos assentados, no fim da fase de acampamento, foi pouco utilizado e se mostrou o mais frágil, sendo facilmente questionado pelo Inca.

5.3 - Permanecer na terra: preocupação recorrente

A preocupação com a permanência dos assentados em seus respectivos lotes fez parte significativa das discussões daquele grupo desde o início da sua trajetória social, mesmo antes de se tornarem assentados, quando das reuniões que antecederam a ocupação das terras da fazenda Capelinha I e II, pertencentes à Usina Vitor Sence. Nessa fase de preparação para a ocupação, segundo entrevistas realizadas, além das discussões sobre a importância da reforma agrária, da definição da estratégia para a conquista da terra, entre outras, as questões relativas aos direitos e deveres dos futuros assentados também faziam parte da problemática.

A questão da impossibilidade de vender os lotes, da necessidade de morar e de viver da terra conquistada era incansavelmente enfocada pelas lideranças e mediadores, tanto no sentido de antecipar futuros questionamentos, quanto para afastar prováveis oportunistas. Ameaças de punição aos que não seguissem essas condições, inclusive com a possibilidade de expulsão do assentamento, sempre fizeram parte do discurso, inicialmente das lideranças, e posteriormente, dos próprios acampados, contribuindo para dar sentido e identidade coletiva ao grupo que se criava.

Na fase de ocupação e de formação do acampamento o discurso das lideranças, ao que tudo indica, foi assumido e internalizado pelos acampados, principalmente frente aos questionamentos da sociedade e durante a interlocução com o Inca.

Naquela fase dos acontecimentos, as Assembléias eram diárias, cheias e de intensa mobilização. Eram o espaço privilegiado para a “socialização de experiências políticas e culturais entre os acampados” (Gonçalves, 2005, pg. 72); de tensão estrutural entre os princípios organizadores do assentamento, onde se travava a disputa entre a visão igualitária trazida pelos mediadores e a trajetória diversa de práticas, disposições, hábitos e tradições trazidas pelos acampados (Romano, 1994, pg. 258).

Era também o fórum de discussão para a avaliação do andamento das negociações que buscavam a transformação do acampamento em assentamento, mas também, de avaliação dos grupos de trabalho internos (saúde, cozinha, segurança, lenha, alimentação), de novas divisões de tarefas, além de disputas, embates e divergências entre grupos antagônicos, administrados pela Comissão da Terra. Era, em suma, espaço

de informação e embate, de decisão e aprendizado prático e cotidiano sobre coletividade.

Havia, entretanto, motivos bastante fortes para mobilizar os acampados: era nas Assembléias, com presença obrigatória, que os critérios definidores entre os que teriam direito à terra e os que seriam eliminados se dava efetivamente. Atribuía-se diariamente pontuações não só aos que permaneciam efetivamente no acampamento, mas também pela presença nas assembléias e pela participação num dos vários grupos coletivos que se formaram para o melhor funcionamento e organização do acampamento. Quem conseguisse mais pontos teria mais chance de conquistar a terra e prioridade na escolha do lote, mesmo que essa escolha se desse por sorteio.

A fase de acampamento que durou de um pouco mais de um ano (junho de 1996 a julho de 1997) também serviu como uma espécie de treinamento para o cumprimento das regras definidas pelas lideranças e acampados no que dizia respeito à permanência na terra.

5.4 - Fase I – maio de 1997 a maio de 1999, correspondendo a 2 gestões da Diretoria da Associação.

A eleição da 1ª Diretoria da Associação dos Trabalhadores Rurais da Fazenda Capelinha I e II, em maio de 1997, se deu em meio às discussões finais do Estatuto, um ano após a fundação da Associação. Uma multiplicidade de questões referentes ao futuro imediato tomava conta do ambiente comunitário, ininterruptamente mobilizado pela proximidade da convivência nas barracas e através dos debates constantes nas Assembléias periódicas. A eleição se deu de forma aberta, por aclamação, através de chapa única. Vivia-se também um momento de indefinição de quem seria ou não assentado. Dizia-se “*que o funcionário do Incra falou que não haveria terra para todos*”. (AG¹ 20/05/97).

O problema era que apenas 110 (cento e dez) acampados receberam e assinaram o “Contrato de Assentamento” com o Incra, em 15 de abril de 1997, deixando outros 28 (vinte e oito) numa situação de tensão e expectativa. O Incra se baseou em estudos expeditos² para definir em 23/04/1997, através da Portaria Incra/SR-07-RJ-03, publicado no DOU em 24/04/97, a “capacidade de assentamento” de Capelinha, criando 110 unidades agrícolas familiares com entrega de respectivo Contrato de Assentamento.

A escolha dos acampados contemplados a receberem lotes procedeu-se por critérios próprios, definidos de antemão pela Comissão da Terra e o conjunto das famílias acampadas, e se materializou na elaboração de listagem nominal, com pontuações correspondentes, que registravam, principalmente, a participação nas atividades coletivas (horta, segurança, cozinha, lenha, etc) e na presença no acampamento, como já foi dito.

Assim, os 110 (cento e dez) acampados que primeiro assinaram os contratos de assentamento foram considerados por eles mesmos em melhores condições ou mais merecedores, segundo os critérios estipulados, para receber o lote e tornar realidade o sonho de ver a terra produzindo.

O número estipulado pelo Incra para a “capacidade de assentamento” foi inicialmente aceito pelos acampados, porém, era preciso dar alguma solução que pudesse contemplar os 28 (vinte e oito) outros acampados que compartilharam esse tempo de intensas e novas experiências. Para acabar com essa indefinição a alternativa

¹ AG: Assembléia Geral Ordinária

² O Incra/RJ baseado em estudos de seus órgãos técnicos, dividiu a área total de 1.824,80 ha em 5 glebas, mediante critérios topográficos, de acesso a água e de fertilidade do solo.

encontrada foi a articulação de nova ocupação numa área contígua à Fazenda desapropriada, do outro lado da BR-101, próximo dali, cujo domínio os acampados diziam pertencer à mesma usina. Na Assembléia de 20/05/97, um assentado lembrou que:

“a área desapropriada pelo Incra era de 1.416,40 hectares, mas a fazenda tem cerca de 2.100 hectares. Temos que ocupar mais sete alqueires do outro lado da BR-101. A nova ocupação dá para todos, a luta continua e deveríamos aumentar a garra” (AG 20/05/97).

Seguindo o que foi combinado, realizou-se outra ocupação na área citada, mas que não logrou êxito, sendo que os ocupantes – todos oriundos do acampamento de Capelinha – para lá retornaram após alguns poucos dias.

A solução para o enfrentamento dessa questão foi gerada dentro daquele núcleo e de forma imediata, de modo a evitar que as famílias “sobrantes” tivessem que articular nova ocupação. As perspectivas de deterem terra num curto espaço de tempo eram remotas. Assim, na mesma Assembléia ficou acordado que:

“todos deveriam assinar o caderno de presença dos sócios. Foi discutida e aprovada por unanimidade a assinatura dos cento e onze sócios que possuem a emissão de posse com os vinte e oito que ainda faltam pegar o documento” (AG 20/05/1997).

Assim, estava definida a estratégia daquele grupo em lidar com a questão dos acampados não contemplados por terra.

Outra discussão bastante significativa foi a definição da construção ou não da agrovila que acabou influenciando de forma definitiva a questão da acomodação dos 28 acampados não contemplados, na medida em que, se a agrovila fosse aceita, uma determinada área na região mais central do assentamento se destinaria à sua construção e da infra-estrutura que deveria acompanhá-la (escola, lotes individuais com quintal, agroindústria, etc), diminuindo assim a área disponível para a re-divisão dos lotes.

Na Assembléia de 06/06/97 a agrovila foi aceita, depois da muita discussão. Entretanto, na Assembléia seguinte, a questão da agrovila foi novamente levantada e dessa vez descartada, já que *“se houver a agrovila não dará para assentar os vinte e oito acampados restantes” (AG 13/06/97).*

Neste intervalo, o Incra dava alguns passos no sentido de iniciar o processo de parcelamento provisório dos lotes. Baseado no levantamento expedito já citado, o Incra solicitou, via Associação, a relação dos sócios que desejavam trabalhar com pecuária e

com agricultura. Os que desejavam lavoura “receberão uma terra melhor, mas menor em relação à pecuária, que receberá uma terra pior” (AGO 06/06/1997). Para encaminhar a decisão foi definido também que:

“os sócios com maior pontuação no coletivo de trabalho terão o direito a serem os primeiros no sorteio dos sítios, sendo estes de lavoura ou pecuária”. (AG 06/06/1997)

Na Assembléia de 20/06/97, foi relatada a realização do sorteio dos lotes ocorrida no dia anterior, levando em consideração o critério proposto pelo Incra (lavoura e pecuária), contemplando o conjunto dos 110 que haviam assinado o contrato de assentamento e os demais 28 acampados, totalizando 139 lotes (1 lote é coletivo). Participaram do sorteio, como observadores, um representante do grupo de São Domingos, naquele momento vereador do município e um funcionário do Incra.

Com exceção dos antigos moradores da Fazenda³, que se mantiveram nas antigas casas existentes, todos os titulares dos demais lotes foram sorteados. Depois do sorteio, apenas alguns poucos assentados sabiam exatamente onde cada lote se localizava, quais eram suas características e a sua dimensão. O que se sabia de antemão era que os lotes para pecuária eram maiores que os destinados à lavoura.

Uma semana depois, o Presidente da Associação revelou que:

“o Incra não quer liberar a verba (fomento) dos 28 ‘sobrantes’, mas os 110 não concordam. Por isso, foi elaborado um abaixo-assinado que foi aprovado pela assembléia para que todos juntos recebam a verba” (AGO, 20/06/1997).

O reconhecimento e a inclusão oficial dos 28 acampados pelo Incra como assentados ocorreu em julho de 1997 com a publicação da Retificação da Portaria Incra/SR-07-RJ 03: “onde se lê 110 unidades agrícolas familiares, leia-se 139” (DOU, 13/07/97).

A divisão dos lotes foi feita pela equipe técnica do Incra e pelo conjunto dos assentados que ajudavam a abrir os caminhos e fincar os marcos. Os assentados desmobilizaram o acampamento e se dirigiram efetivamente para seus lotes individuais entre os meses de junho e julho de 1997, portanto, um ano após a ocupação das fazendas da Usina.

³ Luis e Walter (Gleba C), Valdir Moreno (Gleba A) e Francisco (Gleba B).

5.4.1 - Contexto após a chegada nos lotes

A entrada dos assentados em seus respectivos lotes não diminuiu a sua mobilização em torno dos assuntos de seus interesses, não se constituindo, portanto, pelo menos do ponto de vista organizativo num “ponto de chegada”, mas contrariamente ao que se poderia intuir, constituiu-se num “ponto de partida” de novos desafios e conquistas.

Nesse sentido, a demanda por infra-estrutura social e produtiva tornou-se pauta crescente das Assembléias da Associação, que se fortalecia como principal arena política de discussão e deliberação daquela comunidade. Essa arena também era palco de disputas entre os distintos grupos internos do assentamento e dos projetos políticos dos mediadores que ajudaram a consolidar a ocupação das terras em assentamento. O relacionamento dos assentados com o Incra se dava nesse espaço.

Nessa perspectiva assume relevância a derrota do projeto de coletivização trazido pela jovem coordenação do MST, recém chegada do sul, após a reestruturação do movimento no estado. A proposta vitoriosa foi a expressão da expectativa dos acampados defendidos pela Comissão da Terra e pelo grupo de São Domingos que se traduzia no parcelamento individual dos lotes.

Com relação ao relacionamento com o Incra, observa-se naquele período uma relação marcada pelo respeito e legitimidade, apesar dos embates muitas vezes veementes. Registra-se também uma constância da presença do Incra no assentamento, através de funcionários que detinham uma reputação de confiança por parte dos assentados e suas lideranças.

Se observarmos as principais questões que mobilizaram os assentados a partir da chegada em seus lotes, veremos que a partir de setembro de 1997 até maio de 1999 muitas questões estratégicas são encaradas e concretizadas. É desse período, por exemplo, a aquisição do trator e de implementos doados pela Associação Osório Bersot⁴; o início da discussão e liberação do crédito fomento (R\$ 740,00) e alimentação (R\$ 340,00); do início dos trabalhos do Projeto Lumiar; da discussão e liberação dos dois financiamentos do Procefa custeio (R\$ 2.000,00 em 1998 e R\$ 1.300,00 em 1999) e da discussão dos projetos de investimentos; da construção pelo Incra do galpão para

⁴ A Associação Osório Bersot cuja presidente era irmão do 1º Presidente da Associação de Capelinha tinha articulações com grupos de apoio ao 3º mundo, ligados à Igreja Católica, principalmente na Alemanha.

comercialização localizado junto a BR-101 e da casa de farinha na sede da Associação; do início da elaboração do projeto para eletrificação rural do assentamento, entre outros.

A conquista de melhorias de infra-estrutura não é a única característica que evidencia uma situação interna e ambiente organizativo de coesão, interesse coletivo e participação entre os assentados: naquele período era comum a realização de mutirões (de limpeza, reflorestamento, etc) liderados pela Associação; a realização de festas e comemorações; a recepção solidária de visitantes, como os estágios de vivência promovidos pelo curso de Geografia da UFF (Universidade Federal Fluminense); a discussão de prioridades com o Incra e com a Prefeitura Municipal de Conceição de Macabu, entre outros.

De outro modo, a organização social de Capelinha ganhava, naquele período, contornos próximos do que Putnam (1996) atribui a comunidades com capital social. Segundo Putnam,

“o capital social diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas” (Putnam, 1996, p. 177).

A expressão capital social procura dar significado, essencialmente, à importância da presença e da “qualidade” das relações sociais para o desencadeamento do processo de desenvolvimento. Capital social se refere às relações sociais que estão “institucionalizadas” na forma de normas ou de redes sociais. Institucionalizadas porque representam acúmulos de práticas sociais culturalmente incorporadas na história das relações de grupos, comunidades ou classes sociais.

Compreendo capital social como o conteúdo de certas relações sociais: aquelas que combinam atitudes de confiança com condutas de reciprocidade e cooperação, que proporciona maiores benefícios para aqueles que o possuem, do que se poderia obter sem este ativo. É um fator endógeno às comunidades e grupos sociais, que pode ser fortalecido e desenvolvido, assumindo características de elemento fundamental em processos de desenvolvimento sustentável.

Em seu significado mais progressista pode ser entendido como fator de empoderamento, cidadania, pluralismo e democratização, enfim, instrumento de luta para conquistas de espaços e equidade.

Um indicador da presença do capital social é a frequência de reuniões e o número de assentados participantes. Levantamento elaborado para a dissertação indica que havia uma reunião a cada sete dias com assinatura na ata de cerca de 25% do total dos associados, como foi observado no capítulo anterior.

5.5 – Modalidades de mudanças de beneficiários ocorridas na 1ª fase

As mudanças de beneficiários começam a aparecer nesta fase a partir de alguns meses após a fundação da Associação e a entrada nos lotes dos respectivos assentados.

Nesta Fase I (maio de 1997 a maio de 1999) encontramos 42 casos distintos, cuja primeira referência se dá no mês de outubro de 1997, cerca de 2 meses após a distribuição dos lotes. Trata-se nesse caso de um despejo judicial. A última referência dessa fase, observada em maio de 1999, trata da uma substituição por abandono na Gleba C. Conseguimos resgatar duas mudanças ocorridas e que não constaram em Atas, quais sejam: uma troca de lote ocorrida em setembro de 1997 e a expulsão de um assentado, realizada por um funcionário do Incra, provavelmente em maio de 1998.

Dos 42 casos de mudanças de beneficiários observados no período, 18 deles, ou seja, cerca de 43 % dos casos foram reconhecidos (legitimados) pelo Incra. As modalidades de saída de beneficiários observadas nessa fase são *abandono, expulsão, despejo judicial, invasão coletiva, troca de lote e substituição de titular*. As modalidades de entrada de beneficiários observadas são: *substituição por abandono, substituição por expulsão, retirada dos invasores, troca de lote e substituição de titular*. Abaixo segue a caracterização dessas modalidades e um extrato de ata que ilustra como essas discussões repercutiram nas Assembléias.

5.5.1 – Abandonos

Os casos de *abandono* podem ser caracterizados como situações onde o beneficiário da política de assentamentos acaba por deixar o lote por iniciativa própria, motivada por diferentes razões. Alguns autores, como Gouveia (2001), por exemplo, utilizam o termo ‘*egresso*’ para definir esses casos.

Na fase I observamos 3 casos de abandono. No caso 1, o abandono de V., mostra a trajetória de um acampado que faleceu antes da criação do assentamento, assim como a disposição dos assentados em homenageá-lo. O caso 2, envolvendo dois beneficiários, mostra como razões de âmbito estritamente particular – como o encontro de pessoas que se apaixonam e decidem fugir juntos - justificam casos de saídas dos lotes.

Em apenas um dos casos de abandono dessa fase o lote permaneceu sob domínio da Associação, sendo que outros dois casos os beneficiários foram substituídos por familiares que reivindicaram o direito aos lotes (irmão, no caso 2 e ex-esposo, no caso 3) que, por sua vez, em fases posteriores, também saíram do assentamento por razões e modalidades diferentes.

Muitas são as razões que justificam os abandonos: fracasso na produção, saúde da família, conflitos com outros assentados, inadaptabilidade com a nova realidade, descoberta de que não era aquilo que sonhava ou buscava para si, melhores oportunidades em outros lugares ou aspectos de âmbito estritamente particular, como mostra o caso 2, entre muitas outras.

O caso 1, lote A-02, começa em maio e termina em outubro de 1998 e ilustra o abandono de V. que desistiu do lote e entregou-o posteriormente numa Assembléia para que a Associação escolhesse outro assentado.

Esse caso aparece nas atas a partir de um problema burocrático impedindo que dois jovens irmãos gêmeos (M & M) se tornassem titulares do lote 02, Gleba A. Na verdade, os assentado queriam prestar uma espécie homenagem ou reconhecimento a um acampado (Sr. N.) falecido na queda de um caminhão que transportava aipim produzido na área coletiva para ser comercializado no Ceasa, às vésperas da criação do projeto de assentamento.

Em maio de 1997 foi discutido o caso e o Presidente da Associação levantou a questão “*sobre a impossibilidade dos filhos de Sr. N. receberem os benefícios do Incra, pois os mesmos são menores de idade*” (AG 30/05/97). A solução encontrada foi relacionar uma outra filha do homenageado, V., maior de idade. Desse modo, os gêmeos “*tomariam de conta*” do lote, enquanto V. emprestaria seus dados para oficializar a documentação e contornar o problema burocrático.

No segundo semestre de 1997, um dos irmãos gêmeos, aceitou o convite do MST para participar dos cursos do TAC⁵ (Técnico de Administração de Cooperativas) no Rio Grande do Sul. Em outubro o Presidente faz nova menção à sua viagem, afirmando que “*foi confirmada a viagem do assentado M. para fazer o curso do TAC*”. (AG 08/08/97)

⁵ Tais cursos fazem parte da estratégia do MST em nacionalizar o movimento, profissionalizar a gestão de suas cooperativas e a formação de uma 2ª geração de líderes, neste caso, oriundos de assentamentos. A metodologia adotada, trabalhava o princípio da alternância, ou seja, a permanência de três meses ininterruptos na escola e três meses no assentamento de origem, ajudando na organização dos mesmos e aplicando, na medida do possível, os conhecimentos adquiridos.

Em janeiro de 1998, uma liderança do MST reapresenta o estudante para o assentamento dizendo que o mesmo se encontra à disposição da Associação e apto “*para dar orientações técnicas e que ficará vinte e oito dias conosco para passar tudo o que aprendeu durante esses dois meses e meio que ficou estudando*”. (AG 13/01/1998).

Em agosto do mesmo ano, V. recebeu o Proceca Custeio em nome dos irmãos, dando prosseguimento ao arranjo estabelecido entre a família, a comunidade de Capelinha e o Incra. No entanto, em outubro o Presidente “*comunicou à assembléia que um dos irmãos está doente com hepatite e resolveu entregar o sítio por não poder cuidar*” (AG 09/10/98).

A entrega do lote para a Associação mostra a importância o papel central que a Associação exercia naquele momento.

No caso 2, lote C-51, o abandono ocorreu em março de 1999 e o caso 3, lote C-48, se deu em maio do mesmo ano. Ambos estão relacionados na medida em que se originaram de uma paixão entre os titulares dos dois lotes envolvidos que resolveram se unir em outro lugar longe dali para evitar problemas com um dos cônjuges, tido como violento.

5.5.2 – Expulsão

Os dois casos de *expulsão* (ou exclusão, segundo o Incra (2004) ou ainda remoção, segundo Zinga (2004) como vimos no capítulo I) foram observados nessa fase. O termo *expulsão* é utilizado aqui para designar o processo pelo qual a saída de beneficiário se dá mediante constrangimentos, coerção ou ameaça, seja dos próprios assentados e suas organizações ou por parte do Incra.

De modo geral, os motivos que levaram à expulsão de assentados pela Associação são a acusação de suposto assassinato; a constatação de lotes abandonados e mal explorados; o descumprimento sistemático de acordos firmados na Assembléia; além da suposta venda de lotes. Sair do lote mediante expulsão movida pela iniciativa da Associação simboliza um certo domínio “autônomo” dos assentados sobre seu “território”, uma espécie de zelo pela “Lei do Assentamento”, pelas regras elaboradas por eles mesmos que regem alguns aspectos do destino do assentamento. É, ao mesmo tempo, o tipo mais grave de sanção imposta pela organização.

Isso não se dá sem conseqüências, já que o detentor legal do processo de expulsão (ou retirada e remoção) é o Incra. A maioria das decisões tomada pela

Associação somente é informada ao Incra quando de suas visitas ao assentamento. O tempo transcorrido entre a decisão tomada pelos assentados e comunicação ao Incra varia muito, podendo levar meses, sendo que nada garante que o Incra acatará a decisão tomada. Por outro lado, a ausência do Incra nos assentamentos é recorrente, criando um descompasso entre as decisões dos assentados e a legitimação por parte do Incra.

Nessa primeira fase, as expulsões foram motivadas por acusação de assassinato (caso Caroba, lote C-54) e por comportamento considerado inadequado pelo funcionário do Incra (caso 2, lote C-68), sendo expulso de forma unilateral e sumária, conforme ilustrado nos extratos de ata abaixo.

Em ambos os casos os lotes ficaram em poder da Associação, sendo que sua destinação posterior, aprovadas em Assembléia, foi diferente. Enquanto o lote C-54 acomodou uma assentada despejada judicialmente, o lote C-68 permaneceu sem substituição, aguardando o remanejamento.

5.5.2.1 - Expulsão por suspeita de assassinato

O caso Caroba (C-54) começa quando ocorre a primeira substituição de titular de lote em Capelinha, através de decisão unânime tomada na assembléia do dia 08/05/1998 que autorizava a substituição de um lote na Gleba C entre Português e seu irmão, José.

Ocorre que 4 dias após essa substituição, na noite de 11 para 12 de maio de 1998, Caroba acabou assassinando Português. Companheiros de copo, se desentenderam após mais uma bebedeira dentro do assentamento.

Consta da Ata da Assembléia de que:

“O presidente colocou para a Assembléia sobre o caso de Caroba. Se ele deve perder ou não o sítio e a assembléia decidiu por unanimidade que perca o sítio” (AG 15/05/98).

Caroba foi preso, expulso do Assentamento e seu lote devolvido a Associação.

5.5.3 - Despejo judicial

O *despejo judicial* é considerado aqui uma modalidade de mudança de beneficiário. No caso ocorrido no assentamento Capelinha um fazendeiro vizinho ao assentamento moveu uma ação contestatória ao Incra questionando as divisas do imóvel desapropriado fazendo com que, em janeiro de 1998, duas famílias (W, do lote C-15 e R.do lote C-16) tivessem que sair do lote e passassem a residir na Associação por alguns meses. O caso findou apenas no final de 2005, portanto, sete anos após seu início.

Através de mandato de reintegração de posse, ambos os titulares ficaram fora do lote até que a questão se resolvesse e, novamente sem terra, os mais novos despejados de Capelinha se instalaram na sede da Associação, agora reformada e ampliada, capaz de receber as duas famílias em suas instalações com relativo conforto.

Em janeiro de 1998 o Incra relata providências com relação ao caso durante a Assembléia, dizendo que *“será feito o perímetro das áreas dos sitiantes. E logo após entregue ao Incra para que seja realizado o mais urgente possível o retorno dos despejados”* (AGO 23/01/98).

A presença daquelas famílias protegia a sede da Associação recém reformada e dava uma saudável impressão de movimento e vida para os muitos visitantes. Dona Baixinha, goiana esposa de W (C-15), que era bóia-fria antes de se integrar à ocupação e muito trabalhadora, com aquela porção de produtos agrícolas espalhados por todos os cantos da “casa” e com as galinhas ciscando pelo chão, dava uma conotação de fartura ao recinto que tão bem impressiona os visitantes da cidade, amigos da Reforma Agrária. Os arredores da sede, sempre bem cuidada, também impressionavam pelo zelo e capricho. De poucas palavras e com muitos afazeres, nunca faltava água fresca e café para oferecer aos visitantes. Brincava, às vezes, com sua própria situação de duplamente sem terra e demonstrava um ceticismo realista quanto à velocidade empreendida pelo Incra e pela Justiça para a resolução da questão.

A comunidade não se cansava em tocar na questão dos despejados em qualquer oportunidade que avaliasse importante. Na discussão com o Incra sobre o levantamento de prioridades do Assentamento para o ano de 1998, por exemplo, lá estava colocada novamente a questão. (AG 13/02/98).

A expectativa era que o caso se resolvesse antes da liberação dos créditos de custeio, chamado de “Procerinha” pelos assentados. Porém, por via das dúvidas, foi articulada pelo Presidente da Associação a cessão de parte de área individual de outros dois lotes para que ambos os despejados pudessem plantar. Durante as discussões do

Procera custeio em abril de 1998, o Presidente da Associação disse que “S., *funcionário do Incra, deu a permissão para que o Presidente empreste uma área de seu sítio para W (C-15) e para que M. empreste para R (C-16) plantar o projeto*” (AGO, 03/04/98).

Somente com o término do perímetro realizado pelo Incra nos meses seguintes, alguns passos processuais foram dados. Em agosto de 1998 foi relatado que:

“o processo de reintegração de posse vai para a Justiça Federal de Campos para ser resolvido rapidamente” (AG 27/08/98). Já em setembro do mesmo ano foi dito que *“o fazendeiro não compareceu no prazo de 10 dias no fórum. Agora para ele recorrer, só na Justiça Federal em Campos”* (AG 04/09/98).

Após esses episódios que reforçavam a já afamada morosidade da justiça, a diretoria da Associação em conjunto com os despejados resolveram enfrentar a situação independente do resultado da justiça, criando uma alternativa. Em Julho de 1998, com aprovação da assembléia, R.(C-16) se encaminhou para o lote de Caroba, expulso pela Assembléia e preso pela polícia por assassinato de Português.

W (C-15), por sua vez, assumiu o lote B-03, cujo antigo titular substituiu o lote abandonado (A-02) em outubro de 1998, vindo a trabalhar e residir com a família no lote. Rapidamente transformou o lote num espaço produtivo e aprazível, principalmente através do conhecimento e animação da sua companheira.

Com o passar do tempo a questão do despejo só não caiu no esquecimento por que esporadicamente apareciam informações de que o fazendeiro tinha se apossado da área e posto gado de corte para pastar.

Durante Assembléia ocorrida em abril de 2004, a Presidente da Associação relatou que:

“o Incra esteve com a Polícia Federal e que iriam tentar localizar o fazendeiro para tentar desocupar o sítio que era de W e R e pediram para a Assembléia indicar 4 (quatro) famílias para que possam analisar e escolher 2 (duas) delas. Darão preferência para aquelas que estiveram acampadas”. (AG 15/04/2004)

Em entrevista com funcionários do Incra realizada em setembro de 2005, ou seja, após cerca de 7 (sete) anos, soubemos que o Incra recentemente havia retomado a área do fazendeiro e estava na fase de seleção de dois novos assentados: um ex-acampado de capelinha e um remanescente do Acampamento Zé Pureza.

5.5.4 - Substituição de titular

Houve um caso de *substituição de titular* de lote nessa fase, ou seja, a mudança do titular do lote solicitado pelo mesmo e concedido a uma segunda pessoa com aprovação da Assembléia. Geralmente se dá entre indivíduos da mesma família, mas existem casos onde se deu entre não familiares.

No único caso observado nessa fase ocorreu entre irmãos (lote C-42), cujo substituto foi assassinado dias após a aprovação da Assembléia. Vale registrar a correspondência enviada pela Associação para a Superintendência do Incra, em 25 de maio de 1998 relatando o caso Caroba detalhadamente e anexando o atestado de óbito para comprovar o fato, além de se referir à substituição de titular aprovada em Assembléia. (Ofício da Associação de 25/05/98). Apesar disso, o Incra apenas reconheceu a decisão de substituir o titular alguns anos depois, mesmo tendo liberado os créditos ao irmão substituto. Ou seja, mesmo com correspondência oficial expedida pela Associação relatando o caso, com atestado de óbito incluso, e tendo liberado crédito, somente após anos o nome do efetivo assentado entrou na chamada RB (Relação de Beneficiário).

5.5.5 - Trocas de lotes

As trocas de lotes, seja no interior do assentamento, seja entre lotes de assentamentos diferentes são considerados aqui modalidades de mudança de beneficiário.

Os casos de *trocas de lote* entre assentados podem ser explicados inicialmente como decorrente de uma fase de arrumação inicial, uma medida necessária para dar mais qualidade ao método adotado no assentamento para a distribuição inicial dos lotes que neste caso foi o sorteio. Entretanto, observa-se que casos de troca de lote se deram ao longo de todo o decorrer da pesquisa, sugerindo que esses rearranjos fazem parte da própria dinâmica dos assentamentos. Geralmente as trocas são motivadas por questões estritamente particulares (proximidade de parentes, melhores opções de transporte para filhos estudarem, etc) e são concretizadas através de interesse recíproco entre os assentados envolvidos.

Em geral, os relatos de troca de lotes encontrados nas Atas são rápidos e superficiais, como nos exemplos que seguem. Numa Assembléia ocorrida em dezembro de 1998, o Presidente da Associação “*falou sobre a troca de sítio entre C. e N.*” (AG 04/12/1998).

Em Capelinha ocorreram dois casos de *troca de lote externa*, ocorridos na Fase I. Esse tipo de caso é raro e indica também um rearranjo entre assentados, sendo que, no caso em pauta, foi motivado pelo desejo de um assentado em voltar a ficar próximo de parentes de sua cidade de origem.

Num dos casos observados uma família de Conceição de Macabu assentada no P.A. de Cambucaes (Silva Jardim) que trocou de lote com uma família de Silva Jardim, que se encontrava assentada em Capelinha (Conceição de Macabu), lote C-03.

O caso se deu em janeiro de 1999 por insistência do assentado de Capelinha que articulou com o interessado do assentamento de Cambucaes (Silva Jardim) e fez a troca apesar da desaprovação da Assembléia, como pode ser percebido no extrato da Ata da Associação abaixo:

“Foi feita a troca de lotes entre Amílcar de Jesus e José Marcos Soares Gomes de Silva Jardim, sob reprovação da assembléia. O presidente deixou claro que não estava liberado pelo Incra troca de lote neste assentamento e se a assembléia reprovasse ainda ia depender da aprovação do Incra” (AG 29/01/99).

Como não houve posicionamento do Incra, foi dado encaminhamento à troca de lote entre assentamentos. Esse caso terá forte repercussão em 2007, como veremos na fase III.

O outro caso de troca externa de lote ocorreu em maio de 1999 e seria exatamente como o caso relatado acima se não fosse um detalhe. O titular do lote C-23, segundo entrevista com Presidente da Associação daquela fase, acontecida em abril/2007, trocou o lote por uma vaga num acampamento da região de Silva Jardim no momento em que havia informações de que o assentamento sairia em breve. O acampado de Silva Jardim não titubeou, se tornando assentado de Capelinha.

5.5.6 - Invasão coletiva

O caso mais atípico entre as modalidades de mudança de beneficiário observado nesta fase foi a *invasão coletiva*. Nessa modalidade, pessoas estranhas à comunidade invadem lotes com pendências, passando por cima da organização interna do assentamento. A imprensa tem noticiado ultimamente casos semelhantes no Estado de Pernambuco, relacionados a disputas entre distintos movimentos sociais de luta pela terra, sendo organizada, portanto, de fora do assentamento.

A *invasão coletiva* que ocorreu em Capelinha, se concretizou em fevereiro de 1999 após o Incra notificar assentados que não exploravam e tampouco moravam nos lotes. Organizada por um grupo interno de oposição ao Presidente da Associação, a ousada iniciativa tinha como objetivo supostamente desmoralizar a então diretoria da Associação e acabou mobilizando um contingente de pessoas das redondezas interessadas em lotes.

A reação foi sintomática do grau de organização e articulação que a Associação havia construído naquele início de assentamento, fazendo com que todos os invasores deixassem os lotes, tanto pela ação da própria Associação que convenceu sete dos dez invasores, quanto pela vistoria realizada pelo Incra que foi prontamente acionado e retirou os três invasores que resistiram até então, ao apelo da Associação.

Segundo os documentos consultados, o Incra notificou 13 (treze) assentados que mantinham seus lotes mal explorados ou mesmo não moravam nos lotes em setembro de 1998. Pela notificação, esses assentados deveriam retomar suas atividades no lote em 90 dias (Projeto Lumiar, Carta ao Incra, 1999).

A discussão sobre remanejamento dos lotes começava a tomar corpo naquele momento da trajetória do assentamento, formando um consenso em torno da noção de que alguns lotes pequenos deveriam ter sua área aumentada através da incorporação de área dos lotes vizinhos, cujos titulares, por diferentes modalidades deixassem o assentamento. O acordo construído pelos assentados e o Incra em torno do remanejamento não permitiria a entrada de novos assentados nos lotes pequenos da gleba C. Visava corrigir uma distorção imposta pelos próprios assentados e aceita pelo Incra quando do acréscimo de 28 novos assentados aos 110 lotes inicialmente definidos pelo Incra como o número adequado de novas unidades produtivas, a citada capacidade do assentamento.

Para entender a invasão coletiva ocorrida em Capelinha é preciso retornar um pouco no tempo e considerar o jogo de poder presente no interior do assentamento. A

vitória de P. nas eleições para Presidente da Associação, de alguma maneira questionou a forte liderança exercida por J. P., ex-coordenador da Comissão da Terra, responsável por organizar a ocupação, a vida no acampamento e os primeiros passos do assentamento.

Pego de surpresa com a vitória inesperada de P., o ex-coordenador se recolheu inicialmente, não demonstrando reação frente à derrota imposta pelos assentados, apostando numa suposta incompetência do Presidente da Associação na lida com as complexas relações internas e externas. Após algum tempo, o Presidente da Associação demonstrou competência e ganhou a simpatia dos assentados, já que dispunha da reputação de pessoa justa e humana, tanto que foi reeleito por mais um mandato à frente da Associação. O ex-coordenador colhia naquele momento os ônus de liderar com mão de ferro as centenas de famílias que participaram da ocupação de Capelinha.

As reiteradas cobranças realizadas pela Diretoria da Associação para que o Incra retornasse para efetuar as combinadas vistorias nos lotes - que acabaram não acontecendo -, combinavam-se com a suspeita de um movimento para a invasão nos lotes vagos foram motivos de discussão na Assembléia em outubro de 1998, como pode ser observado abaixo.

“Falou [o presidente] que vai enviar um ofício para o Superintendente do Incra pedindo para S. (funcionário do Incra, Executor do PA de Capelinha) voltar para resolver os problemas pendentes”... Avisou também [o presidente] que estão querendo ocupar os lotes não produtivos e que os vizinhos desses lotes devem vigiar e não deixar ninguém entrar”. (AG de 30/10/98)

No dia 02 de fevereiro de 1999 a invasão coletiva ocorreu, sendo discutida na Assembléia de 05/02/1999, transformando o clima num ambiente tenso, como pode ser observada na discussão, presente de forma íntegra na ata respectiva.

“Informou [o presidente] sobre a invasão do lote de R. e suspeitando próximas invasões, sugeriu, já que o Conselho Fiscal não estava presente para encaminhar a questão, que titulares dos lotes pequenos totalmente plantados que tomassem conta dos lotes vagos até que o Incra tomasse as devidas providências”. (AG de 05/02/1999).

Em seguida houve reação do grupo organizador das invasões:

“O Sr. J. P. pediu a palavra e defendeu a invasão desordenada dos lotes vagos. Disse inclusive que se os titulares do assentamento ocupassem outros lotes poderiam ser processados, o que não aconteceria com os de fora”.(AGO 05/02/1999)

A equipe técnica do Projeto Lumiar, apesar do pouco tempo de trabalho no assentamento, interveio tentando garantir o acordo em torno do remanejamento dos lotes que estava sendo discutido com o Incra e a aplicação do estatuto da Associação, ou seja, se sobrasse algum lote seria resolvido em assembléia, em acordo com o Incra.

O técnico do Projeto Lumiar então:

“pediu a palavra e se colocou defendendo a proposta que foi acordada entre a associação e o Incra e se fosse ocupar que fosse com famílias que estiveram acampadas e não tiveram direito a terra”.
(AG de 05/02/99)

A reação da Diretoria da Associação foi imediata e envolveu articulações e ações junto ao Projeto Lumiar, ao Sindicato de Trabalhadores Rurais de Conceição de Macabu, além da própria Associação.

Em 08/02/1999 a Equipe do Projeto Lumiar envia ao Incra uma Carta comunicando o fato onde relata a invasão e :

“solicita providências urgentes no sentido de resolver a questão sob pena de todo um processo de discussão, organização e crescimento da comunidade seja destruído e passe a reinar a discórdia, a desconfiança e o descrédito por parte dos assentados junto ao Incra, ao Lumiar e a Associação” (Projeto Lumiar, Carta ao Incra, 1999)

Ainda 08/02/1999, o Presidente do STR de Conceição de Macabu envia ofício ao Presidente da Fetag-RJ para que este *“interfira junto ao Incra-RJ no sentido de que o órgão faça uma vistoria no assentamento em caráter de urgência”*. (STR/CM, fevereiro, 1999).

O Presidente da Associação de Capelinha, por sua, envia ofício ao Superintendente do Incra, solicitando, *“em caráter de emergência, a presença de um representante do Incra para resolver a grave situação”* (Ofício Associação, 09/02/1999). Naquele momento, informa o ofício, *“10 lotes haviam sido invadidos por pessoas de fora da comunidade gerando um clima de insegurança e pânico”* (idem, 09/02/1999).

Durante a discussão na assembléia do dia 12/02 foi apresentado um abaixo-assinado elaborado pela Associação e endereçado ao Incra solicitando que:

“o órgão tome, em caráter emergencial, as medidas cabíveis para a retirada dos invasores, colaborando assim para o restabelecimento da tranqüilidade necessária para trabalharmos em paz” (abaixo assinado, 12/02/1999)

A Assembléia realizada naquele dia reforçou a polêmica e mostrou como os assentados e a diretoria da Associação enfrentaram o problema. Num primeiro momento a Diretoria acionou o órgão responsável:

“O Presidente leu o documento que foi entregue ao Incra pela associação, relatando as invasões desordenadas solicitando providências do Incra. Após, informou a vinda do Incra, dia 23 e 24 para vistoriar os lotes e acionar a Polícia Federal”. (AG 12/02/99)

E orientou os demais assentados afirmando que *quem tivesse os lotes invadidos para acionar a polícia da cidade. Disse também que era contra as invasões e que o correto era cumprir o combinado com o Incra, seguindo o estatuto*”. (AG 12/02/99)

Não satisfeito o ex-coordenador do acampamento e suposto articulador da invasão mostrou sua posição dizendo *“que ele era a favor de ocupação de terra abandonada que não era responsável pelas invasões e que não tinha ninguém que provasse o contrário*”. (AG 12/02/99)

No entanto, um dos invasores resolveu se pronunciar naquele momento dizendo *“entrou a mando de S.F. e J.P. e quem ajudou na mudança, foi F.G. O Presidente perguntou a Salu quem o levou para o lote e este voltou a confirmar que foi S.F. e F.G. quem o chamou a mando de J.P.”*. (AG 12/02/99)

Este retomou a palavra e deu indícios de suas razões: *“JP retomou a palavra dizendo que todos que tem terra aqui devem a ele, S.F. e P.F.A. e que todos esqueceram e hoje estão contra ele”*. (AG 12/02/99)

Sendo contestado imediatamente através dependências guardadas desde a época de acampamento: “J. disse que ajudou sim, mas infernizou mais que ajudou, pois roubou muito”. (AG 12/02/99)

Após o desabafo outro assentado propôs: *“que a assembléia expulsasse os responsáveis pelas invasões do quadro de sócio, o qual foi aplaudido por todos”*. (AG 12/02/99).

Outros componentes do grupo do ex-coordenador passaram a assumir seus respectivos papéis no episódio:

“S.F. assumiu que tinha levado Salu para o sítio e que ia brigar por ele até o final. O.C. também assumiu que havia levado o irmão para um lote e não havia homem que o tirasse, só o Incra. J.F.M. assumiu que levou a filha para um lote, pois ela havia ficado acampada aqui”. (AG 12/02/99)

Com a saída da Assembléia do ex-coordenador, que alegava outros compromissos, o Presidente da Associação pôs em votação a proposta levantada anteriormente:

“que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, a assembléia indicou os nomes que foi posto em votação, individualmente, ficando excluídos do quadro social os seguintes assentados: FG, JP, OC, SF e JFM”. (AG 12/02/99)

O Presidente acatou a decisão da Assembléia sem antes deixar a porta aberta, dizendo que *“os excluídos poderão voltar a se associar desde que a assembléia concorde”* (AG 12/02/99).

Mesmo assim, um dos membros do grupo do ex-coordenador fez uma ameaça afirmando:

“que cobraria de quem levantou a proposta e de todos que levantaram a mão contra ele. O presidente falou que a ata é prova perante a Justiça. Apresentou um abaixo assinado para a comunidade se manifestar contra as invasões desordenadas. E foi aplaudido por todos”. (AG 12/02/99).

Como pudemos observar no extrato acima, participaram da Assembléia representantes dos grupos envolvidos na invasão: diretores da Associação, organizadores e invasores. O debate relatado mostra a tensão vivida e o posicionamento de cada um dos grupos. A eliminação dos organizadores da invasão coletiva do quadro social da Associação tem um significado importante: evidencia a posição majoritária dos assentados que desejavam cumprir os compromissos assumidos publicamente com o remanejamento, tendo a Associação o papel de liderar o processo.

O clima de tensão continuou tomando conta dos assentados até que o Incra viesse vistoriar os lotes invadidos em 23 e 24/02/1999, portanto, 21 dias após a invasão. Entretanto, quando o funcionário do Incra chegou ao assentamento a situação já tinha se alterado significativamente, já que a própria Associação havia convencido 7 (sete) dos 10 (dez) invasores a sair espontaneamente, *“atendendo o apelo do Presidente e se retirando dos lotes”*, como se refere o Levantamento das Parcelas Ocupadas Irregularmente no Projeto de Assentamento Capelinha (Incra, 1999).

Durante a vistoria do Incra aos três invasores resistentes, o funcionário do Incra solicitou que *“desocupassem imediatamente os lotes”* e que solicita que aos superiores que sejam *“notificados novamente os titulares do lote para que retornem imediatamente às suas parcelas”* (Incra, 1999). Se isso não ocorrer, sugere o funcionário, *“devemos*

tomar a iniciativa de retomar os lotes e colocarmos pessoas que se enquadrem nas normas legais do órgão” (Incra, 1999).

O perfil dos ocupantes irregulares que resistiram ao apelo da Associação também foi traçado pelo Incra (1999) e talvez seja interessante saber:

Invasor 1) Invadiu o lote B-02, segundo ele, por iniciativa própria, já que o lote estava abandonado. Plantou aipim, feijão e milho e ofereceu R\$ 380,00 para ressarcir o titular do lote pelo preparo do solo e assim ele abriria mão do lote. Porém, não houve acordo por que o titular temia a reação do Incra. Invadiu o lote junto com a mãe, a esposa e dois filhos.

Invasor 2) Invadiu o lote D-15 cujo titular abandonou o lote há 5 meses, fato confirmado pelo presidente. O invasor disse que já estava observando a área e agiu de livre e espontânea vontade e que ninguém incentivou tal atitude. Abriu 500 m de vala e limpou cerca de 0,5 ha com a intenção de fazer futuros plantios.

Invasor 3) Invadiu o lote C-41 cujo titular, seu tio, autorizou a ocupação do lote uma vez que precisava trabalhar um tempo fora da parcela e como ele (invasor) estando em situação difícil, pagando aluguel, aceitou em vir para o lote. Era um acampado, mas não suportou esperar o parcelamento e retirou-se do acampamento.

Na assembléia seguinte, dia 26/02/1999, o presidente informou aos assentados do resultado da vistoria do Incra, da saída dos invasores resistentes e comunica a data da audiência marcada com o Superintendente do Incra, em 03 de março. Falou também sobre os assentados excluídos do quadro social, que eles *“poderão mais tarde se justificar perante assembléia e, se esta aceitar, voltar ao quadro de sócio”*. Comentou também que *“depois que forem resolvidos os problemas internos, se sobrar algum lote e a assembléia aprovar algum dos invasores poderão ser aceitos”* (AG 26/02/1999).

Após esses fatos, os ânimos se acalmaram e a vida tentou voltar ao normal. Tanto que durante a Assembléia de 26/03/99, uma das últimas antes das eleições, os assentados anteriormente excluídos do quadro social pediram para voltar, pois *“só vão pegar o Proceca custeio os sócios em dia com a associação”* (AG 26/03/1999), no que foram atendidos prontamente pela maioria dos presentes.

O extrato de ata acima evidencia um processo de ruptura entre grupos que perdura até hoje e pode ser considerado um marco importante para quem deseja entender as marchas e contra-marchas da organização social do assentamento Capelinha. Mais do que explicitar tensões, ameaças e rupturas presentes no seio daquela comunidade, a invasão coletiva também mostra o poder de reação que o grupo da

Associação teve naquele momento, capaz de articular apoios importantes tanto internamente (assentados e Projeto Lumiar) como externamente (STR/Conceição de Macabu e Incra).

5.6. – Resumo das mudanças de beneficiários da fase I

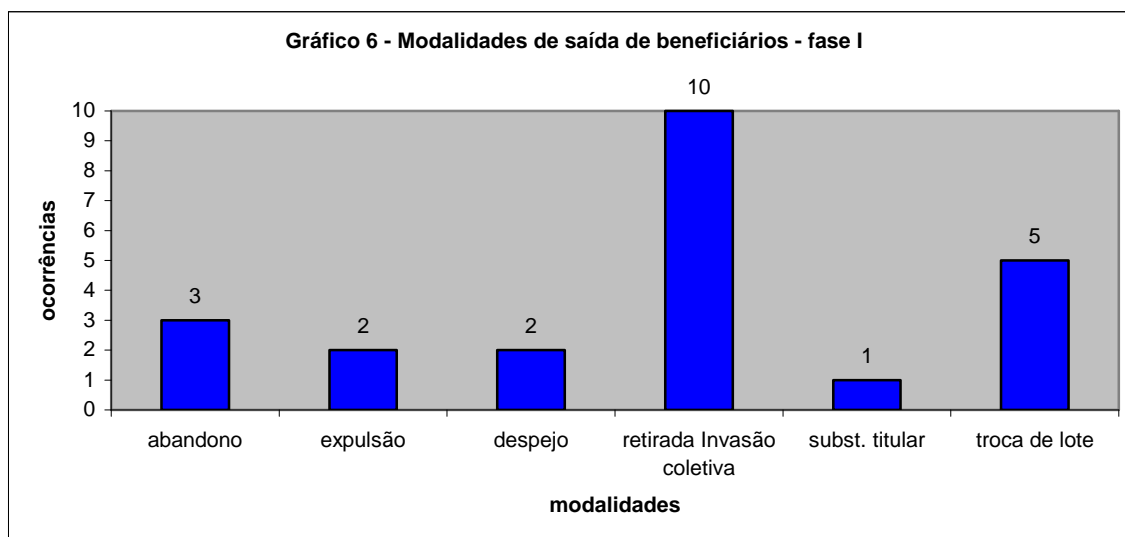
Fechando a fase I, apresentamos resumidamente as mudanças de beneficiários ocorridas no período.

Tabela 13 - Resumo das mudanças de beneficiários da fase I

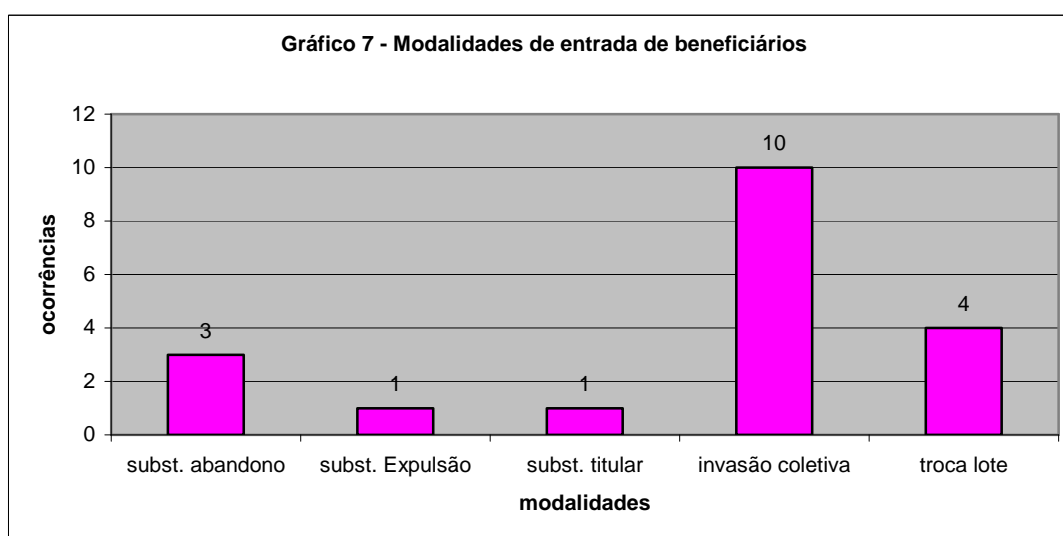
fase I			
Saídas		Entradas	
Abandono	3	Substituição por abandono	3
Expulsão	2	Substituição por Expulsão	1
Despejo	2		
Retirada Invasão coletiva	10	Invasão coletiva	10
Substituição de titular	1	Substituição de titular	1
Troca de lote	5	Troca de lote	4
Total	23		19
Total geral	42		

Importante perceber que nessa fase não houve nenhum caso de venda de lote e dois beneficiários foram expulsos do assentamento, mostrando que a ação conjunta e integrada da Associação, dos assentados e do Incra fez com que as mudanças ocorridas se dessem dentro de uma relativa normalidade e sob controle dos principais interessados no desenvolvimento do assentamento. A retirada dos invasores ajuda a corroborar tal afirmação, na medida em que nenhum deles permaneceu nos lotes.

No gráfico 6, das modalidades de saída, vemos que foi expressivo significado numérico da invasão coletiva correspondendo a 20 casos de mudanças de beneficiários, ou seja, aproximadamente metade dos casos observados.



Com relação ao gráfico 7, das modalidades de entrada de beneficiários, vimos que três lotes tiveram substituição por abandono e 4 por troca de lote.



A distribuição desses casos nos lotes do Assentamento Capelinha se encontra no Mapa 1, em anexo⁶.

⁶ Infelizmente para confecção do mapa não conseguimos identificar 7 dos 10 lotes onde houve a Invasão Coletiva.

5.7 - Fase 2 – maio de 1999 a maio de 1999, correspondendo a 2 gestões da Diretoria da Associação, incluindo o impeachment do Presidente e a escolha da Comissão provisória.

5.7.1 - Contexto da fase II

As eleições de maio de 1999 foram bastante acirradas, guardando semelhança com a “época de política” do município, inclusive em alguns dos métodos utilizados pelas três chapas concorrentes. Assim, na disputa em torno dos votos, os eleitores foram assediados em muitos momentos, com promessas nem sempre exequíveis. *“Qualquer semelhança com a política municipal não é mera semelhança”* disse um observador ex-membro da CPT (Comissão Pastoral da Terra) que acompanhava as eleições.

O clima acirrado pelas disputas mais imediatas travadas, principalmente durante os últimos meses, através do episódio da invasão coletiva, estava de alguma forma, se resolvendo naquela eleição.

As eleições foram disputadas por três chapas representando os distintos grupos internos que concorriam pelo poder entre si. A chapa 1 representava parte da Diretoria da Associação da gestão anterior reforçada por assentados que não moravam no lote, inclusive na figura do candidato a Presidente, funcionário do DER (Departamento de Estradas de Rodagem), esposo de uma titular de lote da Gleba A.

A chapa 2 era formada por algumas lideranças da época de acampamento, inclusive pelo mentor da invasão coletiva, aliada aos assentados que trabalhavam com gado de leite, majoritariamente formado por assentados que moravam efetivamente nos lotes do assentamento. Carregavam ainda a marca coletiva dos momentos da trajetória anterior, seja da ocupação bem sucedida, seja da mão de ferro que deu organização ao acampamento.

A chapa 3 era formada pelo grupo originário de Silva Jardim, cujo candidato a Presidente era a liderança do grupo. Como foi relatado no capítulo 4, esses assentados se formaram a partir das frentes de massa do MST que trabalhava na região próxima àquele município e tiveram papel importante na ocupação de Capelinha na medida em que reforçavam as ações coletivas da fase de acampamento.

As eleições foram organizadas por uma comissão eleitoral que acordou com representantes de cada chapa os procedimentos para a realização do pleito, principalmente a anistia das mensalidades em débito e o direito de apenas 1 voto por

família assentada, seja o titular do lote ou representante (mulher ou filhos) maior de idade.

Na data da eleição votaram no total 112 associados, sendo 1 voto nulo. A Chapa 1 recebeu 60 votos; a Chapa 2 com 24 votos; e a Chapa 3, 27 votos.

Naquele momento da história do assentamento, o debate em torno da política agrária estava em evidência no país, através da repercussão internacional do massacre de Eldorado de Carajás, ocorrido no Pará e das diferentes ações coletivas promovidas pelo MST que ganhava destaque na mídia (ocupações, marcha dos sem-terra, mobilizações, etc). Tentando responder ao movimento e resgatar o papel propositivo nas políticas públicas para o setor, o governo federal lançara, meses antes, o programa “Novo Mundo Rural” que passou a ser objeto de discussão. Com a implantação do programa, modificações importantes passaram a ser implementadas, entre elas o término dos financiamentos do Proceara; a igualdade entre assentados e agricultores familiares com a criação de linha de financiamentos para assentados no âmbito do Pronaf; e a tendência pela descentralização das ações nos assentamentos, buscando envolver cada vez mais os Estados e municípios.

Assim, os financiamentos produtivos de investimentos (Pronaf A) passaram a ser priorizados, ganhando um reforço metodológico importante para a discussão de sua elaboração pela equipe técnica do Projeto Lumiar, na medida em que vários cursos articulados pelo MST, através de recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), foram oferecidos aos assentados, como criação de cabras, piscicultura, fruticultura, criação de gado de leite, entre outros. Era a oportunidade de qualificar os projetos para diminuir a margem de fracasso e a inadimplência.

A discussão sobre a eletrificação do assentamento ganhava contornos dramáticos, uma vez que os recursos, antes disponíveis, foram drasticamente reduzidos em 1999. Restava à comunidade articular outras formas de conseguir recursos financeiros, e a solução encontrada foi envolver o Governo Estadual, cujo então Governador Garotinho acabou se comprometendo publicamente durante sua participação na Exposição Agropecuária do município, motivada por uma manifestação organizada pelos assentados.

O segundo semestre de 1999 também é marcado pela tentativa de reorganização do MST na região, que enviou militantes para articular lutas nos assentamentos. É dessa época a realização do Seminário Municipal de Reforma Agrária ocorrido em Conceição de Macabu e a mobilização conjunta de assentados da região, no Incra. Vale registro a

manifestação ocorrida no Palácio Guanabara em março de 2000, numa pressão conjunta dos assentados pelo cumprimento do compromisso assumido pelo Governo do Estado.

Os financiamentos de investimentos foram liberados no final de dezembro de 1999 e no início de março de 2000. O Projeto Lumiar, no entanto, terminou em maio de 2000, deixando os assentados sem assistência técnica justamente no momento da implantação dos projetos.

A relação com o Incra permanecia num clima de relativa confiança. O remanejamento estava na iminência de ser realizado, tanto que alguns dos lotes que se encontravam abandonados estavam reservados para essa ação reivindicada pelos assentados e aceita pelo Incra.

As eleições de maio de 2000 repetiram o quadro de disputas internas observado no ano anterior. Dessa vez duas chapas concorriam: a que buscava a reeleição da Diretoria anterior e a chapa liderada pelo ex-Presidente da Associação durante as duas primeiras gestões.

Na ocasião votaram 113 assentados, sendo 4 votos nulos, totalizando 109 votos válidos. A Chapa 1 obteve 61 votos e a Chapa 2, 48 votos.

Entre os meses de maio de 2000 e janeiro de 2001, período que durou a 4ª gestão da Associação, o assentamento vivia momentos onde aconteciam diferentes atividades importantes, entre elas a instalação da energia elétrica e a renegociação da dívida dos financiamentos do Procera.

Com relação à energia elétrica, cujas atividades ganharam impulso após a manifestação no Palácio Guanabara, os ajustes finais do projeto e a assinatura do contrato se encontravam em estágio final.

A dívida dos financiamentos do Procera foi renegociada numa visita do Incra e do Banco do Brasil no assentamento, após o laudo de vistoria elaborado pela equipe técnica do Projeto Lumiar que trabalhou sem ônus, mesmo depois do término oficial de suas atividades. Na ocasião, o representante do Banco do Brasil propôs que cada assentado interessado na renegociação colaborasse com R\$ 50,00 para ser abatido no débito, a título de “demonstração de boa vontade”. O montante deveria ser arrecadado pela Associação e entregue no Banco o mais rápido possível.

Apesar desses avanços cresciam no assentamento boatos de que o Presidente da Associação teria pedido propina de R\$ 500,00 para liberar os financiamentos dos

assentados retardatários⁷, além de ter recebido e embolsado os R\$ 50,00 que o representante do Banco do Brasil havia solicitado para consolidar a renegociação das dívidas do Procera. O clima era de revolta e decepção que acabou gerando um clima favorável ao impedimento da gestão daquela diretoria. Outras denúncias apareceram, como o deslocamento e uso do trator em terras de fazendeiro sem autorização da Assembléia e a prática de realizar assembléia com acompanhamento policial sem necessidade, constringendo os assentados.

O impeachment do Presidente da Associação ocorreu em fevereiro de 2001 numa assembléia bastante concorrida e tensa, com a presença do Promotor de Justiça do município. Foi eleita uma Comissão Provisória que tinha por objetivo apurar as denúncias, gerir a Associação e preparar as eleições de maio próximo. A composição da Comissão Provisória reunia antigos desafeto de grupos distintos que vivenciaram muitas disputas internas, como o ex-coordenador da ocupação e o 1º Presidente da Associação. Nesse período não houve qualquer mudança de beneficiário.

5.8 - Modalidades de mudanças de beneficiários ocorridas na fase II

Durante a fase II (maio de 1999 a maio de 2001) observamos 32 casos de mudanças de beneficiários. A primeira ocorrência citada nessa fase diz respeito ao abandono de um assentado em julho de 1999 e a última, ocorrida em dezembro de 2000, diz respeito à substituição por expulsão. Chama a atenção nesta fase o fato de não haver qualquer alteração de lote no período em que a Comissão Provisória, eleita após o impeachment do Presidente da 4ª Diretoria, esteve à frente da organização do assentamento, entre janeiro e maio de 2001.

Dos 32 casos de mudanças de beneficiários observados no período, 27 deles, ou seja, cerca de 84,3 % dos casos foram reconhecidos (legitimados) pelo Incra. As modalidades de saída de beneficiários observados nessa fase são *abandono*, *expulsão*, *morte natural e remanejamento*. As modalidades de entrada de beneficiários observados são: *substituição por abandono*, *substituição por expulsão e substituição por morte natural*. Para não se tornar repetitivo, optamos somente pela caracterização das

⁷ Nos referimos aos assentados que por omissão ou falta de interesse não participaram das atividades para elaboração dos projetos de financiamento do Pronaf A que foram aprovados em dezembro de 1999 e liberados em janeiro de 2000, conforme critérios definidos em Assembléia. Em fevereiro, com o retorno de férias da equipe técnica do Projeto Lumiar, os assentados decidiram que os retardatários também deveriam receber os financiamentos.

modalidades inéditas encontradas nessa fase, seguidas por um extrato de ata que ilustra como essas discussões repercutiram nas Assembléias.

5.8.1 - Lotes Abandonados: negociação, expulsão e retomada.

Os lotes mal explorados do assentamento de Capelinha sempre foram objeto de preocupação dos assentados, da diretoria da Associação e do próprio Incra, como já foi dito. Resgataremos abaixo 4 (quatro) casos de mudança de beneficiários que tiveram a mesma origem, ou seja, a preocupação com os lotes mal explorados, porém, tiveram desdobramentos diferentes, sendo que em 3 (três) os beneficiários tiveram seus lotes retomados pela associação, visto o abandono dos seus titulares, e o quarto lote teve seu titular expulso com retomada do respectivo lote pela Associação.

Interessante destacar nesses casos a negociação exaustiva entre os assentados interessados, a Associação e o Incra por um considerável período de tempo, sendo oferecidas várias oportunidades para que os assentados em pauta mudassem seu comportamento e passassem a morar e explorar os lotes.

Em maio de 1998, durante a Assembléia, o presidente alertou mais uma vez que *“o Incra está cobrando as pessoas que não estão ocupando seus sítios”* (AGO 27/05/98).

Em setembro do mesmo ano o Presidente convoca reunião com o Incra e convida os assentados para participarem de reunião para o próximo dia 29, principalmente 13 deles que estão *“explorando mal os lotes”* (AGO 17/09/1998).

Durante a reunião o representante do Incra afirmou que fará vistoria nos 13 lotes, porém, duas lideranças influentes no assentamento naquele momento *“manifestaram sua opinião de que o Incra deveria vistoriar não só nos treze, mas os 138 lotes”* (AGO 29/09/1998). O Presidente então pediu à assembléia que decidisse o que fazer caso seja comprovada abandono ou má exploração dos lotes. A assembléia decidiu que

“os donos dos lotes que têm justificativa, que deve dar um prazo de 90 dias para morar e plantar no sítio; e para aqueles que não têm justificativa que desocupassem de imediato o lote. O funcionário do Incra falou que vai começar a vistoriar pelos 13 lotes citados e continuaria vistoriando os outros lotes” (AG 29/09/1998).

Em março de 1999 a Associação decide fazer o remanejamento interno, ou seja, incorporar aos lotes produtivos os lotes mal explorados e abandonados vizinhos, visando o acréscimo da área, já que os lotes da gleba C foram considerados insuficientes para a manutenção de uma família. Para essa decisão, ficou definido que *“os titulares*

dos lotes abandonados ou mal explorados deveriam ser avisados". Assim, foram convocados os assentados: 1) J.R.(C-24); 2) Al. (C-26); 3) Eu. (C-44); e 4) Ro. (D-15) e avisados que "tinham um prazo de uma semana para ocupar os lotes" (AG 26/03/1999)

Na assembléia marcada para definir o remanejamento dos lotes, apenas 2 (dois) dos 4 (quatro) assentados convocados (Al. e J.R.) "*compareceram à assembléia para dar explicações à mesma do motivo de sua ausência e pediram um prazo maior para resolverem seus problemas e ocuparem definitivamente seus lotes*" (AGO 09/04/99).

O presidente decidiu pôr em votação se deveria dar mais um prazo para os assentados citados ou se os lotes passariam imediatamente para a associação para que o remanejamento fosse concretizado. A assembléia decidiu dar um prazo. Na ocasião um assentado pediu para que se fizesse um julgamento justo para que "*não voltem atrás na próxima assembléia*".

O presidente pediu que a assembléia decidisse o prazo que seria dado. A assembléia "*decidiu por três meses para eles ocuparem seus lotes. Após essa data, se eles não ocuparem definitivamente os lotes, será tomada outra medida. O presidente comunicou que não vai haver remanejamento agora*" (AG 09/04/1999)

Na data fatal (09/07/1999), três meses depois, com a presença de representantes do Incra que afirmaram que "*recorreu (sic.) vários lotes e não encontrou ninguém*" e dito "*se houver perda desses lotes ficará para vizinho que tiver sítio pequeno*" deu-se início à assembléia. Foi lembrado pelo presidente "*o prazo de 90 dias dado aos 4 (quatro) parceleiros para que passassem a residir definitivamente nos lotes, mas na presente data continuam abandonados*" (AGO 09/07/1999).

Dos 4 (quatro) citados que abandonaram os lotes

"só estava presente J.R. que pediu mais 30 dias para morar em seu lote. A assembléia decidiu dar 30 dias a mais a ele (J.R.) e para os três outros assentados (Ro., Eu. e Al.), os sítios ficarão por conta da associação e do Incra para ser feito remanejamento" (AG 09/07/1999)

Após o abandono desses 3 (três) assentados e a respectiva retomada dos lotes pela associação, o processo de negociação com J.R. foi mantido com evidente esgotamento da paciência dos assentados. Mesmo assim, na assembléia de 13/08/1999, com a presença do interessado, o assunto voltou à pauta e "*foi feita votação e com consentimento da maioria ficou decidida a permanência de J.R. no lote com pela assembléia ali presente*" (AG 13/08/1999).

Somente em março de 2000 o assunto voltou à tona e desta vez, a Assembléia transcorreu sem a presença do interessado, *“ficou aprovado por maioria dos sócios presentes a perda do sítio na gleba C, número 24 por motivo de estar totalmente abandonado”* (AGO 17/03/2000).

Insistente, o assentado expulso por abandono retornou à carga na Assembléia da semana posterior e *“falou sobre o seu sítio que está abandonado e confessou que tudo o que foi dito é verdade e falou que na próxima sexta-feira ele vai vir assumir o sítio”*. (AGO 17/03/2000).

Desta feita, entretanto:

“o presidente falou que essa questão é antiga e colocou o assunto novamente em assembléia e como resposta, permaneceu a decisão tomada em assembléia anterior que foi a perda do lote citado em ata anterior”. (AG 24/03/2000).

A esta altura dos acontecimentos, cerca de dois anos após o início do processo de discussão e negociação, o assentado expulso por abandono já havia recebido o financiamento do Pronaf – A, fato que foi lembrado pelos assentados em Assembléia. Foi dito então que em casos como aquele onde o assentado recebeu financiamento e foi expulso com retomada de lote, o beneficiário deveria *“passar o lote e o dinheiro dos projetos para outros assentados que quiserem concluir”*. (AG 24/03/2000).

5.8.2 - Expulsão por suspeita de venda de lote

Os casos de expulsão por suposta venda de lotes se iniciaram no final de 1999. Os julgamentos muitas vezes foram sumários e as denúncias nem sempre comprovadas, sendo as decisões cumpridas à risca naquele momento. Até o final dessa fase fica evidente que a comercialização dos lotes era prática rechaçada pelo conjunto dos assentados.

Segue abaixo o resgate dos casos da expulsão de Vil.(C-41), Ri. (E-02) e Ne. (D-05). Em outubro de 1999, percebendo movimentação estranha e fofocas generalizadas quanto à venda de lotes no assentamento, o Presidente alertou os assentados que *“quem souber de algum sítio vendido no assentamento é para comunicar à diretoria. Foi dito por um assentado que na gleba E tem três sítios previstos para serem vendidos”*. (AG 23/10/1999)

No mês seguinte, o Presidente comunicou que:

“visitou dois sítios previstos de terem sido vendidos no assentamento, sendo estes o de Vil. (C-41) que foi vendido e que (este) deu de moradia a um casal e orientou a dizer que se alguém perguntar alguma coisa para dizer que é parente de Vil.. O outro sítio é o de Ri.(E-02) que também foi comprovado pelo atual morador que trocou o sítio por um carro e uma casa de R\$ 1.000,00 de material de construção”. (AG 14/11/1999)

Cinco dias após o Presidente da Associação relatou à Assembléia que:

“foi dito pelo atual morador do sítio de Vil. que não tem para onde ir, e foi decidido em assembléia que daria mais um prazo até ele conseguir outra moradia, com proposta de não atrapalhar o remanejamento que vai ser feito nas próximas semanas”. (AG 19/11/1999).

Na mesma Assembléia, o Presidente citou que:

“conseguiu comprovação da venda do lote do assentado Ri., o mesmo veio na associação e negou a ter vendido o lote. A diretoria aconselhou a trazer na próxima assembléia o rapaz comprador do seu lote para melhores esclarecimentos”.(AG 19/11/99)

Não existe nas Atas das Assembléias da Associação indicação da data em que foi votada a expulsão dos supostos envolvidos em venda de lote. Concretamente, entretanto, segundo entrevistas, tais fatos se configuraram naquele mesmo mês. A única referencia em Ata se deu em marco de 2000, onde o Presidente relata em assembléia que *“quem queira possuir sítios maiores está à disposição o sítio de Ri. que foi aprovado em assembléia que esses sítios ficaram por conta da associação”. (AG 03/08/2000).*

5.8.3 - Morte natural

Apenas um caso de falecimento de titular de lote foi observado no decorrer da fase II. Nesse caso e nos outros ocorridos na fase III, os falecidos foram substituídos por familiares, mesmo que não fossem diretos (esposa e filhos).

O falecimento de Manoel (C-39) se deu em dezembro de 1999 nas vésperas da liberação do Pronaf A e seu lote foi passado em nome da esposa, que recebeu o financiamento.

5.8.4 – Remanejamento

Vários lotes foram remanejados em Capelinha. Esse processo se caracterizava pela incorporação de lotes abandonados da gleba C para lotes vizinhos ou cujo beneficiário aceitou substituir algum lote vago em outra gleba. A iniciativa do remanejamento partiu da constatação de lotes cuja área era considerada pequena pelos assentados e teve o respaldo do Incra.

O remanejamento foi concretizado com o parcelamento definitivo realizado pelo Incra em outubro de 2000, porém as ações que levaram a essa iniciativa, principalmente na retenção do domínio dos lotes no poder da Associação e o convencimento de pelo menos um assentado da Gleba C para substituir um lote abandonado na Gleba E se deu nessa fase.

Os lotes que foram incorporados a outros foram: lote C-44, incorporado aos lotes C-43 e C-45; lote C-41, incorporado ao lote C-42; lote C-51, incorporado ao lote C-49 e C-51; lote C-14, incorporado ao lote C-13; lote C-47, incorporado ao lote C-46; lote C-53, incorporado aos lotes C-55 e C-56; lote C-68, incorporado ao lote C-71; e lote C-71, incorporado ao lote 70.

Com o remanejamento houve mudança na numeração de 6 (seis) lotes, quais sejam: C-54-A para C-51; C 57-A para 53; C-57-B para C-47; C-76 para C-44; C-77 para C-72; e C-78 para C-68.

Também foram criados 4 lotes coletivos: B-08, Escola Municipal Rio do Meio que se encontra desativada antes mesmo da ocupação; C-14, Galpão da BR-101; C-53-A, creche e C-41, Escola próxima a BR-101. Como já havia o lote coletivo onde se localiza a sede da Associação (C-53), encontramos 5 (cinco) lotes coletivos no assentamento.

Assim, o parcelamento definitivo configurou o assentamento Capelinha em 134 lotes, sendo 130 lotes individuais e 4 coletivos.

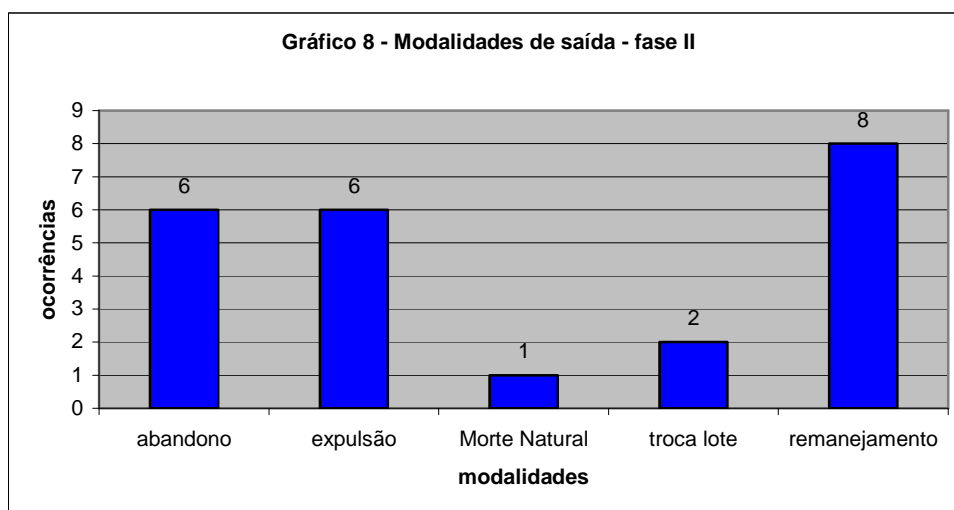
5.9 – Resumo das mudanças da fase II

Nesta fase, procuramos discutir algumas modalidades de mudança de beneficiários. Explicitamos longo processo de negociação que envolveu quatro lotes abandonados e mal explorados e a destinação diferenciada que resultou no domínio de três deles pela Associação e na expulsão de outro.

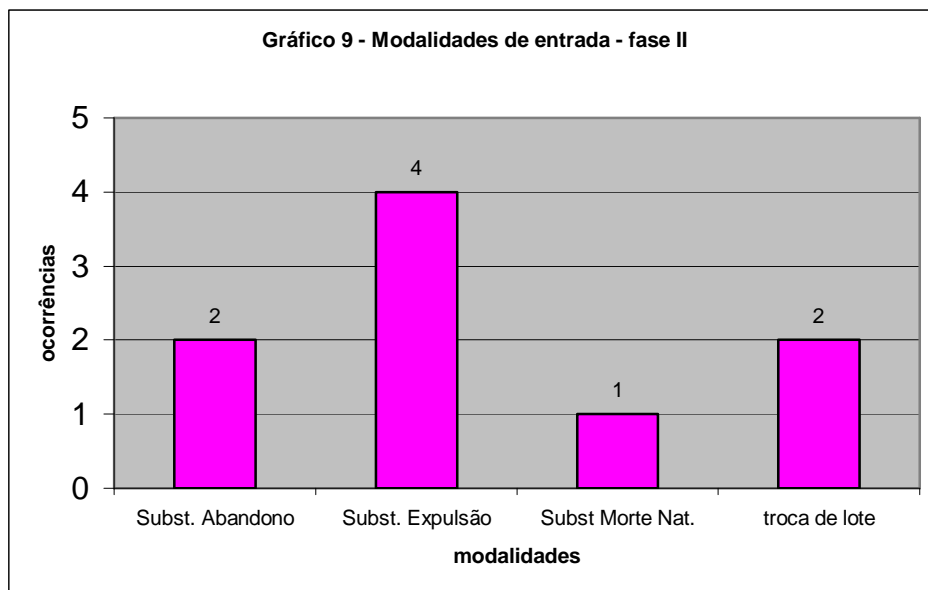
Tabela 14 - Resumo das mudanças de beneficiários da fase II

fase I			
Saídas		Entradas	
Abandono	6	Substituição por abandono	2
Expulsão	6	Substituição por Expulsão	4
Morte natural	1	Substituição por morte natural	1
Troca de lote	2	Troca de lote	2
remanejamento	8		
Total	23		9
Total geral		32	

Em seguida mostramos a expulsão de três assentados que supostamente haviam vendido seus lotes, evidenciando a preocupação da comunidade assentada na regra até ali fundante que era a proibição de venda de lotes.



O gráfico 8, acima, mostra a importância do remanejamento nesta fase, além das modalidades de abandono e expulsão já discutidas na fase I. Mostramos também um caso de morte natural e como se dá à substituição do beneficiário, neste caso, a própria família. Após, mostramos os resultados do parcelamento definitivo, ocorrido em 2000.



Já o gráfico 9, acima, evidencia as substituições por expulsão e abandono. Nesta fase algumas regras importantes começaram a ser questionadas.

5.10 - Fase III – maio de 2001 a maio de 2005, correspondendo a 4 gestões da Diretoria da Associação.

5.10.1 - Contexto da fase III

As eleições de 2001 foram as mais acirradas da história do assentamento, não somente pelo clima de disputa, mas pelo resultado apertado. A chapa 1 mantinha as lideranças que foram eleitas para a Comissão Provisória unindo dois grupos que pareciam imbatíveis. A chapa 2, encabeçada por uma mulher, reunia em torno de si o grupo de Silva Jardim.

Sabendo explorar as dificuldades da chapa 1, entre elas as lembranças da fase de acampamento que ainda faziam parte do imaginário e das ações de muitos assentados, a chapa 2 venceu por uma diferença de apenas 4 votos, numa eleição que votaram 101 assentados, sendo 1 voto nulo, 52 votos para a chapa 2 e 48 votos para a chapa 1.

No dia das eleições que ocorreram extraordinariamente num sábado, pois no dia anterior um pai de titular de lote havia falecido envolvido em acidente de automóvel (Sr. Eneqito), o Prefeito Municipal participou pessoalmente do debate que houve imediatamente antes da eleição e explicitou sua preferência pela chapa 1, dizendo que *“esse é o meu candidato e se ele não for eleito Presidente da Associação as torneiras da Prefeitura vão se fechar para vocês”* e fez o movimento característico de fechar uma torneira.

Surpreendidos pela derrota os membros da chapa 1 começaram a boicotar as reuniões e resolveram, com ajuda do Prefeito, montar uma nova entidade (Associação dos Produtores e Amigos de Capelinha) no assentamento. A empreendedora social⁸ do Inkra disse na ocasião que não faria mais contato com o assentamento.

Com o término do Projeto Lumiar a Emater passa a dar assistência técnica ao assentamento, realizando as vistorias dos financiamentos e trazendo para Capelinha verba destinada à perfuração de um poço artesiano a ser construído na sede da Associação. Naquela época os plantios de aipim tiveram ataque severo de lagartas (mandorovás) que se espalhou por vários lotes do assentamento e reforçou o desânimo de muitos assentados.

A Associação procurava dar prosseguimento à eletrificação rural e buscou novos projetos de financiamentos, como o frutificar, mas não logrou êxito, já que o Inkra, que

⁸ A figura da empreendedora social foi instituída ainda no ano 2000 com o objetivo de manter o Inkra mais presente nos assentamentos, levando as demandas dos assentados e trazendo as respostas do órgão.

deveria emitir a carta de aptidão dos interessados se recusou em fazê-lo, alegando que os assentados já haviam recebido muito dinheiro.

A outra Associação criada, se fortalecia acenando com equipamentos e apoio da Prefeitura, conseguindo estimular que muitos associados optassem por ela na disputa pela representação frente ao Incra.

Devemos esclarecer que aquele momento da história do assentamento coincide com o período onde mais se percebeu os efeitos da chamada descentralização da reforma agrária. A construção de 5 poços artesianos nasceu dessa relação, onde o Incra repassou recursos da Funasa (Fundação Nacional de Saúde) para que a Prefeitura licitasse uma obra um tanto ou quanto duvidosa e pouco discutida.⁹

O Incra havia deslocado o lócus da sua relação com os assentados de Capelinha do galpão de reunião onde se realizavam as assembleias para o Gabinete do Prefeito Municipal de Conceição de Macabu. Era nesse espaço intimidador e hierárquico que se travavam as conversas, articulações, embates e reivindicações; e não mais nas Assembleias do assentamento e na presença do conjunto dos assentados. Por diversas vezes o Superintendente pessoalmente se dirigia ao Gabinete do Prefeito e, por vezes, convocava a representação do assentamento.

Havia uma evidente deterioração da relação entre a Presidente da Associação e o Prefeito Municipal devido a questões político-partidárias que repercutia na organização interna dos assentados e na conquista de obras e serviços da Prefeitura no assentamento, mesmo que com recursos oriundos do Incra, repassados através de convênios ao Poder Público Municipal para os devidos procedimentos licitatórios.

Essa deterioração das relações se aprofundou durante as eleições municipais do ano 2000 que colocou em lados opostos o grupo interno de assentados ligados ao candidato a Prefeito pelo PSB, e o grupo ligado à candidata do PT.

O Incra não demorou por optar pela Associação que mais lhe interessava e passou a privilegiar a nova Associação concedendo permissões para a utilização de bens e patrimônio que não lhe pertenciam, como é o caso da sede da Associação e do galpão da BR-101, até ser contestado pela Associação e seus parceiros. Essa disputa marcou a inserção da Fetag (Federação dos Trabalhadores da Agricultura) no assentamento, já que esta assumiu a briga junto com a Associação original disponibilizando advogado e

⁹ O Incra, via Funasa, financiou a perfuração de 5 poços artesianos visando a distribuição de água potável para todos os lotes do assentamento, já que essa é uma condição para a emancipação dos assentamentos, porém se esqueceu da tubulação necessária para a distribuição da água.

fazendo pressão junto ao Incra. A Associação original acabou expulsando do quadro de associados os assentados que se associaram à outra associação.

O clima de beligerância se estabeleceu nas relações internas e a fragilidade organizacional ficava visível ao público externo.

No início de 2002 o Incra anuncia uma vistoria nos lotes visando detectar as irregularidades existentes e substituir os assentados que não moram nem produzem. Após alguns meses, o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município relata em Assembléia que cerca de 50 assentados vão perder os lotes. Não conseguimos mais informações a respeito dessa vistoria, nem mesmo se ela realmente aconteceu, assim como as medidas tomadas pelo Incra.

Para se ter uma idéia do clima de tensão e disputa em que vivia o assentamento, resgatamos nas atas da Associação o relato de uma reunião que ocorreu no Gabinete do Prefeito Municipal de Conceição de Macabu onde estavam presentes o Prefeito, o Superintendente do Incra, a Empreendedora social do Incra, os Presidentes das 2 Associações e mais 5 sócios. representantes das 2 (duas) Associações, tendo sido debatidos os seguintes temas:

“1) legalização dos novos assentados, trocas já realizadas e problemas de divisas; 2) todos deixaram claro que a criação da nova associação só serviu para criar problemas; 3) O Superintendente do Incra sugere a fusão das associações, através de eleição para saber qual delas deverá assumir o assentamento; 4) Haverá reunião dia 24/04 em Capelinha com o Incra e as associações; 5) O requerimento de posse em relação ao galpão da BR-101, da casa de farinha e sede da associação deverá ficar sob responsabilidade da Prefeitura, sendo que o Superintendente já havia liberado o requerimento mas o mesmo foi desviado pela empreendedora social para a outra associação”.
(AG 05/04/2002)

Em seguida a Presidente quis entregar o abaixo assinado pedindo a retirada da empreendedora social por favorecimento político à nova Associação, mas não foi aceito pelo Superintendente do Incra, alegando que *“a empreendedora tem feito muito em sua área”* (AG 05/04/2002).

Esse contexto político permeou não só a relação do Incra e da Prefeitura com a Associação, mas se refletiu e se reflete ate hoje nas relações internas, marcadas por disputas de grupos e acusações de lado a lado. Os eventos acima referidos aprofundaram as disputas político-partidárias ocorridas no pleito municipal de 2004, que opôs a presidente da Associação que saiu candidata a vereadora e o grupo de Prefeito numa

eleição extremamente acirrada em que a margem de votos do Prefeito vitorioso foi mínima (400 votos) e cujo resultado foi contestado judicialmente pela coligação perdedora, inclusive com a cassação em primeira instância do Prefeito e posse por 20 dias do grupo derrotado das eleições.

As eleições internas de 2005 são expressão desse racha interno e foram marcadas por impugnação da chapa concorrente e falta de representatividade da chapa ganhadora que, adotando o Estatuto da Associação, só permitiu que votassem os sócios em dia com a Associação, cerca de duas dúzias num universo de 130 sócios.

5.11 – Modalidades de Mudanças de beneficiários ocorridas na fase III

Durante a fase III (maio de 2001 a maio de 2005) observamos 36 casos de mudanças de beneficiários. A primeira ocorrência observada diz respeito a uma invasão individual, ocorrida em agosto de 2001 na Gleba B, e a última mudança observada, ocorrida em março de 2004, se refere a um desmembramento de lote também na Gleba B.

Chama a atenção nesta fase a ocorrência de casos de venda de lotes e a ausência de casos de expulsão possivelmente ocasionadas por um processo de fragilização da organização interna e afrouxamento na aplicação de regras antes consideradas fundamentais para o desenvolvimento do assentamento.

Dos 36 casos de mudanças de beneficiários observados no período, apenas 7 (sete), ou seja, cerca de 19 % foram legitimadas pelo Incra. As modalidades de saída de beneficiários observados nessa fase são *venda, morte natural e assassinato e substituição de titular*. As modalidades de entrada de beneficiários observados são: *invasão individual, substituição por venda, substituição por morte natural e assassinato, substituição de titular e substituição por troca de lote*. Focaremos nossa atenção nessa fase na caracterização das modalidades de venda de lote e assassinatos, ilustrando os casos com extrato de ata. Atenção especial será dispensada ao relatório de vistoria do Incra ocorrido em 2003.

5.11.1 - Venda de lotes

A *venda de lotes* é entendida aqui como a comercialização de lotes mediante dinheiro, equipamentos, veículos, animais, ou outra vantagem pessoal. Esse tipo de modalidade de mudança de beneficiário se dá geralmente entre dois interessados, sendo

as negociações realizadas em surdina, às escondidas, onde dificilmente é percebido. Muitas vezes ocorre com a cumplicidade de membros da Associação e do próprio Incra.

Em alguns casos obscuros, com difícil visibilidade, parece haver um tipo de “jogada” entre o vendedor e o comprador do lote que dificulta a apuração dos fatos. Nessas situações, os indícios observados nos acordos firmados entre compradores e vendedores, indicam que alguns vendedores assentados recebem benefícios dos compradores (em dinheiro e até mesmo uma cesta básica mensal), mas permanecem no lote, mantendo as aparências perante a comunidade e o Incra, até que saia a titulação definitiva, ou a espera de uma situação favorável, capaz de legitimar a transação realizada. Nesses casos, a situação do assentado vendedor se assemelha a um caseiro de sítio de veraneio.

Pelo que pudemos perceber, as vendas de lotes aumentaram conforme o tempo foi passando, a mobilização dos assentados diminuindo, e a organização da Associação se corroendo. A ausência e a omissão do Incra também foram preponderantes nesses casos.

A venda de lotes parece estar associada, em muitos casos, à presença de famílias incompletas, sobretudo quando permanecem no assentamento apenas um ou dois membro da família, moradores solteiros, viúvos, divorciados ou separados. Apesar dessa complexidade a venda de lote parece estar, em muitos casos, diretamente associada à proletarização da família e à reduzida capacidade de produção agropecuária e renda nos lotes.

Pressionados pela falta de recursos financeiros e em meio à carência de produção agropecuária, os assentados que vendem os lotes encontram-se num dilema: ou permanecem no assentamento sem conseguir produzir e dar o mínimo de garantias de manutenção para a família ou obter um montante de recursos, não maior que o valor de uma pequena casa na periferia da cidade, e tentar outra ocupação num ambiente marcado pela precarização das relações trabalhistas, pelos baixos salários e pelo aumento do desemprego.

Não é incomum relatos de que, em pouco tempo, a situação financeira dos que deixaram o lote para tentar outra forma de vida na cidade tenha piorado ainda mais.

Por outro lado, como observa Abramovay (2005), existem casos onde o assentado:

“se apóia na certeza de que a terra não será paga e, portanto, induz a que seja vivida pelos beneficiários antes de tudo como patrimônio e não como base produtiva”. (Abramovay, 2005, pg 362)

Nos casos de *substituições por venda de lote* não conseguimos identificar uma lógica padrão porque tendem a ser casos mais complicados. Em alguns casos, os compradores foram legitimados pelos assentados e pela própria Associação, em outros a efetiva presença desses compradores se dá independente de autorização da comunidade ou do Incra que vem continuamente demonstrando incapacidade operacional e jurídica para lidar com essas situações.

Ocorreram diversos casos de venda de lotes em Capelinha. Observa-se, no entanto, que esse tipo de modalidade inicia-se na fase II, ou seja, a partir de 1999 e passa por um processo de crescimento do número de casos ao longo do período transcorrido até o final da fase III. Constata-se que enquanto não houve nenhuma venda de lote na Fase I, na Fase II, houve ocorrência de 03 (três) casos de venda com suspeita de venda de lotes e expulsão dos supostos envolvidos. Na fase III, entretanto, observa-se não somente aumento dos casos de venda de lotes, sendo 6 (seis) no total, como também 2 casos de legitimação dos supostos compradores. Também não se constata caso de expulsão de beneficiário, seja de qualquer uma das modalidades identificadas.

Importante perceber que esse crescimento no número de casos de venda de lotes é acompanhado por transformações no modo com que os assentados e sua organização tratam essa questão com o passar do tempo de existência do assentamento. Sem dúvida, trata-se de uma significativa mudança de postura dos assentados e sua organização frente aos casos de venda.

Sabemos das dificuldades existentes em se descobrir concretamente as negociatas entre vendedores e compradores de lotes em qualquer assentamento. Acreditamos, entretanto, que uma organização interna coesa e fortalecida somada com o acompanhamento constante do Incra são capazes de minimizar os interesses dos supostos negociantes. A inexistência desses pressupostos facilita ou estimula um processo de vendas que pode se tornar crescente e generalizado.

Na fase III, identificamos na atas da associação, 6 (seis) casos de supostas vendas de lote, através de informações com graus variados de confiabilidade, ou seja, alguns casos de venda aparecem como suposições, baseados em fofocas e especulações, sendo que outros são discutidos na base de indícios ou mesmo fortes e concretas evidências.

5.11.2 - Venda de lotes: Robel compra três

A primeira referência nas atas quanto à venda de lote é simples e direta. Relata que *“a Presidente informa que F.M. (C- 04) vendeu para Robel Teixeira as benfeitorias existentes no seu sítio localizado na gleba C”*. (AG 28/07/2002)

O caso volta à tona numa Assembléia ocorrida no mês de outubro de 2002, desta vez na presença de representante do Incra, da Diretoria da Associação, dos assentados e do comprador. Discutia-se na ocasião a aquisição, pelo mesmo comprador, de 3 (três) lotes, cujo nome é bastante significativo: Robel. Segundo a ata:

“A empreendedora social do Incra (M.) falou sobre os problemas dos sítios de: 1) J. B., 2) F.M. e 3) Alc., cujos lotes Robel Teixeira de Souza está ocupando. Robel se pronunciou dizendo que está criando gado nos sítios de F.M. e de Alc. e que quer pagar as dívidas de J.B. Disse também ter entrado em contato com o Incra relatando o fato para o mesmo”. (AG 04/10/2002)

No extrato da Ata acima percebemos que a questão da venda dos lotes não só foi colocada claramente, como foi assumida pelo comprador, evidenciando uma reação de quem está respaldado. Importante registrar que apesar da presença de representante do Incra, não consta das atas qualquer reação explícita àquela situação que colocava em xeque tanto o conjunto de regras estabelecidas pelos assentados quanto a legislação do Incra. Inaugurava-se ali uma nova maneira de enxergar os casos de vendas de lotes, de certa forma estimulando que outros assentados fizessem o mesmo.

É o que uma importante liderança do assentamento chama de “exemplo de cima” (entrevista realizada em 2005), quando indagado sobre as razões para o afloramento das vendas de lotes no assentamento.

Semanas depois, também com a presença de outro funcionário do Incra, o tema volta à baila e os assentados são informados sobre os desdobramentos do caso.

Segundo consta em ata, a Presidente:

“comentou o caso Robel Teixeira, que disse ter legalizado o sítio de J.B. e questionou sua permanência no lote de F.M. (C-04). Foi respondido que Robel está no sítio de F. M. mais quem tem o direito do sítio é a associação. Foi concluído pelo funcionário do Incra (Julinho) que o caso de Robel tem que passar por uma comissão”. (AG 25/10/2002)

O encaminhamento sugerido pelo representante do Incra, além de não encaminhar imediatamente a resolução do caso, suscita uma complacência no mínimo estranha. Mesmo que saibamos que determinados trâmites burocráticos tenham que ser

seguidos, a maioria dos assentados sabe que o significado de “passar por uma comissão” não é sinônimo de celeridade. Fortalecia-se naquele momento o sentimento de omissão do Incra. Aquelas atitudes dos funcionários abriam caminho para que a Associação também afrouxasse suas regras e sua disposição de comprar briga nesse tipo de caso.

A Presidente volta a se referir ao caso numa Assembléia de novembro, dizendo que:

“a situação de Robel é complicada, pois ele não está legalizado (junto ao Incra) e, segundo Fernando (morador do lote de F. M.), fez um cambalacho com ele (Robel) e afirma que este não sai do sítio”.
(AG 08/11/2002)

Com a demora do Incra na constituição da referida comissão, o caso se desdobra com a revenda (cambalacho) que Robel (ou seu preposto) fez com outra pessoa, cuja disposição de permanecer no lote, segundo relato acima, parece ser firme.

Na mesma Assembléia a Presidente disse ter enviado um ofício ao Incra *“notificando que Fabio Felix Valadares (filho de Robel) é quem tem o documento do sítio, mas quem está no lote é seu pai, Robel e que os assentados ainda vão decidir se Robel fica ou não com um sítio em Capelinha”.* (AG 08/11/2002).

A Associação decide encaminhar a seu modo a solução do caso, definindo que são os assentados é que devem deliberar se Robel fica ou não com lote em Capelinha.

Com base nas referências em ata os desdobramentos dos três casos de lote adquiridos por para Robel são os seguintes.

No caso de J.B.(C-48), que tem um histórico bastante tumultuado no assentamento, já que é suspeito de assassinato e encontra-se foragido, seu pai, segundo a Assembléia de 08/11/2002, deu entrada no Fórum de Conceição de Macabu para tirar Robel do lote, reivindicando a titularidade para si. A Assembléia de 25/04/2003 informou que haverá audiência sobre o despejo ou não de Robel do sítio de Jorge Brasil.

Com relação ao lote de Alc.(C-30), numa Assembléia de novembro foi relatada pela empreendedora social do Incra que:

“T. tinha o desejo de trocar de lote com Alc. e a Presidente, sabendo que o lote estava desocupado, deu a autorização. Porém, logo em seguida, apareceu um certo Sr. Everaldo dizendo-se dono do sítio, já que o mesmo havia sido vendido por Robel, havendo inclusive feito ameaças a T. e oferecendo propinas à Presidente que convidou os envolvidos a para estarem nesta Assembléia”. (AG 22/11/2002)

Percebe-se pelo relato que novos e importantes desdobramentos se acumulavam diante de uma incrível omissão do órgão responsável, detentora, diga-se de passagem, de informações e vivência dos fatos havia meses.

Com relação ao lote que F.M.(C-04), as atas e as informações colhidas mostram que este vendeu o lote para Robel que, por sua vez, vendeu para Fernando César. As atas informam que *“foi votado o caso de Fernando César Barros Mota se continua ou não no lote que comprou de Francisco Medeiros, sendo 41 votos a favor da permanência e 04 votaram em branco”*. (AG 26/09/2003).

Interessante notar que esse foi o primeiro caso de legitimação de comprador de lote pelos assentados de Capelinha. O processo de votação foi fechado, ou seja, através de urna móvel passada durante a Assembléia, e ocorreu meses após a chegada de Fernando César que morava no lote de F. M. (C-04).

Importante destacar que a votação que o legitimou o 2º comprador (já que Robel, o 1º, vendeu para esse) foi precedida por um significativo favor prestado por Fernando à comunidade, 13 dias antes, como podemos observar abaixo:

“Foi informado pela Presidente que C. A dos S. foi internado num hospital de Campos (derrame) e agradeceu Fernando César Barros por ter levado alguns assentados para visitá-lo”. (AG 12/09/2003)

Os desdobramentos desse caso (C-04) e do lote vizinho (C-03), cuja mudança de beneficiário havia ocorrido em janeiro de 1999, através de troca de lote externo (ver fase I), teve repercussão considerada gravíssima para a reputação dos assentados de Capelinha e para os assentamentos de reforma agrária.

Trata-se da Operação Morpheu, promovida no Assentamento Capelinha pela Polícia Federal em 09 de março de 2007, que reuniu 250 policiais e três cães farejadores. O resultado da operação foi, segundo o Jornal O Diário:

“a prisão de 12 pessoas, além da apreensão de 25 quilos de pasta base para refino de cocaína, sete quilos de crack, quatro pistolas, uma submetralhadora, munições e carregadores para fuzil, balança de precisão e sete carros” (Jornal O Diário, 09/03/2007, pg 09).

O caso teve ampla repercussão através de exposição em jornais de circulação regional e nacional, além de aparecer no horário nobre da TV Globo, no Jornal Nacional. A cobertura jornalística se referia à existência de uma refinaria de cocaína no assentamento e servia de esconderijo de materiais para quadrilhas que dominam várias favelas em Macaé.

Segundo fontes da Polícia Federal o faturamento mensal era de R\$ 1 milhão e tinha tentáculos em outros estados. A ação da polícia foi precipitada pela divulgação na imprensa de relatório que afirmava que Macaé é a 10ª cidade mais violenta do país, o que levou as autoridades políticas a exigirem respostas das autoridades policiais.

Segundo reportagem de Aloysio Balbi e Antônio Werneck, do Jornal O Globo (09/03/2007), o Superintendente do Incra afirma que, se ficar comprovada a participação do assentado no tráfico, ele será excluído do assentamento e substituído por outra família. Segundo o jornal, o superintendente afirma que “*infelizmente, não temos como controlar os assentados, nem qualquer responsabilidade jurídica sobre as atividades deles*” (O Globo, 09/03/2007, pg. 19).

No dia seguinte, a reportagem assinada por Aloysio Balbi no mesmo jornal, afirma que “*o dono do lote era Eucimar da Conceição Barreto, açougueiro de apelido Boi, que ocupava o terreno onde o laboratório funcionava há dois anos e tentava regularizar sua situação no Incra desde outubro passado*” (O Globo, 10/03/2007, pg. 19).

Na mesma reportagem, o Superintendente do Incra, Mario Lucio Melo, confirma as informações do jornal e informa que “*Eucimar ocupou o lote e pediu regularização, mas não passou nos critérios estabelecidos pelo Incra*” (idem, pg 19).

Em visita a Capelinha em momento posterior aos acontecimentos o clima entre os assentados era de espanto e indignação. Relatos diziam que as pessoas da cidade brincavam de maneira pejorativa com o fato, generalizando o ocorrido como se todos tivessem envolvimento.

A postura do Incra foi dúbia. Além de não ter ido ao assentamento conversar com os assentados até o momento em que esse texto é escrito (25/04/2007), as declarações do Superintendente se referem ao caso como um fato isolado que nada atrapalha o processo de reforma agrária. Por outro lado, relatos informais dos assentados dão conta de que funcionários do Incra têm dito que o órgão agirá com rigor e retirará todas as ações previstas para aquele assentamento.

O fio da meada desse triste episódio não será completamente entendido sem que a história do Incra realizada em 2003 e suas repercussões sejam entendidas. Nesse intuito, no próximo tópico apresentaremos um relato e considerações sobre o referido relatório.

5.11.3 – Venda justificada

Observamos nas Atas um caso inusitado de venda de lote na qual o titular informa não só a venda mas justifica sua atitude com detalhes. Trata-se de um caso raro, já que tal atitude é vetada pela legislação do Incra.

“C. comunicou que por motivos de saúde não pode mais viver da lavoura e que ele e a esposa estão confeccionando roupas íntimas. Deste modo vai trocar o sítio com um rapaz, ficando com a casa dele lá fora (Conceição de Macabu) para não pagar mais aluguel”. (AG 07/02/2003)

5.11.4 - Invasão individual

A invasão isolada ou individual de lote se caracteriza pela entrada em um lote mal explorado ou vago, de conhecimento público entre os assentados, por um interessado naquelas terras. De modo geral os invasores são pessoas que de alguma forma participaram da fase de ocupação, acampamento ou invasão coletiva e não lograram êxito na conquista da terra. Em outros casos, são parentes de assentados que desejam obter um pedaço de chão. A via escolhida nesses casos desconsidera a organização social do assentamento e, por isso, é mal vista pela maioria dos assentados.

Para ilustrar essa modalidade de alteração de beneficiário, resgataremos dois casos de invasão individual, ambos ocorridos na fase III.

O primeiro caso, ocorrido em 2001 por um assentado que já havia participado da invasão coletiva, tem um irmão beneficiário e morou por um tempo numa escola municipal desativada instalada no interior do assentamento.

O lote em questão tem uma titular cuja trajetória deixa espaço para esse tipo de ação, já que mesclou momentos em que efetivamente morou no lote com outros de ausência e abandono, principalmente quando se envolveu amorosamente com outro assentado, fato que é percebido pela comunidade de uma forma um tanto preconceituosa, já que a maioria não admite que um casal possua dois lotes.

O caso aparece nas Atas em agosto de 2001 quando é relatado uma conversa do invasor do lote B-04 com a Presidente e este disse que *“já desocupou o mesmo”*. (AG 25/08/2001)

Três meses após a presidente informa *“que ligou para o Incra e um funcionário (G.) aprovou a invasão de C. no lote e que virão averiguar, por que o Incra não aprova qualquer invasão”*(AG 23/11/2001).

Pelo que se pode deduzir das Atas, o caso não teve boa repercussão entre os assentados, já que ocorreram comentários negativos a respeito, a ponto da presidente falar numa Assembléia sobre “*a perseguição sofrida por este pelos assentados que já tem sítio*”. (AG 07/12/2001)

No final de 2002 o caso ainda não havia sido resolvido completamente. A titular do lote invadido buscou seus direitos e entrou na justiça local, deixando o caso *sub-judice*. Em novembro de 2002 a “*Presidente falou sobre o caso da invasão no lote B-04 e que esta situação está na mão de advogado*”.(AG 22/11/2002). No final de 2005 o caso ainda permanece na mesma situação.

O segundo caso, ocorrido em 2003 foi efetivado por um ex-assentado (V.) que havia sido expulso de Capelinha em 1999, acusado supostamente de ter vendido o lote (lote C-41, veja fase D). Quando fez a invasão individual o ex-assentado não se atinou que o parcelamento definitivo dos lotes havia sido realizado pelo Incra em 2000 e acabou por incorporar o lote que havia lhe pertencido (C-41) ao lote vizinho (C-42). Ocorre que o lote C-42 também sofreu mudança na sua titularidade, já que o titular faleceu (Isaias) e o lote agora pertence à viúva (Alc.) que, por sua vez havia se juntado com outro assentado P.) e foi para lá que o invasor se dirigiu.

O relato contido na Ata mostra também o envolvimento da Prefeitura Municipal na resolução do problema.

“Informou que na semana passada V. esteve na casa de P. e como o mesmo não se encontrava, disse a sua esposa, Alc. que tinha em mãos um documento do Incra que dava direito a posse daquele sítio e na segunda feira seguinte, a noite, chegou com sua mudança, tirou a assentada de dentro de casa e se acomodou sem autorização do proprietário. A Presidente, então, foi resolver o problema com V., mas como não estava em casa, falou com sua esposa que iria levar o problema para a justiça. A secretaria de Promoção Social, junto com representantes do Fórum, foi com um caminhão ao local para pegar os móveis e levar de volta, juntamente com os donos ao acampamento de Ingazeira, de onde vieram”. (AG 04/07/2003).

5.11.5 – Morte por assassinato

Com relação aos casos de assassinato de titular de lote observamos apenas um caso (lote D-22), ocorrido durante o período em que a Associação acolheu, na área coletiva (C-57), os acampados de Zé Pureza, oriundos de Campos dos Goytacazes.

Nesse caso a substituição foi reivindicado por parente, mais precisamente, irmão da vítima. Ocorre que, como a vítima tem vários irmãos, pelo menos dois deles querem substituí-lo.

No entanto, três titulares de lote foram acusados de suposto assassinato (C., R. e J.B.). Dois dos três acusados foram expulsos de Capelinha, perdendo seus lotes e, outro, J.B., que supostamente cometeu assassinato fora de Capelinha encontra-se foragido e seu lote objeto de disputa judicial no fórum da cidade entre o pai do assassino, que reivindica seu direito e o comprador do lote.

5.11.6 – Desmembramentos

Os casos de desmembramentos de lotes, entendidos como a divisão do lote e entrega para outra pessoa, sem que necessariamente seja a operação legalizada junto ao Incra, se mostram como outra forma de mudança de beneficiários do assentamento na medida em que, com o passar do tempo, novos moradores ocupam os lotes.

No caso de Capelinha os casos de desmembramentos registrados em ata se restringem ao período de junho de 2003 a março de 2004 onde ocorreram três casos diferentes.

Essa modalidade é tida como ilegal, assim como a venda de lotes, já que o assentamento não está emancipado e por isso seus assentados não possuem o domínio, ou seja, a posse definitiva do respectivo lote.

Cada caso tem uma razão específica: o primeiro, motivado pela homenagem de um assentado à sua companheira, com a doação de um pedaço do lote. Na ata aparece de forma rápida e sem discussão: *“o assentado S. O. doou parte de seu sítio à companheira I.”* (AG 20/06/2003).

O segundo caso foi motivado por uma briga de casal que acabou separando os cônjuges e dividindo o lote (C-03). Já o terceiro caso diz respeito à cessão e doação de parte do lote do titular (C-57) para um parente que já reside naquele espaço há anos.

5.12 - Vistoria do Incra 2003 em questão

A vistoria realizada em 2003 situa-se num quadro mais geral onde o Incra, no início do Governo do Presidente Lula, determinou a execução de um programa de governo que avaliasse a situação ocupacional dos assentamentos de reforma agrária do país a partir de vistorias e, caso se configurasse necessário, da retomada dos lotes irregularmente ocupados.

No Estado do Rio de Janeiro, sob a gestão de Carlos Correia¹⁰, então Superintendente Regional do Incra, esse processo que ficou conhecido pela “Moralização dos Assentamentos” se iniciou no mês de junho/2003 e vistoriou pelo menos 4 (quatro) assentamentos em diferentes municípios, quais sejam: Capelinha, Visconde, Cambucaes e Cantagalo, respectivamente nos municípios de Conceição de Macabu, Casimiro de Abreu, Silva Jardim e Rio das Ostras.

Essa iniciativa detectou uma série de problemas nos assentamentos citados. Índices significativos de diferentes situações que infringem a legislação com gravidades diferenciadas foram constatadas. Se nos restringirmos somente aos mandados de reintegração de posse, baseados em infrações mais graves à legislação vigente, veremos que os índices variaram de 10,4% a 44% dos lotes nesses quatro assentamentos. Se levarmos em consideração as notificações administrativas e os mandados de reintegração de posse somados, os índices variam de 27,7% a 63,35%, portanto, mais do que significativos.

No Assentamento Capelinha essa vistoria ocupacional se deu em junho de 2003, onde uma equipe formada por 4 (quatro) funcionários do Incra percorreu todos os lotes com a presença de um membro da Associação. Em agosto do mesmo ano as notificações administrativas e os mandados de reintegração de posse foram expedidos pelo Incra o que causou um clima de insegurança entre os assentados.

Tabela 15 – Notificações Administrativas e Mandados de Reintegração de Posse emitidos pelo Incra aos assentados de assentamentos do estado do Rio de Janeiro, segundo Incra (2003).

Assentamentos e Municípios				
Itens	Capelinha	Visconde	Cambucaes	Cantagalo
Lotes (a)	139	86	101	194
Notificações administrativas (b)	26	20	12	53
Reintegração de posse (c)	62	09	16	35
Total (b + c) = d	88	29	28	88
% (c/a)	44,6	10,4	15,8	18
% (d/a)	63,3	33,7	27,7	45,3

Fonte: Relatórios de Vistoria do Incra, 2003

¹⁰ Ex-Deputado Estadual do PDT, 1º indicado ao cargo de Superintendente do Incra no Governo Lula que substituiu Josemar em abril de 2003.

Muitas reclamações dos assentados quanto a supostos equívocos e mesmo injustiças por parte dos mandados expedidos acabaram fazendo com que a Associação preparasse no mês de novembro um relatório contrapondo as afirmações contidas no Relatório do Incra.

Desde então se observou a ausência não só de resposta oficial ao Relatório da Associação, mas de qualquer atitude por parte do Incra, deixando nos assentados e na Associação margem para distintas interpretações, entre elas a sensação de que aquele Relatório do Incra não obteve conseqüências práticas.

Com o episódio recente da “refinaria de cocaína”, recém descoberta pela Polícia Federal em 2 (dois) lotes do Assentamento, o caso volta à tona internamente na medida em que surgem expectativas de que o Incra voltará a agir, tomando alguma atitude mais drástica. Surgem boatos, inclusive verbalizados por funcionários do próprio Incra que os investimentos previstos para aquele Assentamento serão contingenciados, entre eles as reformas em 50 habitações, os 14 créditos recuperação, os investimentos necessários para as agroindústrias inconclusas (casa de farinha e fábrica de açúcar mascavo) e a permanência da equipe de Ates (Assessoria Técnica, Social e Ambiental).

Cabe esclarecer que na metodologia adotada pelo Incra, os assentados foram classificados em 4 (quatro) diferentes situações, quais sejam:

Moradia habitual, exploração efetiva e cumprimento do Pronaf A, cuja cor simbolizada nas análises¹¹ é a verde.

- a) Notificação Administrativa – situação onde o beneficiário apresenta algum tipo de pendência que deve, no menor tempo possível, esclarecê-la ou saná-la, sob pena de perder o lote. A cor utilizada para simbolizar esse caso é a amarela.
- b) Reintegração de Posse – situação em que o beneficiário, segundo o Incra, fere a legislação de modo veemente e, por isso, deverá “desocupar imediatamente o lote para assentamento de novo candidato” (Incra, 2003). Além disso, foram advertidos que o não cumprimento da ordem implicará na “aplicação de medidas judiciais cabíveis para a reintegração de posse do lote visando o assentamento de nova família habilitada e o conseqüente encaminhamento do nome de V. S.^a para o Banco do Brasil para ressarcimento do crédito concedido, ao Ministério Público Federal e a Polícia Federal para respectivo enquadramento legal.” (Incra, 2003). A cor utilizada para simbolizar esse caso é a vermelha.

¹¹ Em anexo mapa por glebas a situação ocupacional dos assentados, segundo o Incra.

c) Outras situações que não se enquadram em nenhuma das opções acima, referentes à necessidade de outras análises por parte do Incra ou ainda lotes que foram incorporados a outros quando da realização do parcelamento definitivo ocorrido em outubro de 2000. A cor utilizada para simbolizar esse caso é a azul.

O respaldo legal que consta nos mandados expedidos pelo Incra se refere à infração “dos artigos 64 e 77 do decreto 59.428 de 27 de outubro de 1966” (Incra, 2003).

Um balanço geral do Relatório do Incra é apresentado abaixo, mostrando não só a distribuição das Notificações Administrativas e Mandados de Reintegração de Posse por glebas, mas também as situações consideradas suficientemente adequadas pelo Incra, além de outros casos que se encontram sob sua análise.

O Relatório do Incra indica 34 casos (cerca de 25% do total de lotes) onde o órgão verificou a moradia habitual, exploração efetiva do lote e cumprimento do Pronaf “A” por parte do conjunto dos assentados, condições consideradas suficientes para adquirirem o status “sem restrições”.

O perfil desses assentados é complexo e diversificado como pode ser observado nas fichas em anexo, entretanto, consta que a sua maioria tem origem rural, alguns passando por experiência de trabalho na Usina Victor Sense, moram no lote com a família, geralmente produzindo leite.

A sua distribuição nas glebas se concentra nas glebas A e B, sendo reduzida na Gleba C e praticamente inexistente nas Glebas D e E (vide mapa).

Segundo Incra (2003), em Capelinha, nada menos que 26 Notificações Administrativas e 62 Mandatos de Reintegração de Posse, totalizando 88 ações. O que equivale à cerca de 63% do total de lotes (considerando 139 lotes) disponíveis no assentamento apresentando problemas junto ao Incra. Se considerarmos somente os 62 casos envolvendo Mandatos de Reintegração de Posse, observaremos que 44% dos beneficiários estão na eminência de serem expulsos da terra pelo Incra.

As razões alegadas pelo Incra para a expedição de Notificações Administrativas e Mandados de Reintegração de Posse da terra para o Assentamento de Capelinha, segundo Relatório do Incra (2003), são variadas e estão sistematizadas nas tabelas abaixo.

Com relação às Notificações Administrativas, observa-se um conjunto variado de questões justificaram a emissão do documento, sendo que os problemas com Pronaf “A” foram os que mais apareceram (10 citações em 26). Neste caso, aparecem

textualmente alegações do Incra do tipo: “falta de conclusão do projeto (de financiamento)”;

“não aquisição de picadeira do Pronaf”. Em segundo lugar no ranking das razões alegadas aparece o problema de não residir no lote (7 citações em 26). Em terceiro lugar a afirmação de que assentados não residem e não exploram o lote (2 citações em 26).

As demais razões alegadas são assim mencionadas no relatório: “Baixa na CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social)” (2 citações); “Apresentação de atestado médico comprovando doença” (1); além de fatos inusitados como a necessidade de “Embargar a obra (do alambique)”, que estava sendo construída por um assentado, antigo administrador da fazenda desapropriada, em conjunto com seu genro.

O perfil desses assentados não segue um padrão determinado, sendo possível encontrar as mais diferentes situações, desde assentados que têm origem rural, morando no lote, produzindo e não exercendo atividade não agrícola, até assentados que têm origem em outros municípios, não moram no lote, não produzem e exercem atividade não agrícola.

A sua distribuição espacial no assentamento mostra a presença em todas as glebas, sendo que na Gleba C sua freqüência é mais numerosa. (vide mapa).

Tabela 16 – Razões alegadas pelo Incra para emissão das Notificações Administrativas e no Assentamento Capelinha, município de Conceição de Macabu, Rio de Janeiro, segundo Incra (2003).

Notificações administrativas	
Razões alegadas	Número
Problemas com Pronaf A	10
Não reside	07
Não reside e não explora	02
Apresentar baixa na CTPS (carteira de trabalho)	02
Não explora o lote	01
Apresentar atestado médico	01
Retirar gado de outro lote	01
Trabalha na Prefeitura	01
Embargar obra do alambique	01
Total	26

Fonte: Relatório Vistoria, 2003, adaptado pelo autor.

A principal razão alegada pelo Incra para os 62 assentados que receberam os Mandados de Reintegração de Posse foram as ocupações irregulares (11 citações em 62), seguida pelo triplo conjunto de problemas de não residir, não explorar e não terminar o projeto de financiamento do Pronaf “A” (9 citações em 62). Empatando em segundo lugar no número de citações aparece o abandono de lote. Em quarto lugar, problemas quanto à não residência e não exploração do lote (8 citações em 62), seguido pelo problema duplo de não explorar e trabalhar fora (6 citações em 62).

Textualmente aparecem outras razões alegadas pelo Incra, como: “Não residir nem explorar o lote”; “Não explorar o lote e aplicação inadequada do Pronaf”; “Existência de contrato de arrendamento com a Usina Carapebus”; “Venda de parte do lote para fulano”; “Comerciante”; “Funcionário da Prefeitura Municipal de Conceição de Macabu”; “Não reside e construiu casa fora dos padrões do Crédito Habitação”; “Não explora o lote e trabalha na Fazenda Vera Cruz, diariamente”; “Lote em estado de abandono”, “Não cumpriu o Pronaf-A”, etc.

O perfil desses assentados também não responde a um padrão definido, apesar de se caracterizarem, na sua maioria, de assentados que não moram, não produzem e que exercem atividades não agrícolas. Chama a atenção que todos eles participaram da ocupação da fazenda que depois foi desapropriada e, no início do assentamento, prestigiarem as atividades da Associação.

A distribuição espacial no assentamento mostra presença em todas as glebas, entretanto, concentrada nas glebas C, D e E (vide mapa).

Tabela 17 – Razões alegadas pelo Incra para emissão dos Mandados de Reintegração de Posse no Assentamento Capelinha, município de Conceição de Macabu, Rio de Janeiro, segundo Incra (2003).

Reintegração de posse	
Razões alegadas	Número
Ocupação irregular	11
Não reside / não explora e problemas com pronaf A	09
Lote em estado abandono	09
Não reside / não explora	08
Não explora e trabalha fora	06
Arrendou pasto e não cumpriu o Pronaf A	06
Não cumpriu o Pronaf A	03
Venda lote	03
Comerciante	02
Funcionário da Prefeitura	02
Contrato de arrendamento com usina	01
Transformou casa em bar	01
Motorista ônibus dos estudantes	01
Total	62

Fonte: Relatório Vistoria, 2003, adaptado pelo autor.

Sem entrar no mérito das razões alegadas para a emissão dos Mandados de Reintegração de Posse, chama a atenção o fato do Incra atribuir a si próprio a incumbência de, não só fazer a supervisão dos créditos do Pronaf-A, mas também de punir os assentados que supostamente não concluíram os projetos de financiamento, fato que consta nos contratos de financiamento como de atribuição do agente financeiro (Banco do Brasil) e que tem como punição máxima a inclusão do nome do mutuário na relação de inadimplentes e não a perda do lote.

Em novembro de 2003 a Associação contrapôs o relatório do Incra relatando a situação de cada assentado, tentando sensibilizar o órgão através da exposição das dificuldades de cada um. As justificativas são bastante variadas e tratam desde a situação pessoal até as dificuldades financeiras, de sobrevivência no lote, etc.

É importante ressaltar que no período compreendido entre o mês de agosto, quando foram emitidas as Notificações Administrativas e Reintegrações de Posse, e o mês de novembro, quando a Associação enviou o Relatório contrapondo as afirmações do Incra, nenhuma outra ação foi tomada pelo órgão, fazendo com que ainda chegasse a tempo a resposta da Associação.

O prazo de desocupação dos lotes que receberam os Mandatos de Reintegração de Posse expiraria alguns dias após, fato que não foi colocado em prática até o presente momento (março de 2007). Desse tempo para cá não se tem notícia de novas ações, nem de diálogo, nem de fazer valer as notificações, aumentando assim seu descrédito.

Chama a atenção o fato de 14 assentados da gleba E (19 lotes) terem recebido o Mandado de Reintegração de Posse, o que significa que nada menos de 73,7% dos assentados infringiram a legislação atual e, segundo o Incra, não deveriam permanecer no lote. A gleba D (22 lotes) fica em segundo lugar, pois tem 14 casos ou 63% dos assentados que receberam de Mandado de Reintegração de posse. A Gleba C vem em seguida com 29 casos ou 39% dos assentados com Mandados de Reintegração de posse recebidos.

Tabela 18 – Distribuição por glebas das emissões de Notificações Administrativas (NA), Mandados de Reintegração de Posse (RP) e situação de moradia habitual, exploração efetiva e cumprimento do Pronaf A (A) distribuídas no Assentamento de Capelinha (Incra, 2003)

Gleba / nº lotes	A	NA	RP	Outros *	Total
A / 11	05	02	03	01	11
B / 08 **	02	02	02	02	08
C / 74***	21	15	29	09	74
D / 22	04	04	14	-	22
E / 19	02	03	14	-	19
Total (134)	34	26	62	12	134

Fonte: Relatório Vistoria, 2003, adaptado pelo autor.

* - Outros (em análise pelo Incra, ou lote inexistente).

** - 1 lote é coletivo (Escola Rio de Meio)

*** - 4 lotes são coletivos (creche, associação, Escola Rio de Meio e galpão BR-101)

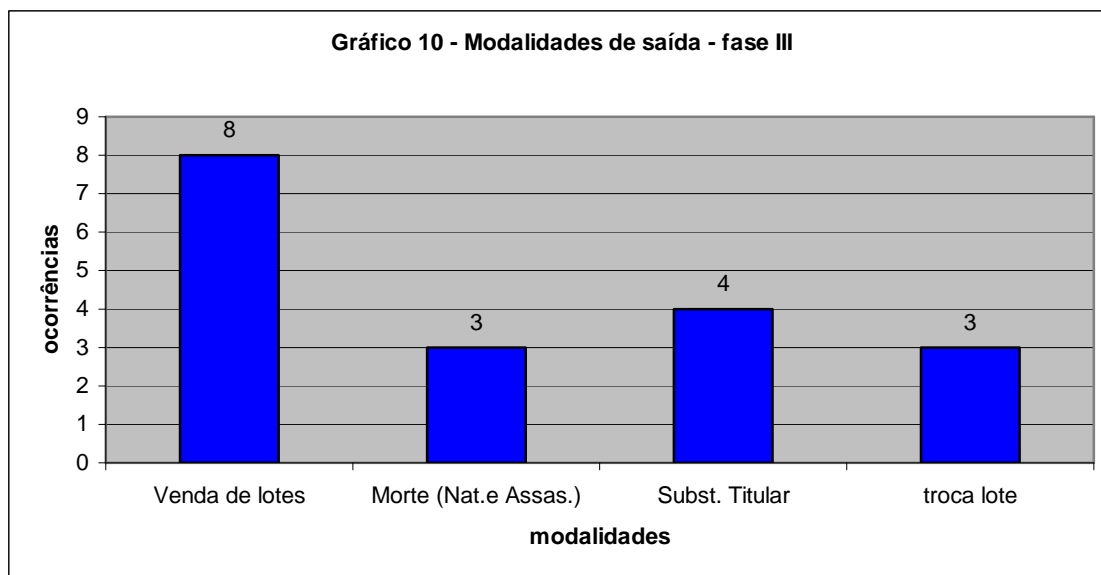
5.13 – Resumo das mudanças de beneficiários da fase III

Como vimos, na Fase III apresentamos algumas modalidades de mudanças de beneficiários ocorrida no período, quais sejam: venda de lotes, desmembramento, morte por assassinato.

Tabela 19 - Resumo das mudanças de beneficiários da fase III

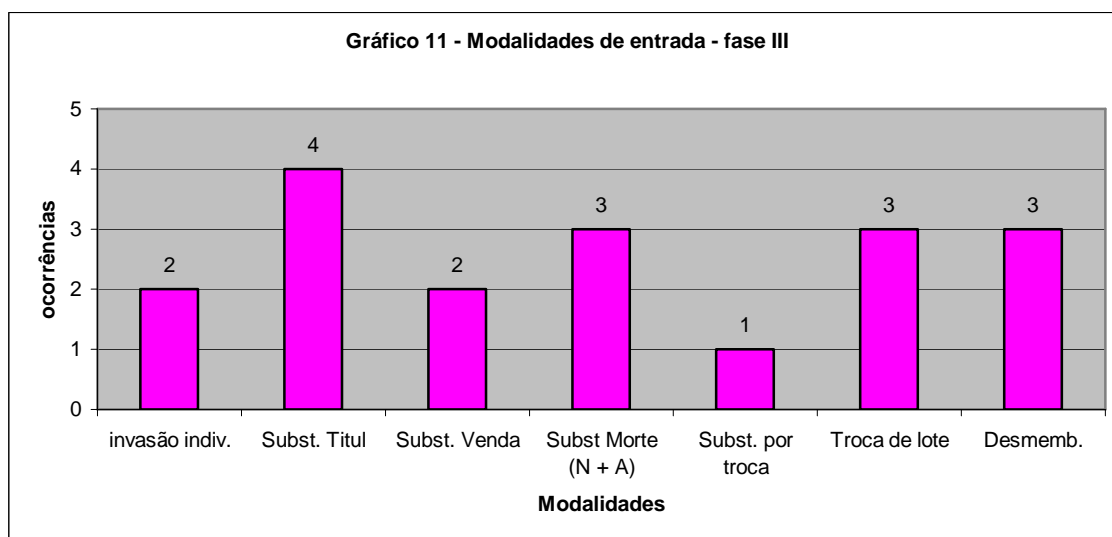
fase I			
Saídas		Entradas	
Venda de lotes	8	Invasão individual	2
Morte (natural + assassinato)	3	Substituição por Venda	4
Substituição titular	4	Substituição por morte (nat. + Assas.)	3
Troca de lote	3	Substituição titular	4
		Troca de lote	
		Desmembramento	
Total	18		9
Total Geral			27

Importante perceber que nessa fase a organização comunitária e o tecido social dão mostras de esgarçamento que somados à inoperância do Incra, deixaram como marca o afrouxamento das regras antes consideradas fundantes para os assentados.



O gráfico 10 mostra os casos de venda de lotes, fato ainda não visto nas fases anteriores. Outro aspecto importante é o expressivo número de mudanças deliberadas nas Assembléias que não foram legitimadas pelo Incra, sinalizando um descompasso entre as instituições.

O gráfico 11 evidencia como nessa fase quase todas as modalidades identificadas ocorreram.



Evidencia também, pela primeira vez, casos onde os compradores de lote foram legitimados pela Associação.

6 - Considerações finais

Ao longo de pelo menos duas décadas de implementação da política de assentamentos rurais no Brasil, um conjunto expressivo de famílias se tornou assentadas, conquistando a tão sonhada terra. Distribuídos nas mais diferentes regiões do país, os assentados e os assentamentos passaram a chamar a atenção da sociedade, seja pelas suas limitações, seja por suas potencialidades. Políticas públicas foram elaboradas para esse programa, entretanto, graves dificuldades na sua implementação são observadas. Munidos exclusivamente da terra, um contingente expressivo de beneficiários acabaram deixando os assentamentos e é sobre essa questão que procuramos focar nosso olhar ao longo dessa dissertação.

Observamos ao longo do primeiro capítulo que os casos de saída de beneficiários de lotes fazem parte da dinâmica dos assentamentos e ocorrem nas mais diferentes regiões e Estados do País. Além disso, vimos que muitas vezes, os índices de evasão gerados pelas pesquisas, ainda um tanto quanto escassas, tendem a serem utilizados nos debates e controvérsias como se sozinhos fossem capazes de expressar uma dimensão qualitativa da política de assentamentos implementada. Esta postura simplista e reducionista deve ser evitada tendo em vista a complexidade existente nos assentamentos.

Procuramos mostrar também que autores de diferentes estudos e pesquisas utilizaram-se do termo evasão para denominar fenômenos sociais distintos, tais como abandono, troca de lote, venda de lote e expulsão, entre outros. Evasão, então, vem sendo utilizado como conceito ordenador de modalidades de saídas de beneficiários de natureza os mais variados entre si. Necessário se faz organizar melhor essa temática, realizando maior número de pesquisas e aprofundando a discussão sobre o assunto, se quisermos entendê-lo de forma que expresse a sua relevância.

Penso que ficou mais claro que não existe uma única razão que explique as saídas dos beneficiários. Na verdade, as precárias condições de infra-estrutura e a implementação parcial e fragmentada de políticas públicas consistentes nos assentamentos indicam que essas dimensões adquirem peso significativo, estando, muitas vezes, por detrás de outras diferentes razões que justificam as saídas.

Demora na criação e parcelamento dos assentamentos; liberação de créditos de instalação (fomento, habitação, etc) insuficientes e fragmentados; carência de assistência técnica; ausência de equipamentos de saúde e educação; órgão gestor com cultura institucional asfixiada e carência de estrutura e de funcionários qualificados são apenas algumas das facetas mais visíveis das políticas públicas implementadas. Como já diziam Bruno & Medeiros (1998), talvez seja o caso de perguntar por que os assentados ainda permanecem nos assentamentos.

Com relação ao assentamento Capelinha, procuramos resgatar as diferentes modalidades de mudanças de beneficiários dos lotes descrevendo cada uma delas. Dessa forma, procuramos deixar claro que se trata de fenômenos sociais de natureza muitas vezes distintas e que devem ser trabalhadas considerando essas especificidades. Assim, casos de abandono de lote, por exemplo, se diferenciam de casos de venda de lotes que, por sua vez, são diferentes de expulsão. Tratá-los da mesma forma, como se fizessem parte do mesmo fenômeno parece-nos equivocado.

Em cada uma das três fases sistematizadas observamos, como já foi dito, as diferentes modalidades de mudanças de beneficiários, cuja ocorrência parece estar relacionada com o grau de coesão social e da capacidade organizativa da comunidade. Se relacionam também com a disposição dos assentados em reafirmarem como regra válida, enquanto grupo, a “Lei do Assentamento”. Para isso lançam mão de diversos mecanismos de decisão.

Vimos que quando se definem por zelar desse conjunto de regras estabelecidas por eles próprios durante a trajetória que compartilharam conjuntamente, determinadas modalidades de mudança, como os casos de venda de lotes, por exemplo, não ocorrem ou ocorrem em menor número. Por outro lado, quando percebem que essas leis já não servem mais como referência, situações antes rejeitadas, como o caso de compradores de lotes, passam a ser legitimadas.

Percebemos então que as mudanças de beneficiários tiveram seu padrão alterado ao longo das diferentes fases em função de um conjunto de questões relacionadas à organização social e às relações institucionais construídas pelo conjunto dos assentados.

Observamos também determinadas lógicas no processo de reocupação dos lotes que parecem passar pelo compromisso de que o assentamento é um espaço construído

socialmente cuja Associação dos Trabalhadores tem papel agregador e constitui-se numa arena de discussão fundamental; pelo reconhecimento dos que lutaram junto e não conquistaram a terra; pela condenação dos assassinatos e supostos assassinos; pelo reconhecimento do lote como unidade de produção que pertence fundamentalmente à família.

Finalmente, outra questão importante e que se relaciona diretamente aos casos de mudanças de beneficiários e as formas de reocupação de lote é a atuação do Incra. Quando este atua de forma qualificada e freqüente, levando a cabo determinadas e importantes ações iniciadas, mesmo com a existência de problemas, como é o caso da inócua e traumática Vistoria realizada em 2003, a tendência é que episódios como o da “refinaria de cocaína” não aconteça mais.

7 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEIXO, D.N.S. **Descortinando um assentamento através das Atas.** Rio de Janeiro: UFRRJ/Cpda, 2004 (mimeo).
- ALEIXO, D.N.S. **Projeto Lumiar: novo ator para uma nova ATER nos assentamentos?** Rio de Janeiro: UFRRJ/Cpda, 2003 (mimeo).
- ABRAMOVAY, RICARDO. **Um novo contrato para a política de assentamentos.** In Oliva, Pedro M., (org). *Economia Brasileira – Perspectivas do Desenvolvimento.* Editora CAVC, São Paulo, pp. 355-375, 2005.
- ALENTEJANO, PAULO R. **A luta pela terra no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, 1999 (mimeo).
- ALENTEJANO, PAULO R. **Reforma agrária e pluriatividade no Rio de Janeiro: repensando a dicotomia rural-urbana nos assentamentos rurais.** Rio de Janeiro; CPDA/UFRRJ, 1997 (Dissertação de Mestrado).
- ALENTEJANO, PAULO ROBERTO. **Pluriatividade: Uma noção válida para a análise da realidade agrária brasileira?** In: Tedesco, J. C. (ed.) *Agricultura familiar: realidades e perspectivas.* 3ª Ed. Passo Fundo: UPF, 149-179p., 2001.
- ALENTEJANO, PAULO ROBERTO. **Reforma Agrária, Território e Desenvolvimento no Rio de Janeiro.** Cpda/UFRRJ, Tese de Doutorado, 2003.
- ALVES, MARIA HELENA MOREIRA. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984).** Petrópolis: Vozes, 1984.
- ANDRADE, M, et al. **Coletivização: uma proposta para os camponeses.** São Paulo: CEDI, 1989.
- ARAÚJO, TANIA BACELAR. **Descentralização e participação na reforma agrária: um processo em discussão.** In: *Reforma agrária e desenvolvimento sustentável.* Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2000.
- ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DA FAZENDA CAPELINHA I E II. **Ofício ao Incra.** Conceição de Macabu, 1999.
- ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DA FAZENDA CAPELINHA I E II. **Abaixo-assinado ao Incra.** Conceição de Macabu, 1999.

ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DA FAZENDA CAPELINHA I E II. **Relatório ao Incra**. Conceição de Macabu. Novembro de 2003.

BENEDETTI, ADRIANE. **Na conquista da fronteira: um estudo de caso dos assentamentos rurais de Hulha Negra/RS**. Dissertação de Mestrado. CPDA/UFRRJ, 1998.

BIANCHINI, WALTER; BITTENCOURT, GILSON & DINO, SANDRO. **Principais fatores que potencializam o desenvolvimento dos assentamentos rurais no Brasil**. Brasília, Cadernos da Terra, nº 4, 1999.

BITTENCOURT, GILSON; BIANCHINI, VALTER; BORGES DE CASTILHOS, DINO; & SILVA, HUR BEN. **Principais fatores que afetam o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária do Brasil. Relatório final**. Projeto FAO/Incra, Brasília (mimeo), 1998.

BRUNO, REGINA & MEDEIROS, LEONILDE. **Percentuais e causas de evasão nos assentamentos**. Projeto de Cooperação técnica MEPP-INCRA/FAO. Versão final. Brasília, dezembro, 1998.

CASTRO, ELISA GUARANÁ DE. **Entre o rural e o urbano: dimensões culturais dos assentamentos rurais no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ. (Dissertação de mestrado), 1995.

CASTRO, M.H. et al. **Reforma agrária: um estudo preliminar**. Reforma Agrária. Campinas, v. 18, nº 1, abr/jul, 1998.

CIDE. **Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Fundação CIDE, 1996, 2001, 2002.

COMERFORD, JOHN CUNHA. **Fazendo a luta. Sociabilidade, falas, rituais na construção de organizações camponesas**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 1999.

DELGADO, NELSON G. **Desenvolvimento local e extensão rural e pesqueira: reflexões metodológicas**. In: Estudos, Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ n.16, abril, 2001.

DIARIO OFICIAL DA UNIÃO. **Decreto Presidencial de Criação do Projeto de Assentamento Capelinha**. Brasília, 23/09/1996.

DIARIO OFICIAL DA UNIÃO. **Portaria Incra SR-07-SR-03**. Brasília, 24/04/1997.

DIARIO OFICIAL DA UNIÃO. **Retificação Portaria Incra SR-07-SR-03**. Brasília, 13/07/1997.

- DIAS, MARCELO MINÁ . **Extensão rural para agricultores assentados: uma análise das boas intenções propostas pelo Serviço de ATEs**. C&T. Ciência e Tecnologia, Brasília, v. 21, n. 03, p. 499-543, 2004.
- ESTERCI, NEIDE et al. **Assentamentos rurais: um convite ao debate**. Reforma Agrária. Revista da ABRA. Campinas, nº 3, set-dez, pág 5-15, 1992.
- FAO/PNUD/MARA. **Principais indicadores Sócio-econômicos dos assentamentos de reforma agrária**. Versão resumida do relatório final do projeto BRA 87/022. Brasília, 1992.
- FERRANTE, V. L. B. **Diretrizes políticas dos mediadores: reflexões de pesquisas**. In: Medeiros, L. S., et al. (org.) Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar. São Paulo, Editora Unesp, 1994.
- FIALHO, M. A. V., MIGUEL, L. A. **Rendas não agrícolas e pluriatividade: Estratégias de reprodução socioeconômica e a agricultura familiar**. X Congresso Mundial de Sociologia Rural. Rio de Janeiro (s/p), 2000.
- FIBGE. **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro: FIBGE, 1950, 1960, 1970, 1980 e 1995-1996.
- FIBGE. **Censos Demográficos**. Rio de Janeiro: FIBGE, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000 e Contagem da População, 1996. Rio de Janeiro.
- GARCIA JR., A. **Geração de rendas, sua distribuição e trajetórias diferenciais em assentamentos de reforma agrária no Brasil (1985-1989)**. In: Romeiro, Ademir; Guanziroli, Carlos e Leite, Sergio (Orgs). Reforma Agrária: produção, emprego e renda. Petrópolis: Vozes, 1994.
- GARCIA JR., A; MEDEIROS, L; GRYNSZPAN, M E LEITE, S (Coord.). **Assentamentos rurais em perspectiva comparada: uma análise das dimensões econômicas, sociais, históricas e ambientais**. Rio de Janeiro: Cpda/UFRRJ/CPDOC-FGV/CRBC-EHESS/UFF/FAPERJ/Fundação Ford, 2003. (Relatório de Pesquisa em CD-Rom).
- GIULIANI, GIAN CARLO; CASTRO, ELISA GUARANÁ DE; DIAS, VANESSA TAVARES DE JESUS. **A origem dos assentamentos: um problema ou uma questão?** Rio de Janeiro: UFRJ/IDACO, 1995
- GONÇALVES, BENTO. **A agricultura e a economia do Estado do Rio de Janeiro**. Senar (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural). Rio de Janeiro, 2005.
- GONÇALVES, CLÁUDIO UBIRATAN. **A mediação política e o ordenamento do território**. **Dissertação de Mestrado**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2002.

GONÇALVES, CLAUDIO UBIRATAN. **Assentamento Capelinha: do espaço de trabalho dos assentados à assistência técnica participativa.** Dimensões – Revista de História da UFES, n° 17, pg. 69 a 90. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2005.

GOUVEIA, CELIA GONÇALVES. **Outra vez sem terra: uma análise dos egressos da organização do Assentamento vitória da União – Mangueirinha - Pr.** Universidade Federal do Paraná. Dissertação de Mestrado. Curitiba, 2001.

GRYNSPAN, MARIO. **Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964).** Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, PPGAS/UFRJ, 1987.

GUANZIROLI, CARLOS et. al. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI.** Rio de Janeiro: 2001.

HERÉDIA, BEATRIZ; MEDEIROS, LEONILDE; PALMEIRA, MOACIR; CINTRÃO, ROSÂNGELA E LEITE, SERGIO. **Análise dos Impactos Regionais da Reforma Agrária no Brasil.** Rio de Janeiro, Estudos, Sociedade e Agricultura, Cpda/UFRJ, n° 18, abril de 2002.

INCRA, RJ (SR 07). **Relatório das Atividades da Superintendência Regional do INCRA no Rio de Janeiro (SR-07).** Rio de Janeiro, 2006 (mimeo).

INCRA, RJ (SR 07). **Relatório dos Projetos de Reforma Agrária conforme suas fases de implantação.** Coordenação Geral de Implantação – DTI / SIPRA. Rio de Janeiro, Dez 2006 (mimeo).

INCRA, RJ (SR – 07). **Supra do assentamento Capelinha,** Rio de Janeiro, 1997.

INCRA, SR-07. **Levantamento das Parcelas Ocupadas Irregularmente no Projeto de Assentamento Capelinha.** Rio de Janeiro, 1999.

INCRA, SR-07. **Parcelamento Definitivo do Projeto de Assentamento Capelinha.** Rio de Janeiro, 2000.

INCRA, SR-07. **Relação de Beneficiários (RB).** Rio de Janeiro, 1999, 2003, 2004 e 2005.

INCRA, SR-07. **Relatório de Vistoria Ocupacional – Assentamento Capelinha.** Rio de Janeiro, agosto de 2003. (mimeo).

INCRA, SR-07. **Relatório de Vistoria Ocupacional – Assentamento Cantagalo.** Rio de Janeiro, agosto de 2003. (mimeo).

INCRA, SR-07. **Relatório de Vistoria Ocupacional – Assentamento Cambucaes.** Rio de Janeiro, agosto de 2003. (mimeo).

INCRA, SR-07. **Relatório de Vistoria Ocupacional – Assentamento Visconde**. Rio de Janeiro, agosto de 2003. (mimeo).

INCRA. **Instrução Normativa nº 22**, de 11 de outubro de 2005.

INCRA. **Norma de Execução nº 45**, de 25 de agosto de 2005.

INCRA. **Plano Preliminar da Fazenda de Capelinha I e II**. Rio de Janeiro, 1997.

INCRA. **Perímetro da Fazenda Capelinha I e II**. Rio de Janeiro, 1998.

INCRA. **Vistoria e Avaliação da Fazenda Capelinha I e II - Relatório Técnico**, Rio de Janeiro, 1996.

INNOCENCIO, NEY RODRIGUES & BRITO, MARISTELA DE AZEVEDO. **Organização do espaço agrário no Estado do Rio de Janeiro**. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, jul – set, pg. 87, 1988.

LAVINAS, LENA; MAGINA, MANUEL ANDRADE; FREITAS, ADRIANA; SANTOS, CHRISTIANE; GUIMARÃES, FERNANDO; SOARES, MARCOS JOSÉ & ROSAS, REINER OLIBANO. **Diagnóstico Fundiário do Estado do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro: IPPUR/FUJB/SEAF**, dezembro, 1990.

LEITE, SÉRGIO. **A face econômica da reforma agrária: Estado e assentamentos rurais em São Paulo na década de 80**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ. (Dissertação de mestrado), 1992.

LEITE, SÉRGIO. **Impactos Regionais da Reforma Agrária no Brasil: aspectos políticos, sociais e econômicos**. In: Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável, Brasília, MDA, 2000.

LEITE, SERGIO. **Orçamentos familiares e estratégias sócio-econômicas em assentamentos rurais: apontamentos ao debate sobre multifuncionalidade da agricultura brasileira**. In: Seminário Franco-Brasileiro de pesquisa sobre a multifuncionalidade da agricultura. Florian, França, 2003.

LINHARES, MARIA YEDDA & SILVA, FRANCISCO CARLOS TEIXEIRA DA. **Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LOPES, ELIANO SERGIO; MATOS, ELMER; ALVES, MARLENE & SILVA, TÂNIA. **Organização produtiva e impactos dos assentamentos rurais do estado de Sergipe**. In: Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional., Maud, pg. 229 a 270. Rio de Janeiro, 2004.

MARTINS, JOSÉ DE SOUZA. **A militarização da questão agrária no Brasil**. 2.ed., Petrópolis: Vozes, 1985.

MAZZETO, CARLOS. **Democracia e sustentabilidade na agricultura: subsídios para a construção de um novo modelo de desenvolvimento rural.** Caderno temático nº 4. Rio de Janeiro: 2000.

MEDEIROS, LEONILDE & LEITE, SERGIO. **Perspectivas para a análise das relações entre assentamentos e região.** In: In Costa, Luis Flávio, Moreira, José Roberto & Bruno, Regina. Mundo Rural e Tempo Presente. Rio de Janeiro: Maud, 1999.

MEDEIROS, LEONILDE E ESTERCI, NEIDE. **“Introdução”**, in Medeiros, Leonilde *et all* (org.), Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar. São Paulo, Editora Unesp, 1994.

MEDEIROS, LEONILDE S. E LEITE, SERGIO (org). **A formação dos Assentamentos Rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas.** Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. Universidade/UFRGS/CPDA. Pg. 117, 1999.

MEDEIROS, LEONILDE. **Estado, trabalhadores rurais e luta por terra: impasses na nova década.** Cpda/UFRRJ, 2001 (mimeo).

MEDEIROS, LEONILDE. **Movimentos Sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil.** Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ e UNRISD, 2002.

MEDEIROS, LEONILDE. **Política fundiária: instâncias conflitos e atores, o papel dos trabalhadores rurais.** In: Programa de ensino e pesquisa em reforma do Estado. Sub- projeto – Reforma agrária: instâncias, conflitos e atores. O papel dos trabalhadores rurais. CPDA/UFRRJ, (mimeo), 1999.

MEDEIROS, LEONILDE. **Reforma Agrária: concepções, controvérsias e questões.** Documentos, Setembro de 1993.

MEDEIROS, LEONILDE; LEITE, SERGIO; SOUZA, INÊS CABANILHA & ALENTEJANO, PAULO ROBERTO. **Os impactos dos assentamentos rurais no estado do Rio de Janeiro.** In Assentamentos Rurais: mudança social e dinâmica regional. Rio de Janeiro: Maud, 2004.

MEDEIROS, LEONILDES S. DE. **Estado, trabalhadores rurais e luta por terra: impasses na nova década.** Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, mimeo, 30 p, 2001.

MENEZES, HELOÍSA REGINA GUIMARÃES DE. **Reforma agrária e identidade social na Baixada Fluminense: uma nova relação rural-urbana.** Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ. (Dissertação de Mestrado), 1991.

MEPF/INCRA. **Procera/Lumiar: Normas de Administração, Gerais e Operacionais**. Diretoria de Assentamento. Programa de Qualidade e Produtividade nos Assentamentos de Reforma Agrária. Brasília, Impresso, 1997.

MEPF/INCRA. **Projeto Lumiar: Assistência Técnica nos Assentamentos**. Diretoria de Assentamento. Programa de Qualidade e Produtividade nos Assentamentos de Reforma Agrária. Brasília, Impresso, 1997.

MOREIRA, JOSÉ ROBERTO. **Agricultura familiar e assentamentos rurais: competitividade, tecnologia e integração social**. In: Duarte, Ângela & Brandenburg, Alfio (orgs.). Para pensar outra agricultura. Curitiba: UFPR, 1988, pg. 171-195.

NOVICKI, VICTOR DE A. **Governo Brizola, movimentos de ocupação de terras e assentamentos rurais no Rio de Janeiro (1983-1987)**. In MEDEIROS, L. et all (Orgs). Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar. São Paulo, Ed. UNESP, 1994.

OLIVEIRA JACQUES, RAMANA. **O assentamento rural Zumbi dos Palmares como expressão da contra-mobilidade da população**. Grupo de Estudos Espaço e População (GEPOP/UFRJ), (Mimeo), 2004.

OLIVEIRA, AUGUSTO ANDRADE. **Proposta de recuperação/ viabilização de assentamentos no estado do RS**. Porto Alegre: INCRA/RS, 2003. 50 p. (Mimeo).

PADRÃO, LUCIANO. **Ordens jurídicas e assentamentos**. CPDA/UFRRJ, Qualificação de Doutorado, 2000.

PADRÃO, LUCIANO. **Perfil do Assentamento Capelinha**. Rio de Janeiro, 2000 (Mimeo.).

PAES, MARGOT WAGNER. **Desenvolvimento Regional e Reconversão Produtiva: Alternativa para a Região de Campos dos Goytacazes**. Rio de Janeiro; CPDA/UFRRJ, 1999 (Dissertação de Mestrado).

PALMEIRA, MOACIR & LEITE, SERGIO. **Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas: reflexões sobre a questão agrária**. Debates CPDA, n1, setembro, 1997. Rio de Janeiro (mimeo).

PAULILO, MARIA. **Os assentamentos de reforma agrária como objeto de estudo**. In: Romeiro et all (orgs). Reforma agrária: produção, emprego e renda. Petrópolis: Vozes, 1994.

PDA/FETAG. **Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento de Capelinha**. Mimeo, 2004.

PESSOA, JADIR. **A revanche camponesa**. Goiânia, Editora UFG, 1999.

PIMENTEL, VÂNIA COSTA. **Assentamento é mais que um “projeto”**: a assistência técnica nos assentamentos rurais. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2007.

PROJETO LUMIAR. **Carta ao Incra**. Conceição de Macabu, dez 1999.

PROJETO LUMIAR. **Levantamento informações para o PDA (Projeto de Desenvolvimento dos Assentamentos) Assentamento Capelinha**. Conceição de Macabu, dez 1999. (mimeo)

PROJETO LUMIAR. **DRP (Diagnóstico Rural Participativo) do Assentamento Capelinha**. Equipe Técnica. Conceição de Macabu, RJ, mimeo, 1997-98.

PROJETO LUMIAR. **Pesquisa Cadastral para Elaboração do Projeto de Desenvolvimento dos Assentamentos**. Conceição de Macabu, mimeo, 1998/1999.

PROJETO LUMIAR. **Projetos de financiamento Assentamento Capelinha – Pronaf A** Conceição de Macabu, dez 1999. (mimeo)

PUTNAM, ROBERT. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: Editora FGV: 1996.

ROMANO, JORGE OSVALDO. **Poder, valores e conflito nos processos de organização no interior dos assentamentos. Comentários a um debate**. In: Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar. Medeiros, Leonilde et al (organizadores). São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 2004.

SCHMIDT, BENÍCIO; MARINHO, DANILO NOLASCO & ROSA, SUELI COUTO (orgs). **Os assentamentos de Reforma Agrária no Brasil**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1998.

SCHNEIDER, SERGIO. **A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil**. Rio de Janeiro: Estudos Sociedade e Agricultura, n.16, abril, 2001.

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CONCEIÇÃO DE MACABU. **Relatório Social do Acampamento de Capelinha**, mimeo, 1996.

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CONCEIÇÃO DE MACABU. **Ofício ao Incra**. Conceição de Macabu, 1999.

SOUZA, INÊS CABANILHA. **Assentamento Banco Safra: diferenciações, contradições e relação de poder – um estudo de caso em Mato Grosso**. Dissertação de Mestrado. CpdA/UFRRJ, 1996.

SPAROVECK, GERD. **A qualidade dos assentamentos de reforma agrária brasileira**. São Paulo. Páginas & Letras Editora e Gráfica, 2003.

- TARSIANO, M. A. A., SANT'ANA, A.L., ARAUJO, C. A. M. **Caracterização da renda dos produtores familiares de um projeto de reassentamento rural.** X Congresso Mundial de Sociologia Rural. Rio de Janeiro (s/p), 2000.
- TEIXEIRA, VANESSA LOPES. **A evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural Fluminense nas décadas de 80 e 90.** In: O Novo Rural brasileiro: uma análise estadual: Sul, Sudeste e Centro-oeste, volume 3/ editores Clayton Campanhola, José Graziano da Silva. São Paulo: Embrapa Meio Ambiente, 2000. P. 119-149.
- TEIXEIRA, VANESSA LOPES. **Pluriatividade e agricultura familiar na região serrana do Estado do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, Dissertação de Mestrado, 1998. 185p.
- WILKINSON, JOHN & MALUF, RENATO S. (coord.). **A Secretaria de Estado da Agricultura e a produção agroalimentar no Estado do Rio de Janeiro – desempenho recente e perspectivas.** Rio de Janeiro: Convênio SEAAP/UFRRJ-CPDA, 1997. 132p.
- ZIMMERMANN, N.C. **Os Desafios da Organização interna de um Assentamento Rural.** In São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1994.
- ZINGA, MIGUEL RAUL MAZISSA. **Um estudo de caso sobre as causas da permanência e da desistência no assentamento Zumbi dos Palmares, Campos dos Goytacazes, RJ.** UENF: Universidade Estadual do Norte Fluminense (Dissertação de Mestrado), 2004.